

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde**

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS

**UMA COSMOLOGIA DO NOVO MUNDO: OS DIALOGOS GEOGRAFICOS DE
JOSEPH BARBOSA DE SÁA NO ANNO DE 1769**

Rio de Janeiro
2005

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS

**UMA COSMOLOGIA DO NOVO MUNDO: OS DIALOGOS GEOGRAFICOS DE
JOSEPH BARBOSA DE SÁA NO ANNO DE 1769**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira
Co-orientadora: Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado

Rio de Janeiro
2005

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS

**UMA COSMOLOGIA DO NOVO MUNDO: OS DIALOGOS GEOGRAFICOS DE
JOSEPH BARBOSA DE SÁA NO ANNO DE 1769**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (orientador)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado (co-orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

Prof. Dr. Ronald Romanelli
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Magali Romero Sá
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. Robert Wegner
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Suplentes:

Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. M^a Rachel Froes da Fonseca
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Rio de Janeiro
2005

à minha companheira
Lígia

Agradecimentos

Ao professor Luiz Otávio Ferreira, não somente pela incansável dedicação e boa vontade com que sempre me orientou, mas também pela grande ajuda e apoio que me deu dentro da Casa de Oswaldo Cruz.

À professora Júnia Ferreira Furtado, uma das grandes especialistas em século XVIII no Brasil, que com sua paciência mineira foi igualmente importante nos inúmeros momentos em que necessitei ser orientado.

A professora Ângela Domingues, minha orientadora no Instituto de Pesquisas do Além-Mar em Lisboa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz pelas aulas, dicas, conselhos e bibliografia.

As competentes e prestativas secretárias do Programa de Mestrado e Doutorado da Casa de Oswaldo Cruz: Maria Claudia e Ariane que nunca mediram esforços para me ajudar com os trâmites burocráticos da Casa.

À Capes pelo financiamento desta pesquisa.

A todos os grandes amigos que fiz na pós-graduação da Casa de Oswaldo Cruz, que nas discussões em sala, corredor e cantina sempre tinham algo para me ensinar. Agradeço muito a eles: Alcidésio Junior, Renato da Silva, Marcelo Ferro, Paula Barros Dias, Fernanda Martins Pereira, Maria Renilda Barreto, Martha Freire, Rosana Soares, Mônica Roza, e em especial a Maria Regina Cotrim Guimarães, que para além da amizade em muito contribuiu para com algumas correções na língua de Camões bem como o apoio logístico para meu período de estudo e pesquisa na Casa.

À minha esposa Lígia Carreira pelo incansável apoio e pela tolerância nesses quatro anos (e nos anteriores também!).

Sexta-feira, 25 de Março, sexto dia da Criação:

- À alvorada, criação de Adão no país do Éden.
- Pelas 9 h, introdução no paraíso terrestre.
- Das 9 h às 11 h, passeio de Adão no interior da floresta paradisíada. Recebe do Todo-Poderoso duas ordens: “cuidar do jardim e guardá-lo”.
- Pelas 11 h, Adão chega ao meio do jardim e recebe dois outros mandamentos: “Comer de todos os frutos.” “Mas não tocar nos da árvore da ciência do bem e do mal.”
- Das 12 h, às 15 h, aproximadamente, os animais são levados a Adão, que os “nomeia”.
- Das 15 h às 16 h, sono de Adão e criação de Eva.
- Pelas 16 h, núpcias de Adão e Eva, seguidas de uma semana de felicidade.

Sexta-feira, 1 de abril:

- Pelas 10 h, Satã começa a tentação de Eva.
- Pelas 11 h, “vence-a miseravelmente”.
- Pelas 12 h, Adão peca por sua vez.
- Pelas 15 h, citação dos dois culpados em juízo. Condenação.
- Pelas 16 h, expulsão do paraíso terrestre. O jardim é fechado e um anjo encarregado da sua guarda.

Cronologia da estada de Adão e Eva no paraíso terrestre segundo Agostino Inveges (Historia Sacra, 1649)

Sumário

Resumo.....	8
Abstract.....	9
Introdução.....	10
1. O Advogado licenciado e suas leituras: Alguns apontamentos sobre José Barbosa de Sá.....	14
2. De viagem a peregrinação: alguns apontamentos sobre as monções e o cotidiano matogrossense no século XVIII.....	34
3. Histórias Naturais.....	70
3.1. O Século XVI: Um Novo Mundo Natural.....	70
3.2. As Contribuições Batavas ao estudo da natureza Americana.....	76
3.3. Brasil, Portugal e um debruçar sobre as ciências naturais.....	86
3.4. Bíblia in natura: Milenarismo e Lições da Natureza.....	110
3.5. Um sistema 'sueco' de classificação.....	122
3.6. Produção e Divulgação das Ciências Lusitanas: A calcografia do Arco do Cego.....	129
4. A Cosmologia de um advogado.....	149
5. Um naturalista baiano instruído: Alguns apontamentos sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Viagem Philosophica.....	207
6. Referências Bibliográficas.....	240
6.1. Fontes documentais.....	240
6.2. Fontes impressas	240
6.3. Livros, teses e artigos.....	244
7. Anexo.....	253
7.1. Acerca do estado físico do Manuscrito de Joseph Barbosa de Saa ou tipologia da fonte documental.....	253
7.2. Léxico dos Personagens Históricos, Literários e Mitológicos dos Dialogos Geograficos, Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Sá Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyabá Anno de 1769.....	257

Resumo

Fonte documental do Brasil setecentista ainda inédita, os *“Dialogos Geograficos Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Sá Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba - Anno de 1769.”*, até então depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), constituem um manuscrito com 926 páginas. É dividido por seu autor em duas partes, a primeira constante de 10 capítulos e a segunda de 11. Nesta primeira parte dos Diálogos Geográficos, José Barbosa de Sá aborda os temas concernentes não somente à geografia física, mas também ao continente americano, às raças que povoam e povoaram as Américas, além de explicar como os animais foram trazidos a este continente; a segunda parte é composta de 11 capítulos que tratam principalmente da descrição de animais, plantas e minerais. Neste sentido, elegemos enquanto objeto de análise e estudo nos Diálogos Geográficos, as teorias de seu autor para explicar a ocupação do Novo Mundo pelos seres humanos e animais. Para além da investigação acerca das teorias cosmológicas contidas nos Diálogos Geográficos, procedemos a um levantamento sobre a vida e as obras de José Barbosa de Sá e elaboramos um índice explicativo com os autores por ele citados. Pretende-se assim fornecer subsídios não somente para uma maior compreensão do manuscrito Diálogos Geográficos, mas, principalmente, do Brasil setecentista, palco histórico onde José Barbosa de Sá concebeu sua maior obra.

Palavras-chaves: Brasil Colônia; História da Ciência; manuscrito do século XVIII.

Yet unpublished documental source from the 1700's of Brazil, the "*Chronological, Political and Natural Geographical Dialogues, written by Joseph Barbosa de Sá in this Royal Village of Senhor Bom Jesus do Cuyaba – in the year 1769.*", so far kept in the Brazilian Historical and Geographical Institute (Rio de Janeiro), it is a manuscript of about 926 pages. It is divided by the author into two parts, being the first formed by 10 chapters and the second by 11. In the first part of the Geographical Dialogues, José Barbosa de Sá talks not only about physical geography, but also about the American continent, which races settle and settled this continent, besides he also explains how the animals were brought to this continent, whereas in the second part, the eleven chapters talk mainly about the description of animals, plants and minerals. For this, as object of analysis and studies in the Geographical Dialogues, the theories of the author that explains the occupancy of the New World by human beings and animals were chosen. Beyond the investigation about the cosmological theories brought in the Geographical Dialogues, a survey about the life and works of José Barbosa de Sá was done, also an explanatory index with the authors mentioned in the manuscript was elaborated. That way, it is intended to provide with means not only for a better comprehension of the manuscript Geographical Dialogues, but especially of the Brazil of the 1700's, historical site where José Barbosa de Sá conceived his masterpiece.

Keywords: Brazil-colony; History of Science; manuscript of the XVIII century.

Introdução:

É em meados do século XVIII que um viajante então radicado na Vila Reyal do Senhor Jesus do Cuyaba concluía uma das obras – que podemos, hoje, nos arriscar a afirmar – mais significativas da História do Brasil Colonial. Os *Dialogos Geograficos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Sáa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba – Anno de 1769* foi escrito (como o próprio título sugere) na forma de diálogos entre um curioso mancebo e um “*provecto varão*” que, em 21 diálogos (divididos em duas partes), concebe umas das maiores, senão a maior e mais complexa cosmologia já escrita na América Portuguesa.

É a partir desse fenômeno histórico, ou seja, o da busca por uma construção da História Natural da América que pretendemos eleger enquanto objeto de tese um manuscrito produzido no Brasil no século XVIII e que permanece até hoje inédito: os *Dialogos Geograficos, Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Sáa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba – Anno de 1769*.

Nos Diálogos Geográficos, José Barbosa de Sá aborda os temas concernentes não somente à geografia física, mas também à própria criação do mundo, como o homem chegou até o continente americano, além, é claro, de explicar como os animais foram trazidos a este continente; a–segunda parte do documento é composta principalmente, da descrição de animais e plantas.

No capítulo *O advogado licenciado e suas leituras*, fiz um levantamento sobre a vida de José Barbosa de Sá, mencionando, por exemplo, a partir de que período estaria residindo em Cuiabá. De suas obras conhecidas da comunidade acadêmica, como a transcrição da ata da fundação de Cuiabá, dada como perdida, restou somente a cópia transcrita a punho de Barbosa de Sá, bem como algumas considerações sobre um inventário feito após sua morte, no qual é listada a sua biblioteca, que teve de ser vendida pela viúva para dar sustento aos órfãos. Já no capítulo *De viagem a peregrinação* tentou-se trazer à baila um pouco do cotidiano do monçoeiro, do habitante do Mato Grosso do século XVIII.

No capítulo *Histórias Naturais* procurei realizar um levantamento historiográfico das Ciências Naturais no Brasil e em Portugal, principalmente no século XVIII. As contribuições do sistemata sueco Carl Von Linnaeus bem como o grau de sofisticação que a produção e divulgação das ciências tiveram na Metrópole e na Colônia com a curta, porém intensa vida da Calcografia do Arco do Cego em Lisboa

Em *A cosmologia de um advogado* procedi à análise das passagens dos Diálogos referentes às hipóteses cosmológicas de José Barbosa de Sá, contextualizando as mesmas com as teorias de outros letrados, contemporâneos ou não do advogado. A idéia é apresentar – mesmo que por uma fresta documental – um pouco do que foi o Brasil do século XVIII no referente ao estudo e disseminação de teorias, concepções, hipóteses, e por que não incluir *verdades*, que compunham um conhecimento que hoje – guardadas as devidas heresias temporais – poderíamos chamar de científico.

Por fim, a título de comparação, tracei aqui um pequeno ensaio biográfico de um contemporâneo de José Barbosa de Sá, o Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, quando de sua incursão nas matas brasileiras durante a missão portuguesa de pesquisa e levantamento da natureza que ficou conhecida como Viagem Philosophica. Através disso pretende-se, não somente mostrar uma preocupação institucional com as ciências naturais na América Portuguesa do século XVIII, mas também propiciar ao leitor quão diversas poderiam ser as abordagens acerca de um mesmo objeto de estudo.

Com relação ao *Anexo* faço uma descrição do manuscrito, depositado nas dependências do IHGB do Rio de Janeiro (que é a versão que aqui utilizo). Há ainda o Léxico dos Personagens Históricos, Literários e Mitológicos contidos nos Diálogos Geográficos. A escolha dos nomes de autores e personagens que vão do rei Salomão a Aristóteles não foi aleatória. Quando possível, fiz um breve levantamento de suas obras, como no caso de Lactancio Firmiano, ou atos perpetrados por Pedro de Campos Tourinho. Através dela, ou seja, dos mais de 210 nomes citados por José Barbosa de Sá, pensei em disponibilizar o tipo de informação que este advogado, radicado na Cuiabá do século XVIII, tinha acesso, bem como as obras que (provavelmente) leu.

Finalmente, espero que este estudo de uma pequena parcela do que são os Diálogos Geográficos possa ajudar a divulgar aos historiadores, assim como aos geógrafos, biólogos, enfim, a todos os membros da comunidade acadêmica este importante capítulo da História das Ciências no Brasil. Que o documento, até aqui inédito, não o seja por muito tempo, e que possa ser mais uma fonte de

esclarecimentos – ou de mais dúvidas – acerca da época colonial, este período de nossa História tão rico quanto fascinante.

Afinal, Os *Diálogos Geográficos* talvez sejam uma das últimas, senão a última tentativa de construção de uma História Natural do Novo Mundo à luz do paradigma cristão presente no Jardim do Éden, na Arca de Noé e na Torre de Babel.

1. O Advogado licenciado e suas leituras: Alguns apontamentos sobre José Barbosa de Sá

Pouco se sabe sobre José Barbosa de Sá, advogado que residiu no Mato Grosso lá pelos idos do século XVIII, aliás, nem mesmo se sabe se era um advogado formado nos padrões do Direito da época. Sabe-se agora que era brasileiro, conforme ele próprio declara nos *Diálogos Geográficos* (fólio 56 recto e folio 115 verso). Segundo José Barnabé de Mesquita (1927), José Barbosa de Sá seria bacharel em Direito, formado provavelmente pela Universidade de Coimbra. Porém, Carlos e Neuza Rosa, em sua obra *Do indivíduo ao Grupo – Para uma História do Livro em Cuiabá* (1975), afirmam que não encontraram o seu nome na lista dos graduados em Direito por aquela secular Universidade.

Uma questão então se coloca: José Barbosa de Sá era tido por licenciado; isso demonstra que possuía as atribuições e, o principal, as licenças que permitiam exercer a advocacia. Quais seriam as diferenças entre o bacharel em Direito e o rábula licenciado? No século XVIII, o Código de Direito em vigor tanto para a Metrópole (Portugal), quanto para as Colônias – entre elas o Brasil – eram as chamadas Ordenações Filipinas. Nas ordenações encontramos a situação dos bacharéis e dos licenciados em direito.

TÍTULO XLVIII

Mandamos que todos os Letrados que houverem de advogar e procurar em nossos Reinos, tenham oito anos de estudo cursados na Universidade de Coimbra em Direito Canônico, ou Civil, ou em ambos (...)

2- E os que forem graduados por exame e tiverem tempo de oito anos, poderão procurar nas correições, cidades, vilas e lugares de nossos Reinos e Senhorios, sem para isso terem necessidade de licenças, mostrando aos Julgadores as Cartas de seus graus e certidão autêntica dos cursos. Porém, nas correições e alçadas que mandarmos pelo Reino (...) não poderão procurar sem Licença.

(...)

4 – E os que não forem graduados e houverem de procurar nas correições, cidades, vilas e lugares de nossos Reinos, serão examinados pelos Desembargadores do Paço. E sendo para isso aptos, lhe passarão suas cartas de licenças (...). (CÓDIGO Filipino: 1870, p.85-87)

Ainda no alvará de 24 de julho de 1713, encontramos a declaração que *“fora da Corte pode ser advogado qualquer pessoa idônea, ainda que não seja formada, tirando-se Provisão (CÓDIGO Filipino: 1870, p.87).* Podemos observar que, para o bacharel em Direito formado pela Universidade, em Coimbra, não havia a necessidade de ter a Carta de Licença para exercer a advocacia nas cidades, vilas e arraiais do Reino, bastando para isso apresentar o diploma de grau.

Nas cortes do Reino havia a necessidade dessa licença, mesmo sendo um bacharel. Podemos sugerir que em uma Colônia, e mais propriamente, em uma vila de difícil acesso como a de Cuiabá, nos idos do século XVIII, para um bacharel iniciar a advocacia as exigências seriam bem menores; afinal, era necessária a presença destes doutos para uma comunidade ostentar o estatuto de cidade, ou mesmo vila. Bastava a apresentação do diploma para estar credenciado a exercer essa função.

Mas havia também o caso daqueles que, apesar de não serem bacharéis formados na Metrópole, ambicionavam ser “doutores” das vilas, cidades e arraiais; para estes havia um outro meio que não exigia a travessia do Atlântico. O processo incluía uma espécie de avaliação da vida pública do pretendente ao cargo do que poderíamos chamar de “advogado leigo”, ou seja, a avaliação de sua idoneidade, bem como um exame perante autoridades judiciais; sendo considerado apto, ser-lhe-iam passadas as licenças necessárias para exercer a advocacia através de uma provisão.

Muitos dos letrados no Brasil Colonial formaram-se no sistema de mestre e aprendiz, como os boticários, os cirurgiões barbeiros, e os “mestres de riscos”, que praticavam a arquitetura e a engenharia. Depois de aprenderem na prática com um tutor, prestavam exame junto às autoridades coloniais para poderem ser autorizados a exercer a profissão. Até mesmo os membros das academias literárias do século XVIII tiveram este tipo de formação, sendo poucos os que haviam estudado em universidades. Havia ainda uma terceira classe de letrados: aqueles que não tiveram acesso nem a escolas nem a mestres-escolas. Estes últimos, autodidatas, buscavam nos livros as fontes para sua formação intelectual (FIGUEIRAS: 1993, p. 155-160).

Em Cuiabá, o procedimento não era diferente; os que não fossem bacharéis e ambicionavam um cargo tinham que se submeter ao exame. Foi em setembro de 1729 que o Capitão General de São Paulo, por provisão, licenciou Fernando de Souza da Silveira, Antonio Furtado de Vasconcellos e Antonio Barroso Pereira a advogar junto aos auditórios da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, pois, por

não serem bacharéis, necessitaram das Cartas de Licenças para advogar na vila cuiabana (MESQUITA, 1978, p. 135).

Cândido Mendes de Almeida, em seus comentários às *Ordenações Filipinas*, reafirma a situação dos advogados licenciados: “a licença para advogar era concedida ao advogado não formado em Direito, leigo, ou formado em *Universidades estrangeiras (...)*” (CÓDIGO PHILIPPINO, 1870, p. 87). Ou seja, licenciado não era bacharel. Deste modo, podemos concluir que José Barbosa de Sá não era bacharel. Se o fosse, bastaria somente a apresentação do diploma, não havendo a necessidade da carta de licença.

José Barbosa de Sá faleceu a 30 de maio de 1776, deixando a mulher Joana Pires de Campos e dois filhos pequenos, José e Joaquim. Talvez a viúva de Sá pudesse ser cuiabana de nascimento ou então do bandeirante Antonio Pires de Campos. (MESQUITA, 1978, p. 139).

Nos primeiros atos referentes ao processo *post mortem* de José Barbosa de Sá, foi nomeado um tutor para seus filhos: o sargento da Companhia de Fuzileiros Auxiliares, João Pereira Passos d’Arcos, por ser seu parente. No entanto, consta nos autos que ele declinou da referida nomeação. Também não é mencionado no dito documento o grau de parentesco de José Barbosa de Sá com o dito sargento. (op cit, 1978, p. 139).

Segundo o juiz encarregado pelo processo na época, o escrivão José Melo Vasconcelos, por

(...) não ter a viuva parente algum próximo que pudesse servir o ofício de tutor dos órfãos seus filhos, [foi escolhido] Manoel de Freitas Caldas, vizinho da dita viuva, pessoa capaz de bem poder exercer a dita tutoria (...). (Vasconcelos apud MESQUITA: 1927, p. 55),

Manoel de Freitas aceitou essa nomeação, imprescindível para filhos legítimos órfãos de pai. O tutor cumpriria o papel de mentor moral das crianças, além de provê-las de certas necessidades, como vestes e alimentação, o que, quase sempre, não se cumpria.

Neste período cabia à mulher o ensino das prendas domésticas, como cozer, lavar, costurar e bordar. Para cada condição social uma aprendizagem diferente. Deste modo, os filhos de pessoas com poucas posses deveriam ser confiados a tutores para aprenderem a trabalhar em troca de sustento e criação. Assim, filhos de marceneiros eram entregues a marceneiros, filhos de lavradores a lavradores. Já os herdeiros de senhores de terras não podiam ser obrigados a aprender um ofício 'menor' (SILVA, 1977, p. 150).

José Barnabé de Mesquita pouco diz a respeito da família de José Barbosa de Sá, informando apenas que (...) o primeiro filho de Barbosa de Sáa (José) morreu em 1815, deixando viuva e quatro filhos: Antonio, Ana, Joaquim e Francisco (...) (MESQUITA, 1978, p. 140-141). O filho mais velho, José, nasceu provavelmente em 1769, pois quando seu pai faleceu tinha aproximadamente 7 anos e meio, tendo este filho se casado com Ana Maria Barbosa, morando ambos, por algum tempo, às margens do rio Cuiabá. Quanto ao outro filho, Joaquim (...) o encontramos em 1823 como testemunha numa justificação, tendo à época, com 47 anos (...) (op. cit., p. 141).

Não se pode afirmar com exatidão uma data para a chegada de José Barbosa de Sá em Cuiabá. O Capitão General de São Paulo, entre os dias 24 e 25 de setembro de 1729, através das provisões, habilitou – provisionou como era o termo utilizado – os três licenciados que vinham atuando na Vila de Cuiabá desde 1728. Portanto, José Barbosa de Sá, nesse ano, ainda não estava em Cuiabá, caso contrário seu nome comporia essa lista dos licenciados pelo Capitão General de São Paulo.

Jaime Cortesão, em sua obra intitulada *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* (CORTESÃO, 1950/2), cita que José Barbosa de Sá foi escolhido pelo Juiz Ordinário Antonio Ferreira, a mando do Ouvidor João Gonçalves Pereira em 1743, para fazer parte de uma expedição secreta que desceria o rio Guaporé até a Província de Moxos (na Bolívia).

Cortesão enfatiza que era de grande importância que tal expedição, bem como as informações nela conseguidas, permanecessem em sigilo. Isso nos leva a imaginar que o Juiz Ordinário e o Ouvidor escolhessem, ou ao menos tentassem escolher como membros da expedição somente pessoas que já conhecessem e fossem de sua absoluta confiança. Para José Barbosa de Sá ter sido selecionado como membro dessa expedição, devia ser conhecido e ter alguma relação pessoal com essas autoridades – o Juiz Ordinário e o Ouvidor –, de onde se pode concluir que nosso cronista já devia circular pelo Mato Grosso algum tempo antes desta escolha. Deste modo, o historiador mato-grossense Paulo Pitaluga afirma que José Barbosa de Sá já deveria estar em Cuiabá ou no Arraial de São Francisco Xavier nas Minas do Mato Grosso desde os idos de 1740 (PITALUGA, s/d, p. 7).

As fontes documentais que citam José Barbosa de Sá são escassas. Ele mesmo, em suas anotações e crônicas, omitiu-se em dar dados exatos acerca de sua origem. Só podemos estimar a data em que fixou residência no Mato Grosso. Do fato de não ter sido licenciado em 1729, com outros 3 candidatos ao cargo de “advogado leigo”, e de ele mesmo, em uma de suas crônicas, ter mencionado que em 1728 examinou a custódia na Matriz cuiabana (PITALUGA, s/d, p. 7), só podemos inferir que José Barbosa de Sá deva ter chegado em Cuiabá entre os anos de 1724 e 1742.

Das obras de José Barbosa de Sá, a mais conhecida hoje é a *Relaçam das povoações do Cuyabá e Matto Grosso de seos princípios thé os presentes tempos*, concluída em 18 de agosto de 1775, fonte citada várias vezes pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda em suas obras *Caminhos e Fronteiras* (p. 118 e 165, 1957) e *Monções* (p.24, 44, 45, 47, 217, 284,306, 1990).

Para escrever esta *Relação*, José Barbosa de Sá utilizou-se de registros, tombos, ofícios, atas, cartas régias e outros documentos de cunho administrativo, produzidos em Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa, que se encontravam arquivados nas dependências do Senado da Câmara de Cuiabá e outras repartições coloniais dessa Vila. Provavelmente, valeu-se também de alguns relatos orais de moradores da região, já que a *Relação* foi concluída cinqüenta anos depois da fundação do primeiro arraial cuiabano.

Não menos importante foi a transcrição feita por José Barbosa de Sá da *Ata de Fundação de Cuiabá*, importante na medida em que o original foi perdido. Esta cópia, do punho de Sá, é a única versão do que teria sido o original. Tal registro do

“nascimento” do arraial de Cuiabá deve ter contado com um ato público, onde foi então lavrado e reduzido a termo, sendo por fim assinado pelo escrivão e por todos aqueles que presenciaram o ato, naquele pequeno arraial, em 1719.

Provavelmente, em uma de suas visitas aos arquivos do Senado da Câmara de Cuiabá, José Barbosa de Sá deve ter encontrado a Ata de Fundação de Cuiabá, onde pôde manuseá-la, lê-la, e transcrevê-la.

Posteriormente, o Senado da Câmara de Cuiabá, em obediência à Provisão Real de 20 de Julho de 1782, providenciou um levantamento cronológico dos principais fatos ocorridos em Cuiabá desde a sua fundação. O encargo da elaboração destes Anais da Cidade ficou por conta de um vereador da época, de nome Joaquim da Costa Siqueira, que viu na *Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso*, bem como na única prova existente de que houve uma ata da fundação do arraial de Cuiabá – ou seja, a transcrição de José Barbosa de Sá – o que podia existir de mais “fiel” em termos da história daquela cidade, no período que abrangia de 1719 a 1775. Dessa maneira, copiou ele não somente a ata transcrita, mas também o histórico relatado por José Barbosa de Sá.

Na *Viagem ao redor do Brasil*,¹ de João Severiano da Fonseca, encontra-se a assinatura de todos os bandeirantes estabelecidos no arraial cuiabano daquela época. Lembremos ainda que, a ata da fundação de Cuiabá transcrita por Sá encontra-se inserida na *Relaçam das povoações do Cuyabá e Matto Grosso*. Na *Relaçam*, José Barbosa de Sá transcreve a Ata como se segue.

¹ FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro e Cia. 1880.

“... e juntos os que ficaram, mandaram escrever um aranzel para seu regime que é o seguinte copiado do mesmo original:

Aos oito dias do mês de Abril da era de mil setecentos e dezenove anos neste Arraial do Cuiabá fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e ele requereu a eles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois de foi o nosso enviado o Capitão Antonio Antunes com as amostras que levou do ouro ao Senhor General com a petição do dito capitão mór fez a primeira entrada aonde assistiu um dia e achou pinta de vintém e de dois e de quatro vinténs a meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias ele e todos os seus companheiros às suas custas com grandes perdas e riscos em serviço de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros e para que a todo tempo vá isto a noticia de sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim por ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu officio como escrivão deste Arraial. Pascoal Moreira Cabral, Simão Rodrigues Moreira, Manoel dos Santos Coimbra, Manoel Garcia Velho, Baltazar Ribeiro Navarro, Manoel Pedroso Lousano, João de Anhaia Lemos, Francisco de Sequeira, Asenço Fernandes, Diogo Domingues, Manoel Ferreira, Antonio Ribeiro, Alberto Velho Moreira, João Moreira, Manoel Ferreira de Mendonça, Antonio Garcia Velho, Pedro de Godois, José Fernandes, Antonio Moreira, Inácio Pedroso, Manoel Rodrigues Moreira, José Paes da Silva.

No mesmo dia e ano atrás nomeado elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto a minas como nos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos com é amotinador e alevos que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dívidas e que nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antonio Antunes de que todos levamos a bem hoje oito de abril de mil setecentos e dezenove anos eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi, Pascoal Moreira Cabral”.

Entretanto, de todos os escritos deixados por José Barbosa de Sá, o de maior volume é o manuscrito *Dialogos Geograficos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Sáa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba – Anno de 1769*, com cerca de 926 páginas, cujo original está na Biblioteca Pública do Porto, e da qual existe cópia feita no século XIX, depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro.

Logo após a morte de José Barbosa de Sá, foi aberto o inventário de seus bens, que constava de objetos pessoais, móveis, utensílios e imóvel. De tudo, o que mais chama a atenção é a biblioteca particular que possuía, composta de 98 títulos, perfazendo um total de 131 volumes. Para a Cuiabá do século XVIII, tratava-se de uma quantidade de livros considerável para um particular, ainda mais se levando em consideração que seu dono não era um homem de muitas posses. Esta foi a única biblioteca da Cuiabá dos 1700 de que se tem notícia e registro histórico. Esta biblioteca, em 1º de dezembro de 1776, foi arrematada em leilão público pela soma de 80 réis em ouro, por Joaquim da Costa Siqueira, e com o correr das décadas, perdida. (ROSA & ROSA, 1975, p. 46).

José Barnabé de Mesquita (1927) encontrou os autos do inventário *post mortem* de José Barbosa de Sá, datado de 1776, em cartório judicial de Cuiabá e publicou-o na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, como se segue:

Descrição dos bens do Licenciado José Barbosa de Sá

Livros

Três tomos das Ordenações pequenos...

Um volume do segundo tomo de Cardoso em Praxi...

Dois tomos de Barbosa nas Remissões...
Três tomos de Moraes...
Dois tomos de Velasco dos Privilégios...
Um tomo do Judis Profetus...
Dois tomos de Valancoella nos Conselhos...
Um tomo de Prática Judicial Vanguenhe...
Dois tomos de Mano Regia...
Um tomo de Velasco, de Jure...
Um tomo de Tomé Velasco nas Alegações...
Um tomo de Gama nas Divisões...
Dois tomos de La Croix...
Um tomo das Concordatas das Bíblias...
Um tomo de Félix Poyrés...
Um tomo de Salorsno de Jure Indiarium...
Um tomo de Prática de Conselho...
Um dito da mesma qualidade
Um tomo que é primeiro das Institutas...
Um tomo de Caminha nos Libelos...
Um tomo de Neto de Testamentis...
Um tomo de Oliveira de Munere Provisoris...
Um tomo do Direito de Portugal...
Um tomo da Prática de Mendes...
Um tomo de Tabo...
Um tomo de Cabidus...
Um tomo da Pereira Divisões...
Um tomo de Velasco nas Consultas e Partilhas...
Um tomo de Paiva...
Seis tomos de Pegas Florentis...
Um tomo segundo de Pegas e Ordenações...
Um tomo que é o quarto Thumudo...
Um livro Vocabulário de um e outro Direito...
Um livro Prática das Causas Criminais...

Um livro de Velasco Principia de (...) Communis...
Um livro das Institutas...
Um livro das Instituições do Direito Civil...
Dois tomos intitulados Espelhos de Penitentes e (...) Santa Maria de Arrábida de sua Província...
Um tomo da vida de Dom João de Castro...
Um livro intitulado Constituição do Bispado...
Um livro intitulado Suma de Leandro...
Um livro intitulado Diálogo entre o Confessor e o Penitente...
Um livro de Surgia intitulado O Madeira...
Um livro da vida de Abrão...
Um livro intitulado do Teatro de los Deuses...
Um livro Cerimonial das Missas Cantadas...
Um livro de Sermões de Frei Manoel da Assunção...
Um livro de Sermões do Padre Vieira...
Um livro da Vida do Padre Belchior de Pontes...
Um livro do Deus Cupido...
Um livro Cerimonial Romano da Missa Rezada...
Um livro segundo tomo intitulado Obras de Lourenço Graciano...
Um livro de Sermões do Padre José do Nascimento, tomo primeiro...
Dois tomos do Governo Geral, Moral e Político...
Um livro intitulado Paralelos de Príncipes e Varões Ilustres...
Um livro intitulado Enfermidade da Língua...
Um livro intitulado História do Futuro...
Um livro intitulado Exame de Confessores...
Um livro intitulado Oração Acadêmica...
Dois tomos das Bíblias...
Um livro intitulado Enigma Numérico...
Um livro intitulado Várias Orações Consagradas...
Um livro intitulado Florilégio Sacro...
Um livro intitulado Eva e Ave...
Um livro intitulado Regia Parnasis...

Um livro pequeno intitulado Festas Próprias do Bispado de Coimbra...

Um livro pequeno intitulado Flores de Ilustres Poetas...

Dois livros intitulados (...) da Teologia Moral...

Um livro intitulado Sermões Vários que pregou Dom Frei Cristóvão de Almeida...

Um livro intitulado Tesouro Carmelitano...

Seis tomos da Escola de Curial a saber primeira, terceira, quinta, sétima, nona e undécima e nesta se contém a primeira parte do apêndice...

Um livrinho pequeno da vida de São João Damasceno...

Um livro pequeno intitulado (...) de Diogo Bernardes, Silvio e Serrano...

Sete livros da Teologia de Escoto que são tomo primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto e oitavo...

Um livro tomo segundo da Metafísica...

Um livro tomo terceiro da Física...

Um livro tomo quarto dos Corpos Físicos e Alma...

Um livrinho pequeno da Arte da Lengira de Angola...

Um livro intitulado Prontuário da Teologia Moral já muito velho...

Um livro intitulado Ofícios Novos de Santos com capa de pergaminho já muito velho...

Dois livros pequenos de Camões primeiro e terceiro tomos...

Um livro intitulado a Jornada de Antonio de Albuquerque...

Duas Oras Latinas... Um livrinho intitulado Prática das Treze Sextas Feiras de São Francisco de Paula...

Um livro intitulado Amores de Maria Santíssima...

Um livrinho intitulado Imitação de Cristo...

Um livrinho intitulado Marco Tulio...

Um livrinho intitulado Definições Morais...

Um livro intitulado a Vida de Frei Fabiano de Cristo...

Um livrinho intitulado Rpanso...

Um livrinho intitulado (...) Devoto...

Três livros intitulados e dirigidos à Ordem Terceira de São Francisco...

Um livro intitulado Quinto Curcio...

Outro livro intitulado Virgílio...

Outro livro intitulado de Oratio...

Outro livro de Ovidio...

Outro livro intitulado Concilio Tridentino.

Outro livro intitulado Vitae Criste...

(MESQUITA, 1927, p. 45)

Podemos perceber que o processo de inventário dos livros não foi muito criterioso, pouquíssimos possuem o nome do autor, ou o título completo. Apesar disso, pode-se fazer uma classificação da biblioteca de José Barbosa de Sá, bem como observar, por exemplo, que a sua base é formada por livros jurídicos, que chegam ao número aproximado de 40. A biblioteca é algo diversificada, e nela também se encontram livros religiosos, poesia, teologia, filosofia e moral, história, história natural, física, bem como alguns manuais. Outra informação que o inventário traz é o de que, ao confrontarmos a lista das obras constantes em sua biblioteca, com as citações de autores e personagens citados nos *Dialogos Geographicos* (vide léxico), notamos que grande parte dos autores citados e comentados neste manuscrito não consta no inventário, por exemplo, Ortélio e mesmo Plínio o Velho. Júnia Ferreira Furtado bem nos lembra que o acesso aos títulos que compõem a biblioteca de um personagem do período colonial não representa necessariamente o limite da leitura desse dado personagem ou autor

“(...) pois muitos dos livros lidos não eram possuídos e vice-versa, isto é, nem todos os livros possuídos eram lidos. Os inventários quase nunca contemplam os livros emprestados e as leituras orais coletivas. Há ainda que salientar outro aspecto, já dito anteriormente, que as formas de leitura não são uniformes, mas sim múltiplas.” (p. 58, 2003)

Ademais, a constatação da posse de um livro não nos permite deduzir que o mesmo fora lido por seu dono, ou mesmo que as idéias nele contidas foram, automaticamente absorvidas e disseminadas tais como se encontravam originariamente (DARNTON, 1990, p.121). No século XVIII, observamos uma mudança na composição das bibliotecas e – como eram também chamadas – livrarias particulares. Se até aquele momento o grande predomínio das obras era de cunho devocional e religioso, em algumas bibliotecas, especialmente as pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais requintada, começavam a ocupar as estantes livros que discorriam sobre as ciências e os saberes profanos, adentrando-se através deste ou daquele exemplar um saber Ilustrado.

O reflexo destes ideais europeus manifestou-se, no âmbito político, como um programa de governo. No século XVIII, observamos, em Portugal, a reforma do currículo universitário, iniciada em 1772 com o Marquês de Pombal. Embora as reformas portuguesas não seguissem o mesmo ritmo das que eram propaladas em outros países da Europa, o mesmo não pode ser dito das ciências naturais lusitanas, pois em 1764, o italiano Domenico Vandelli, doutor pela Universidade de Pádua, é indicado pelo Marques de Pombal para ocupar uma cadeira na Universidade de Coimbra. Vandelli era um homem bem relacionado no mundo das ciências, correspondente de Carl von Linnaeus.

As reformas pombalinas procuravam fornecer um quadro político favorável ao desenvolvimento das comunidades científicas, fosse por meio de associações, como o Real Colégio dos Nobres, criado em 1761, ou pelos convites feitos a professores

estrangeiros para fazerem parte do novo quadro implantado na Universidade de Coimbra, que vinha substituir o dos jesuítas expulsos do reino em 1759.

Enquanto isso, na América Portuguesa dos 1700, o acesso aos livros era um pouco mais restrito. Entre os homens livres, havia ainda uma parcela relativa de proprietários de livros, se bem que na Capitania das Minas Gerais em especial, ocorresse uma maior circulação deles. Certamente o caráter urbano que Minas Gerais vinha adquirindo favoreceu a circulação deste tipo de posse. Basta observarmos as manifestações literárias ocorridas na primeira metade do século XVIII para encontrar indícios da existência de oradores sacros, poetas e escritores de prosa entre a população. De onde podemos supor que o acesso a livros se dava por meio de compra ou empréstimos. Das bibliotecas identificadas nos inventários da cidade mineira de Mariana, as três maiores pertenciam a advogados. Nelas, assim como na de José Barbosa de Sá, apesar de predominarem obras de Direito, estavam presentes livros de ciências sacras e profanas. Numa delas, a biblioteca do advogado José Pereira Ribeiro encontravam-se 201 títulos, a maioria versando sobre jurisprudência. Junto destes, temos obras da literatura universal, dicionários, livros de história, ciências naturais, filosofia, teologia, gramáticas.

Entre os autores ilustrados, encontramos d'Alembert, Genovesi, Voltaire, Condillac, Montesquieu, Willam Robertson e Wolff. Pairava ainda a suspeita de que Ribeiro possuísse a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, do abade Raynal, emprestado dos inconfidentes. Em Raynal, os conjurados da inconfidência leram que era justo voltar-se contra um soberano, fosse ele despótico ou não (LEITE, 1995, p. 156-161).

Nas outras capitanias, até o ano de 1822, a circulação dos livros no âmbito público e privado não diferiu muito do que sucedia nas Minas Gerais, ou no que podemos observar na biblioteca de José Barbosa de Sá. Os livros refletiam não somente as carreiras de seus proprietários, mas também a diversidade de interesses destes últimos. Afinal, neste período, encontramos obras que vão das devocionais e de ciências sacras até as ciências profanas, com especial ênfase nas naturais.

É em 1796 que o padre e professor régio de filosofia Manoel de Siqueira levou para Cuiabá uma biblioteca constante de 98 títulos. Curiosamente, entre eles, a maioria das obras abrangia o campo das ciências profanas, pois nesta área somavam-se 77 livros, contra os dezesseis restantes das ciências sacras. Com referência à função de docente em filosofia – que àquela época englobava as ciências – o padre possuía quinze obras de filosofia e vinte de ciências naturais (química, física, botânica e medicina), isto incluindo livros de autores ilustrados, dentre eles: Condillac, Verney, Genovesi, e Teodoro de Almeida; além de conhecidos cientistas como: Musschenbroek, Lavoisier, Tissot e Chaptal (VILLALTA, 1997, p. 366-367).

Por fim, ter uma biblioteca no período colonial e em especial no século XVIII, estava mais ligado à profissão de seu dono do que a seu poder aquisitivo, havendo na grande maioria dos casos a prioridade de obras que versavam sobre a carreira do bibliófilo. Porém, muito mais do que esta conclusão primária, uma história da leitura na América Portuguesa, como seja nas províncias, vilas e arraiais, ajuda-nos a saber qual o interesse, o gosto e as inquietações destes cidadãos comuns que nos legaram bilhetes amorosos, poemas rasteiros, ordens de prisão, confissões

heréticas e, como veremos no caso de José Barbosa de Sá, apontamentos cosmológicos sobre o Brasil.

Estas informações, ou seja, os autores a que José Barbosa de Sá teve acesso e leu, são extremamente importantes na medida em que nos ajudam a entender as concepções cosmológicas deste advogado do Brasil Colonial.

É sabido que até a vinda da família Real para o Brasil, no início do século XIX, a circulação de livros era mais reduzida; porém, como sabemos, livros eram contrabandeados, burlando assim a da proibição de circulação de certas obras proibidas ou restritas – como foi o caso do livro do padre André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil* (1711). Pede atenção também a questão das leituras e investigações acerca do mundo e das ciências naturais, pois estas não eram as funções privilegiadas na vida de José Barbosa de Sá, na Vila Real de Cuiabá. Paralelo às suas reflexões, deveria haver outras atribuições confiadas a ele, para além de suas funções jurídicas, que provavelmente ocupavam boa parte de seu tempo.

A intenção de Barbosa de Sá, como aqui já referimos, é a de colocar Aristóteles, Plínio e São João Damasceno a serviço da revelação. A idéia é a de sofisticar, dar contemporaneidade ao discurso divino; mostrar que nenhum assunto, nenhuma descoberta advinda do estudo dos minerais, ou da “descoberta” da América pôde ou pode contrariar o relato do Gênese, por exemplo. Além de quê, desse modo, José Barbosa constrói uma memória para o Novo Mundo, uma memória que ajuda a sanar o grande inconveniente de não se encontrar nas sagradas escrituras qualquer referência a esse enorme continente.

Em uma certa passagem dos *Diálogos Geographicos*, Polívio pergunta a Felino como entender a unidade no Pai, Filho e Espírito Santo. Felino responde com citações de Santo Agostinho e São João Damasceno, e para que não haja nenhuma dúvida de que sua intenção é tão somente a de dar uma explicação didática acerca da Santíssima Trindade, Felino encerra dizendo:

(...)E se vos não satisfaz isto, ide ter com estes Santos Padres e lá perguntai-lhes quando vos ocorrer neste, que vos responderão melhor do que eu, e não vireis descontente, que eu nesta parte sujeito o entendimento ao que tem, ensina e crê a Santa Igreja Catholica Romana. (SAA, 1769, fólho 11)

Ou seja, fica claro que, em nenhum momento, se pretende cometer qualquer heresia ou ofensa à verdade cristã sobre as coisas do mundo, apesar de, vez ou outra, nos depararmos com José Barbosa de Sá deixando a modéstia de lado, ao afirmar que tudo o que escreve só pode ser a *'mais pura verdade'*, isso tanto em suas interpretações no campo da exegese, presentes nos *Dialogos Geographicos*, quanto na *Relação das Povoações de Cuiabá*.

Do ponto de vista geográfico, Barbosa de Sá descreve detalhadamente o litoral do Rio de Janeiro, dos Campos de Goytacazes à cidade do Rio. É patente que viu com seus olhos muitos dos produtos naturais descritos. No caso das plantas acompanhou seu desenvolvimento pelo menos durante um ano, pois descreve as flores e os frutos, além de enumerar suas qualidades farmacológicas. No caso dos animais, observou a bioluminescência dos cupinzeiros e das famílias de *Coleoptera*, *Elateridae* e *Lampyridae* (besouros); e os casulos construídos pelas larvas de *Trichoptera* (insetos com aspecto de pequenas mariposas) que depois só seriam investigados por Fritz Müller, no século XIX. Talvez tenha sido o primeiro a

descrever as *Velloziaceae* (espécie de arbusto campestre) dos campos rupestres brasileiros. Apresentou dados sobre atividades de artesanato hoje perdidas no Brasil (confeções de objetos a partir de pó de quartzo fundido, bonecos ocos de borracha). Muitas das espécies animais e vegetais que descreveu eram desconhecidas dos naturalistas da Europa. Sem dúvida alguma está entre os melhores autores a tratar da Historia Natural do Brasil, nos tempos coloniais, além de ter uma das mais originais teorias cosmológicas do e no Brasil.

2. De viagem a peregrinação: alguns apontamentos sobre as monções e o cotidiano matogrossense no século XVIII

Os europeus acostumados à navegação de seus mesquinhos rios não podem fazer a mínima idéia do que é esta gigantesca jornada.

Auguste de Saint-Hilaire, botânico e viajante francês, 1820

Neste capítulo tentarei elencar alguns episódios descritos por viajantes e autoridades coloniais acerca das dificuldades que cercavam não somente a viagem até a Cuiabá do século XVIII, mas também a permanência dos mesmos no recém fundado arraial. Pretendo desse modo trazer à baila alguns constituintes do cotidiano de José Barbosa de Sá, para assim podermos vislumbrar (ainda que parcialmente) sob que circunstâncias e dificuldades este homem formou sua biblioteca, redigiu seus Diálogos Geográficos, exerceu a magistratura, enfim o quão adverso poderia ser o ambiente para um letrado² no recém 'conquistado' oeste brasileiro do século XVIII. Afinal, enfrentar as Monções fazia tanto parte do cotidiano do morador das vilas e arraiais do Mato-Grosso tanto quanto minerar ou pescar nas águas do rio Paraguai ou Cuiabá.

² Por ser um termo de difícil definição no século XVIII, ainda mais quando estamos 'lidando' com homens de diferentes formações que tem os mesmos objetos de estudo – ou paixões – optamos aqui por definir como 'letrado' todo aquele que se dedicou em alguma instância ao estudo dos constituintes da natureza (fossem eles ambientes, plantas, animais e minerais), independentemente da formação desses homens o do quanto poderiam estar familiarizados com as novas teorias e concepções que eram trazidas à baila pelos centros de estudo e pesquisa europeus. Obviamente com isso não pretendemos nivelar nomes como Conde de Buffon, Alexandre Rodrigues Ferreira e José Barbosa de Sá, mas sim observarmos a riqueza que representam as diferentes visões que estes homens faziam de uma mesma paixão.

Foi no final do século XVI, com o Tratado de Tordesilhas, mais precisamente 1494, que aquela imensa planície inundável situada no interior da América do Sul torna-se pertencente à coroa espanhola. Logicamente como todas as terras do continente americano, antes da chegada do europeu no século XVI, o Pantanal já possuía donos, eram diversas as nações e povos indígenas que habitavam a planície alagável; dentre outras eram encontrados os Payaguá, Xarayes, Guaxarapos e Guarani. No século XVI, as *notícias* seriam o meio pela qual os primeiros navegadores e aventureiros, como Sebastian Caboto e Juan de Solís, iriam relatar suas experiências e impressões sobre o Pantanal.

A possibilidade de encontrar tesouros e riquezas minerais era o maior motivador de tais incursões. Nas *notícias* de Caboto e Solís encontraremos informações sobre a existência da Serra da Prata e de um Rei Branco, que segundo José Barbosa de Sá em seus Dialogos Geographicos, foi por muitos, à época, interpretado como sendo a região de Ofir e o Rei Branco, o fornecedor americano de toda a espécie de gemas, pedras e metais preciosos para o Rei Salomão. (SAA, 1769: folio 86 recto)

A partir dos relatos desses navegadores quinhentistas podemos imaginar como se concebia o Pantanal, bem como o tipo de motivação que levou aventureiros e nobres a encherem suas cangalhas com mosquetes e bateias, encharcando suas roupas e bornais ao enfrentarem lagos, lagoas, rios, mosquitos em número infinito e “gentios” extremamente ambientados a um tipo de topografia e clima no qual o europeu ainda estava para se adaptar.

Porém, apesar das *notícias* quinhentistas espanholas, as primeiras incursões de vassallos de Portugal em terras do pantanal tinham como intenção primeira a captura de indígenas para a venda como mão de obra escrava nas Capitâneas. O primeiro descendente de europeus a percorrer o próprio rio Cuiabá, Antonio Pires de Campos, por lá andou não em busca de ouro, mas sim a captura do “gentio” Coxiponé, que vivia nas margens deste rio. O segundo foi Pascoal Moreira Cabral, que na barra do rio Coxipó-Mirim encontrou, em 1718, pequenos grânulos de ouro cravados nos barrancos. A partir dali, subiu o rio até o lugar que depois receberia o nome de Forquilha, onde teria ele capturado “gentios” com detalhes de ouro nos botoques e adornos. (SÁ, 1908: pp. 5-58)

As incursões pelas planícies alagadas do Pantanal com destino as minas do Cuiabá seriam então chamadas *Monções*. Ao que parece a palavra monção, segundo Sérgio Buarque de Holanda, teria sua origem em algum dialeto árabe (Holanda, 1957: p. 162), tendo a mesma se generalizado entre os marujos portugueses durante as grandes navegações que, pela primeira vez se dirigiam ao Oriente. Entre os marinheiros lusitanos a *monção* era usada para designar os ventos alternados que determinavam qual a melhor época para se navegar no oceano Índico. Ao que tudo indica, este não era o significado que a palavra monção viria a receber na Capitania de São Paulo. Porém, façamos uma ressalva, a de que mesmo em Portugal, com o tempo, monção viria a designar tão somente as estações adequadas às viagens, ou os períodos do ano em que sopravam os bons ventos à navegação. Apesar da vela jamais ter sido usada nas navegações pelos paulistas, estes adotaram a monção como designativo dos meses mais propícios durante o ano para se navegar os rios que levavam até o Pantanal.

No *Novo Dicionário Aurélio*, no fim do verbete “monção” encontramos o seguinte: “(...) *Qualquer das expedições que desciam ou subiam rios da Capitania de São Paulo e Mato Grosso nos Séculos XVIII e XIX, pondo-as em comunicação.*” (HOLANDA, 1998, p. 983) Havia ainda um outro fator que fazia com que a palavra monção exprimisse tão bem as expedições paulistas ao interior do Pantanal, este relativo ao tempo que as mesmas poderiam durar. Uma expedição destas quando saía de São Paulo, ou melhor de Porto Feliz, para chegar até a região de Cuiabá, levava o mesmo tempo empregado para ir de Lisboa à Índia, ou se ainda quisermos, da baía de Guanabara à desembocadura do rio Tejo, nada menos que cinco meses de viagem.

A notícia da descoberta do ouro produziu em homens acostumados a passarem meses em campanha, dormindo em meio a insetos, animais selvagens e peçonhentos, comendo algum toucinho salgado com um pouco de feijão e farinha de milho – mais tarde conhecido como o típico e rústico virado à paulista – uma grande expectativa de lucro fácil. Afinal, para quem já estava no sertão, mais lucro na captura de pepitas do que de “gentios”. Assim, muitos foram os bandeirantes que enfrentaram as monções em busca do ouro, que de longe podia ser visto reluzindo na região de Cuiabá. A propósito desta ânsia, o advogado licenciado em Cuiabá, José Barbosa de Sá em 1775 nos descreve que

(...) foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo, se abalaram muitas gentes dexando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora a terra da promessa ou o paraíso (...). (SAA, 1775, p. 9).

As notícias que corriam na Capitania era a de que, como a região do Cuiabá era muito afastada, era mais fácil ter-se ouro a mão do que chumbo, por exemplo, o que justificava o fato de os caçadores naquelas paragens se utilizarem de granitos de ouro em suas espingardas à falta do chumbo. Sem mencionar as pedras em que se apoiavam as panelas onde se cozinhava; geralmente para se escorar tal utensílio doméstico o sertanejo se valia da casa de térmitas (vulgo cupinzeiros), mas no Cuiabá, segundo se dizia, eram de ouro as pedras onde se colocavam as panelas nos fogões (SAA: 1775, p. 12). Apesar de termos aqui de considerar como a notícia da descoberta de um metal como ouro chegava até as margens do Tietê, ou seja, de que os mitos da “fartura” certamente acompanhavam as informações da descoberta de ouro.

Além da busca pelo ouro, essas expedições fluviais tinham também como objetivo o transporte de provisões para os mineradores que lá se encontravam. A partida das monções³ se dava geralmente entre os meses de março e abril, as margens do rio Tietê, tributário do rio Paraná, pois o melhor era achar-se a monção nas águas do rio Paraná já no dia de Santo Antonio, o que seria 13 de junho. Não respeitar tais preceitos meteorológicos poderia significar um e até dois meses a mais perfazendo o percurso. O rio Tietê, por exemplo, só apresentava dois obstáculos mais perigosos: os saltos de Avanhandava e Itapura. Porém, no período da estiagem os perigos multiplicavam-se por cem, pois chegavam a duzentas as corredeiras e cachoeiras. Por fim, com a enchente descia-se o rio Tietê em quinze

³ Cabe aqui um último esclarecimento acerca da palavra monção e o que ela designava principalmente durante o século XVIII: a monção apesar de, em um primeiro momento, significar a melhor época a se navegar os rios da Capitania de São Paulo, será, empregada como designativo de cada expedição que parte para o Pantanal mato-grossense.

dias; em médio nível de água levava-se um mês, e no auge do período de seca cerca de quarenta e cinco dias.

Assistiremos então a um esvaziamento da Capitania paulista. Com o estranho dom que nenhum outro metal parece ter, o ouro irá, mesmo antes de ser minerado causar

(...) as misérias de muitas das esquadilhas, organizadas às pressas e a esmo para vencer o deserto asperíssimo nelas embarcando gente de todas as categorias: aventureiros e burgueses bem afortunados e colocados, civis, militares e eclesiásticos (...) (Taques apud TAUNAY: 1981, p. 14).

A fim de facilitar a navegação, zarpavam de Porto Feliz às margens do rio Tietê, aproveitando então as cheias. Embora o roteiro pudesse variar um pouco, o início da viagem sempre se dava pelo Tietê até o rio Paraná, onde se procurava um de seus afluentes da margem esquerda até se chegar a uma das vertentes mais próximas de alguns dos rios que seguiam em direção ao Rio Paraguai. Quando os monçoeiros optavam pelo rio Pardo, chegava-se à região de Camapuã, em uma das partes mais estreitas do divisor de águas dos rios Paraná e Paraguai. Camapuã era o nome dado à fazenda que já existia neste vazadouro desde 1725, onde então os viajantes reabasteciam sua expedição com víveres e informações deixadas por outros monçoeiros sobre a situação dos rios que ainda seguiriam até a região de Cuiabá. As embarcações utilizadas eram canoas feitas de um só tronco de árvore, com um comprimento que variava de 12 a 15 metros. Eram escavadas pelo fogo e machado, seguindo as técnicas indígenas.

Como bem nos relatou Pedro Taques, a imprudência aliada a um desconhecimento da topografia que permeava a viagem custou a vida de muitos

aventureiros. Febre, fome, naufrágios e “gentios”, dizimaram expedições inteiras. Houve comboio que, partindo em 1720 de Araritaguaba – futuramente Porto Feliz – nunca chegou a seu destino. Os que vieram mais tarde encontraram pelo caminho canoas com os viveres podres, e pelos barrancos dos rios os cadáveres dos viajantes. Passou-se todo o ano de 1720 sem que nenhuma embarcação chegasse ao Arraial do Coxipó, na região de Cuiabá.

Dos poucos que conseguiram chegar em 1721, muitos tinham perdido amigos, parentes e escravos, entre outros bens. Relata-se ainda o infortúnio de um certo Capitão José Pires de Almeida, que durante o percurso havia perdido todos os seus escravos, além dos víveres e bagagem, só lhe restando a companhia de um mulatinho que tinha em conta de filho. Este último, o Capitão, apesar do apego, o deu em troca de um peixe pacu para aplacar a própria fome (HOLANDA: 2000, p. 46).

As dívidas contraídas na Capitania para se poder financiar uma viagem deste grau de periculosidade podiam se converter em negócios de alto risco, principalmente para os financiados, ou seja, aqueles aplicavam tudo o que tinham na empreitada que levaria até Cuiabá, é o caso, por exemplo do Capitão João Antonio Cabral Camello que, em 1727, para as Minas do Cuiabá se dirigiu

“Eu saí de Sorocaba com quatorze negros e três canoas minhas; perdi duas no caminho e cheguei com uma e com setecentas oitavas de empréstimo e gastos de mantimento que comprei pelo caminho. Dos negros, vendi seis meus, que tinha comprado fiado em Sorocaba, quatro de uns oito que tinha dado meu tio, e todos dez para pagamento de dívidas. Dos mais que me ficaram, morreram três e só me ficou um único e o mesmo sucedeu a todos os que foram ao Cuiabá. Enfim, de vinte e três canoas que saímos de

Sorocaba, chegamos só quatorze ao Cuiabá; as nove perderam-se e o mesmo sucedeu às mais tropas e sucede cada ano nesta viagem” (CAMELLO: 1727, p. 500).

As distancias fluviais percorridas pelos monçoeiros chegavam a 531 léguas⁴, o que equivale a 3.504 km e 600 m. Contava-se então 152 no rio Tietê, 29 no rio Paraná, 75 no Pardo, 17 no Camapuan, 40 no Coxim, 90 no Taquari, 39 no Paraguai, 25 no Porrudos e 64 no Cuiabá. Somado a isto, devemos também computar os 14 quilômetros que se contavam de São Paulo a Araraitaguaba. Assim, o total a ser percorrido de São Paulo a Cuiabá era de 3.664 quilômetros (TAUNAY: 1981, p. 55).

Com o passar dos anos, os monçoeiros optavam por realizar tal percurso em grandes comboios, de preferência aqueles em que autoridades coloniais, em barcos oficiais, fortemente protegidos, tivessem o mesmo destino, o que melhorava um pouco a segurança no percurso. Enfrentar a mineração nesta isolada planície inundável não era o único empecilho para se cumprir uma peregrinação, que prometia de uma “bateiada”⁵ só uma vida regada a ouro em pepitas e pó; tão

⁴ A légua era uma medida itinerária, pois sabemos hoje da existência de vários “tipos” de légua: *Légua quilométrica*: cerca de 4 quilômetros. *Légua marítima*: equivalia a vigésima parte do grau contada num círculo máximo da terra, o que vale três milhas, ou cerca de 5,556 quilômetros. *Légua terrestre* ou *Légua comum*: légua de 25 ao grau, isto é, de 4,445 quilômetros. *Légua geométrica*: equivalente a cerca de 6 a 6,6 quilômetros, sendo ao que parece, pela distância – via fluvial – hoje conhecida entre São Paulo e Cuiabá, ser esta a *légua* adotada pelos monçoeiros.

⁵ A “bateiada” refere-se aqui ao uso da bateia, que era o instrumento utilizado pelos antigos mineradores de veios auríferos e diamantíferos encontrados em riachos ou córregos, a bateia consiste em uma espécie de gamela de madeira em forma de alguidar, ou seja, um vaso, um grande prato raso em forma de cone truncado e invertido. Seu uso consiste do seguinte método, o minerador enfia a bateia no fundo do riacho, e na água do mesmo começa a fazer movimentos circulares, com isto o cascalho que é mais leve sai pela borda da bateia, somente ficando ao fundo da mesma as pepitas de ouro ou o diamante bruto.

inóspito quanto o Pantanal era o caminho que levava até este pretendido enriquecimento que, se não era fácil, ao menos prometia ser mais rápido do que a lida com a enxada nas sesmarias.

A morte quase sempre ronda os relatos monçoeiros, e em alguns deles a viagem por vezes se transforma em um macabro itinerário. Na *relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá* feita pelo Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, em 1726, não serão somente as baixas ocorridas entre os membros da expedição que lembrarão quão sombrio poderia se revelar o roteiro para o “eldorado” cuiabano. Por vezes, os corpos encontrados pelo caminho parecem indicar duas coisas: que se está indo pelo caminho certo, e que pode não se chegar até o fim do caminho certo.

A monção parte em 7 de julho, um Domingo pela manhã, logo após ouvirem a missa no convento de São Francisco. Já na quarta-feira, dia 10, o calor abafado e úmido, típico da região, começa a fazer suas primeiras vítimas; são obrigados a fazerem uma escalada na Vila de Itu, onde ficam até o dia 14 para se recuperarem. Em 18 de julho, o rio Tietê reivindica sua primeira vítima, pois “(...) Nesse dia afogou-se nesta passagem um homem branco, piloto do escrivão do R. Vig^o da Vara, que depois foi achado com a cabeça partida (...).” (MENEZES: 1726, p.104).

Várias são as cachoeiras Tietê abaixo, e as águas brancas das corredeiras trazem a memória do Capitão General que transpor as mesmas pode ser um verdadeiro exercício de sobrevivência, posto que, segundo ele, há mais de cem anos não tem havido uma tropa, em todo tempo que, navegando aquela parte do rio,

não perdesse canoas e tivesse baixas em afogamentos. Lembra ele ainda dos que naquele ano já haviam por ali deixado parte de seus tripulantes, pois

“(…) neste ano pereceram das tropas que passaram o Cuiabá em Pirapora o piloto, de que já fiz menção, e na outra cachoeira que lhe segue, uma, mulher do reino, na do Pau Santo três negros e uma negra do alferes Duarte Pr.^a Itapanema Antonio de Barros Paiva, e no fim deste reino um moço, que vinha com Luiz Ribeiro de Faria.” (MENEZES: 1726, p. 104).

Em 10 e 11 de agosto é recomendado a todos os membros da expedição que tomem uma dose de triaga de venia⁶, com medidas a prevenir as *malignas doenças*

⁶ A triaga era uma espécie de panacéia jesuíta para quase todos os maus que poderiam ser contraídos no Brasil Colonial, segundo os irmãos jesuítas do *Collegio de Jesus da Bahia* no século XVIII “A Triaga Brasilica hé um Antídoto ou Panacea composta, à imitação de Triaga de Roma e de Veneza, de varias plantas, raizes e ervas e drogas do Brasil, que a natureza dotou de tão excellentes virtudes, que cada huma por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa; pois com algumas das raizes, de que se compoem este Antidoto, se curão nos Brazis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos, como também de outras varias enfermidades, só como mastigá-las.

Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita

Cascas de angelica: na Tujupeba, Pernambuco ou sertão.

Cascas de Ibiraé: no Camamu e sertões da Bahia.

Erva caacicá: no Collegio da Bahia.

Erva do sangue: no Collegio da Bahia.

Jararacas: no Camamu, Tujupeba, sertão e na quinta do Collegio da Bahia.

Mel de Abelhas ou de pao: na Tujupeba, Porto Seguro, Capivaras, Camamu e sertão.

Raiz de abutua: em Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão.

Raiz de acoro: de Portugal.

Raiz de aipo: na Bahia e Portugal.

Raiz de angericó: em Pernambuco, Tujupeba e jaboatam.

Raiz de aristoloquia redonda: em Portugal.

Raiz de batata do campo ou batatinha: no Rio de Janeiro e no sertão.

Raiz de capeba: no Collegio da Bahia e Pernambuco.

Raiz de contra-erva, ou caapia, ou pica de macaco: na Tujupeba e Pernambuco.

Raiz de jaborandi: na quinta do Collegio da Bahia, Pernambuco e sertão.

Raiz de junça: de Portugal.

Raiz de limoeiro: em qualquer parte.

Raiz de malvaisco: de Portugal.

Raiz de mil-homens: em Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão.

Raiz de orelha de onça: na Tujupeba, Canabrava, Sacco dos Morcegos e no sertão.

Raiz de pagimirioba: na quinta do Collegio da Bahia e Pernambuco.

Raiz de pecoacoanha branca ou sipó: no Jaboatão, Pernambuco e sertão.

Raiz de pecoacoanha negra ou sipó: no Jaboatão, Pernambuco e sertão.

Raiz de jerobeba: na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Semente de neampus: no Collegio da Bahia e sertão.

Semente de pindaiba: na Aldeya do Sspirito Santo, Capivaras e sertão.

Sipó de cobras: na quinta do Collegio da Bahia e no sertão.”

que, por vezes, são contraídas por todos os que naveguem as *'putrefactas'* águas do rio Paraná. Notemos o quanto era disseminado entre os monçoeiros o conceito dos miasmas, ou seja a opinião de que as águas do rio Paraná são infectadas e pútridas por estarem cheias de animais, insetos e paus em estado de decomposição. As recomendações eram que jamais se permitisse beber de suas águas.

Vencido o rio Paraná, ou Grande Rio, seguiram. A 13 de setembro desembarcam os carregamentos das canoas e prosseguem um trecho a pé, com as cargas nas costas dos negros, como sempre é lembrado. Quando então adentram o primeiro *Capão grande* se deparam com a cena: embaraçado em meio aos cipós, como se fora um bizarro fantoche apoiado pelas cordas, o cadáver de um homem. Após ponderarem sobre o possível conforto cristão que poderiam dar ao defunto, resolvem deixá-lo como o encontraram, afinal o mesmo já estava em adiantado estado de putrefação, e quem o manuseasse para o enterro poderia contrair *peste* (MENEZES: 1726, p. 109). Vemos aqui mais uma vez quanto a teoria dos miasmas encontrava-se disseminada entre os monçoeiros, afinal não poderia haver morte pior do que aquela privada da extrema unção e do sepultamento. Ainda assim, a certeza de que os odores da matéria orgânica em decomposição poderiam levar à morte quem entrasse em contato com os mesmos, nesse período, já era maior do que as obrigações que todo cristão deveria prestar para o bem morrer de um irmão de fé.

Durante a descarga das canoas para atravessarem alguma cachoeira ou corredeira, os negros carregadores sempre são motivo de reclamações do Capitão

General. Segundo ele, enquanto transportam as cargas, aproveitam para arrombarem e furtarem seu conteúdo. Lamenta o Capitão este ocorrido, pois a perda de mantimentos é a mais sensível, e para ele “(...) *tanto mais se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha (...)* (MENEZES: 1726, p. 109-110). Ou seja, mais valia um toucinho na mão, que um negro carregador ladrão.

Se as agruras da viagem são sentidas pelos que a comandavam, imaginemos o que não sucedia com os comandados e principalmente com os escravos; ademais, tal comportamento por parte destes pode aqui ser entendido como um reflexo do que era destinado a eles em matéria da quantia de ração diária. Apesar de reconhecer a necessidade da mão de obra negra no duro percurso entre São Paulo e Cuiabá, o Capitão Rodrigo, ao priorizar os mantimentos e ferramentas estritamente necessários a se vencer tal trajeto, conclui que, da maneira que se comporta, o negro em tal situação mais atrapalha que ajuda, tornando-se assim menos importante que alguns quilos de feijão ou um pedaço de toucinho. Não será, portanto, sem motivo que os remadores serão constantemente descritos sem camisa e com o corpo besuntado de gordura, para assim ficarem mais escorregadios no momento em que tentassem fugir (Holanda: 2000, p. 67). Um interessante exemplo de que a ordem social estabelecida entre a casa-grande e a senzala na Capitania e nos engenhos não se deixava abater ou dissipar entre aguapés, corredeiras e carregadores...

Seguiam viagem, já era mês de outubro e a expedição adentrava o rio Camapoão-Mirim, no dia três do corrente – ainda percorrendo o Camapoão –

encontram novamente um silencioso e eloqüente informante dos perigos do percurso, pois desta vez

“(...) se achou no mato junto de um rio, que está da parte esquerda um cadáver ainda com cabelos e com couro, que pareceu branco, em algumas, sentado em cima dos ossos, e pela informação dos negros que foram ao mel e o acharam, se entendeu ser pessoa das que foram o ano passado em alguma tropa.” (MENEZES: 1726, p. 110-111)

No mesmo dia do avistamento do “cadáver sentado”, o cozinheiro do Capitão de nome João Francisco, ao lembrar que na última parada da expedição havia deixado uma de suas facas na barranca do rio, volta para a margem; seus companheiros combinam com ele que armariam acampamento alguns metros rio abaixo e que lá aguardariam a sua volta, o que não ocorreu. No outro dia levantaram acampamento e seguiram viagem Camapoão-Mirim abaixo. João Francisco, o cozinheiro, nunca mais foi visto. Provavelmente se perdeu no mato, ou foi devorado por alguma onça, reflete o Capitão (Ibidem, p. 110).

No rio Taquari-assu encontram *águas violentas*; na cachoeira chamada o último perigo do Quexeim, a *tropa* do Capitão Rodrigo César sofre mais baixas. O perigo do Quexeim faz valer sua fama, uma canoa *sacode violentamente* e dois negros e uma negra são atirados no leito do rio, morrendo os três afogados. Muito provavelmente eles não sabiam nem mesmo nadar. Já corriam os dez dias do mês de outubro.

No dia 13, um domingo, o azar se sucede mais uma vez; muito vento contrário, seguindo na direção proa/popa faz com que um moço de cor branca caia no leito do rio se afogando em seguida. Tal fato, segundo o Capitão irá causar muita

mágoa entre os membros da expedição. Eles ainda navegariam 29 dias até chegarem a seu destino.

Por fim, a última anotação de Rodrigo César com referência aos óbitos sofridos e encontrados durante a viagem, foi feita em 25 de outubro, e diz respeito a um tal de *Manoel Roiz, filho de Braga*, ou seja, de origem lusitana, que, segundo o Capitão, era um forasteiro da tropa, provavelmente mais um aventureiro que tentou seguir com a autoridade colonial, na esperança de assim, ter mais segurança no trajeto. Foi sepultado em uma cova feita na barranca esquerda do rio Xianes três léguas antes de chegarem ao Porrudos (Ibidem, p. 114).

A rota fluvial de São Paulo a Cuiabá será ainda digna de muitas notas, anotações e contagens. Em 1727, Gervasio Leite Rebelo, secretário do Governador e Capitão General da Província de São Paulo acima citado – Rodrigo César de Menezes –, informa ao Padre Diogo Soares que para chegar à foz do rio Tietê teve de transpor 160 obstáculos, dentre eles correntezas, cachoeiras, itaipavas⁷, trechos de cirga⁸, despenhadeiros, contrassaltos, funis, jupiás⁹, tucunducas e redemoinhos (Rebelo, 1727). Acerca dos remeiros e proeiros – que conduziam as canoas – comenta Antonio Rolim que

“(...) Finalmente é uma arte esta maior do que se representa à primeira vista, pois é necessário estarem estes homens com lembranças, em uma viagem

⁷ As Itaipavas eram recifes de pedras que atravessavam o rio de margem a margem, causando desnivelamento e turbulência na corrente.

⁸ Quando, no rio ou corredeira em que se achavam as embarcações existiam pedras submersas e espalhadas, capazes de provocar a virada ou quebra das canoas o trecho era chamado de *sirga*. Quando tais obstáculos surgiam, imediatamente os pilotos e remeiros pulavam na água conduzindo as canoas nas mãos de maneira as conter e desviar, deste modo evitava-se que as mesmas adquirissem a alta velocidade imposta pelas águas naquele percurso.

⁹ Na Amazônia e no Mato Grosso recebe o nome de Jupιά a voragem ou redemoinho localizado no meio do rio, e que constitui um perigo para pequenas embarcações.

tão comprida, de mais de cem cachoeiras que ela tem, e da parte e forma porque as hã de tomar, sendo tão diversas não só entre si, mas cada um de si mesma, à medida que os rios levam mais água ou menos água, havendo algumas tão compostas que parte se passa à sirga e parte a remo. Uma houve que por esta causa gastei nela três dias.” (ROLIM: 1751, p. 200)

Dentro da canoa, a divisão do trabalho, com vistas à melhor pilotagem, era muito bem definida: o remo do piloto era o maior de todos, pois com ele se direcionava a canoa. O do proeiro – aquele que fica à frente do navio – também tinha de ser maior que dos remeiros, pois com ele se desviava a canoa dos perigos que surgiam à frente. O modo de se navegar era o seguinte: todos remavam sincronizadamente, ao passo que o proeiro tinha a função de, ao colocar o remo na água, dar uma pancada com o calcanhar dentro da canoa, para que os remadores soubessem o ritmo e velocidade com que deveriam ser dadas as remadas, e também para que todos, ao mesmo tempo, mergulhassem os remos; assim haveria uma melhor distribuição de impulsão (TAUNAY: 1981, p. 58-67).

O trabalho destes dois navegadores tinha de ser extremamente sincronizado, já que a canoa não possuía leme nem quilha, além de que, um ato descoordenado de ambos poderia causar a virada da embarcação, pois a largura da mesma era pequena¹⁰.

¹⁰ Theotônio José Juzarte ao relatar em 1769 a sua fatídica ida ao presídio de Iguatemi - em meio a planície do pantanal – nos dá informações importantes acerca das embarcações pantaneiras: As mesmas eram feitas de um só tronco de árvore, ou seja eram uma peça só, tinham em geral, de cinquenta a sessenta palmos de comprimento (11m a 13m,20), e de boca de cinco a sete (1m,10 a 1m,54). Eram agudas para a proa e popa, lembrando o perfil de uma lançadeira de tecelão. Não possuíam quilha nem mastro, pois nunca eram usadas para navegação à vela, mesmo em grandes rios como o Paraná e Paraguai. Em sua borda, a grossura do casco não excedia a duas polegadas (5,5 cm). O custo para época era de setenta a oitenta mil réis. Mas havia as que superavam este valor. “(...) Fornece-se cada uma de oito homens, oito remos, quatro varas, uma cumieira coberta de lona, pólvora, bala, machados, foices, enxadas e armas de fogo”. A cobertura de lona servia tão somente para a carga que era transportada na canoa, quando então chovia. “(...) Tem estas embarcações dois espaços vazios nas duas extremidades da popa e da proa, que tem cada um de

Além dos remadores e ocupantes, os instrumentos para mineração e víveres a serem consumidos durante a viagem também deveriam ter seu lugar garantido. As provisões que seguiam nas embarcações eram – quase sempre – farinha de milho e de mandioca, feijão, toucinho e sal. O toucinho dificilmente era fresco, sendo mais utilizado o curtido na fumaça – hoje conhecido como defumado – e o conservado no sal. Segundo Sérgio Buarque (2000, p.106) a preferência pelo feijão provavelmente advinha da facilidade em encontrá-lo tanto em São Paulo quanto nas poucas roças que se viam pelas barrancas dos rios que levavam a Cuiabá. Além de quê, a colheita de feijão na Capitania de São Paulo era feita entre os meses de abril e junho.

Assim, levando-o recém colhido, haveria mais garantias de o feijão conservar-se durante a viagem, e, no caso do fim deste, ou de se perder a carga em alguma

comprimento dez até doze palmos [2,20m a 2,64m] em os quais não se mete carga.” Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná, e Rio Guatemi em que se dá Relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais Rios, que se encontram, Ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de Março de 1769. Escrito pelo Sargento-Mor Theotônio José Juzarte.

Ainda com relação as embarcações, encontramos um interessante documento publicado na *Revista do Instituto Historico Geographico Brasileiro*.(Rio de Janeiro, Tomo Segundo, p. 291-314, 1916.), que trata acerca das embarcações fluviais no século XVIII:

“Informação sobre o modo por que se efectua presentemente a Navegação do Pará para Mato-Grosso, e o que se póde estabelecer para maior vantagem do commercio, e do Estado. Copiado d’um manuscripto offerecido ao Instituto pelo Secretario Perpetuo o Conego Januario da Cunha Barbosa.

Os meios de transporte mais utilizados neste período (século XVIII), são as Canoas, elas desciam e subiam o rios das regiões brasileiras. Mas, com rios na sua maior parte de cachoeiras – como é o caso do rio Madeira –, era preciso pensar nas proporções das canoas. Assim, não se podia exceder nas construções de canoas com mais de 1200 arrobas ou seja 17.625 kg. Como arrasta-las por terra nas subidas e nas descidas, sem a força de cem, cento e vinte homens? Em se tratando das canoas menores, de 400 ou 500 arrobas (5.8775 ou 7.344 kg), não as arrastariam nas travessias das cachoeiras menos de 40 ou 60 homens, e finalmente, raciocina-se que quanto maior as embarcações, maior era o número de homens para remove-las por terra, e que carecendo de tantos homens, o número de embarcações aumentava, não esquecendo que de imediato somado às despesas na compra das embarcações, parte do porão das mesmas deveriam ser ocupados com provisões – especialmente a farinha –, cabos, ferramentas e outros apetrechos para concertos dos estragos que fatalmente sofriam numa viagem. Considerando a compra de escravos ou o ajuste de remeiros indígenas e as despesas com sua alimentação. Subindo o rio Madeira em direção à Capitania do Mato Grosso, à partir da vila de Borba – à margem direita do Madeira –, não havia como abastecer-se de provimentos, pela ausência de roças ou povoados. Tais expedições, tratavam-se pois, de um empreendimento possível somente para quem possuísse muito dinheiro, ou nas condições da “Viagem Philosophica”, uma responsabilidade financeira da Fazenda Real do Estado do

virada, haveria a parada em Camapõa. A preferência pelo feijão também advinha de sua resistência a pragas, pois o gorgulho¹¹ só viria a ser empecilho para o transporte e armazenamento de grãos a partir de 1825 (ibidem, p. 106). Apesar da preocupação em levar alimentos que suprissem tanto a rota de viagem, quanto os colonos que já se encontravam na região de Cuiabá, isto não garantia os infortúnios que espreitavam monção afora, como bem pudemos acompanhar no drama do Capitão José Pires de Almeida.

Porém, a despeito de todas as dificuldades da viagem e de se alimentar durante a mesma, estamos sempre arriscados a encontrar aqueles que, de uma maneira ou outra estão dispostos a transportar consigo alguns luxos da nascente vida urbana que encontravam na Capitania de São Paulo do século XVIII, é o caso do já citado Governador e Capitão General da Província de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, que ao partir para Cuiabá em 1726, não abre mão de levar algumas iguarias gastronômicas:

“Assim, vemos arroladas em sua matalotagem 4 arrobas de chocolate, 7 de manteiga, 8 de doces, 18 de açúcar, 7 de aletria¹², 4 de cuscús, 4 de peixe seco, 6 barris de biscoitos, 2 de paios¹³, 4 alqueires¹⁴ de grãos, 60 queijos e 144 caixetas de marmelada.

Grão-Pará, contando com a soma dos esforços das vilas da Capitania de São José do Rio Negro”(INFORMAÇÃO, 1916, p. 294).

¹¹ Segundo R. von Ihering em seu *Dicionário dos Animais do Brasil* Gorgulho “são os besouros da família Curculionídeos; distinguem-se pela tromba relativamente comprida e muitas vezes curvada para baixo, formada pelo prolongamento de sua cabeça. Em particular designa os besourinhos que atacam o milho, arroz, feijão e outros cereais e portanto são ‘carunchos’. O povo, porém, nem sempre faz distinção exata entre caruncho e gorgulho, estendendo esta denominação e acepção restrita (derivada do latim *curculio*) a todos os besourinhos carunchadores”. (IHERING, R. von. 1968, p. 296). Nelson Papavero e Karol Lenko fazem as mesmas observações acerca destes *coleópteros*. (PAPAVERO e LENKO, 1996, p.311).

¹² A aletria era um tipo de macarrão.

¹³ O paio nada mais era que carne de porco acondicionada nas vísceras do intestino grosso do próprio animal; espécie de lingüiça

Como líquidos: 8 barris de vinho, 3 de aguardente da terra¹⁵, além de 8 frasqueiras de aguardente do Reino¹⁶ e 5 barris de azeite de oliveira.

[Além de também encontrarmos] *100 alqueires de farinha de mandioca, 150 da de milho, 23 da de trigo. E ainda seguiram a bordo 12 capados¹⁷* (TAUNAY: 1991, p. 65).

A respeito da dieta dos mineradores, José Barbosa de Sá em sua *Relaçam* nos informa, por exemplo, que os alimentos que chegaram da Capitania de São Paulo, em 1723, estavam ou fungando – no caso das farinhas –, ou germinando – feijão e milho –, ou apodrecendo – toucinho –, isto deve ter-se dado, principalmente, por apanharem chuva no transporte, ou até mesmo por terem caído na barranca do rio quando se desocupavam as canoas para transpor as cachoeiras (SAA: 1775, p. 15).

Poder-se-ia, então, indagar o que faziam os escravos na região de Cuiabá, que não cultivavam roça o suficiente para o auto-sustento dos arraiais. A pergunta deveria ser feita a seus donos e senhores, que estavam mais preocupados em lhes colocar uma bateia na mão que uma enxada. O resultado para estes “lavradores” de ouro não podia ser pior, a primeira colheita de milho na região não foi suficiente para distribuir entre todos os mineradores. A sobrevivência teve de ser garantida pela milenar técnica de caçar e coletar, caçar aves, alguma anta, pescar peixes e colher

¹⁴ Não confundamos com a unidade de medida de superfície, o alqueire também foi no Brasil Colonial uma medida de capacidade para secos, sobretudo cereais, porém de volume variável, ele poderia variar entre 12,5 e 13,8 litros.

¹⁵ O aguardente da terra, era a nossa cachaça, feita a partir da cana de açúcar fermentada.

¹⁶ Cabem aqui duas notas explicativas: a primeira com respeito as *frasqueiras*, estas eram caixas ou maletas onde se acondicionavam vinhos engarrafados, geralmente os de melhor qualidade, pois assim não ficavam expostos a luz solar, que poderia comprometer seu sabor e textura. E o aguardente do reino era o nome dado ao vinho português, este, feito a partir da uva.

¹⁷ Capado é a designação que até hoje, em zonas rurais se dá ao porco que é castrado, para que assim engorde mais.

alguma jabuticaba ou araçá que fosse encontrada perto da área de mineração, aliás, bem perto, para não se correr o risco de ser caça do “gentio” que espreitava. Nestes termos, alguns bandeirantes que se faziam acompanhados por índios hábeis em seguir os rastros de uma anta ou uma abelha jataí em pleno vôo, tinham uma garantia a mais de se alimentar.

A solução, ou parte dela, deveria ser conseguida na introdução de animais domésticos do Ocidente, como porcos, gado e galinha. Os primeiros a migrarem com os bandeirantes foram os menores: porcos e galinhas, que quando transportados vivos serviam não somente para se ter *carne verde* – ou fresca – em um momento propício da viagem, mas também para juntamente com as roças serem um recurso a mais. As galinhas, se não recebessem sua parcela diária de quirelinha – milho moído – se viravam na cata de tudo o que pudessem encontrar no terreiro, ou na capoeira recém desmatada em volta do rancho. Além de quê, esta pequena ave também se alimenta de insetos, ou do que for pequeno e se mova pelo chão, aí poderíamos incluir também alguns artrópodes como, por exemplo, a pequena aranha armadeira – uma das espécies mais venenosas do mundo – ou os escorpiões. Logicamente, as galinhas não eram levadas para o sertão com essa restrita função de limparem o *terreiro*, e sim na intenção de proporcionarem ovos, carne e caldo – este último em especial para os doentes. Porém, é sabido que, no meio rural, as chamadas galinhas caipiras dificilmente poupam algum inseto – ou artrópode – que surja enquanto fazem suas averiguações à base de ciscadas.

Os porcos domésticos, assim como as galinhas também fazem parte daquela gama de animais que contribuem com o homem para a antropização de paisagens ainda selvagens. Estes, na falta da *lavagem* diária fornecida por seus donos, também eram hábeis em conseguir o próprio alimento, afinal os porcos, assim como as galinhas são onívoros, o que aumenta em muito a variedade de alimentos para eles disponíveis. Enfim, fuçando e focinhando o mato, os porcos encontravam tubérculos, raízes, vermes e pequenos animais. O historiador Warren Dean, afirma que os porcos domésticos, trazidos do velho continente ajudaram em muito o colono de ascendência européia a administrar as áreas de mata então desmatadas, pois o mesmo, ao se alimentar das raízes de algumas árvores e plantas, ajudava na manutenção do desmatamento, fazendo com que no lugar de uma floresta secundária – o que é mais comum após um desmatamento – surgisse simplesmente um capão com algum mato rasteiro (DEAN, 1997, p. 218).

O gado, apesar de ter algumas vantagens sobre os porcos, como possuir um sistema termo-regulador mais eficiente – o que seria importante na quente região de Cuiabá – além de não concorrer diretamente com o homem em quase nenhum tipo de alimento de origem vegetal, produz carne, leite, fibra e couro. Porém, a grande dificuldade de se conseguir sal nesta região do Pantanal trouxe sérios problemas às primeiras tentativas de criação dos bovinos na região, pois, como se sabe, o sal é um dos principais nutrientes necessários a criação de gado, seja em regime aberto ou de confinamento. Além de quê, imagine-se a dificuldade em se transportar estes animais em pé, nas pequenas canoas que percorriam rios, corredeiras, cachoeiras para chegarem até seu destino (HOLANDA: 2000, p. 50).

Porém, como sabemos, nem todos os animais que aprenderam a conviver e dividir os mesmos tipos de alimentos e morada com o homem são bem vindos. Na mesma época em que as galinhas e porcos eram transportados até a região de Cuiabá, seguiam junto com eles, escondidos em meio às caixas de toucinho e às sacas de feijão, os pequenos ratos domésticos. Estes, por não encontrarem nenhum predador no recém colonizado Mato Grosso, multiplicaram-se consideravelmente, atacavam as roças de milho, a comida estocada em casa, além de roerem as poucas roupas que os mineradores possuíam naquelas paragens. Relata Sérgio Buarque de Holanda (2000, p. 51) que o primeiro viajante a ter a idéia de trazer um casal de gatos de São Paulo conseguiu vender os filhotes dos mesmos por uma libra de ouro cada um, o que naquela época equivalia aproximadamente 459 gramas do metal.

A cana de açúcar, que sempre figurava à volta de qualquer arremedo de habitação colonial só começou a ser cultivada na região de Cuiabá em 1728, ainda assim, foi trazida da Capitania às escondidas (HOLANDA, 1957, p. 175). A proibição do cultivo da cana de açúcar em regiões mineradoras pelas autoridades coloniais tinha os seus motivos. O primeiro era o de que o cultivo da cana depreendia muita mão de obra, o que afastava os escravos da lida na mineração. O segundo motivo era bem mais contundente, e dizia respeito não à cana em si, mas àquilo em que ela pode ser transformada. A *agoa ardente* poderia se tornar um sério problema quando passava a circular em zonas mineradoras.

Curiosamente, José Barbosa de Sá – o único que se preocupou em observar os efeitos da cachaça entre mineradores escravos e livres – dá-nos notícias

contrárias das esperadas pelas autoridades. Segundo ele, a cachaça era a base para numerosas mezinhas, pois a *agoa ardente* teve o poder curativo de diminuir a morte entre os escravos – que ficavam na lida com as bateias de 10 a 14 horas, com metade do corpo na água dos rios e a outra metade sob sol causticante do pantanal mato-grossense. A volta dos rostos corados também era um dos vários efeitos colaterais ‘farmacológicos’, ou seja, benéficos, que a cachaça promovia, pois antes de tomá-la os homens tinham cores *de defuntos*. Enfim, os engenhos destinados à moagem e à fermentação da cana de açúcar eram úteis “(...) *principalmente para a conservação dos escravos que trabalham nos servisos de minerar. (...)*” (SÁ: 1775, p. 18).

Desse modo, ao observarmos, tanto a preocupação das autoridades em proibir a aguardente nas regiões das minas, quanto a disposição do advogado José Barbosa de Sá em enumerar suas qualidades terapêuticas, podemos perceber, por um lado, a postura de uma autoridade administrativa, preocupada em coibir o consumo de uma bebida que poderia causar danos às lavras de minério. Esses danos poderiam ser computados desde a total embriaguez, que impediria a mínima coordenação motora de seu consumidor, impossibilitando-o assim de exercer seu trabalho na mineração, chegando mesmo a causar manias de perseguição e paranóias, distúrbios de personalidade que, uma vez presentes entre homens que lidam com a extração de um minério, tão almejado e disputado como o ouro, poderia causar mortes e, quem sabe, até mesmo guerras civis. Logicamente, tais proibições por parte das autoridades coloniais não visavam – ao menos em um primeiro plano – a integridade dos bandeirantes faiscadores, e sim garantir para a Metrópole a intermitente remessa do imposto do quinto de ouro coletado por estes homens.

Por outro lado, várias serão as razões convocadas pelos colonos, caboclos e bandeirantes para colocar a aguardente de cana entre os itens indispensáveis nas dispensas das boticas, armazéns e ranchos. Ao que parece, *a aguardente da terra* – feita de cana de açúcar – estava fadada a ocupar na Colônia o mesmo lugar que a *aguardente do reino* – feita de uvas – ocupava na Metrópole. Entendamos aqui que a cachaça não substituiu o vinho em Portugal, e muito menos o vinho viria a circular no Brasil. O que queremos aqui é enfatizar o espaço simbólico que estas bebidas ocupavam no cotidiano destas duas nações.

Pois, assim como foi a aguardente no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII, em Portugal o vinho – principalmente – será celebrado e utilizado não somente como um prazer cotidiano, mas também como panacéia, um catalisador de ervas e plantas medicinais, que nos foi dado a conhecer no Brasil pelo nome de garrafadas. Mas, será contra um mal em particular que a cachaça no Brasil será evocada: a picada de cobra, acidente que poderia ocorrer a qualquer um que habitasse na Colônia.

O Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida durante sua viagem pelos sertões do rio Negro, Cuiabá e São Paulo entre os anos de 1780-1790, traz importantes registros sobre o depoimento de homens que afirmam ser graças à aguardente não terem perdido suas vidas com as picadas de cobra. Seu guia de nome Salvador dizia não conhecer outro remédio quando mordido por uma cobra; relata ainda que, quando bebia aguardente com intenções medicinais, não sentia o menor sinal de embriaguez, embora nestes momentos ingerisse grande quantidade da bebida. Já em outras situações, a menor quantidade de álcool posta na boca lhe causava o conhecido estado de euforia. Houve também um piloto que fora mordido três vezes

por serpente, e que para ainda estar vivo, usava da aguardente e algum punhado de sal. No Mato Grosso, ele mesmo diz ter visto um negro que, após ser atacado por uma cobra, se curou graças ao já mencionado remédio (Lacerda e Almeida apud HOLANDA: 1957, p. 134).

Como pudemos observar nos próprios relatos de José Barbosa Sá, a aguardente, ou cachaça, possuía outros préstimos além do combate ao ofidismo. Digno de nota aqui é o tratamento que temos de dar a estes relatos. Não podemos simplesmente afirmar que tais apontamentos “farmacológicos” simplesmente faziam parte de uma estratégia popular com meios a justificar o uso e transporte da cachaça para casa, ou para a incursão no sertão. Mais importante do que provarmos aqui se a cachaça pode ou não ser usada como soro antiofídico é experimentarmos a importância que a mesma ocupava entre os homens da Colônia. Talvez o torpor do álcool diante da dor desse a sensação de alívio, talvez... Mas, o que não estava no âmbito da conjectura entre aqueles homens era que aquela bebida poderia ajudá-los em momentos extremamente críticos; não se tratava somente de uma lógica de fé. Assim, vários serão os motivos enumerados pela população da Colônia para que a aguardente circule, não somente nos locais permitidos, mas nos proibidos também.

Além do álcool, uma espécie de antecessor colonial da cromoterapia parece ter sido muito difundido especialmente entre os bandeirantes que adentraram o Mato Grosso. Cobertas, roupas e mantas vermelhas faziam com que as doenças saíssem mais facilmente com o suor, principalmente no caso de sarampo e escarlatina. Já a baeta de cor vermelha quase sempre era associada a algum índice de dor ou doença, especialmente com respeito às contagiosas. Era um código: toda a casa em

cuja porta pudesse ser vista uma baeta vermelha pendurada abrigava portadores de bexiga ou bexigentos (HOLANDA: 2000, p.70)¹⁸.

Pois bem, se hoje sabemos que a manutenção da saúde está ligada, entre outros fatores à higiene pessoal, não podemos aqui nos omitir de relatar alguns hábitos pertinentes ao cotidiano dos monçoeiros, mesmo que alguns deles não causem necessariamente doenças. Na verdade, poderíamos citar aqui um monçoeiro em especial: o nobre Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim. Numa demonstração de que as dragonas, farda e chapéu de Braga foram concebidos para separar os nobres dos outros homens – inclusive na travessia do Pantanal –, D. Antonio parte de São Paulo em 1751 em sua canoa especial. Nela, o piloto e remeiros, por estarem a serviço de um futuro Conde foram devidamente vestidos, o piloto de farda azul e chapéu de plumas e os remeiros de calções encarnados e barrete adornado com as armas de Sua Excelência.

As roupas devem ter causado um considerável incômodo entre os tripulantes da nobre canoa. Porém, o que mais deve ter causado estranhamento entre os servos plebeus foram alguns hábitos, no mínimo curiosos, do futuro conde, como por exemplo, o de só ter se despido pela primeira vez – desde que partiu de Ararituaba – na fazenda de Camapuã, ou seja, três meses depois de ter partido em viagem. Para aqueles que possam pensar na interpretação descuidada de alguma fonte documental, deixemos aqui o conde à sua própria sorte:

“Neste sítio me despi pela primeira vez, (o que até então não tinha feito desde o primeiro dia de viagem), exceto para mudar de roupa, tanto afim de estar mais pronto

¹⁸ A bexiga será o nome colonial dado a varíola.

para as madrugadas, que sempre era pelas três horas da manhã, principalmente quando saí do Tietê (...)” (ROLIM: 1751, p. 205).

Curiosamente, quase cinqüenta anos depois poderemos observar mudanças dramáticas nos relatos pertinentes a hábitos de higiene pessoal. Pois em 1800, uma expedição comandada pelo paulista Cândido Xavier de Almeida e Souza, que partia em uma terça feira de Porto Feliz – antiga Araritaguaba –, no sábado já arma acampamento para seus membros poderem lavar suas roupas, barbearem-se e pentear-se, para que pudessem então adentrar o sertão com “*decência e pontualidade*” (Almeida e Souza apud HOLANDA: 2000, p. 71).

Até agora pudemos observar a que ponto se desdobravam os incômodos, perigos e prejuízos do caminho até Cuiabá, porém, lembremos que as fatalidades também se sucediam na volta à Capitania, com o agravante de que as perdas ocasionadas no trajeto poderiam ser ainda maiores.

Nas primeiras décadas do século XVIII, aproximadamente entre os anos de 1719 e 1768, os índios Guaykuru fizeram uma aliança com os Payaguá, o que dificultou ainda mais o comércio e a comunicação entre São Paulo e as minas do Cuiabá. Os Payaguá ensinaram então a seus aliados a técnica da canoagem, um apoio logístico que lhes dava um grande poder de mobilidade numa planície de terras quase sempre **inundáveis**; por outro lado, os Guaykuru em terra haviam aprendido a dominar a técnica da montaria a cavalo.

Não são poucas as narrativas que demonstram quão eficaz para os intentos indígenas foi esta aliança. Em 1725 atacaram uma frota de canoas, onde mataram quase 600 pessoas, em 1726 repetiram a façanha, agora contra uma monção

cuiabana; o mesmo em 1728. Porém, o ataque, ou como veremos, o massacre mais memorável ocorreu nos idos de 1730. Era julho daquele ano, quando, com destino a São Paulo parte uma expedição com grande carregamento de ouro; em uma das canoas acompanhando o valioso carregamento vinha o ex-ouvidor das minhas de Cuiabá. Quando estavam terminando de cruzar o rio Paraguai *“foram investidos repentinamente pelo gentio, que dando uma horrível grita atemorizou a todos”* segundo o relato de um dos sobreviventes, quatrocentos homens morreram *“quase estáticos”*, só escapando ele e mais sete. Ainda flutuando nas águas do Paraguai estes oito sobreviventes presenciaram um macabro espetáculo: os Guaykuru, juntamente com seus aliados Payaguá somavam cerca de quinhentos guerreiros em cerca de oitenta canoas, depois do primeiro embate aproximaram-se e *“começaram a lançar à água os corpos semivivos, com sangue dos quaes se mudou a côr das claras aguas do rio, tendo os mortos vivos sepultura no ventre dos animais aquaticos”*. (PRADO: 1839, p. 29)

Logo depois de se “livrarem” dos corpos e dos moribundos, decidiram averiguar o que estava sendo transportado, provavelmente acharam utilidade em levarem consigo algum pedaço de toucinho ou espadim que não teria, no confronto, ido para o fundo do rio, bem como alguns animais abatidos pelos monçoeiros no caminho. Também encontraram entre os despojos do inimigo emboscado cerca de sessenta arrobas de um metal amarelo e macio, o qual não tiveram dúvidas em jogá-lo no leito do rio (Ibidem, 28-32). Difícil saber o que deve ter causado mais dor aos olhos dos oito sobreviventes do massacre: a morte de cerca de 400 companheiros de monção ou a visão de quase uma tonelada de ouro sendo despejada nas águas do rio Paraguai.

A historiadora Maria de Fátima Costa alude metaforicamente às técnicas de guerrilha que estas nações dominavam, afirmando que “*Neste período era praticamente impossível cruzar as terras inundáveis do Pantanal: na água espreitavam os anfíbios Payaguá e, em terra, os cavaleiros Guaykuru.*” (COSTA: 1999, p. 50).

Somente com as “guerras justas”, empreendidas então pelos cuiabanos é que veremos o desaparecimento destas valentes nações, que lutaram até onde puderam contra a expropriação de seu lar. Os últimos representantes dos Guaykuru e Payaguá podiam ser encontrados, no início do século XIX, como mendigos e indigentes nos arredores de Assunção no Paraguai. No Brasil, vieram a desaparecer alguns anos mais tarde, em meados do mesmo século.

Aqui cumpre relatar – mesmo que sucintamente – como estes indígenas tiveram contato com o cavalo. Será com a missão espanhola de D. Pedro de Mendonza que teremos a introdução deste equino na região do Prata e do Paraguai.

A 24 de agosto de 1535, partia de San Lucar a poderosa armada povoadora chefiada por D. Pedro de Mendonza, que em fevereiro de 1536 chegava a um local onde os soldados diziam ser possuidor de *Buenos Aires*. Os ares não foram bons por muito tempo... Apesar do cavalo enquanto montaria ter sido utilizado não somente como arma no sentido bélico, mas também psicológico – pois muitas nações indígenas ao verem tal animal como montaria assustavam-se o suficiente para fugirem ou se renderem – o mesmo não ocorreu ao que parece com os índios Querandis, donos daquelas paragens onde Mendonza queria edificar uma cidade, que futuramente seria conhecida como Buenos Aires.

O cavalo, que parecia ser uma vantagem em batalha, sucumbiu às engenhosas boleadeiras do gentio, que ao serem arremessadas ou impediam a manipulação do arreio por parte do cavaleiro ficando este literalmente amarrado sob a montaria ou levava cavalo e cavaleiro ao chão quando as mesmas entrelaçavam-se nas patas do animal. Nesta empreitada espanhola à região pereceram em batalha além do irmão de D. Pedro de Mendonza, de nome D. Diego de Mendonza, seis fidalgos e 20 soldados. Ao que parece os cavalos neste e em outros embates foi poupado, levado para as aldeias, redomesticado e utilizado por algumas nações indígenas da região contra o conquistador europeu ou de origem européia.

O fato dos Mbayá-Guaykuru, assim como outras etnias chaquenhas terem conseguido domesticar e usar o cavalo na luta contra os conquistadores, mostra um processo inverso do que geralmente ocorreu no embate entre indígenas e brancos. Segundo Branislava Susnik *“excetuando-se os Guasarapos, Yaaukaniga-Abipones e Payaguá – canoeiros pescadores -, todas as outras tribos [do Chaco] adotaram cavalos, tornando-se equestres (...)”* (1978: 73).

Porém, não são somente os “gentios” que preocupam e ocupam os relatos e crônicas dos que se aventuram no caminho que leva de São Paulo a Cuiabá. De pequeno tamanho, mas em quantidade indescritível os insetos também serão motivos de preocupação, causando irritações e bolhas por toda a pele.

O Sargento-Mór Theotônio José Juzarte em seu Diário da Navegação (1769), relata que além dos insetos alados, como mosquitos e pernilongos *“(...) há os vermes que picando na cútis introduzem dentro um bicho negro gadelhudo à semelhança de uma lagarta de couve (...)”* (JUZARTE: 1769, p. 236). O bicho

semelhante a uma lagarta e que se desenvolve na pele, muito provavelmente fosse um tipo de miíase até hoje comum em zonas da mata e rural, ou seja, o sargento Theotônio e seus comandados foram acometidos por “bernes”¹⁹.

Havia também artrópodes, como os carrapatos, o qual Theotônio Juzarte descreve detalhadamente desde sua “morfologia”, passando pela sua “etologia” – ou comportamento – para, por fim, nos explicar como se dava a única maneira de livrar-se dos pequenos e urticantes hospedeiros. Segundo ele, são pequenos como piolhos de galinha; estes vão se aglomerando até formarem bolas do tamanho de nozes e então ficam pendentes nas folhas de árvores ou de capim alto, e aí esperam até que alguém passe ao lado ou abaixo da dita bola. O mais leve contato faz com que os mesmos se dispersem e procurem cada qual o melhor lugar para se alojarem e sugarem o sangue da vítima. Theotônio Juzarte nos informa que a única solução conhecida é a vítima do ataque ficar totalmente nua, enquanto outra pessoa passa pelo seu corpo uma bola feita de cera da terra – ou seja, cera de abelha indígena, jataí – para que os mesmos fossem retirados ao entrarem em contato com a bola e aí colarem; em caso de não se ter a cera a mão, podia-se tentar retirá-los por

¹⁹ A partir das descrições dos insetos e do comportamento dos mesmos relatados pelos viajantes e da fascinante obra de Nelson Papavero e Karol Lenko, o *Insetos no Folclore* podemos estimar a espécie a que os mesmos pertencem. Segundo os autores “1) Berne é uma denominação aplicada às larvas de *Dermatobia hominis* (Fam. Cuterebridae), que se desenvolvem subcutaneamente no homem e em vários animais domésticos. A mosca do berne propriamente dita é desconhecida do povo. Costuma capturar mosquitos e moscas hematófagas em pleno vôo, virando-os de cabeça para baixo, e gruda-lhes no abdômem uma penca de ovos, semelhantes a dedos. Depois disso, deixa-os livres. Estes, em contato com o hospedeiro, para chupar sangue ou suor, fazem com que a abertura dos ovos entre em contato com a pele do hospedeiro, onde se desenvolvem as larvas que deles saem. Após certo tempo, a larva madura abandona o hospedeiro, cai ao solo, empupa, e se transforma em adulto. Costuma-se extrair o berne pela aplicação de um pedaço de toucinho em cima do tumor; como a larva precisa respirar, atravessa o toucinho e abandona a pele da vítima. 2) Nome aplicado também a certas larvas de Muscidae do gênero *Philornis*, também parasitas subcutâneas, mas desta vez exclusivamente de aves, principalmente de filhotes (...).” PAPAVERO e LENKO, 1996, p.355.

intoxicação, para isto bastava fazer um caldo de tabaco de fumo ou sarro de pito, que era o resíduo de nicotina que ficava nas piteiras e cachimbos, espalhando o mesmo pelo corpo (JUZARTE: 1769, p. 236).

Vários viajantes sentem-se obrigados a tomar nota a respeito do contato com o carrapato, e Juzarte chega a fazê-lo mais de uma vez. No dia 20 de abril de 1769, a expedição se vê forçada a abandonar as embarcações para transpor cachoeira de Baruiry-mirim; ao abrirem picada no mato são tomados de assalto por vários tipos de moscas e mosquitos, mas os que com eles quiseram seguir viagem foram os carrapatos, que neste local eram em número extraordinário, pois

“(...) a maior parte dos que passamos por terra nos achamos cheios dos tais carrapatinhos, que despindo-nos, nus nos esfregavamos uns nos outros, uns com bolas de cera da terra, e outros com caldo de tabaco de fumo, as mulheres lá se remediavam umas com as outras, e todos conforme podiam, e permitia a ocasião (...)”(JUZARTE: 1769, p. 246).

Imaginemos o poder de irritação causado por estas criaturinhas que quando picam para sugar o sangue, além de provocarem ferimentos de difícil cicatrização, podem reter e transmitir doenças, sendo ainda o maior transmissor de febre maculosa (*Rickettsia rickettsi*). A espécie de carrapato descrita pelo Sargento-Mór Theotônio José Juzarte e por outros viajantes, que pelo pantanal se aventuraram, é muito provavelmente a *Amblyomma cajennense*, que, além de ser a mais comum, é também a maior transmissora de doenças para o homem no Brasil. As suas larvas são popularmente conhecidas por “carrapatinhos” ou “micuins”, já os adultos são conhecidos por “carrapato-estrela” e “rodoleiro”; estes atacam o homem de maneira considerável. Na estação seca é comum **deparar-se** com as larvas desta espécie

nas pastagens. As posturas das fêmeas podem chegar a oito mil ovos. O que Juzarte observa no referente ao comportamento das larvas procede, pois as mesmas após eclodirem dos ovos sobem pelas gramíneas, arbustos e paredes de abrigos, e aí ficam à espera da passagem de hospedeiros. (NEVES: 1991, p.438)

Os monçoeiros do século XVIII muito provavelmente não dominavam as informações referentes às patologias transmitidas por esta espécie de carrapato, mas, ao que parece o simples contato com a pele produzia coceira e dor suficientes, não somente para se despir do pudor inerente à nudez, mas também para registrar nos diários de navegação que aquela era a única terapêutica eficaz no combate a este pequeno aracnídeo.

No relato da viagem feita por Antonio Rolim de Moura em 1751, também podemos observar o quanto estes pequenos insetos poderiam se destacar nos relatos e crônicas monçoeiros. Assim que deixa o Paraguai, a frota de Antonio Rolim, adentra o rio *“Archianes, que é um braço do Porrudo”*, sempre navegando entre pantanais cobertos com aguapés e outras plantas aquáticas. A partir deste trecho do percurso são tomados de assalto por uma quantidade infinita de mosquitos, apesar do intenso e ininterrupto ataque executado durante todo o dia – e noite também –, Antonio Rolim ainda consegue em meio a tapas no próprio rosto e arranhões no pescoço e braços identificar e descrever os seus atacantes, pois, segundo ele,

“são de duas castas uns pernilongos, do mesmo feitio que os nossos, e outros a que chamam de branco, que parecem uma aresta; estes perseguem de noite, e aqueles de dia; e as suas picadas deixam bolhas e comichão por

muito tempo; e eram tantos que nos cansávamos em os enxotar, e não podíamos livrar deles” (ROLIM: 1981, p. 201)

Alguns anos antes da passagem de Antonio Rolim pela “perigosa” região do rio Porrudos, um certo Francisco Palácio ao fazer o mesmo percurso, também relata o ataque na qual é vitimado pelos pequenos e ferozes habitantes do Pantanal; para ele *“criou Deus por estes Pantanaís tanta quantidade de mosquitos, que para lhe dar comparação, não sei no que no mundo haja”*. Acredita Francisco Palácio que tais criaturinhas só podiam ser pequenos pássaros.

Segundo ele, para uma boa noite de sono só haveria uma saída, que seria *“dormir no rio debaixo d’água”*. Assim como Antonio Rolim, Francisco Palácio também se preocupa em identificar e classificar seus agressores, pois *“estes tais pintassilgos”*, explica que *“são de três nações Pernilongos²⁰, Borrachudos²¹ e outros tão miudinhos que mal se divisam e uns brancos do feitio dos primeiros.”* Para Francisco, os pernilongos acreditam saber de algo que desconhecemos, pois quando se aproximam das orelhas estão *“dizendo-vos segredos aos ouvidos”*, segredos esses um tanto desagradáveis. Enquanto isso *“os borrachudos de*

²⁰ *“Pernilongo é o mesmo inseto que geralmente se denomina como Mosquito, que é o nome aplicado aos dípteros nematóceros em geral; mais especificamente ao Cucilidae, também conhecidos por carapanãs e muriçocas. O Carapanã na região amazônica é o mesmo que pernilongo. Em certas regiões as nuvens de carapanãs tornam a vida de uma pessoa simplesmente infernal. Biard (1862, 1945) representou-se várias vezes tentando desenhar na selva, tentando escapar dos infernais ataques dos ‘pernilongos’ ou carapanãs.”* (PAPAVERO e LENKO, 1996, p.361, 369-370).

²¹ Papavero e Lenko nos informam que os *“Borrachudos são Dípteros diminutos da família Simuliidae, sugadores de sangue. As larvas vivem em água corrente, bem oxigenada. Em certas regiões os borrachudos se constituem em verdadeiras pragas. Algumas espécies no norte do Brasil (onde são chamadas ‘piuns’) podem transmitir a oncocercose. Em Caraguatatuba (SP) dizem que ‘borrachudo e marimbondo são os bichos mais venenosos. Eles sugam cobras, sapos, e cachorro louco e depois mordem as criaturas e passam o veneno’. Na Ilha de Búzios, no litoral paulista, dizem que os borrachudos se criam em ‘cabacinhas que dão na vassoura [planta]; quando a gente abre essas cabacinhas, encontra os borrachudos lá dentro’; neste último caso, há uma confusão com os dípteros da família Cecidomyiidae, causadores de galhas ou cecídias em diversas plantas. Ouvimos também explicação semelhante sobre a origem dos borrachudos a partir de galhas no interior de Pernambuco.”* (PAPAVERO e LENKO, 1996, p. 360-361).

*retaguarda, espalhados por toda a parte do corpo como sanguessuga, e os pequenos como criança vos procurarão as meninas dos olhos, isto continuamente*²². Ou seja, como batalhões especializados, cada uma das três espécies catalogadas por Francisco Palácio se ocupa de atacar um flanco. O contra-ataque parece inútil, pois se *“vós a sacudir neles cansareis e suareis camisas até que desesperado vos ireis meter em uma redoma de linhagem caindo nela vos irão perseguir”*.

Nas refeições não se sabe ao certo o que se esta comendo, pois *“a cada bocado seu levareis misturado nele, mais dos ditos mosquitos, que cabelos que tendes na cabeça; e tereis paciência por força e assim ireis navegando”* (Palácio apud COSTA: 1999, p. 185).

Alguns viajantes chegam mesmo a apontar os mosquitos como causadores de moléstias entre os remadores. Antonio Rolim afirma que *“(...) com o rigor do trabalho iam adoecendo muitos remeiros, principalmente não os deixando os mosquitos sossegar de noite nem de dia (...).”* (1751, p. 214).

Não havia muitas soluções à mão para o assédio dos insetos; poucos suportavam usar roupas de gola alta e manga comprida, pois o calor provocado pelo efeito do mormaço, ou seja, pela incidência de sol no espelho d'água do rio causava uma sensação de abafamento terrível, e o mosquiteiro, descrito por muitos viajantes como uma panacéia, só poderia ser usado durante o dia por aqueles que não

²² Muito provavelmente tratar-se do *“Mosquito-Ramela – mosquinhas do gênero Hippelates (Fam. Chloropidae) que tem o importuno hábito de lamber os cantos dos olhos, causando às vezes ulcerações e infecções.”* (PAPAVERO e LENKO, 1996, p. 370).

necessitavam se mover constantemente, o que não era o caso dos remadores, além de quê,

“Nem podiam ter o refrigério de se banharem no rio porque do Paraguay para estas minas há duas castas de peixes que o não consentem. Ao primeiro chamam tesouras; o seu tamanho é de um palmo, mas tem uns dentes tão agudos e fortes, que os vi muitas vezes cortar anzóis capazes de sustentar peixes muito maiores. Pouco tempo basta que apanhem um homem nágua para o deixarem em miserável estado.” (ROLIM, 1751, p. 214).

Muito mais que um mito, os cardumes de piranhas são constantemente vistos pelas embarcações monçoeiras, de modos que, em grande parte a única solução para o calor era a resignação. Acerca desta perigosa companhia aquática Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que foi juiz de fora na vila de Cuiabá entre os anos de 1785 a 1791, relata uma curiosa experiência que fez com os “peixes-diabos”, experiência essa que lhe causou divertimento e horror, ao

(...) ver meter algum quarto, ou pedaço de carne de capivara, ou outro qualquer e ver em um instante sairem agarrados na carne bastantes, a darem empuxões; e são tão vorazes, que por experiência que fiz com uma capivara, que era grande como um porco medíocre, em poucos minutos escarnavam de forma os ossos, que causou-me admiração, fazendo um ruído incrível junto à canoa, onde por uma perna eu tinha mandado atar a capivara.” (ORDONHES, 1785, p. 222)

Ainda segundo Ordonhes, por sorte, os rios da bacia do Paraguai não possuem cachoeiras, pois se assim fosse, não haveria remeiro que tivesse coragem de pular na água para empurrar as canoas²³. Relata ter ouvido falar de homens

²³ Os receios acerca do comportamento agressivo destes peixes não eram de todo exagerados, até hoje caboclos e ribeirinhos daquela região quando querem pescar piranhas para fazer o famoso caldo, utilizam-se de pedaços de paus e galhos de árvores, ao baterem os mesmos na superfície da água, não tarda muito as piranhas surgirem. O fato é que elas se orientam tanto pelo olfato – ou seja o odor de sangue presente na água – quanto pela vibração. Qualquer animal que se movimente na água de maneira a que produza um movimento sem coordenação, como um peixe moribundo, ou uma pessoa se afogando, pode ser motivo de atenção destes predadores.

daquela região que, ao nadarem nas águas infestadas por piranhas tiveram seus testículos devorados pelas mesmas... Sem dúvida um peixe com preferências macabras.

Por fim, a viagem a Cuiabá foi o palco onde os mais diferentes segmentos sociais tinham de se sujeitar aos mesmos infortúnios, e, mesmo depois de encerrado o ciclo do ouro cuiabano nos anos de 1730, esta continuará a ser feita, pois Cuiabá sobreviveu à “febre do ouro” e conseguiu ser promovida de arraial a vila, galgando assim todos os degraus que por fim a elevaram ao grau de cidade. Afinal, não é na Cuiabá de 1790 que vemos o Ouvidor Diogo de Toledo Lara Ordonhes elogiar a encenação de uma tragédia de Voltaire? (HOLANDA: 2000, p. 55). Já as monções – ou seja, o uso das rotas fluviais – estas irão se encerrar completamente por volta de 1838, quando então uma epidemia de febre tifóide assolou as barrancas do Tietê, sobrando, assim, poucos remeiros ou proeiros entre os sobreviventes de Porto Feliz.

3. Histórias Naturais:

3.1. O Século XVI: Um Novo Mundo Natural

No andamento das relações entre o Velho e o Novo Mundo, a necessidade do reconhecimento engendra operações simbólicas e significações culturais que permitiram um alargamento do universo, no sentido de recuperar a unidade perdida. A constatação de que estamos diante de alguma coisa distinta, sugere indagações, que certamente nos levam a uma metodologia, nascida de questionamentos simples, como por exemplo, “esta espécie é diferente?” As diferenças não serão possíveis de serem assinaladas sem o método comparativo. São deste teor as narrativas dos cronistas e conquistadores primeiros. Não há como negar que, ao chegar nos trópicos, deparam-se com algo inusitado, tratam-se de seres e circunstâncias improváveis dentro do contexto geográfico. Os conceitos com os quais se pensava o mundo, gradativamente foram modificados e, conquanto um hercúleo esforço fosse feito no sentido de salvaguardá-los, para a integridade do pensamento clássico europeu, a ampliação da espacialidade foi decisiva para a continuidade do pensamento moderno. A unidade geohistórica e social da Europa a partir do século XVI não poderá ser pensada sem a América; um amadurecimento que teve sua origem na percepção da imagem americana.

Na segunda metade do século XVI, depois das expedições de Orellana e Irala²⁴, a América do Sul foi atravessada várias vezes pela zona equatorial e, na diagonal, desde Buenos Aires até Lima, nas zonas temperada e tropical. Os cruzamentos latitudinais tornaram-se freqüentes a partir do século XVII, e nas regiões Andinas já conquistadas, velhos caminhos construídos pelos Incas e Chibchas, foram trocados por outros menos perigosos pelos espanhóis. Não seriam, contudo, as referidas rotas traçadas pelos conquistadores, que enriqueceriam os conhecimentos geográficos. Nos séculos XIX e XX, se concluiria que durante mais de trezentos anos do período colonial, realizaram-se inúmeras explorações importantes, pelos caminhos transitados e vias fluviais, que na sua maioria não chegaram a ser patrimônio comum.

De qualquer forma, ao nos debruçarmos em busca de um entendimento da América portuguesa quinhentista, o espaço ocupado pela descrição das maravilhas e mistérios é restrito. Para Sergio Buarque de Holanda, talvez *“porque a longa prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato das terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico”* (1994; p.1). Lembremos que o conquistador português já tivera contato com as Índias Orientais – fascinante o bastante para nós, ocidentais, até hoje. Em assim sendo, as terras no Novo Mundo, de imediato não lhes trouxeram maiores inquietações, que fosse ocupar para garanti-las. Mas, vivendo continuamente apartado do seu mundo, o conquistador tornara-se como que distanciado e mesmo alheio ao seu viver

²⁴ Domingo Martínez de Irala, governou o Paraguai (então Asunción) até 1555, em detrimento da nomeação do Adelantado Núñez Cabeza de Vaca.

cotidiano e por isso mesmo, quase sempre afeito às fantasias dos outros, desconhecendo ou esquecido da sua, sem, contudo, ultrapassar em demasia a linha do imaginário.

A carta do escrivão Pero Vaz de Caminha com as primeiras notícias da terra de Vera Cruz, não faz qualquer referência a uma geografia fantástica; mantida em sigilo por longo tempo, somente no século XVIII foi publicada numa obra europeia, mesmo assim com censuras. No Brasil esperaria até 1817 para ser publicada através de Aires de Casal – também não sem a censura. A carta não menciona o ouro e a prata como o maior achado. Considera, isto sim, a impressão de grandeza que lhe deu a terra; um achado de exuberante natureza.

(...)“ Nela, até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem cousa alguma de metal ou ferro; nem lhe vimos. Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados como os de Entre-douro-e-Minho, porque neste tempo o achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que aí não houvesse mais que esta pousada para a navegação de Calecute, isso bastaria.(...)”(Carta de Caminha apud HOLANDA;1960, p.51)

Ao longo da carta, transparece o perfil do futuro colonizador, na análise da terra, em proveito de uma empreitada que estava por vir. Entre um receio e outro, o nativo é apresentado à Coroa como cordial, embora

desconfiado. De resto, as notícias de Caminha por um período de quase quarenta anos foram suficientes para Portugal, pelo menos até que as riquezas reais do Oriente deixassem de prover suas necessidades reais ou imaginárias. Enquanto isto a terra de Vera Cruz, não passou de porto seguro para os navegadores a caminho da Índia.

Contudo, o impacto que a descoberta do Novo Mundo representou para a cultura e conhecimento da natureza do Velho Continente é algo que até hoje ainda estamos tentando computar. A total perplexidade diante do inusitado e as analogias estabelecidas num primeiro momento provêm a restauração do etnocentrismo europeu. Permaneceram, contudo, as lacunas, esperando por reflexões científicas, para serem solucionadas. Isto posto, o grande compromisso da investigação era superarem-se – os naturalistas – uns aos outros, nas discussões do território americano e seus habitantes, o que resultou em novos métodos para as narrativas geográficas, conquanto não fosse esse o propósito: criar uma sistemática da geografia. Pois para Capel,

“De certo modo, poder-se-ia afirmar que a geografia moderna nasceu durante o século XVI, na América, no esforço por reconhecer, descrever, estudar, e organizar as informações das terras descobertas.” (1999; p.47).

Senão vejamos: o século XVI encerrou-se com os estudos de Ambroise Paré comparando os esqueletos do homem, de outros mamíferos e das aves. Edward Tyson, no século XVII, desbravou os caminhos da anatomia comparada e desalojou o homem do seu papel único acima e à parte de todo o resto da Criação, ao efetuar

uma dissecação do orangotango. A fomentação dada pela ciência moderna inaugurou um período de muitas invenções cujo alvo era a precisão. Tratava-se de instrumentos que possibilitavam transformar experiências únicas em repetíveis; assim, entre outras conquistas, o século XVII oferece o fabrico do relógio, do microscópio de Leeuwenhoek – cuja aplicação inicial era medir e ver. Uma azáfama percorreu a Europa nestes três séculos. Uma Europa ávida de conhecimentos. Mas se a filosofia e a dúvida científica haviam apagado as fogueiras inquisitoriais, restavam os calabouços, isto posto, tomassem cuidado os filósofos naturalistas com alguma afirmação menos feliz, que poderia atirá-los na prisão²⁵. Restava-lhes então, as cartas com óbvias vantagens sobre as publicações, onde cruzavam notícias das experiências com transfusão de sangue, sobre os astros ou sobre um inseto exótico (BOORSTIN; 1989).

Os conquistadores ou colonizadores estavam então, comprometidos com os governos das metrópoles, de forma a enviarem periodicamente informes secretos, detalhados de suas divisões administrativas – no Brasil, as capitanias hereditárias²⁶. Com as informações, eram enviados traçados cartográficos, que, uma vez mantidos por uma política de sigilo, geralmente não eram estudados. Enquanto os originais

²⁵ Um bom exemplo de intolerância do ranço *Ancien Regimen* –defendido pelos jesuítas, Assembléia Geral do Clero, Parlamento de Paris, Conselho Real e o Papa -, fica por conta das publicações da Enciclopédia Iluminista que tem início em 1715, com o primeiro volume. Foram várias as tentativas de fazê-la abortar. Diderot à frente do ousado projeto foi encarcerado por quatro meses, respondendo por um verbete. Buffon conquanto apontado como colaborador, manteve-se à distância, uma vez que já respondia processo por sua *Histoire Naturelle*, cuja publicação iniciou-se em 1749. Em 1770 após denúncia da Assembléia Geral do Clero Francês, a polícia parisiense apreendeu seis mil cópias dos três primeiros tomos da Enciclopédia, trancando-as na Bastilha. Com isso seus editores transferiram suas impressões para Genebra.

²⁶ Os documentos mais antigos da doação das capitanias datam de 1534. Deve-se a demora entre o projeto e a execução, talvez pela dificuldade de redigir as complicadas cartas de doação e os forais que as acompanhavam e/ou a falta de voluntários. Os donatários saíram em geral da pequena nobreza. Dados às aventuras e conquistas possuíam larga experiência praticadas por contínuas viagens às Índias Orientais. Contudo, muitos deles nunca vieram ao Brasil.

seguiam para serem guardados nas metrópoles, em algumas circunstâncias especiais, cópias aqui permaneciam para serem sepultadas nos arquivos secretos coloniais. Ali por longo tempo sepultadas, à mercê das intempéries ou acidentes, boa parte destes valiosos documentos pereceu durante incêndios ou perderam-se devido à má conservação; a maioria das informações missionárias e suas hierarquias religiosas sofreram este tipo de desdita ou encontram-se encerradas em mosteiros (HOLANDA; 1960).

Mas, a época que se seguiu ao descobrimento do Brasil, como já abordamos anteriormente, grandes mudanças ocorreram na Europa, ou seja, um renascimento completo das ciências físicas e naturais. Nas artes, nas letras e na filosofia, o humanismo, o culto à liberdade do espírito. De Francis Bacon herdávamos o método indutivo experimental; de Descartes, a consagração à dúvida metódica; de Copérnico, de Kepler, de Galileu, de Newton, uma nova concepção do universo em movimento; da navegação, a influência que propiciaram os descobrimentos no contato com outras terras, outras gentes da América, da Ásia, da África e das ilhas do Oceano Pacífico. Da soma de todas estas informações, um sopro renovador pairou sobre as ciências. Beneficiaram-se a fisiologia, a zoologia, a botânica, a mineralogia, a física e a química, a geografia, a etnografia e a própria medicina.

3.2. As Contribuições Batavas ao estudo da natureza Americana

É no século XVII, e, sobretudo, no século XVIII, que se observa a ruptura filosófica humanista/racionalista que pretende separar o Homem da Natureza. Acessá-la, a partir deste momento, demandaria uma racionalidade humana, responsabilidade da Ciência articulada a algumas práticas que no contexto histórico foram produzidas. As experimentações empíricas, com o auxílio de máquinas e instrumentos produzidos por artesãos, as novas técnicas e métodos inspirados nas práticas políticas de Estados burocráticos e absolutistas, fundamentaram o perfil da Ciência, tornando-a “revolucionária” (SOARES;1995, p.491-505).

Os pesquisadores no século XVII, que eram chamados “*curiosi rerum naturae*” ou virtuosos, rapidamente ampliaram seu círculo, alcançando outros países da Europa. Na Inglaterra, a “*Royal Society for Promotion of Natural Knowledge*”, em 1660, com a instalação da monarquia inglesa; na França em 1667 com a oficialização da primeira sociedade de pesquisadores, “*Académie Royale des Sciences*”. Os acadêmicos, assim, construíram seus espaços privilegiados de debate. Iniciadas pelos “*virtuosi*”, estenderam-se para outros países, não sem alguns problemas com a Igreja, que não via com bons olhos os “*curiosi*”. Na segunda metade do século XVII, as associações de pesquisadores franceses preocuparam-se com a criação de um órgão divulgador das produções científicas e trabalhos originais e editaram o primeiro periódico “*Journal des Sçavans*”. (PAPAVERO & PUJOL-LUZ;1997, 26).

Ora, até o século XVIII, as associações científicas e academias tiveram um fluxo de informação de pesquisa muito maior que as Universidades. Compostas por voluntários, tinham por finalidade estimular as pesquisas que se processavam em âmbitos particulares, em algumas situações com recompensas para aqueles que concretizavam suas pesquisas com êxito, além é claro, do reconhecimento da comunidade. Enquanto as Universidades assistiam às mudanças renascentistas aferradas aos princípios filosóficos e científicos da Idade Média, uma erudição científica mais ao gosto do Estado Moderno ganhava prestígio. Tratava-se de um conhecimento científico, um novo horizonte de difusão intelectual que se desenvolvera num cenário de diversificação, dado pelo intercâmbio cultural assinalado por uma crescente tecnologia e um novo campo de visibilidade que se constituía em toda sua espessura.

Nos séculos XVII e XVIII é o trabalho dos viajantes que ganha uma nova conotação, quando então, buscam uma sistematização de agrupamento dos seres da natureza em ordem científica relacionada ao conhecimento do universo. As primeiras evidências da construção do momento histórico do observador no Brasil tem seu legado pré-científico registrado pela permanência dos holandeses no Nordeste, no século XVII. São observações de caráter puramente científico ou físico, dentro de um entendimento moderno, no qual a relação estabelecida com a natureza, pelos holandeses, não é mais regida pela crença religiosa e preocupações morais.

Com a fundação da *Companhia da Índias Ocidentais* em 1621 – nos moldes da sua congênere oriental existente desde 1602 – a Holanda lançou-se sobre as

colônias ibéricas, uma vez que a centralização do mercado encontrava-se já há muito tempo nas mãos dos Países Baixos. Estes intermediavam transações entre produtores da colônia e o resto da Europa. A disputa pelo tráfico colonial levou a Holanda a firmar-se como a maior potência do século XVII. Com significativa frota naval, voltada para as possessões ibéricas do oriente, o capital mercantil não perde de vista os domínios que se estendem para além do Atlântico.

Desta forma, os Países Baixos exercem um poderio na colônia de Nova Amsterdã, hoje New York (E.U.A.), e após alguns anos tomam de assalto importantes pontos da costa africana e se apossam também do tráfico negreiro a partir de 1617. Com uma trajetória ofensiva da África ao Novo Mundo, não é de se admirar que a invasão holandesa chegasse ao nordeste do Brasil. O peculiar trato com seus domínios, dada a relação mercantil, não lhes permitia maiores envolvimento com o setor produtivo, o que transformaria Recife em importante empório, além de estabelecerem uma aliança política comercial dos produtores de açúcar - donos de engenho - com os chamados flamengos.

A invasão holandesa transformara o Recife em cidade moderna, com inovações urbanas, pontes palácios e jardins; é do senso comum atribuir tais feitos ao Conde de Nassau, chamando-se tal época de “período mauriciano”. Sem tirar-lhe o mérito, é preciso esclarecer as características de uma prática mercantilista flamenga, que não prescinde das necessidades básicas do ponto de vista administrativo, como seja, o ambiente de trâmite para a comercialização com aqueles que, de resto, tinham um estilo de vida bastante diverso dos “senhores de Engenho”.

Uma outra questão para ser pensada é o sistema colonial flamengo contrastante com o sistema português, ainda aferrado a uma política econômico-administrativa em termos absolutistas, enquanto da parte dos holandeses havia uma grande tolerância cultural e religiosa. Daí não se atribuir o sucesso da modernização e florescimento cultural do período holandês no Brasil, somente aos princípios “Humanistas” de Maurício de Nassau. Ademais, ao revestir-se de suntuosidade e intelectualidade a capital de Pernambuco, Recife, vivia um reflexo de aspirações européias, quando a filosofia, as ciências e as artes eram o almejo de muitos príncipes (Teixeira: 1995, p.89 -114).

Deste arrebatador almejo dos nobres não descuidou Nassau. Tão logo assumiu a condição de Governador-geral da colônia holandesa no Brasil (1636-1644), deu azos aos seus interesses pelas áreas da ciência natural e arquitetura. Fundou a cidade de Maurícia, na ilha de Antonio Vaz – circundada pelos rios Capibaribe e Beberibe – nela fez construir dois grandes palácios, e situou um parque, verdadeiro laboratório para seus cientistas que ali reuniam espécimes de animais e plantas de várias procedências geográficas e ecológicas, inclusive das Índias, África e Ásia. Assim, dividindo o mesmo espaço, cresciam lado a lado, o ébano e a tamareira da África, mangueiras da Ásia, além de espécies coletadas pelo naturalista Geog Marcgrav e pelo médico e também naturalista Willem Pies no interior do sertão nordestino.

O paisagismo enquadrava-se dentro de uma concepção renascentista, contudo os elementos medievais ainda estavam presentes, uma vez que o cultivo misturava plantas medicinais, aromáticas, ornamentais, hortaliças e pomares, sendo

os mesmos agrupados e estudados dentro de uma única área (tanto física como de conhecimento). Tudo isso, circundado por uma média de dois mil pés de coqueiro, que, já adultos, foram cuidadosamente retirados de seu ambiente (cerca de três a quatro milhas de distância) para serem transplantados. Para que o empreendimento da cidade Maurícia fosse possível, foi necessário – dada a aridez e a pouca fertilidade do solo da ilha – adubá-la, o que o Conde fez com o auxílio da população. Fato explicado pela intenção de se produzir alimentos, um artigo de luxo na capital Recife, conquanto farta em dinheiro (Bruni: 1995, p.19 -20).

A Companhia das Índias Ocidentais, em face das despesas e o alto custo dos empreendimentos da colônia, chamava a atenção do Governador-geral Maurício de Nassau, para a necessidade de cortes nas despesas. Entre as sugestões de contenção estava a redução da concentração de tropas, solicitações que encontravam uma total resistência e protestos por parte do Governador-geral. Até que, em 1643 – talvez num blefe – pediu demissão, que foi aceita imediatamente pelo Conselho da Companhia. Desta forma, em 1644 retornava para a Europa. Dono de uma grande sagacidade político-administrativa, Maurício de Nassau, embora calvinista-protestante, manteve uma relação de tolerância com outras religiões, mesmo com judeus, portugueses e indígenas que lamentaram seu retorno à Holanda. Com sua ausência, a ciência e mesmo as relações político-econômicas da colônia holandesa entraram em declínio. Em 1645 eclode a revolta do Maranhão; a Companhia das Índias Ocidentais sofre a derrota no Guararape pelos portugueses e, finalmente, com a falta de abastecimento do Recife, cada vez mais são os holandeses obrigados a cederem terreno. Com significativa indenização paga por Portugal, em 1661 encerrava-se a invasão holandesa no Brasil. De Maurício de

Nassau, Capistrano de Abreu descreve resumidamente os últimos anos de seu governo:

“Da obra de seu administrador nada sobrevive; seus palácios e jardins consumiram-se na voragem de fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa e estão estudando-as os americanistas; os livros de Barlaeus, Piso, Markgraf, devidos a seu mecenato, atingiram uma altura a que nenhuma obra portuguesa ou brasileira se pode comparar, nos tempos coloniais; parece mesmo terem sido pouco lidos no Brasil apesar de escritos em latim a língua universal da época, tão insignificantes vestígios encontramos deles” (Capistrano: 1982, p.107).

Note-se que tal opinião foi emitida em 1907, e que os materiais, resultado da coleta das expedições holandesa, ainda teriam um longo caminho por diferentes contextos políticos.

Da trajetória meteórica da invasão holandesa no Brasil, muitas foram as direções histórico-interpretativas. Como já nos referimos, a atribuição dos feitos e importância científica ao Conde de Nassau – desconsiderando o contexto político-econômico – um outro dado relevante é considerar que a *Companhia das Índias Ocidentais* não estava interessada no reconhecimento científico e geográfico da Colônia. Desde a metade do século XVI, os navios a serviço da Inglaterra, Portugal e Espanha recrutavam marinheiros holandeses. Estes, nas travessias África/América, recolheram informações que mais tarde foram utilizadas pelos Países Baixos.

Da espionagem minuciosa resultou a estratégica invasão do Nordeste, entendendo que ali existiam duas fortes razões que justificavam a tentativa. Primeira, uma fragilidade de defesa do Império Espanhol (União Ibérica); e segunda, uma prosperidade econômica açucareira. Sem dúvida, era de interesse da

Companhia das Índias Ocidentais aumentar o conhecimento dos territórios conquistados ou por conquistar. Não é por acaso, que a equipe que acompanha o Governador-geral Conde de Nassau, é formada por cartógrafos, recenseadores, engenheiros, cientistas, médico e artistas. Aliás, os pilotos tinham ordens expressas de fazerem todas as anotações de acidentes geográficos, ancoradouros, baías, informações que posteriormente eram transformadas em mapas, entregues à Administração da Companhia, que os mantinham em segredo³.

Johan Maurits von Nassau-Siegen (ou Maurício de Nassau) estimulou os cientistas e artistas a irem além dos registros geográficos do território, com o entusiasmo que os direcionavam as riquezas que representavam a flora, a fauna e as etnias do Brasil. Desta forma, destacaram-se Willem Pies, médico e naturalista de Amsterdã, que muito se interessaria pelas doenças e símplices encontrados por ele no Brasil Colonial, e também o naturalista alemão Georg Marcgrav que se dedicou mais a identificar a flora e fauna. Do relato de ambos, resultaram as obras *De Medicina brasiliensi* e *Historiae Naturalis Brasiliae*, editadas pela primeira vez em 1648. Nelas, as descrições fogem de qualquer imaginário ou fábula, despindo-se de toda fantasia. Um novo paradigma, uma profusão de materiais; informações sobre os variados aspectos da história natural do Novo Mundo, colhidos nas diversas expedições pelo interior do sertão nordestino. O suficiente para abastecer os museus de universidades da Europa, coleções particulares e o próprio gabinete do Conde de Nassau. Uma importante coleta, pela riqueza de registro de plantas medicinais, patologias, flora e fauna de um período, que distava apenas um século do “descobrimento”.

Quanto à parte artística, esta ficou a cargo dos pintores Albert Eckhout e Frans Post, cujo trabalho registrou a rica Natureza dada a conhecer no *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, o *Theatrum* era composto de quatro volumes que se dividiam da seguinte maneira: volume 1: 65 esboços a óleo e cinco desenhos de peixes, cefalópodes e crustáceos; volume 2: 110 esboços a óleo e um desenho de pássaros; volume 3: 56 esboços a óleo e nove desenhos de nativos, mamíferos, répteis, insetos e aranhas; volume 4: 171 esboços a óleo e uma guache de frutos, plantas e flores. Tal acervo se manteve em posse do Conde Nassau. Este se encarregaria de contribuir para com a formação de uma imagem do Brasil na Europa, dada a generosidade com que distribuía as coleções brasileiras para reis, príncipes e pessoas influentes a fim de obter vantagens e concessões políticas.

Da sua última doação feita a um primo, Frederico-Guilherme de Branderburgo, posteriormente, constituiu o grande tesouro da Biblioteca Estatal Prussiana de Berlim, justamente o *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae* que foi encadernado, somando quatro volumes com 417 desenhos e esboços, conservando-se os originais sem nenhuma cópia para manuseio até o século XX. Em 1938, mais especificamente, foi pesquisado pela última vez. Depois disso, desapareceu por quarenta anos.

Da maior importância para o pesquisador do século XVII, a coleção de desenhos da flora e da fauna brasileira, além do cunho artístico encerra valiosas informações da natureza, por estarem diretamente ligadas aos livros de Pies e Marcgrav, que as usaram como base para as gravuras (xilografuras), que acompanham as descrições e relatos.

No que diz respeito ao ecossistema, o pesquisador Dante Teixeira refere-se ao valor do acervo como realidade documentada, do que foi a vasta floresta Atlântica nordestina, hoje não mais que 1% de área primitiva, naquela região do nordeste brasileiro. Este acentuado declínio parece ter levado a um autêntico processo de extinção em massa, tanto mais grave se considerarmos a presença de numerosos endemismos e as flagrantes perdas de determinados tipos de ambientes mais acessíveis à ação antrópica. (Teixeira: 1995, p.112).

Conseqüentemente, assim como muitas espécies zoológicas e botânicas não alcançaram nosso século, saberes indígenas – e mesmo os europeus – acerca das patologias e plantas medicinais então conhecidas no Brasil do século XVII, também se encontram hoje “sepultados” na obra do médico e naturalista Willem Pies que acompanhou e serviu Maurício de Nassau em seu domínio holandês no nordeste brasileiro.

Vale lembrar que logo após a derrocada do domínio Holandês no nordeste brasileiro no século XVII, até o século XVIII, por conta de uma política administrativa centralizada e protecionista do Marquês de Pombal (1699-1782), o sigilo cercou as colônias portuguesas durante este período. Somente no século XIX outra expedição de grande magnitude seria empreendida no território brasileiro com a vinda dos naturalistas Johann Baptist von Spix, Friederich Philip von Martius, Johan Natterer, Giuseppe Raddi, Thomas, Johann Emmanuel Pohl que, entre outros cientistas, chegaram ao Rio de Janeiro em 15 de julho de 1817 a convite da corte portuguesa, que no Brasil se radicara.

A obra de Willem Pies, juntamente com a de Georg Marcgrav é considerada hoje como a mais importante contribuição à História Natural desde Aristóteles e Plínio (Teixeira: 1995: 93). Como exemplo da importância poderíamos lembrar aqui que em suas obras Pies e Marcgrav procedem à metodologia até hoje usada na catalogação de herbários. Sérgio Buarque de Holanda afirma que “*A obra de Pies é de tal relevância e sem continuadores por mais de uma centúria, que foi de consulta obrigatória sobre o nosso país, até o século XIX*” (Holanda: 1960, v.1, p.246). Prova disto é que a *De Medicina brasiliensi* foi até o século XIX, obra de referência a todo médico ou boticário europeu.

Para esses novos observadores, a natureza não trazia mensagens divinas para que os homens as interpretassem, não está localizada dessa ou daquela maneira pela providencia de Deus. Neste momento como resultado dos estudos liderados por Piso e Marcgrav, a botânica e a zoologia davam seus primeiros passos no Brasil.

3.3. Brasil, Portugal e um debruçar sobre as ciências naturais

A divulgação das produções científicas por meio dos periódicos e livros no século XVIII cresceu assustadoramente, haja vista aquela que ficaria famosa como a Enciclopédia Iluminista, *“L’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers”*²⁷, que sob pretextos bem dissimulados, não lograva esconder a base epistemológica de um contínuo ataque às velhas ortodoxias ou velhas cosmologias. Entre os colaboradores estavam as inteligências revolucionárias da época, contribuindo com seus conhecimentos ou especialidades, eram eles: Voltaire e Condorcet (Filosofia), Rousseau (Música), Buffon (Ciências Naturais), D’Alembert (Matemáticas), D’Hobach (Outras Ciências), Quesnay e Turgot (Economia) entre outros. Diderot era responsável pela coordenação geral e verbetes de História da Filosofia.

Detemo-nos, portanto, no século XVIII, século de grandes produções científicas, identificando-o com o próprio conhecimento válido, derivado das faculdades mentais, o que em certo grau estava em oposição ao pensamento que até então fora proposto pela Igreja e pelo Estado. A efervescência das conquistas filosóficas iluministas que percorriam a Europa, também influenciaram as Ciências Naturais Portuguesas, porém , em 1764, sob a administração centralizadora do

²⁷*“L’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers”*: Enciclopédia Iluminista: Indexada em 1759, legitimada por um total de 28 volumes, 71.8181 e 2.885 pranchas. Já na página de rosto proclamava a pretensão da obra: “Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios”. Com uma trajetória de denúncias a Enciclopédia parecia estar com os dias contados, contudo devido o alto investimento de seus editores que agiam com rapidez, revelou-se um sucesso, tendo suas vendas impelidas justamente por aquilo que fizera o governo confiscá-la. *“Ela desafiava os valores tradicionais e as autoridades constituídas do Antigo Regime”* DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Marques de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo²⁸ (1751-1777), se projetam algumas reformas na área da educação e da cultura, não sem dificuldades, diga-se de passagem, uma vez que dentro do despotismo esclarecido, algumas decisões poderiam colocar em risco o Estado absolutista – comprovam-no a desarticulação das escolas jesuíticas no Brasil e Portugal. Não obstante, as questões políticas conservadoras, as reformas do ensino primário, secundário e universitário foram levadas a efeito por Pombal. Para a cadeira Universitária de Coimbra indicou um italiano, Domenico Vandelli, um doutor da Universidade de Pádua e correspondente de Linnaeus.

A Administração do Ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra assumido por Sebastião José de Carvalho e Melo, em 1750, no reinado de D. José I, impôs a Portugal uma série de reformas. Emblemática figura, o Marquês de Pombal,

²⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo – Marquês de Pombal -, nascido em 1699, com origem de pequena nobreza e formação em leis, foi o Principal ministro no reinado de D. José (1750-77). Retorna de Londres para Portugal em 1749, - onde exercia a função de delegado do governo português -, no momento que se cogitava uma significativa debilidade da máquina administrativa com uma articulação da Coroa, para ascensão de D. José - uma vez que o rei D. João V encontrava-se enfermo. Quanto a debilidade administrativa, tornou-se a maior preocupação do Marquês, urgia uma reorganização antes que Portugal fosse absorvido por alguma das potências que competiam no cenário europeu. Embora não dispusesse de experiência, inspirou-se no absolutismo francês do reinado de Luís XIV (1715), um período cujo brilho ainda encontrava-se na memória de toda Europa. Com isso o Marquês de Pombal, toma as seguintes iniciativas: a ampliação da base financeira da monarquia com uma política de maior arrecadação fiscal, uma contribuição do mercantilismo seguindo os critérios de expansão do comércio da marinha, além de aumentar a produção agrícola e investir na manufatura, no campo da Ciência, a fundação do Real Colégio dos Nobres (1761). Governou com Mãos de ferro e por ocasião do terremoto que deixou Lisboa sob escombros (1755), revestiu-se da energia e ambição que o acompanhou até a morte do soberano. Com atitudes muitas vezes considerada despótica e insensível, como por exemplo, a execuções em praça pública de famílias conceituadas, sob acusação de conspirar atentado contra D. José I, a competição política da Coroa com a Igreja, resultando numa campanha contra a Companhia de Jesus que culminou com a expulsão dos Jesuítas ou empenhando-se em desfazer as tradições de Portugal com intimidação da alta nobreza, uma postura política que durante muitos anos, com prejuízo, a historiografia analisou sob um prisma maniqueísta. Como pode-se avaliar, Portugal pombalino teve que se sujeitar em grande medida às conjunturas do período. Com a morte de D. José I (1777), sua filha Dona Maria I assume e imediatamente afasta o Marquês de Pombal, que termina seus dias desterrado. (VAINFAS; 2000, p. 377-79).

segundo algumas leituras, de 1750 a 1777, como grande representante do despotismo esclarecido, teria ele efetivamente governado Portugal. Qualquer que seja a interpretação que lhe é dada: despótico, filósofo inexperiente ou tirano maluco, para Maxwell (1996), o Marquês seria um entre tantos defensores do absolutismo na Europa no século XVIII que pretendeu propagar a luz da filosofia da moderna ciência e ao mesmo tempo assegurar o poder centralizado do despotismo, embora em Portugal a prática aparecesse sob o signo do aparato censório.

O descortinar da liberdade com possibilidades de ascender a uma felicidade na terra, acenada pela ética das luzes impulsionou o estudo das ciências. A edificação do paraíso celeste era utopia que podia ser ajustada ao pragmatismo das reformas do nascimento da Ciência Moderna. Não por acaso, a ênfase no renascimento científico para estudos das ciências naturais a partir da segunda metade do século XVIII. Aos homens de ciência ou *curiosi* foi dada a responsabilidade de construir o paraíso terreal por meio dos inventos, descobertas que proporcionassem o bem estar social.

Em 1783, por exemplo, chegava à Amazônia, a primeira expedição – considerada científica –, enviada pela Coroa Portuguesa e que era dirigida pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, este doutorado pela Universidade de Coimbra, na qual fazia parte da primeira turma da Reforma Universitária de Pombal²⁹.

²⁹ Em 1764, sob a administração centralizadora do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1751-1777), projetaram-se algumas reformas na área da educação e cultura, não sem dificuldades, diga-se de passagem, uma vez que dentro do despotismo esclarecido, algumas decisões poderiam colocar em risco o Estado absolutista – comprovam-no a desarticulação das escolas jesuítas no Brasil e Portugal. Não obstante as questões políticas conservadoras, as

Do mesmo período e formação e com as mesmas intenções dadas pela Filosofia Natural científica da Reforma, José Bonifácio de Andrada e Silva, reconhecido quase sempre pela sua atuação de político e geólogo mineralogista, escreveu em 1823, Memória sobre a pesca das Baleias (Silva: 2002) em cuja análise discute o aproveitamento da mesma para a extração do azeite como combustível, seu trabalho assinala a preocupação com a caça predatória que não respeitava os períodos de procriação (Figueirôa: 2000). E não menos científico o autor da Flora Fluminensis (1790), o franciscano Frei José Mariano da Conceição Vellozo, ressaltou a importância do seu trabalho resultante de uma expedição que por oito anos inventariou a flora da serra e litoral da Mata Atlântica do que é hoje o Rio de Janeiro, reunindo mil seiscentos e quarenta espécies, classificando-as a partir do Sistema Naturae de Linnaeus (Vellozo: 1999).

Contudo, a propagação das luzes da filosofia da Moderna Ciência em Portugal ou na Colônia estivera nesse período sob o aparato censório, conforme mencionado inicialmente e, muitos trabalhos produzidos à época, inclusive de alguns dos cientistas citados, não foram levados ao lume da publicação, assim como outros tantos que produzidos desde o início do século XVIII tiveram o mesmo destino. Deve-se ressaltar que, conquanto a política portuguesa fosse de sigilo, a Europa não desconhecia 'aquelas' terras. No início do século XVI, Giovanni Battista Ramusio na obra Della Navegationi e Viaggi (1556), publicou uma carta de Gonzalo Fernandez Oviedo, contando as façanhas de Francisco Orellana através do que chamou o Rio das Amazonas. E o que não dizer das diversas regiões do Brasil colonial? Estas

Reformas dos cursos primário, secundário e universitário foram levados a efeito por Pombal. Para a reforma Universitária de Coimbra foi indicado o italiano Domenico Vandelli, um doutor da

terras de além-mar já vinham sendo percorridas por muitos olhares curiosos. Do século XVI temos: Pero Magalhães Gandavo e o Tratado da Terra do Brasil; Fernão Cardim e Tratados da Terra e Gente do Brasil; André de Thevét e As Singularidades da França Antártica; Jean de Léry e a Viagem a Terra do Brasil. Do século XVII a permanência dos holandeses no Brasil (1636-1661), sob a autoridade intelectual de Johan Maurits von Nassau-Siegen³⁰ [até 1644] e o registro do autor de Diálogos das Grandezas do Brasil, Ambrósio Fernandes Brandão. Do século XVIII o franciscano Frei Antonio de Santa Maria do Jaboatão, os jesuítas André João Antonil e João Daniel e o advogado licenciado José Barbosa de Sá, para citar alguns dos muitos viajantes e cronistas que se debruçaram sobre a História Natural.

Referimo-nos apenas aos mais conhecidos cuja contribuição nas descrições do Brasil até o século XVIII é inegável. Evidentemente muitos trabalhos ou obras foram cercados de sigilo, como é o caso da obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*³¹ que, publicada em 1711, foi recolhida pela censura e os

Universidade de Pádua, Cátedra de História Natural e correspondente do sueco Carl von Línio [Linnaeus] (Santos:2001).

³⁰ Em 1631 a administração da Companhia das Índias Ocidentais, ordenara o mapeamento da costa do Rio Grande até o Recife. Sob o comando do Almirante Jan Cornelisz Lichthard os trabalhos tiveram andamento até 1637 para serem concluídos. O levantamento formou o núcleo de uma coletânea de 56 mapas confeccionados por Johannes Vingboons, estes quando enfileirados formavam um mapa de delineamento da costa com mais de oito metros de comprimentos - atualmente se encontram na biblioteca do Vaticano, em Roma. Contudo, Johan Maurits von Nassau-Siegen, estimulou aos cientistas e artistas a irem além dos registros geográficos do território, com entusiasmo que os direcionavam as riquezas que representavam a flora, a fauna e as etnias do Brasil. Desta forma destacaram-se Willem Piso médico de Amsterdã que muito se interessaria pela medicina colonial, e Georg Marcgrav naturalista alemão, de seus relatos resultou a obra *Historiae Naturalis Brasiliae*, editada pela primeira vez em 1648, nela as descrições fogem de qualquer imaginário ou fábula, despidendo-se de toda fantasia. Quanto à parte artística, ficou a cargo dos pintores Albert Eckhout e Frans Post, cujo trabalho registrou a rica Natureza dada a conhecer no *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae* (Teixeira: 1995). Registra-se através da permanência dos holandeses no nordeste do Brasil um legado pré-científico, ocorrida no século XVII.

³¹ O jesuíta italiano Giovanni Andreoni escreveu a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* sob o pseudônimo de André João Antonil, publicando-a em 1711, em Lisboa. Embora devidamente licenciado, logo após sua publicação a Coroa Portuguesa ordenou que se recolhesse a obra e a destruísse. Consideraram-na portadoras de importantes informações sobre as riquezas do

exemplares confiscados e queimados. Tratava-se da velha política de sigilo cultivada e cultuada desde o Infante D. Henrique no século XV. Como nação pequena, Portugal – não sem razão – temia as investidas de outras potências estrangeiras, mesmo porque, até o momento que a obra de Antonil noticia as riquezas da colônia de além-mar, algumas tentativas de se apossarem da Colônia ou parte dela foram intentadas por diversas vezes³². Com a Restauração – fim da União Ibérica – Portugal permaneceu com os mesmos cuidados e preocupação em relação aos registros e/ou conhecimentos da natureza [riquezas] da sua colônia.

Mas, independentemente das medidas administrativas da metrópole em relação à Colônia brasileira, muitas informações cruzaram o Atlântico. E não menos que as informações que da colônia tomaram rumos à Europa, de Portugal, os conhecimentos iluministas de alguma forma tiveram sua influência no pensamento luso-brasileiro. O padre Luís Vieira da Silva³³, graduado pelo Colégio Jesuíta em São Paulo, destacou-se entre os conjurados mineiros pela sua instrução e eloquência, sendo considerado por alguns historiadores *“a maior ilustração colonial da época”* ou seja, de relevante instrução em fins do século XVIII

Brasil, em especial a descrição dos caminhos das minas recém descobertas que podiam chegar ao conhecimento dos estrangeiros. Não por acaso, o autor já se escondera sob um pseudônimo.

³² O Brasil como colônia portuguesa foi invadido por intenções estrangeiras de exploração em diversos momentos. No século XVI, os franceses com a tentativa de fundar a França Antártica no Rio de Janeiro e a França Equinocial no Maranhão; no século XVII, Pernambuco – região de riqueza açucareira – foi tomado de assalto pelos holandeses que, permaneceram por 30 anos. E o que não dizer das questões do Prata do Sul que adentraram o século XIX ou ao Norte as demarcações que se sucederam ao fim da União Ibérica com as fortificações e/ou aldeamentos indígenas através das reduções missionárias das Ordens religiosas estabelecendo as ‘fronteiras vivas’ para a formação da unidade geopolítica do que seria o Brasil e de resto a Amazônia com seu emaranhado de vegetação – flora e fauna – inóspita ao visitante, ao retardar o processo das invasões fez sua parte.

³³ Luís Vieira da Silva nasceu no arraial da Soledade, capela filial de Congonhas do Campo, a 20 de fevereiro de 1735. Aos quinze anos entrou para o seminário de Mariana onde permaneceu por dois anos, graduou-se em Filosofia e Teologia Moral, nos Colégio dos Jesuítas em São Paulo. Recebeu todas as Ordens do bispo D. Frei Manuel da Cruz e antes do sacerdócio exercia o magistério no Seminário Episcopal de Mariana regendo a cadeira de Filosofia (Frieiro: 1981; 14).

Eduardo Frieiro (1981), referindo-se aos livros como habitat de “*encantadores*”, no escrutínio da biblioteca do Cônego da cidade de Mariana, contabiliza duzentas e setenta obras que compõem oitocentos volumes³⁴. A primeira vista pode-se avaliar em dois tipos de leituras: a profana e a sacra com as obras completas dos doutores da Igreja como Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerônimo, São Tomás de Aquino, São Bernardo e São Gregório Magno.

“Lá estavam varias obras da Filosofia Metafísica e Lógica, que não podiam faltar na mesa de trabalho de um antigo lente da filosofia: a Summa Theologica de Santo Tomás, a Philosophia peripatética de Mayr, Elements de Metaphysicae do padre Jesuíta Para du Phanjas, a Lógica de Luiz Antonio Verney, as Disputationes Metaphycae do padre Jesuíta Silvestra Aranha, a Metaphysicae e a Lógica de Antonio Genovesi [Genuense], criador da Economia Política da Itália, filósofo eclético [dos que tentavam conciliar Bacon e Descartes, Locke e Leibniz]. Censurado em Roma por algumas de suas opiniões teológicas; a Philosophia Mentis e Os Elementos Metafísicos de Brescia [Brixia] o Compendium Philosophicum Theologicum de Manuel Inácio Coutinho (...)” (Frieiro: 1981; 26).

Considera Eduardo Frieiro que o melhor da biblioteca do Cônego “*não estava na quantidade, mas na qualidade das obras reunidas*” (Frieiro: 1981; 46). Num período em que se disseminava o gosto pela leitura, a biblioteca reunia obras de informação e formação, edificação e deleite, com significativo espaço para àquelas

³⁴ Das duzentas e setenta obras que compunham oitocentos volumes da biblioteca do Cônego Luis Vieira da Silva, mais de 50 % eram obras em latim, noventa obras em francês, um pouco mais de 30 em português, cinco ou seis em italiano, 24 em inglês [sem autor] e o restante em espanhol, três ou quatro não lhe pertenciam (Frieiro: 1981; 24).

que propunham novas idéias, como por exemplo, L'Encyclopédie de Diderot e D'Alembert, em dois volumes.

Uma variedade que não escusou nem mesmo os tratados de medicina com obras importantes para a época como: Exposition anatomique de Structure du corps Humain (do anatomista francês Winslow), o Traité de Medicine Pratique (do médico escocês Cullen, introdutor de uma classificação metódica da nosologia) e o Traité de maladies vénériennes (Fabri) e obras de Tissot. A escassez de médicos e cirurgiões permitia que os sacerdotes – entre outros – praticassem o receituário médico; como curiosos vendiam boticas e manipulavam as mezinhas, não é de se estranhar que o Cônego tivesse em sua biblioteca as referidas obras.

Conforme já mencionado, o século XVIII foi marcadamente o século da busca de instrução, inclinação para a pesquisa, observação e experiência. O desconhecido descortinava-se como um vasto campo para buscas e, com freqüência, os relatos de viagens eram literaturas que abriam as janelas do mundo desconhecido, da natureza externa. A obra de Banks, Voyages autor du monde,³⁵ em 4 volumes, também figurava na biblioteca do Cônego.

Nas outras colônias do Novo Mundo (estas pertencentes à Espanha), os europeus encontraram sociedades nativas ricas e organizadas, com sofisticadas hierarquias, religiosa, política/administrativa e economia estruturada, além de uma

³⁵ Banks viajou pelas regiões frias da Terra Nova e Labrador e fez parte da expedição Cook aos mares do Sul em 1746. Expedição que passou pelo Rio de Janeiro, juntamente com o naturalista Solander (discípulo de Linneo), explorou a flora e pequena fauna dos arredores da cidade do Rio de Janeiro. A expedição foi recebida de forma hostil pelo Governador que não acreditou que alguém pudesse interessar-se tão somente por caçar borboletas e em cuja incursão o único interesse era

significativa população. Portugal na parte que lhe coube na América, contactou sociedades semi-nômades e não era de seu interesse outra relação que não fosse a comercial, prática que era adotada em outras regiões de seu vasto Império – África e Ásia –, cujas finalidades lucrativas estavam a contento. Conforme estudo feito por Sergio Buarque de Holanda (2000), conquanto na conquista e colonização da América Espanhola prevalecesse um enfoque privado em detrimento a ação do Estado Oficial, nem por isso deixaram de erigir o “*Império Espanhol das Índias*” sob a égide de Castela. Nas colônias portuguesas e no Brasil, em particular, em alguns momentos, como foi o período da criação das capitânias hereditárias, a presença da Coroa pareceu dissipar-se, mas no curso da colonização regular é a Metrópole que sustenta a ocupação litorânea sob seu governo e catalisa sobre si, enquanto possível, todas as atividades de conquista como foram as “entradas e sertões” (Buarque: 2000; 393).

Da apatia que caracteriza algumas leituras historiográficas do período colonial no Brasil, especialmente a segunda metade do século XVIII, Figueirôa (1998) numa nova perspectiva metodológica aponta para a existência de atividades científicas no Brasil ao final do século XVIII, com implantação da institucionalização das Ciências Naturais no Brasil, no início do século XIX³⁶.

herborizar (mais uma vez aparece a velha política administrativa do sigilo). Contudo a expedição percorreu todas as ilhas da baía e recolheram exemplares de plantas e insetos. (ver referencia)

³⁶ “Desde o início assumi uma postura contrária as versões mais amplamente correntes na historiografia das ciências no Brasil (...). Mesmo assim, encontrei ainda mais atividades geocientíficas do quem esperava a princípio (Figueirôa: 1992; 150).

E Maria Odília da Silva Dias (1968) ao tratar da influência do anti-intelectualismo rousseauiano no Brasil, considera que este não teve a mesma repercussão entre os estudantes brasileiros, pois:

“Ciosos como eram de seus privilégios de aristocratas; sob o ponto de vista humanitário, viam na mecanização um meio de aliviar os sofrimentos dos escravos e de libertá-los de um jugo, condenados pelas leis da natureza. Muito maior, portanto, entre os brasileiros dessa época seria a influência de uma corrente de pensamento diretamente filiada a Voltaire e aos enciclopedistas franceses e que desempenharia papel histórico decisivo no estabelecimento de relação pragmática entre os intelectuais e a sociedade” (Dias: 1968; 106).

Nos estudos da autora surge, na análise das obras dos herdeiros da ilustração do século XVIII, uma maioria que se dedicou às ciências naturais e à medicina. A escolha está no próprio conceito de filosofia para a época. O pragmatismo para aplicação na ciência iluminista estava na medida de sua utilidade.

Em 1772 então são feitas as reformas curriculares da universidade. Aboliu-se da academia a filosofia Escolástica, que deu lugar às Ciências com um novo espírito de modernidade, uma nova valorização dos métodos científicos de observação e experimentação com a instalação de laboratórios, incluindo a dissecação de cadáveres. Vandelli formou uma geração de cientistas naturais, dos quais muitos eram brasileiros, entre eles Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). De acordo com os projetos de interesse de Pombal, fundou o museu de História Natural, organizando em seguida o jardim Botânico. Eram trabalhos sempre endossados pela coroa e que, acima dos interesses científicos, fomentavam um inventário das

possibilidades econômicas das colônias portuguesas. Aliás, um alerta para providências que outros países vinham mantendo, tomando a dianteira em relação as suas colônias. Informados através de correspondências com as outras sociedades científicas, Portugal deixa-se convencer da necessidade de promoção de pesquisas, estimulando a coleta e observações das colônias, bem como extensos relatórios das mesmas.

Do período greco-romano³⁷ até o século XX, as teorias pré-científicas e as consideradas científicas pela modernidade, enfatizaram as explicações simplistas que desconsideravam as complexidades da interação dos sistemas biológicos. Tratavam-se do determinismo ambiental respondendo a questões político/utilitarista, ou seja, um clima definido como temperado condicionava uma população etnocentricamente equilibrada; o clima incidindo diretamente sobre as virtudes dos habitantes. Desta forma, a superioridade *“moral, intelectual e tecnológica”*, dado pelo privilégio *“geoclimático”* que os faziam indivíduos geneticamente superiores, permitia-lhes governar e controlar territórios *“menos privilegiados”*. *“Estas teorias etnocêntricas serviam não só para explicar a posição influente de um país, mas também para racionalizar políticas que assegurassem sua dominação”* (MORAN; 1994, p.48)

Quando a “civilização” do Velho Mundo alcançou o Novo Mundo considerou-se que este juvenil Continente pouco ou nada tinha para ensinar, contudo muito para ser extraído. Os povos aqui encontrados, de forma peculiar, tiveram sua própria

³⁷ Do período grego as idéias foram endossadas principalmente por Aristóteles entre outros nomes da Antiga Grécia, estes estabeleceram uma tendência seguida pelos romanos, com destaque para Plínio que atribuía as maneiras gentis, ao talento fértil e o intelecto brilhante do povo romano à localização de Roma, extremamente salutar ao desenvolvimento humano.

revolução neolítica que não se processara nos moldes do hemisfério oriental. Alfred Crosby arrisca-se a dizer que, em parte deveu-se ao fator longitudinal das Américas que correm no sentido Norte-Sul. Desta forma as plantas alimentícias ameríndias, precisavam adaptarem-se a climas totalmente diferentes. À tal dificuldade de adaptabilidade não foram expostas as plantas do Velho Mundo, uma vez que estendiam-se e disseminavam-se na direção Leste-Oeste, uma facilidade ditada pela semelhança climática. Quando em 1490, aqui os europeus encontraram o milho, como riquíssima fonte de alimento para o ameríndio, reconheceram também que, por alguma razão que desconheciam, os autóctones do Novo Mundo começaram tardiamente sua revolução neolítica. Ainda que alguns povos estivessem iniciando na metalurgia, esta dava seus primeiros passos prestando-se a ornamentação dos mesmos e não instrumentalização (CROSBY; 1993, p. 19-46). Enquanto isso, o trigo, principal alimento do Velho Mundo, que há muito alcançara a Europa; figurara na última seia do Cristo e antes dele nos sonhos e celeiros do Faraó.

A decisão do Ministro Martinho Mello e Castro – ansioso por conhecer os recursos do Brasil e outras colônias – seguia uma campanha de Vandelli, de longo tempo promovendo as pesquisas e estimulando Portugal a sair em busca de um conhecimento mais efetivo dos reais valores e riquezas de suas colônias, através das expedições. Como sabemos, as correspondências tinham a funcionalidade das publicações de livros e periódicos (hoje tão divulgados nos meios acadêmicos). E os ingleses e franceses saíram à frente, levando uma significativa dianteira em suas colônias. Desta forma, se a Coroa abominava os franceses “igualitários”

porque estes faziam uma afrontosa manifestação panfletária contra o colonialismo e os governos absolutistas, os cientistas portugueses não deixavam por menos, trocavam correspondência, buscando as últimas novidades que circulavam no mundo dos acontecimentos.

As expedições idealizadas pelo reino de Portugal, sendo duas para a África e uma para o Brasil – no caso a Amazônia –, foram projetadas e realizadas tendo como principal finalidade a exploração da fauna e da flora brasileira, dentro de um novo pragmatismo da verdade sobre a natureza. É preciso esclarecer um ponto em comum entre as expedições científicas: tratava-se de uma política administrativa incidindo sobre as expedições. Implicitamente elas abrigavam em sua vertente científica um potencial transferido para a posteridade, dado o caráter utilitarista governamental com o qual se revestiam, e de todas as informações recolhidas uma triagem direcionava-as para as áreas de sua importância. Assim, as informações dos espaços políticos, as configurações da exata situação costeira, os estudos concernentes aos ventos, marés, enfim todo conhecimento que respondessem por uma navegação segura era de interesse fluvial. Do que resulta uma História Natural, onde abundam temáticas como: riqueza florestal – flora e fauna –, agricultura, pesca, minério, aspectos etnológicos, plantas medicinais, salubridade do território etc.

O século XVIII assistiu um rápido progresso do que fora até então trabalhos isolados. As publicações dos resultados das expedições constituíam-se abundante

material para pesquisa, revisão e identificação das coletas da fauna, flora e minérios. A *História Natural* de Linnaeus se constituía o parâmetro de conhecimento para o exercício do sentido da visão; o modelo de conhecimento de ordenação do universo calcado primeiramente na botânica, sem dúvida um passo decisivo para um progresso da ciência.

Futuramente o exercício sistemático da observação visual estender-se-ia para abraçar um todo, objetivando o conjunto e dentro da representação pictórica dos desenhistas já era possível considerar a interdependência das formas de vida, tratava-se da nova concepção paisagística de Alexander von Humboldt que outros naturalistas na esteira do progresso científico praticariam no século XIX, notadamente a missão austríaca.

A invasão francesa, a transferência da Família Real para o Brasil com um numeroso corpo diplomático, a instauração de um Brasil Império e acima de tudo o compromisso com a Inglaterra favoreceriam uma “abertura dos portos” para que aqui viessem ter grandes personalidades da ciência européia. Um período que grassou o interesse dos sábios estrangeiros pelas terras e habitantes do Brasil e que muito contribuiu nosso país para com a ciência. A partir deste momento, um verdadeiro azáfama de estrangeiros circularia pelo Brasil depois de estagiar pelos arredores do Rio de Janeiro; tratava-se de especuladores de terras, comerciantes urbanos, prósperos investidores, professores e cientistas. Estes últimos com objetivos bem definidos em relação à grande atração que sobre o resto do mundo exercia o ecossistema americano, em especial o Brasil, dada a oportunidade que se oferecia.

Como vimos, a modernidade geográfica nas crônicas dos viajantes e naturalistas é assinalada por uma formação intelectual do chamado século das luzes, ainda que em vários momentos estejam vinculados ao imaginário de uma História Natural, por longo tempo embasadas nos Compêndios da Antigüidade Clássica. Para Capel (1999), uma disciplina científica se encontra plenamente constituída quando, primeiramente o problema científico apresentado é suficientemente grande para atrair a atenção de novos intelectuais com novas propostas, uma vez que consideram as referências usuais obsoletas. Um outro ponto que se apresenta, seria de ordem social, com o reconhecimento da comunidade científica, que viabiliza a socialização do saber.

Os avanços da ciência não são seqüenciais, não obedecendo à linearidade da narrativa histórica, de onde resulta que períodos de aparente estagnação, ou esterilidade conjectural, não deixam de ter sua importância na história da revolução nas ciências. Dos “erros” que a investigação dos sistematas incorreram na organização dos seres vivos até o desenvolvimento da ciência taxonômica, ao longo do século XVIII, criando uma certa organização das formas “visíveis” com o “*Systema Naturae*” de Carl von Linnaeus, não se segue que possamos avaliar os períodos que antecederam e sucederam a revolução na Ciência como “pior” ou “melhor”. Trata-se do confronto de dois momentos histórico/espaciais e culturais distintos, com necessidades específicas e com uma singularidade da percepção do homem contemporâneo em relação à natureza que não teria qualquer utilidade para o escolástico medieval, uma vez que a maneira como eles a organizam e traduzem é também a maneira como a apreendem.

Inferese das afirmações acima que o “segundo descobrimento³⁸” da América espanhola e portuguesa seguiu dois caminhos: o trabalho de gabinete e a exploração sobre o território. Este último deveras esmiuçado por especialistas em farta literatura. Quanto ao primeiro caminho, que leva ao trabalho de gabinete, cabe afirmar que a maior parte das notícias exatas sobre a marcha dos descobrimentos e as explorações da América do Sul, foram reunidas por historiadores nos séculos XIX e XX, nos arquivos de Portugal, Espanha, Bélgica, as novas Repúblicas e mais recentemente na Alemanha e Rússia. As publicações dos documentos – da maior importância, diga-se de passagem –, têm sido feitas com muita lentidão e grandes intervalos, devido à falta de recursos ou de entendimentos entre as partes interessadas. Por isso até a primeira metade do século XIX, os viajantes, sobretudo da América do Sul, se sentiam exatamente, como se penetrassem pela primeira vez, numa terra desconhecida; amiúde careciam de mapas e descrições fidedignas das zonas que se propunham explorar.

Acrescem ao quadro geográfico da América, os relatos que conjugam informes locais com o prestígio de velhos mitos, imagens clássicas extraídas dos grandes compêndios. O mito do lago dourado, por exemplo, de tal forma ganhou espaço, que até o século XIX, encontramos-lo nas representações cartográficas da região da América lusitana. Francisco Xavier Ribeiro, ouvidor do Rio Negro, por volta de 1775 resolve examinar de perto o lendário, que

³⁸ A expressão está ligada aos novos processos teórico metodológico nas expedições científica a partir do século XIX. Neste sentido refere-se o “segundo descobrimento” ao trabalho de Humboldt - como naturalista -, pela América Equinocial. Conquanto não tenha feito nenhum descobrimento geográfico no sentido direto da palavra, os seus métodos de explorações tornaram-se um modelo para as expedições que se sucederam. Considerado um dos fundadores da geografia Física como

tantas expedições até então, haviam intentado explorar e ocupar a região.

Das suas observações segue-se a notícia:

“Na divisão que temos feito do rio Branco, incluímos o pequeno rio Parimá, que depois da descoberta da América tem dado corpo a decantada fabula do lago dourado, que tanto tem inflammado as imaginações hespanholas. Fingio-se que hum grande lago está situado no interior de Guyana, e que nas suas margens está edificada a soberba, e rica cidade chamada = Manó del dorado =, e que aqui he tão vulgar o ouro, que tudo he ouro (...). Os escriptores castelhanos dão esta historia por tão certa, que tem gasto immenso cabedal em emprezas, e viagens para decobrir este famoso lago, sem que até agora pudesse algum dos seus descobridores alcançar o premio de tão feliz descoberta. As viagens de Pissaro, Orellana, Orsua, Quesada, Utre, Berrie e outras muitas, que contão até o numero de sessenta, dirigida todas a este fim se inutilisarão.

Pode-se na verdade chamar-se a esta teimosa diligencia dos hespanhoes a pedra filosofal das descobertas. (...)

Os geografos na fantastica arrumação dos seus mappas descrevem este lago nas fontes do nosso rio Branco, (...) Mas não só hespanhoes, e inglezes entrarão no projecto de descobrir o lago Dourado; porque tambem os holandezes, como imaginarios vizinhos do mesmo entrarão nessa diligencia, (...).” (Sampaio apud FERREIRA; 1983: p.14)

Da instância com que os castelhanos corriam e despendiam contingente para a busca do El Dorado ou Manoa, para o conquistador português e mesmo o cronista, esse elemento fantástico não acenou com

ciência, Humboldt ao descrever os territórios que visitou, ofereceu modelos de estudos científicos dos países, ao que podemos considerá-lo um insigne historiador dos descobrimentos geográficos.

possibilidades maiores que fosse a curiosidade como a registrada pelo ouvidor.

Com a reforma do currículo universitário que tem início em 1772, pelo Marquês de Pombal, Portugal também se insere no rol dos países que institucionalizam os estudos em História Natural. Já em 1764, Domênico Vandelli, doutor da Universidade de Pádua, fora indicado pela administração pombalina, para a Universidade de Coimbra.

Além do italiano Vandelli para a cátedra de História Natural, foram convidados: Miguel Antônio Ciera para astronomia, Miguel Franzini para o de ensino de álgebra, Antonio Dolabella para a física experimental, Luigi Chichi para o curso médico. Com objetivos práticos a Universidade montou um observatório astronômico, um museu de história natural, um gabinete de física, um laboratório de química, um teatro de anatomia, um dispensário farmacêutico e um jardim botânico. Sob novos Estatutos, comprometia-se a Universidade em referindo-se ao curso da Faculdade de Filosofia Natural, conduzi-lo de forma a mostrar aos estudantes os princípios das leis da natureza pela “indução das experiências decisivas”. Em outras palavras, o curso tinha como finalidade, o ensino teórico acompanhado da prática das ciências físicas e naturais, ao mesmo tempo iniciá-lo na pesquisa, na investigação – observar e experimentar. Contrariando o método dedutivo – até então bastante explorado - o método indutivo, com a reforma, passa a ser ministrado.

Intentavam as reformas pombalinas fornecer um quadro político capaz de ativar todo o desenvolvimento que permeava as comunidades científicas. Através das associações, podem-se avaliar as intenções dadas pelas iniciativas, como seja a

fundação do Real Colégio dos Nobres (1761) ou o convite aos professores estrangeiros para fazer parte da nova Cátedra em substituição aos jesuítas expulsos, em 1759. A referida reforma passou a incluir uma Faculdade de “Philosophia Natural”. Tal expressão na diretriz da recém criada Faculdade objetivava a introdução em Portugal do ensino das ciências físicas e naturais, estes até então relegados a somenos importância, enquanto estivera o ensino universitário conduzido pelos jesuítas. As disciplinas básicas que com a reforma passaram a ser ministradas na Faculdade de Philosophia Natural de Coimbra somaram ao número de seis: física experimental; química teórica e prática, história natural – com inclusão de zoologia, botânica e a mineralogia –, lógica, ética e metafísica. Estas últimas herdadas da filosofia geral, que não fora ainda de todo eliminada. Como se observa, a filosofia escolástica fora abolida, substituindo-a as ciências.

Sob a orientação de Vandelli, uma geração de brasileiros se formaram como cientistas naturais, são eles: Manuel Arruda da Câmara, que recebeu fundos para coletar espécimes em Pernambuco, sua terra natal; Joaquim Velloso de Miranda, que fez importantes estudos de Botânica em Mariana – Minas Gerais; José da Silva Lisboa, posteriormente nomeado Visconde de Cairu; José Arouche, pioneiro dos estudos jurídicos em São Paulo e fazendo parte deste grupo de jovens intelectuais, destacar-se-ia Alexandre Rodrigues Ferreira pelo talento e esforço com que serviu à ciência, sem que pudesse deste esforço colher o reconhecimento. Um pouco mais tarde (1783), mas igualmente dentro do contexto iluminista português, um outro brasileiro José Bonifácio, se tornaria homem de ciência e grande mineralogista, este sim, reconhecido como sábio por seus contemporâneos, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

O século XVIII se apresenta como um período de crises e transição para humanidade, dentro de uma filosofia, que inspiraria a *Revolução Francesa* (1789), e sua batalha em favor das idéias, abrindo de forma enérgica os caminhos que os homens haveriam de percorrer. Por toda parte se fez sentir a repercussão das idéias; malgrado os esforços contrários, pressentiu-se a força com que despontavam as mudanças, e os governantes seguiram o imperativo de moldarem-se às novidades, na desesperada tentativa de sobreviver. Para Fernando Novais, o final do século XVIII e o início do século XIX apresentam-se ao mesmo tempo tormentosos e fecundos, com significativo acelerar do tempo histórico. O processo revolucionário desencadeia o fim do antigo regime, e na etapa seguinte temos o que se pode chamar de “*construção das novas instituições do Estado da época contemporânea*” (1995, p.3).

Respirando este clima de renovação, não podia ficar Portugal indiferente às reformas do século das luzes. Como bem escreveram os intérpretes de sua história³⁹, Portugal também se rendeu à vida europeia, dela voltando a participar – depois de um período de distanciamento, período em que se fechara num conservadorismo – contribuição dada pela operacionalidade do Marquês de Pombal, aliás, uma atividade que pode ser observada mesmo após sua queda. E conquanto a administração pública de D. Maria I esboçasse uma restauração do *Ancien Regimen*⁴⁰, a inteligência lusitana incentivada pela reforma universitária não

³⁹ REIS, A. F. *Estadistas Portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948. NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

⁴⁰ Na historiografia brasileira, pontua-se o reinado de D. Maria I, como uma etapa tipicamente retrógrada, levando-se em conta as proibições das manufatureiras têxteis para a colônia e a repressão à Inconfidência Mineira. Através de sua administração anulam-se as conquistas

retrocederia. E do esforço do consulado pombalino em direcionar sua administração para a exploração da colônia de ultramar, com o objetivo de transformar a economia metropolitana dentro de um mercantilismo clássico. Sob estes aspectos, o reinado de D. Maria I, identificou-se muito mais com o período das luzes, dado o esforço do programa de reforma.

E foi nesse ambiente de efervescência intelectual, assistidos pela publicação da Enciclopédia Iluminista e as trocas de informações por correspondência dos homens de ciência, que Portugal também eclode com o surto renovador na cultura científica, com a reforma do currículo universitário que tem início em 1772, pelo Marquês de Pombal. Embora não tão em sintonia com as conquistas do iluminismo europeu do século XVIII, as ciências naturais em Portugal, de certa forma o acompanharam e contribuíram. Pois já como afirmamos em 1764, Domenico Vandelli, doutor da Universidade de Pádua, fora indicado pela administração pombalina, para a Universidade de Coimbra.

Como bem podemos avaliar, o mundo depois das descobertas geográficas, tornou-se mais interativo, os humanistas, por exemplo, esboçaram modelos de relações harmoniosas ao proporem soluções que se apoiavam, ora no simples bom senso, ora nos grandes textos bíblicos. Mas, as implicações advindas das descobertas dos grandes e ricos territórios, impuseram uma fronteira interna e um princípio de hierarquia. Uma nova divisão correlata às diferentes formas de vida antípoda, que habitavam a região anteriormente tida como tórrida. A saga de

econômicas, sociais e políticas do período pombalino, para destacar-se uma administração de caráter essencialmente anti-pombalino. Uma leitura dada pelas cenas da “viradeira” que recolocam a vida nacional monárquica nos moldes lusitanos, em contrapartida ao absolutismo e despotismo de Pombal, o que em análise essenciais dos dois reinados dá no mesmo. (NOVAIS;1995)

Portugal juntamente com a da Espanha é a de serem pioneiros dos descobrimentos marinhos, o que seguramente faz com que Portugal, antes de ser letrado ou culto, seja camponês, viajante e marinheiro. Herdeiros diretos dessa origem podem ser elencados nos escritos de homens como Luís Gomes Ferreira e seu Erário Mineral ou mesmo José Barbosa de Sá com seus Diálogos geográficos.

Até a Revolução Francesa, o movimento das Luzes foi mais ou menos uniforme em toda a Europa, e grande o intercâmbio de sábios e a difusão das idéias. Em toda parte, os filósofos iluministas pretendiam equiparar-se aos grandes do reino, utilizando seu saber para a melhor administração da máquina pública.⁴¹ A revolução teve a virtude de provocar uma cisão nesse processo, tornando inconciliáveis, no caso da França, a Coroa e os ideais iluministas. Apesar disso, a Ilustração portuguesa continuou atrelada aos interesses do estado e, em muitos aspectos, diferenciou-se dos rumos tomados pela francesa. Luiz Carlos Villalta (1999, p. 24) chega mesmo a afirmar que:

“(...) A Coroa portuguesa, sob o Reformismo Ilustrado, fez uma incorporação seletiva das idéias das Luzes, rechaçando aquelas que ameaçavam as prerrogativas absolutistas do trono, o domínio colonial e a religião (...).”

E, apesar de, em um primeiro momento, acreditarmos na Ilustração como uma espécie de revolução das idéias que invadiu a Europa em geral, Villalta complementa afirmando que

“o Reformismo buscava conciliar a valorização da Razão e das ciências à anteposição de obstáculos ao que soava como ameaça ao absolutismo monárquico, à religião católica e à manutenção do Império Colonial, cerceando a influência das vertentes mais radicais da Ilustração (...).” (op. cit., 1999, p. 24)

Domenico Vandelli com relação a essa valorização da razão e das ciências em Portugal, escreveu em uma de suas obras de História Natural:

“O homem só com a força de sua imaginação não podia comer, nem vestir-se, nem executar os seus desejos; enfim nada podia fazer sem o auxílio das produções naturais, que são a base de todas as artes, de que dependem, principalmente os cômodos e prazeres da vida. Pois, que o conhecimento delas contribui à felicidade humana” (Vandelli, 1786, p.5)

Deste modo, podemos observar que entre a elite intelectual lusa o uso pragmático das ciências era idéia corrente nesse período. O saber acerca do mundo natural não tinha uma finalidade em si, ou seja, o que costumamos hoje nomeadamente chamar de ciências puras, àquela época não possuía muito sentido. A matemática, a física ou química tinham sua importância ligada à aplicabilidade no cotidiano. Um teorema tornava-se interessante na medida em que pudesse servir à elaboração de um novo tipo de arado ou moinho. Obviamente, não se desprezavam simplesmente todos os constituintes da natureza que não pudessem gerar um saber útil. O decifrar dos signos que pudessem levar a meios mais competentes de exploração da natureza tinha de passar por um amplo inventário sobre a mesma.

⁴¹ Excetua-se aí Rousseau, que mesmo antes da Revolução Francesa possuía um pensamento marcado pelo igualitarismo.

Afinal, se um inseto como a cochinha (*Cactococcus cinnamomi*) podia prover o homem com corantes como o carmim e a goma-laca, outras cochilhas como a branca (*Dysmicoccus brevipes*) e a cabeça-de-prego (*Chrysomphalus ficus*) eram verdadeiras pragas de frutos como o abacaxi e laranja.

Portanto, o conhecimento deveria ser acumulado, mas principalmente com fins a se obter novos subsídios para a exploração comercial (principalmente) das conquistas, que, nesse período, estavam escapando por entre os dedos da Coroa portuguesa. Aliás, a América Portuguesa tornava-se pouco a pouco a única região do império no além-mar que possuía um potencial exploratório que superava a política de caça e coleta. A promessa de uma revitalização do reino, não se encontrava mais no machado e na bateia, mas no arado e no trado.

3.4. Bíblia in natura: Milenarismo e Lições da Natureza

Se o Reformismo Ilustrado seduziu a intelectualidade e os governantes portugueses com a idéia de que a razão, dentre outras coisas, poderia gerar métodos mais pertinentes a uma exploração mais eficaz dos recursos, o mesmo não se processou de maneira tão efetiva com o cidadão comum e os leitores em geral. Ou seja, as novas idéias e concepções irão conviver por um bom tempo com as já existentes. Pois, por vezes, podemos identificar, até mesmo nos escritos de propagadores da Ilustração, a demonstração de que ainda carregam conceitos de um legado cultural anterior, onde se faziam presentes os milenarismos e/ou anticientificismo e as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica. (Villalta, 1999, p. 24). Afinal, as coleções de aves, ovos, conchas, ninhos, chifres e crânios (entre tantas outras) que Buffon encontra nas coleções de 'curiosos' partiam do conceito de que as mesmas deveriam ser um microcosmo da natureza. Ora, é este mesmo conceito que é emprestado pelo próprio Buffon para a composição do *Jardin du roi*. Lembremo-nos ainda que tal idéia tem sua origem nos gabinetes de História Natural do Renascimento e que a noção de História Natural como objeto de curiosidade (também originária no Renascimento) encontra-se no conteúdo dos espécimes despachados das colônias, nas descrições de naturalistas, no uso do sistema lineano, nos princípios que norteiam as cartilhas que ensinam a elaborar jardins botânicos, coletar e taxidermizar animais.

Conceito influente à época, o milenarismo tinha como um de seus princípios a idéia de que a natureza fornecia um espetáculo, um teatro onde lições poderiam ser constantemente tiradas. A natureza era então uma obra a ser lida, ou seja, o “livro da Natureza”, assim como a Bíblia, encerrava lições e parábolas que se encontravam em um sentido que por vezes transcendia o literal (Holanda, 1994, p. 65-66). Era preciso interpretar os signos dos ensinamentos deixados por Deus através de suas escrituras e criaturas. Até mesmo na França existiram aqueles que, de uma maneira ou outra deixavam seus escritos influenciarem-se pelo milenarismo. A secularização da natureza pode ser encontrada, por exemplo, em La Fontaine, que não via lições divinas no comportamento dos animais, mas sentimentos humanos em suas ações. (Ibdem, p.221). Obviamente que o milenarismo não pode ser conjugado no singular, ou seja, foram vários os milenarismos, várias as maneiras de ver os ensinamentos de Deus na natureza. O Novo Mundo espanhol, por exemplo, era muito mais edenizado que o luso.

Um exemplo de como os milenarismos estavam presentes nos escritos do século XVIII pode ser encontrado nos próprios *Diálogos Geográficos*; no Diálogo 2º da segunda parte, José Barbosa de Sá expõe longos tratados metodológicos de como extrair ouro e minérios das entranhas da terra de maneira que estas reservas mineralógicas nunca se esgotem. Afinal, segundo ele, bastava esperar “um pouco” para que estes preciosos minérios “brotassem” novamente da terra. Teoriza também sobre como os animais da arca de Noé chegaram até ao Novo Mundo, ou de como os negros da África antecederam os indígenas na chegada e colonização da América.

Um dos maiores eruditos milenaristas a ter suas obras circulando no mundo luso-português foi lido e citado diversas vezes por Barbosa de Sá nos *Diálogos Geográficos*. Trata-se da obra *Os Sermões*, do Padre Antonio Vieira, cujo exemplar se encontrava na biblioteca de Barbosa de Sá quando do inventário da mesma. A maioria dos conceitos do Padre Vieira baseava-se no profetismo, na sacralização e em uma certa quantidade de anticientificismo. Esses eram os constituintes para uma leitura do mundo que encontravam eco em uma grande parte da população portuguesa, sobretudo na mais humilde intelectualmente. Esse conjunto de conceitos (em especial o anticientificismo), não negava ou desaprovava o estudo da natureza e seus constituintes. De fato, para o padre Vieira, os interesses científicos deveriam estar subordinados a uma percepção mística do mundo; não foram poucas as vezes em que se condenou o “desejo de saber”, o que, segundo ele, era a “maior gula de natureza racional”, bem como o motivo que levou Eva e muitos membros da Companhia de Jesus a se perderem. (LEITE, 1948, p. 122).

Para o Padre Vieira, a melhor universidade era aquela que fora freqüentada por Cristo, a universidade da salvação das almas. Assim, todos aqueles que possuíam uma estima excessiva pela ciência não passavam de “idólatras”. Para estes, padre Vieira indicava a leitura de um salmo de Davi: “*Porque não conheci letras, entrarei nas potências de Deus*” (CIDADE, 1985, p.15). Atentemos para o fato de que, apesar de tudo, Vieira não condenava o espírito investigativo, desde que esse fosse guiado pelo divino.

Desse modo, Alcir Pécora define Vieira como um homem marcado por um “humanismo” aristotélico-tomista e inaciano (ou seja, um humanismo diferente

daquele comumente associado ao renascimento). O método de investigação permeado pelas analogias, aquele que permite ver o mundo natural como um livro com lições (por vezes divinas) a serem desveladas devia estar associado a uma compreensão de que tais conhecimentos adquiridos (ou seja, lições decifradas) deveriam ser compreendidos como possibilidades de salvação, ou seja, assim como o estudo das escrituras, o estudo da natureza não deveria ter um fim em si próprio, ele deveria servir ao complexo e árduo trabalho de salvação das almas, desenvolvendo uma ação que fosse afirmativa no mundo dos acontecimentos, indissociando, assim, investigação de vontade e ação. Que outro sentido o estudo das ciências poderia ter senão o de depurar as formas de depurar a alma? (1994, p. 72-76).

O estudo da natureza fascinava não somente letrados e acadêmicos, que viviam para suas investigações, pesquisas e reflexões, e que na maioria das vezes contavam com o mecenato de nobres; também havia homens de origem mais humilde, ou rústica, que para além de seus fascínios pelos fenômenos da natureza ainda tinham, por vezes, de cumprir uma rotina de trabalho que nem sempre se coadunava com tal paixão. É caso de homens como o cirurgião-barbeiro Luis Gomes Ferreira que em 1735 concluía o seu *Erário Mineral*, obra na qual descrevia e discutia as patologias que afligiam os moradores das Minas Gerais do setecentos. Ou mesmo do advogado licenciado José Barbosa de Sá ao escrever os *Diálogos Geográficos*, em 1769. Barbosa de Sá, por exemplo, ao falar sobre os astros afirma que

“(...) tudo quanto dizem os mathematicos do conhecimento das estrellas e seus effeitos em particular, é uma mera embustea e uma mera patranha, com

que enlevão os bobos e ignorantes, só sim póde alcançar que os astros celestes concorrem para as produções terrestres, que isto conhece qualquer discursivo sem estudar as arengas da mathematica.” (Fólio 255, recto)

E essa não é a única passagem dos *Diálogos Geográficos* em que Barbosa de Sá acusa o saber dos matemáticos de ser um mero embuste. A recorrência de conceitos milenaristas nos *Diálogos* de Barbosa de Sá não é nenhuma surpresa: afinal, até inícios do século XVIII, a analogia ainda era um dos constituintes do saber, e a religiosidade um de seus canais obrigatórios. Desse modo, o milenarismo e o anticientificismo encerravam uma maneira de ver o mundo que não era somente baseada na religiosidade, mas principalmente na analogia. É através dela (a analogia) que o universo se ordenava em uma geometria que estabelecia um diálogo semântico entre si mesmo, no qual havia uma escala de valores que estipulava que cada coisa, elemento ou ser, devesse ocupar o seu devido lugar. A ordem da ordem era que tudo deveria figurar no catálogo; neste ponto encontraremos as enciclopédias medievais como ícones desta necessidade, nelas “tudo” figurava em um genérico e tranqüilo transcorrer das coisas (Delaunay, 1997). Assim observaremos, por exemplo, que o conhecimento no séc. XVI era constituído por uma instável mistura de saber racional, de noções que derivavam da prática da magia e de toda uma herança cultural que se pautava nos poderes da autoridade e na redescoberta de textos antigos. Os signos que se interpretavam em fins da Idade Média como ocultos só são designados como tal na medida em que a ele se assemelhavam, e estes signos não atuarão sobre o oculto sem também atuar sobre o que é, por eles (os signos) secretamente indicado. (Foucault, 1984, p. 50-51)

Até o fim do Séc. XVI, a *semelhança*, enquanto recurso metodológico e teórico para descrever e classificar os seres, irá desempenhar um papel fundamental na construção do saber ocidental. É através da semelhança que é organizado e disponibilizado o conhecer. As idéias de Pierre Belon, em 1555, exemplificam como se versava o mundo natural tendo como linguagem a figura das semelhanças (ou similitudes), pois este, ao traçar a primeira tábua comparada do esqueleto humano com o dos pássaros, nos mostra:

“a ponta da asa chamada apêndice, que está em proporção com a asa, com o polegar, com a mão; a extremidade da ponta da asa, que é como nossos dedos (...); o osso, tido como pernas para os pássaros, correspondendo ao nosso calcanhar; assim como temos quatro dedos pequenos nos pés, assim os pássaros tem quatro dedos, dos quais o de trás tem proporção semelhante à do dedo grande do nosso pé” (BELON apud Delaunay, 1997, p.186-188).

Segundo Foucault, a similitude é expressa em quatro figuras essenciais: simpatia, analogia, conveniência e aemulatio, figuras essas que irão até o final da Idade Média instrumentalizar a escrita do saber acerca do mundo natural (1984, pág 42-46). É a simpatia, por exemplo, que faz com que um caranguejo na Europa do século XVI seja identificado como um prato, uma constelação que por lembrar a forma de um caranguejo é então chamada de câncer, que por sua vez, por se parecer com um caranguejo, emprestou seu nome à doença identificada pelos gregos que diziam que tal patologia deveria ser chamada de câncer pelo fato de se locomover no corpo como um pequeno caranguejo a andar na praia, deixando a marca de suas patas ao mover-se de lado, e a ter um dos membros chamado de pinça por razões que hoje nos parecem óbvias, mas que àquela época eram as únicas.

Por esta época, quando se tinha de fazer a história de um animal, inútil era escolher entre o ofício de naturalista e o de compilador: para se lidar com o mundo natural era preciso, numa única e mesma forma de saber, recolher tudo o que fora contado pela natureza e pelos homens, pelas tradições, pelos contos e cantos acerca daquela espécie em questão. Conhecer então um animal ou uma planta era especular e recolher todo e qualquer signo que sobre eles repousasse. A dissociação que hoje fazemos entre mito, ciência e literatura, era algo inconcebível àquela época, e, o leão que repousava sob o brasão do senhor feudal era o mesmo que ocupava as savanas africanas. (Foucault, 1984, p. 56-57)

Por fim, os antigos jogos de analogia vão se tornando insuficientes. Com o Renascimento e a Ilustração, as semelhanças e os signos lentamente começaram a romper sua antiga aliança, as similitudes pouco a pouco decepcionam. As palavras vão deixando de ser usadas para estabelecer as semelhanças para preencherem o mundo de significados. O que assistimos é um processo lento e discreto na qual os signos da linguagem vão deixando de se assemelhar aos constituintes da natureza, para então representá-los (op cit, p. 60). O que homens como José Barbosa de Sá ou Luis Gomes Ferreira nos deixam não é o testemunho de um “atraso” em relação ao que se discutia e propalava entre a elite intelectual europeia; é antes o testemunho de um processo, ou seja, de como se operou lenta e sutilmente uma mudança na maneira como se apreendia o mundo. O que o *Erário Mineral* e os *Diálogos Geográficos* testemunharam foi um período de transição, em que aqueles que se interessavam no estudo e investigação do mundo natural ainda carregavam em menor ou maior grau, juntamente com seus escritos, alguns conceitos

estruturados na fé, no divino, ao mesmo tempo em que participavam na construção da razão e da ciência no estudo do mundo natural.

Por meio dessas estratégias, estes homens comuns, advogados licenciados e cirurgiões barbeiros das vilas e arraiais da Colônia, tomavam uma espécie de primeiro contato com os valores da Ilustração. Através dos princípios milenaristas e anticientificistas não havia (em um primeiro momento) crise ou abalo nas verdades divinas que estes homens (na maioria das vezes) tanto prezavam, quando da investigação da natureza e seus processos; afinal, desse modo, a natureza nada mais era que uma continuação das sagradas escrituras. As parábolas, as lições e os avisos perpetuavam-se no ambiente, e um bom naturalista ou mesmo médico nada mais seria que também uma espécie de 'teólogo' habilitado a interpretar as mensagens divinas em outras escrituras além daquelas compostas pelos apóstolos. Compreendamos que essas posturas - anticientificista e milenarista - eram, para a maioria dos homens desse período, a opção mais acessível para se negociar com as novas realidades propostas pela Ilustração. Não que homens de formação mais simples fossem incapazes de compreender as novas maneiras de se ver, observar e questionar o mundo propostas pelo saber Ilustrado, a questão é entendermos que, para além da resistência em se romper com uma maneira de ver o mundo através das verdades absolutas da religiosidade (como a arca de Noé, por exemplo), tratava-se também da resistência em se romper com um saber baseado em analogias. Ou seja, era uma questão que ia além de uma manutenção da fé, trata-se de uma questão epistemológica. Um processo ao qual – como dito anteriormente – nenhum homem do século XVIII estava imune, estava sim mais ou menos exposto,

suscetível, conforme o local que habitasse, à quantidade de publicações a que pudesse ter acesso e à interação com outros estudiosos.

Já com referência aos Ilustrados, aos acadêmicos que formavam o corpo dos museus e universidades européias, alguns conceitos têm de ser salientados, pois, apesar de possuírem características que em muito os diferiam (conforme o país de origem), estes homens não podem ser simplesmente classificados como aqueles que antagonizavam pura e simplesmente os poderes temporal e espiritual. É certo que a grande maioria deles condenava qualquer sistema de governo que concentrasse poder suficiente para calar, perseguir e proibir os sábios (como no caso das obras do Abade Raynal). Entretanto alguns conceitos sobre os Ilustrados constituem-se hoje em mito, como o de que esses homens eram radicais irreligiosos. Eles podiam até ser anticlericais (como foi no caso francês), mas dificilmente condenavam a crença no espiritual.

Entretanto, tal crença não se imiscuía nos trabalhos campo, ou nos conceitos trazidos à luz durante as reuniões de estudo e reflexão. O pensamento Ilustrado em seus centros de origem caracterizava-se (em sua maioria) por uma recusa à dedução sistemática, ou seja, a de que, partindo-se de um ser supremo ou de uma certeza absoluta, perfectível, expandia a sua luz desta a toda criatura, e o conhecimento que era adquirido através do método da demonstração e da consequência rigorosa, conciliado consequentemente a uma certeza de ordem divina. (CASSIRER, 1993, p.21). O conceito Ilustrado era o de que se deveria abandonar a certeza fundamental para se abraçar à experiência e à observação, invertendo-se, desse modo, a ordem do método: primeiro dever-se-ia apreender os

fenômenos, para então se entender a lógica dos fatos, em seguida observar-se-ia todas as condições que deram origem a tais fenômenos, demonstrando a relação que os ligava, e, desse modo chegar-se-ia as constâncias, as regularidades recorrentes a cada tipo de fenômeno, podendo-se assim formular leis (ou princípios). Ou seja, o processo investigativo ilustrado associava os métodos resolutivo e compositivo, através do mesmo a função básica da razão consistia em identificar, dividir e juntar. Esse processo metodológico onde a indução toma o lugar da dedução foi de certa forma habitual nos estudos e textos de muitos Ilustrados, sobretudo os que versavam sobre temas de “Filosofia Natural” (Ibdem, pág. 37).

Homens como o criador da sistemática zoológica e botânica, o sueco Carl Von Linnaeus, em sua obra *Sistema Naturae* ao estabelecer seu sistema de classificação, inovou, simplesmente por que observava diferenças e semelhanças em partes que todas as plantas possuíam, ou seja, o tronco, folhas, flores e frutos, tratava-se simplesmente da observação de fatos que podiam ser encontrados repetidamente (identificar, dividir e juntar). O que se fazia era opor-se a conceitos pré-estabelecidos, questionando-se a autoridade das Escrituras, principalmente quando o assunto era referente à Filosofia Natural. O Conde de Buffon, em *Les Époques de la Nature*, desconstruía a idéia de uma natureza estática, inalterável desde o momento da criação. Para ele a natureza estava em constante mudança fosse para melhor, como o caso do clima, animais e plantas do Velho Mundo, fosse para pior como o caso das degenerescências encontradas nas espécies e no clima da América. Apesar da maioria dos conceitos de Buffon não serem mais válidos, permanece atual a idéia da inconstância, da evolução na natureza, ou seja, os

animais e plantas não eram os mesmos, nem as montanhas estavam no mesmo lugar, desde o dia da criação. (OUTRAM, 1995, p. 59).

Entretanto, tal inversão metodológica identificada por Cassirer não se processava nos estudos de todos os Ilustrados. Não foram poucos os pensadores e filósofos que tentavam acoplar o universo e seus constituintes em um plano pré-estabelecido (HAZARD: 1989, p. 133-134). Se para muitos pensadores a indução parecia ser mais eficiente que a dedução, esse processo não valeu para todos. Pois como vimos, o próprio Linnaeus, por exemplo, acreditava que sua classificação tinha validade por que julgava ele que a natureza era estática, ou seja, uma vez classificada a espécie animal ou vegetal esta estaria identificada para todo o sempre. O que esses dois homens e suas teorias nos demonstram é quão heterogêneo o movimento da Ilustração podia ser. João Ferreira Gomes nos lembra que muitas foram as Ilustrações, houve uma Ilustração Racionalista, que era a de Descartes e Leibniz; também havia a Empirista, esta de origem inglesa, propalada por Newton, Locke e Bacon, cada uma delas apresentando propostas diferentes para o estudo de problemas como as relações entre o homem e a natureza, a melhor maneira de se classificar tal conhecimento ou mesmo a possibilidade de se optar entre a observação e a experiência. (1995, p. 67)

Desse modo, por meio deste percurso investigativo pretendemos demonstrar que um dos principais objetivos de José Barbosa de Sá ao escrever os *Diálogos Geográficos* era o de construir uma memória (tanto física quanto humana) para o Novo Mundo (em especial para a América Portuguesa), à luz de obras e autores e teorias acolhidos pela Igreja. Afinal, nota-se que uma de suas principais

preocupações era a de compreender como surgiram as Américas, bem como as criaturas que as habitam.

Como cristão, José Barbosa via essas questões como primordiais à manutenção da fé em Deus, pois, como veremos, desde fins do século XV inquiria-se sobre o fato de que não havia nenhuma referência nas sagradas escrituras sobre o Novo Mundo e seus habitantes. Assim, pretendemos provar a tese de que, como Joseph D'Acosta e Athanasius Kircher, José Barbosa de Saa também se preocupará, (em pleno século XVIII), em dar uma espécie de versão naturalista-cristã para aquele continente encontrado em 1492.

3.5. Um sistema ‘sueco’ de classificação

Nossos sábios, até o século XVI, estavam longe de conceber uma sistemática fundada sobre a distinção e definição rigorosa do gênero e espécie, atestada pelo inventário botânico num primeiro momento, e zoológico num segundo (um substantivo genérico e um adjetivo específico), formulado por um valor universal, na língua latina. Esquemas classificatórios continuamente apresentavam-se como forma de organização intelectual do mundo da natureza, algumas vezes apenas como ordenação alfabética, em outras ocasiões bem próximos da sistemática lineana, como John Ray, ao final do século XVII. Tratava-se de classificações concorrentes que de perto estavam atreladas às analogias humanas em relação à natureza.

Mesmo no século XVIII, a resistência e as facções das escolas científicas se opunham em muitos momentos ao trabalho de Linnaeus. Num período de divulgação de pesquisas, ao propor métodos de classificação que consideram a sexualidade das plantas, tal sistemática – lineana – se choca com um grande preconceito social: o escrutínio das “partes íntimas” das flores tornava pouco recomendável o estudo da botânica para as damas. Em outro momento, entendiam os mestres, muitos dos quais sacerdotes ou teólogos, que ao afirmar que as flores eram órgãos sexuais das plantas – intencionalmente, numa linguagem bastante ousada –, o sistemata estava desrespeitando os altares das igrejas ornamentados

de flores. Mas, como quer que a sociedade o julgasse, a nova voga de sistemática desencadeara por toda Europa um paradigma para o qual não haveria retrocesso.

Em 1735, Linnaeus chega à Universidade de Hardewijk, na Holanda, e no mesmo ano obtém o grau de doutor com a tese *De hypothesis nova de febrim intermitentium causa*, publicando o *Systema Naturae*, uma elaboração classificatória que intencionava categorizar todas as formas vegetais do planeta, fossem elas conhecidas ou não dos europeus. A partir deste momento, as viagens e os relatos de naturalistas não mais seriam os mesmos, o trabalho dos herborizadores teria um novo exercício, munidos de frascos, sacolas para coletas e cadernetas de anotações; seus sentidos estariam atentos para as novas espécies; um novo campo de visão que objetiva descrever o visível. Para Michel Foucault (1991), uma aproximação da linguagem com a representação, uma redução da distância na medida em que as coisas e as palavras estão separadas.

A descoberta de algo já existente, como por exemplo, o novo campo de visão da natureza, trouxe à contemporaneidade um novo desafio, o desafio por crescente tecnologia, senão vejamos: a busca por meios de transportes cada vez mais eficientes, melhores meios de preservação e conservação dos espécimes, bem como das exposições através dos registros documentais, onde podemos ver a busca de especializações artísticas ao desenhar a botânica e/ou ao captar a paisagem. Em vários aspectos da vida social e material pode ser vista uma incrementação das relações, seja no aperfeiçoamento da tipografia para a reprodução gráfica, seja na criação de novos instrumentais a partir dos relógios. As viagens se tornaram cada vez mais um empreendimento financiado, gerando uma nova rede de empregos para

os cientistas e outros, que eram contratados para os trabalhos de reconhecimentos de novas regiões em expedições coloniais. De mera curiosidade, a história natural ganhou prestígio comercial, um salto das descrições dos compêndios às organizações de jardins botânicos que se tornaram espetáculo obrigatório aberto ao público. Enquanto Linnaeus elaborou seu próprio jardim botânico, Buffon foi mantenedor do *Jardin des Plantes* em Paris. Diante do azáfama que a sistematização da natureza estabeleceu como projeto europeu, com pertinência Mary Louise Pratt, afirma que:

“Não se pode encontrar exemplo mais vívido a comprovar que o conhecimento existe não como acúmulo estático de fatos e informações isoladas, mas como atividade humana entrelaçada a prática verbais e não verbais” (1999, p.63).

O sistema de Linnaeus criado em princípios para a classificação das plantas – posteriormente para os animais e minerais –, classificava-as de acordo com as características de suas partes reprodutivas, tratava-se da configuração básica de vinte e seis estames, pistilos, etc., que foram distribuídos em ordem alfabética após serem identificados. Os minerais seriam divididos em pedras e fósseis e os animais em seis classes e mais o homem como a sétima, estando Deus no topo do sistema. O critério para a divisão das classes animais eram as diferenças entre certos caracteres como os dentes, as mamas, os estômagos, etc. Já os vegetais dividiam-se em 24 classes. Também em relação às doenças, Lineu incursionou na sua classificação, escrevendo o *Genera morborum*, em 1763, onde as ordena em 11 classes e 325 gêneros. O seu método, como já afirmado, tem origem na botânica, onde ele alcança o seu melhor resultado, utilizando como critério do sistema

classificatório as diferenças no aparelho reprodutivo das plantas. Da botânica a classificação estende-se pelo resto do universo. "*Les symptomes sont à l'égard des maladies, ce que les feuilles et les supports (fulcra) sont à l'égard des plantes*", escreve Lineu, afirmando que é preciso aplicar o método botânico ao estudo das doenças que devem ser divididas em classes, gêneros e espécies (CARNEIRO: 1999, pág 51).

Com quatro parâmetros visuais adicionais se completava sua taxonomia das plantas por número, forma, posição e tamanho relativo. Para Linnaeus, todas as plantas podiam ser classificadas mediante o sistema de distinção acima criado, mesmo aquelas por descobrir. Outrossim, para sedimentar sua nomenclatura restaurou o latim, por não ser língua nacional de ninguém. E embora outros botânicos naturalistas trouxessem suas propostas de paradigmas – ao que se faz necessário esclarecer que o sistema lineano é apenas uma vertente dos inúmeros sistemas classificatórios que eclodiam em meados do século XVIII, na disciplina de História Natural –, e todos tivessem como objetivo um projeto totalizante e comum para a história natural, tratava-se de propostas continentais, sem a amplitude lineana.

Uma planta é completamente nomeada quando se lhe fornece um nome genérico e um nome específico. O nome específico deve distinguir a planta de todas as outras do mesmo gênero. O nome específico identificará a planta que o leva à primeira vista, pois ele expressa a 'differentia' que esta impressa na própria planta" (Linnaeus, 1738. Critica botanica apud PAPAVERO & PUJOL-LUZ; 1999, p.174)

O *Systema*, de forma magistral, efetivou com originalidade o que seria um compêndio de toda 'História Natural do tempo'. Com a implantação de um sistema extremamente prático da nomenclatura binominal, temos um modo de recensear a quantidade de organismos até então estudados e aqueles em vias de o serem. Através da classificação lineana, abria-se um leque de possibilidades e, à primeira vista, conduziam-se os organismos denominando-os de forma descritiva. Assim, temos, por exemplo, o Morcego ferradura-maior, cujo nome científico é dado pela sistemática: "*Rhinolophus ferrumequinum*" - *Rhinos* (do grego: Nariz), *Lophos* (do grego: brasão, decoração), *ferrum* (do latim: ferro) e *equinum* (do latim: cavalo) (DURRELL:1996, p.26). Com tal denominação, a sistemática de Linnaeus está descrevendo um Morcego-de-nariz-em-folha, que possui protuberâncias carnudas que lembram uma ferradura. Popularmente pode ser conhecido por diversos nomes, porém, cientificamente, para o naturalista seu nome latinizado dirá aquilo que ele é. Um novo patamar para a progressão da ciência: bem delimitadas as fronteiras do conhecido, tornar-se-ia fácil cruzá-las pela simples exploração geográfica de um mundo em boa parte por descobrir.

No período das Luzes, um dito popular afirmaria que "*Deus creavit, Linnaeus Disposuit*" (Deus Criou e Linnaeus dispôs). Tal a simplicidade com que combinava o ideal sistemático de classificação das plantas com uma sugestão prática de construção da nomeação. Um esquema que até nos seus rivais e críticos, encontrava o consenso de que trazia ordem ao caos. Evidentemente, entre a sistemática lineana latinizada e a esfera pública, um suporte lingüístico foi se elaborando através dos relatos jornalísticos e as narrativas de viagem. Pois enquanto as autoridades científicas estavam envolvidas na elaboração de textos

especializados em nomenclaturas taxonômicas, as publicações literárias davam conhecimento e acesso ao público de forma que os elegiam – ao leitor –, agente da legitimação dessa ciência.

De grande aceitação inicialmente na Inglaterra, na França, os Iluministas, e particularmente Buffon, não concordavam com a ordenação do *systemata sueco*. À resistência inicial, seguiu-se a tentativa de tradução da denominação latina. Aliás, se expressa claramente no discurso preliminar dos editores da Enciclopédia Iluminista a importância de levar o conhecimento dos sábios em língua acessível ao vulgo. (...) *“Notre Langue s’étant répandue par toute l’Europe, nous avons crû qu’il étoit temps de la substituer à la Langue latine (...)”*⁴² (ENCICLOPÉDIA; 1989; p.30). Contudo, ao final da década de 1750, iniciando 1760, a padronização do sistema lineano da nomenclatura binominal, estabelecido no *“Species Plantarum”* (1753) e na décima edição do *“Systema Naturae”* (1758), proposta pelo sueco Carl von Linné – então latinizado para Linnaeus –, era, de certa forma, plenamente aceita por toda Europa.

Assim, cumpria-se o que fora intentado desde o do século XVI, desfazer alguns equívocos acerca da ordenação do mundo natural. Distingua-se uma certa consciência por parte dos pesquisadores, da necessidade de uma atividade científica como trabalho conjunto. O conhecimento ou o resultado de pesquisa carecia de uma divulgação. Isto posto, nasciam as primeiras comunidades científicas oportunizadas pelos serviços de correspondências, órgão divulgador das

⁴²Tradução: (...) “Como nossa língua se propagou por toda Europa, pensamos que era tempo de substituí-la pela Língua Latina (...)” p.79

descobertas que, conquanto ineficiente, respondeu pelas necessidades prementes até que se criassem as primeiras associações.

3.6. Produção e Divulgação das Ciências Lusitanas: A calcografia do Arco do Cego

É a partir do movimento de Ilustração luso, que notaremos, tanto em Portugal quanto em suas Colônias, uma crescente preocupação em se observar e, sobretudo, avaliar a potencialidade das 'riquezas naturais', principalmente àquelas encontradas na América Portuguesa. Neste contexto, a Casa Literária do Arco do Cego, criada em fins do século XVIII por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, demonstra bem essa nova preocupação que se dividia em articular uma política externa e organizar os saberes.

Entretanto, observando aqui rapidamente a repercussão da introdução das técnicas e tecnologias voltadas ao cultivo agrônômico e extração mineralógica na América Portuguesa, através da veiculação de 'obras científicas', notamos que muitas foram às plantações a arado que terminaram quando do choque com as primeiras toras de peroba que repousavam em volta de suas raízes semi-destocadas, afinal, não era fácil 'limpar um capoeirão'. Em 1728, quando do aparente fim do ouro cuiabano, por exemplo, os guindastes ou sarrilhos utilizados à época para retirar terra das catas, as bombas para drenar a água e outros equipamentos que poderiam economizar em muito a mão-de-obra e o tempo, nunca chegaram a serem comuns nas minas mato-grossenses, apesar de tais ferramentas já serem conhecidas (Holanda, 2000, p. 53). Já os trados levados pelo então líder da Viagem Filosófica, Alexandre Rodrigues Ferreira, que serviriam à sondagem das minas do Cuiabá, não foram utilizados e, deixados aos cuidados do tempo, acabaram consumidos pela ação da ferrugem, provavelmente por não existir ali ninguém que soubesse como manejá-los. Por fim, as dezenas de arrobas de ouro

que partiram de Cuiabá com destino à metrópole foram quase todas extraídas a poder de 'bateiadas'. Porém, para além do grau de absorção na América Portuguesa, das técnicas e tecnologias desenvolvidas no decorrer do século XVIII pelo movimento Ilustrado português, tanto na Colônia como na Metrópole, houve um considerável esforço por parte das elites intelectual e política na elaboração e disseminação de técnicas que redundaram em produções editoriais como as do Arco do Cego, produções essas que visavam reverter-se em um novo tipo de metodologia exploratória. Tal política, que poderíamos caracterizar aqui como fomentista, pensou uma espécie de 'divulgação científica' no Portugal Americano como forma de, não somente criar novos e conseqüentemente 'melhores' hábitos agrícolas entre os vassallos da corte que se encontravam nas férteis terras do Brasil pensava-se também em fazer com que as coleções contidas nos museus e jardins botânicos pudessem frutificar em uma exploração o mais metódica possível da natureza.

Independentemente de seu sucesso (ou aparente fracasso) na empreitada que visava a modernização no cotidiano da produção agrícola, têxtil e mineralógica nas terras do Brasil, o que não deve ser de maneira alguma desprezado é a possibilidade de observarmos como a valorização da agricultura em especial, estava fundamentada em um discurso que apreendia os trópicos enquanto uma fonte de riqueza que para ser 'reexplorada' tinha de ser cientificamente esquadrihada e inventariada. Neste sentido, Portugal incentivava estudos e pesquisas que pudessem contribuir, principalmente para com o aumento da riqueza do Estado. Apesar de tal política não encontrar muito eco no Brasil, pois como bem coloca Robert Wegner ao refletir sobre a análise que o então governador da capitania de

São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça fazia sobre a tentativa de Portugal disseminar as 'Ciências' em sua Colônia americana:

“Melo Castro não apenas demonstrava seu desânimo como também arriscava uma explicação: para ele, as famílias não se interessavam por ‘artes’, mais no sentido de técnicas, e ‘ciências’, também no sentido de técnicas, e preferiam que seus filhos seguissem a carreira eclesiástica, para a qual pouco se exigia, bastando mal-e-mal ler. Ao mesmo tempo que o governador era bastante crítico à situação, ele não enxergava o meio de quebrar o círculo vicioso de desinteresse em relação às ciências. A bem da verdade, acabava por capitular, dizendo que não adiantava mandar livros que ‘entram na classe das coisas úteis e curiosas’; só havia procura para poucos livros clássicos e de doutrina, e eram esses que deveriam ser mandados.” (WEGNER: 2004, p. 137)

As Terras do Brasil eram sem dúvida, as mais valorizadas de todas as colônias portuguesas, a potencialidade de riqueza que ainda se encontrava ‘encravada’ no solo brasileiro, seja na fertilidade do *solo ativo* propício à cultura de espécies naturais, ou exóticas que possuíam um mercado consumidor ávido na Europa, seja em um subsolo generoso em gemas e minérios indispensáveis ao fabrico de ornamentos e vestes de reis, rainhas e príncipes do velho continente. E, apesar de toda a ‘má vontade’ biogeográfica veiculada por nomes como Buffon e De Pauw, que afirmavam de maneira categórica que animais, vegetais, clima e solo do Novo Mundo eram degenerados e degeneradores (Gerbi, 1996), a própria *Encyclopédie* organizada e editada por Diderot e D’Aelmbert (1989) concorda com a concepção Ilustrada portuguesa, pois no verbete *Brésil*, discorre-se sobre a fertilidade e produtos naturais provenientes dessa Colônia de Portugal.

Obviamente não podemos afirmar que todas as obras de 'divulgação científica' produzidas neste período resumem-se a uma produção bibliográfica de cunho utilitarista. Entretanto, este contato sistematizado com o mundo natural durante o século XVIII visava, em grande parte, como já afirmado, um melhor conhecimento sobre o solo, as plantas, os animais, os minerais, a física, a química e suas possíveis aplicabilidades. Por exemplo, no campo da extração de minérios com potencial econômico ou no uso da mecânica para uma implementação das engrenagens de moinhos, engenhos ou monjolos. Neste sentido a Casa Literária do Arco do Cego será uma das primeiras iniciativas de registro e divulgação do saber produzido sobre o território brasileiro por um órgão estatal (CAMPOS *et alii*, 1999, p. 141-243).

No referente à catalogação e fixação das espécies animais e vegetais, e principalmente, da divulgação dos mesmos por meios impressos, não poderia aqui me furtar em citar o trabalho de Frei José Mariano da Conceição Velloso, religioso da ordem franciscana que, no fim do século XVIII, catalogou grande parte da flora fluminense, no qual se encontram descrições e pranchas de cerca de mil seiscentos e quarenta vegetais da biota brasileira (PORTELA, 1999, p. 7). Outra empreitada de frei Velloso foi a que se deu a partir de sua nomeação pelo Príncipe Regente D. João para a diretoria da Tipografia do Arco do Cego.

D. Rodrigo, o idealizador do Arco do Cego, pretendia criar uma tipografia e calcografia que se destinasse a difundir obras que estimulassem o progresso de sua maior Colônia, ou seja, o Brasil, principalmente nas áreas de Agronomia e História Natural. Além dessas áreas, encontraremos no Arco

do Cego, publicações de obras que versam sobre Ciências Exatas, História, obras náuticas, plantas medicinais, Medicina e Saúde Pública (FARIA, 1999, p. 117).

Esta Tipografia ou Casa Literária, apesar de ter exercido suas atividades em Portugal em um curto período (1799 a 1801), tem um inestimável valor à História da divulgação científica em língua portuguesa. Nos aproximadamente 28 meses de sua existência, foram publicados mais de oitenta títulos. Apesar de ainda hoje não ter sido encontrado o documento legal da constituição de tal estabelecimento literário, acredita-se que a idealização da Casa Literária do Arco do Cego tenha sido fruto da vontade política do então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), que depois receberia o título de Conde de Linhares. D. Rodrigo viu no frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), um religioso brasileiro da ordem franciscana, o homem certo para ocupar o cargo de diretor do Arco do Cego. Frei Velloso nesse período já havia se notabilizado como possuidor de grandes qualidades de coletor e herborizador das espécies botânicas da América portuguesa, principalmente a fluminense. Segundo Margarida Leme (1999, p. 77) *“Se D. Rodrigo pode ser considerado o mentor desse empreendimento editorial, frei Velloso foi o seu gestor e animador.”* Frei Velloso, foi, de certo modo, um entusiasta da ‘divulgação científica’, divulgação esta que visava, principalmente a implementação econômica do Reino e do Brasil.

Mesmo antes, e paralelamente às suas atividades no cargo de diretor do Arco do Cego, frei Velloso mantinha uma intensa atividade ligada ao labor editorial. Até 1799, quando assistiremos a circulação das primeiras edições com pé-de-imprensa

próprio da Casa Literária do Arco do Cego, podemos encontrar frei Velloso circulando por entre as prensas tipográficas de particulares como a Patriarcal, pertencente a João Procópio Correia da Silva, e de Simão Tadeu Ferreira, além das de Rodrigues Galhardo e João Antônio da Silva.

A maioria dos livros saída destas prensas possuía grande afinidade com temas abordados em uma série autônoma da época, com o título de *O fazendeiro do Brasil*, o qual se traduzia em duas vertentes: *O fazendeiro do Brasil Cultivador*, do qual publicaram-se dez volumes entre 1798 a 1896⁴³, destes nenhum impresso na Casa do Arco do Cego, e *O fazendeiro do Brasil criador*, este foi publicado em um único volume em 1801⁴⁴, desta vez pela tipografia do Arco do Cego (LEME, 1999, p. 79-80).

A primeira obra a sair das prensas do Arco do Cego, foi a *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos para o seu melhoramento*, da autoria de Manuel Arruda da Câmara, um 'brasileiro', que teria concluído o manuscrito em 1797. Aliás, é importante notarmos que a participação de uma certa 'intelectualidade brasileira' na administração editorial do Arco do Cego era bem expressiva. O 'brasileiro' José Feliciano Fernandes, que mais tarde veio a ser visconde de São Leopoldo, afirma

⁴³ Tomo 1, parte 1 (Da cultura das canas, e factura do assucar) – Lisboa: Regia Officina Typographica, 1798; Tomo 1, parte 2 (*Da cultura das canas, e factura do assucar*) – na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799; Tomo 2, parte 1 (*Tinturaria: Cultura do Indigo, e extracção da sua fecula*) - na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800; Tomo 2, parte 3 (Cultura do Cateiro, e criação da Cochonilha) – na Officina de João Procópio Correia da Silva, 1800; Tomo 3, parte 1 (*Bebidas alimentosas: [Café]*) – na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800; Tomo 3, parte 2 (*Bebidas alimentosas: [Café]*) – na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799; Tomo 3, parte 3 (*Bebidas alimentosas: Cacao*) – Lisboa: na Impressam Regia, 1805; Tomo 4, parte 1 (*Especierias*) – Lisboa: na Impressam Regia, 1805; Tomo 5, parte 1 (*Filatura*) – Lisboa: na Impressam Regia, 1806).

⁴⁴ tomo 1, parte 1 (*Do leite, Queijo, e Manteiga*) – Lisboa: na Typographia Chalcographica, Typoplasticam e Litteraria do Arco do Cego, 1801, Adição, p.55.

em suas memórias, que a participação dos brasileiros residentes em Lisboa na produção editorial do Arco do Cego era considerável. Afirma Fernandes que:

“encontrando-me um dia com Antônio Carlos [Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva e Araújo], meu patrício e amigo, que igualmente vivia desempregado, referiu-me que Manuel Jacinto Nogueira da Gama o convidara a entrar de colaborador em um estabelecimento literário e tipográfico que se ia fundar junto a Arronches [Arroios], em a quinta do Manique, no sítio denominado do Arco do Cego. A direção do estabelecimento, criado sob as vistas imediatas e proteção do ministro do Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho, era confiada ao padre-mestre frei José Mariano da Conceição Velloso, natural de Minas Gerais, religioso capucho do Rio de Janeiro. Este instruído naturalista estava, como pensionista do Estado, incumbido de procurar companheiros, que o coadjuvassem naquela empresa literária.” (1800, p.15)

Ao que parece, frei Velloso procurou em seus conterrâneos o apoio não somente moral, mas principalmente logístico e intelectual para levar adiante o projeto de ‘divulgação científica’ do Arco do Cego. Além de Manuel Arruda da Camara, José Feliciano Fernandes Pinheiro e Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva e Araújo, outros ‘brasileiros’ também compuseram a equipe editorial do Arco do Cego, seja como tradutores ou autores. Foram eles: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, João Manso Pereira, José da Silva Lisboa, José Ferreira da Silva, José Francisco Cardoso de Moraes, José Joaquim Viegas Meneses, Manuel Rodrigues da Costa, Vicente Coelho de Seabra Silva Teles e Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. (LEME, 1999, p. 82) Alguns desses homens iriam alcançar certa notoriedade no Brasil, tanto antes quanto após a independência.

Dos 83 títulos lançados durante o tempo em que o Arco do Cego esteve imprimindo, podemos observar que 36 são originais de autores portugueses ou

'brasileiros', sendo 41 traduções e 6 edições em latim. A efervescente, porém curta, vida da Casa literária do Arco do Cego cobrou seu preço, várias obras que ainda encontravam-se no prelo, quando do encerramento das atividades editoriais, nunca chegaram a serem publicadas, outras o foram mais tarde sob o selo da Imprensa Régia. Das que não deixaram de ser manuscritos ou bonecos encontramos *Fastos do Novo Mundo* (impressa parcialmente na "officina da caza" em Fevereiro de 1800, e depois vendida a peso, por estar incompleta), *Historia geografica do rio Amazonas* (também impressa na "officina da caza" em Agosto de 1800, e tendo o mesmo fim, ou seja, vendida a peso), *Memória sobre o modo de encher peles* (a ser impressa na "officina da caza" em setembro de 1799), *Memoria sobre o modo de fazer diferentes sortes da cola* (esta obra nunca chegou a ser encontrada na Imprensa Régia, porém consta no livro manuscrito *Continuação das despesas dos trabalhos litterarios encarregados por S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor ao Muito Reverendo Padre Mestre Frei Joze Mariano da Conceição Vellozo*, que a mesma foi impressa na "officina da caza" em outubro e novembro de 1799, chegando a ser encadernada), *Viagem de Magalhães em torno do globo* (impressa na "officina da caza" entre julho e agosto de 1801, e também vendida à peso), *Viagens metalurgicas* (impressa na "officina da caza" em setembro e outubro de 1799, e vendida a peso), uma "obra de Ryman", traduzida por Mr. Felkl (impressa na "officina da caza" em maio de 1801). Há outros títulos inéditos do Arco do Cego que constam até de "catálogos" inseridos em obras lá mesmo impressas, como é o caso de *Elementos de agricultura* (impressa em janeiro de 1801 na officina da caza), *Magnetismo* (impressa entre dezembro de 1800 e fevereiro de 1801, na officina da caza), *Memoria sobre as sebes ou cercas vivas* (vendida a peso por estar

incompleta), *Sistema sexual explicado de Gouan* (impressa na officina da caza entre novembro de 1799 e fevereiro de 1800), além do poema *A Agricultura*, de Rousset, traduzido por Bocage (impresso em abril e maio de 1801) (Campos et al, 1999, p. 139-243).

Dentre as obras publicadas pelo Arco do Cego e que tiveram uma considerável circulação, podemos destacar: *O Fazendeiro do Brasil*, em 11 volumes; *Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil, disposto e descrito segundo o sistema de Lineu*; *Quirografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas*; *Memória sobre a prática de se fazer o salitre*, e *O naturalista instruído nos diversos métodos, antigos e modernos de ajuntar, preparar e conservar as produções dos três reinos da natureza*. Com referência à obra *Quinografia portuguesa, ou Coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes aos seus descobrimentos nos vastos domínios do Brasil*, frei Velloso compila descrições e pranchas de diferentes espécies de quina, originárias de vários países e descritas pelos botânicos viajantes que as encontraram. Sua intenção era a de facilitar a busca e identificação desse gênero de planta medicinal no Brasil. Velloso também se preocupa em enumerar as características das chamadas falsas quinas, a fim de evitar o que vez ou outra acontecia quando os naturalistas do Reino abriam as caixas contendo espécimes com algum potencial exploratório remetidos do Brasil, ou seja, vários exemplares de falsa quina atravessavam o atlântico graças à ausência de uma obra que auxiliasse os botânicos, viajantes e militares a serviço da Coroa no Brasil há identificar a “verdadeira” quina (VELLOZO, 1799, p. 160-170).

Por fim, no referente à autonomia econômica do Arco do Cego, esta se demonstrou pouco viável. Das exportações das obras, que eram feitas com alguma frequência para o Brasil, sabe-se que renderam cerca de 805\$680 réis, em um valor total de vendas que chegava ao montante de 1.289\$170 réis, uma porcentagem muito pequena dos investimentos feitos à execução e manutenção do Arco do Cego. Ao que parece, para frei Velloso, o lucro não deveria estar obrigatoriamente associado à divulgação dos “saberes ilustrados”. Essa espécie de divulgação científica propalada pelo Arco do Cego será, em termos financeiros, bem diferente da promovida pela Imprensa Régia Portuguesa. Talvez essa despreocupação econômica por parte de frei Velloso advenha de sua inquietação em se fazer chegar ao maior número possível de leitores as obras impressas no Arco do Cego, pois

“[estes livros] devem ser, como Cartilhas, ou Manuaes, que cada Fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos dia e noute, meditando, e conferindo as suas antigas, e desnaturalizadas práticas com as novas, e iluminadas, como deduzidas de principios scientificos, e abonadas por experiências repetidas, que elles propõem para poderem desbastardar, e legitimar os seus generos, de sorte que hajão, por consequencia, de poder concorrer nos mercados da Europa a par do dos estranhos. Isto quer, e manda V. A. R., e para isto lhes administra estes subsidios necessarios, de que até agora os tinha privado a inercia.” (VELLOZO, 1800, p. IV)

Disseminar uma informação que fosse acessível e prática, é uma diretriz que encontramos constantemente em seus escritos, pois Velloso ao criticar “o ócio literário” de autores cujas obras “*jamais servirão para o conhecimento dos camponeses, como desconhecedores da linguagem em são escriptas e apenas para algum rico proprietário*”, dedicando por fim as traduções “*para que nada falte a estes homens uteis, que habitão os campos, e sustentão as Cidades*” (1799, p. VIII).

Curiosamente frei Vellozo não pôde ver a sua Flora fluminensis publicada. Com a invasão napoleônica, Vellozo, tentando salvar seus manuscritos do saque francês, os traz para o Brasil em 1809. Estes permanecem guardados no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, quando então são oferecidos a D. João VI, em 1811, após a morte do frei. Dados como perdidos, os manuscritos da Flora fluminensis foram redescobertos em 1825 nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. D. Pedro I, ordena por fim sua publicação. Porém, a impressão é interrompida quando 75% da parte textual da obra encontra-se concluída. As pranchas foram litografadas em Paris, entre os anos de 1827 e 1831, perfazendo o total de 60 fascículos, somando 11 volumes em fôlio, com uma tiragem de 3.000 cópias.

Ao fim da impressão, D. Pedro I voltou a Portugal, e o restante do pagamento não foi executado. Após uma disputa judicial, ganha pelo impressor, 100 exemplares só contendo as pranchas foram distribuídos entre livreiros, onde, em anexo, encontrava-se um histórico da Flora feito pelo editor; 500 exemplares vieram para o Brasil, e os outros 2.400 foram vendidos a peso na França. Os que vieram para o Brasil foram guardados na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, sendo doados a qualquer cidadão que demonstrasse algum interesse pela obra. Aí permaneceram absorvendo umidade e servindo de 'cultura' aos fungos até 1861, quando por fim, parte dos exemplares foi anexada a outras obras que iriam formar as 2.950 arrobas de impressos a serem leiloados. Os restantes foram pesados no Trapiche de Mauá e vendidos na qualidade de papel sujo a Fabrica de Papel de Petrópolis (BORGMEIER, s/d, p. 14-16).

Por fim, a Casa Literária do Arco do Cego é liquidada através de decreto de sua extinção. Porém, para além da efêmera vida editorial do Arco do Cego, a divulgação dos saberes ilustrados continuou tanto em Portugal quanto no Brasil, seja através de oficinas privadas, seja pela Impressão Régia de Lisboa. Quanto a frei Velloso, este não limitou sua paixão pela ‘divulgação científica’ aos poucos meses em que dirigiu o Arco do Cego. “Sem livros não há instrução”, escreveu Velloso em um de seus Prefácios programáticos. Nos dez anos de sua vida em que esteve envolvido com o mundo editorial ilustrado conseguiu dar a lume 140 obras. Colocou o Brasil entre os temas culturais de maior destaque e atenção na Metrópole, isso tudo as custas da Fazenda Real e com consentimentos e favores de nomes de destaque no Reino. Mesmo sem nunca ter sido totalmente aceito nas Academias Científicas (o que se deu, grande parte, por não ser um botânico diplomado), publicou sem impedimentos ou censura de seus superiores, quase tudo o que articulou, mesmo não conseguindo ver publicada a obra que mais lhe consumiu dedicação – a Flora fluminense – que levara para Lisboa na última década do século XVIII, e trouxera de volta ao Brasil na primeira década do XIX.

Fora em 1785 que D. Maria I decretara a proibição das manufaturas nas terras do Brasil, justificando que face à *“grande, e conhecida falta de população”*, estava evidente que *“quanto mais se multiplicar o número de fabricantes, mais diminuirá o de cultivadores”* (SERRÃO, s/d, p. 382-383). A idéia de se fomentar a agricultura no Brasil, deixando a manufatura a cargo de Portugal, era corrente nos discursos de D. Rodrigo de Souza Coutinho assim que assumiu seu cargo no Governo. Em sua célebre Memória sobre o melhoramento dos domínios da Sua Magestade na América, de 1797, ele afirmaria que *“não seria contrário ao sistema*

de províncias com que luminosamente se consideram os domínios ultramarinos, o permitir que neles se estabelecessem manufacturas”, acrescentando, entretanto que a agricultura deveria ainda por muitos séculos ser de maior proveito que as artes, e que estas deveriam ser cultuadas na metrópole. Em resumo, já que os limites geográficos do Reino não permitiam a cultura agrícola, que esta ficasse a cargo da Colônia, enquanto a cultura das artes ficava a cargo da Metrópole. Miguel F. Faria chega a qualificar essa concepção de D. Rodrigo como “uma panóplia de culturas” (1999, p.112). De fato, se houvesse sido concebido nesse período um brasão representando os ideais portugueses, a qual obrigatoriamente devessem ser simbolizadas a Metrópole e a Colônia, bem como suas funções no Reino Luso, certamente teríamos de um lado uma touceira de cana-de-açúcar, e do outro um punhado de penas de tinteiro, ou um arado contraposto a uma lupa. Desejava-se uma espécie de moto-contínuo, onde a produção cultural em Portugal fomentasse, principalmente, a cultura agrícola no Brasil, sendo que esta por ter de ser continuamente aprimorada, estimulasse por sua vez o estudo de novas técnicas de plantio e colheita, por exemplo. No Brasil, caberia a exploração e cultivo de recursos naturais, fossem eles endêmicos ou exóticos, e em Portugal, além do aprimoramento de novas e mais eficientes técnicas de cultivo, a divulgação das mesmas, além é claro do desenvolvimento de um pátio manufatureiro, onde por fim a matéria bruta oriunda da Colônia fosse processada em Portugal e comercializada na Europa, e (perfazendo o caminho inverso) até mesmo no próprio Brasil.

D. Rodrigo afirma que tal política poderia contribuir em muito para *“util e sabiamente combinar os interesses do Império”*:

“Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamantes, etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as culturas já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho-cânhamo, as carnes salgadas etc., e as novas culturas da canela, com a extensão da sua navegação uma renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufacturas e artes, que muito mais em conta por uma política bem entendida tirar da metrópole?” (COUTINHO, 1993, p. 47-66)

A potencialidade da América Portuguesa no referente à fertilidade de seu solo e seus recursos naturais era algo que há tempos já era do conhecimento de vários naturalistas europeus, mesmo que alguns tenham insistido em afirmar a debilidade dos habitantes e clima dos trópicos americanos (como já afirmei acima), homens como Carl von Linné, não hesitariam em elencar as potencialidades da Colônia portuguesa na América, pois como afirma o idealizador da sistemática zoológica e botânica *“se os portugueses conhecessem os bens, que entre eles depositou a natureza, quão infelizes seriam todos os outros, que não possuem terras exóticas”* (Linné apud MARQUES, 1999, p. 106). Obviamente, assim como as técnicas agrícolas ou mineralógicas presentes no ‘ilustrado’ arado ou no ‘modernizador’ trado, a possibilidade de descobrir, classificar, herborizar e por fim estudar a idéia de se cultivar espécies endêmicas, principalmente as voltadas ao uso medicinal, não era uma concepção de fácil disseminação entre os vassallos residentes na América Portuguesa, fossem eles originários da Metrópole ou da própria Colônia.

O médico português Bernardino Antônio Gomes, que acompanhou a Princesa Leopoldina em sua viagem ao Brasil em 1798, por vezes indignava-se com os procedimentos adotados pelos médicos no país, afirmando que isso ocorria *“porque*

tendo aprendido a medicina nas escolas da Europa vão curar tudo à européia, bem ao contrário do que fez Piso, desprezam miudamente a medicina indígena” (Gomes apud PEDROSA, 1951, p. 256). Bernardino cita o médico holandês Willem Pies (Guilherme Piso), porque o mesmo em suas descrições acerca das doenças, bem como dos sîmplices, mezinhas e drogas apontados em sua *De Medicina brasiliensi* (PISO, 1948) por vezes não se prendeu a julgamentos de caráter moral ou religioso, ele pouco se preocupou em medir o grau de barbárie presente nos saberes e práticas dos ‘gentios’ com os quais teve contato.

Porém, as opiniões e atitudes de Bernardino Antonio Gomes entre os homens de letras, era minoria. Pois a ‘divulgação’ das qualidades das “*drogas do sertão*” não ia muito além dos carregadores e estradas que levavam aos arraiais coloniais. Afinal as informações de que havia constituintes medicinais presentes nos condimentos, resinas, tinturas, essências, ceras, colas, gomas, bálsamos, fibra, temperos, emplastos e ervas oriundos da mata tinham uma origem indígena e cabocla. E os ilustrados naturalistas, em sua grande maioria, desdenhavam o saber medicinal indígena. Enquanto o morador dos arraiais e cidades da Colônia não raramente recorria à farmacopéia ‘gentílica’.

Em um primeiro momento, quando cruzamos essas informações, parece-nos que algo não se coaduna, ou seja, se a população mais humilde da Colônia utilizava-se (com certa freqüência) das plantas medicinais conhecidas dos indígenas, e se, por parte da Coroa existia uma vontade em se explorar esse potencial da flora da América Portuguesa, porque a ‘divulgação’ do potencial das “*drogas do sertão*”, ou seja, a propagação das suas potencialidades terapêuticas, seus possíveis

métodos de cultivo e seu valor comercial enquanto produto de exportação da Colônia não se efetivou? A resposta pode estar na resistência da grande maioria dos ilustrados (tanto da Colônia, quanto da Metrópole) em admitirem que moradores das selvas tinham algo a lhes ensinar. Como afirma Warren Dean: *“Teria sido difícil para eles conceber os povos nativos como guardiões de conhecimento mais elevado ou buscar obter deles informações empíricas”* (1996, p. 242). Ou seja, seguindo na contramão do “legado cultural anterior” (acima discutido), enquanto os Ilustrados negavam e ignoravam um saber do qual o indígena e caboclo do Brasil eram detentores, a maioria dos cidadãos comuns de certa forma o reconhecia e usufruía.

Um outro letrado que se enquadraria no perfil de letrado a qual Bernardino Antonio Gomes fazia parte era um monge português, o frei-boticário João de Jesus Maria, da Congregação de São Bento, responsável pela botica do Mosteiro de Santo Tirso, editou em 1772 a Farmacopéia dogmática, médico-química e teórico-prática, publicada na cidade do Porto, na Oficina de Antonio Álvares Ribeiro Guimarães, sendo esta a quinta farmacopéia publicada em Portugal. No prefácio da mesma João de Jesus Maria lamenta

“que há pessoas, que viveram nas Américas, a falta, que temos de por na Praxe Médica a muitos vegetais de conhecida eficácia, para várias queixas que dizem, tem descoberto com larga experiência a rústica agilidade racional dos caboclos daqueles Estados; que a ser certo, poderia haver com utilidade da saúde, e crescido lucro, aumento no comércio, igual ao que se vê nos gêneros, vindos de fora do Reino.” (Maria apud SILVA, 1868, p. 188)

Algum tempo depois o monge conseguiu dar sua contribuição à divulgação das ‘qualidades farmacológicas’ das plantas da América Portuguesa, quando então escreve a *“História farmacêutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades*

e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetais e servir de adição à Farmacopéia dogmática". Entretanto, tal obra nunca foi publicada, encontrando-se o manuscrito até hoje na Sociedade Farmacêutica Lusitana em Lisboa. Apesar das intenções em cultivar no Brasil também o que era endêmico, os próprios Ilustrados lusos, em sua grande maioria, detinham sua marcha na produção e divulgação do saber quando a questão ia além da avaliação botânica e agrícola. No caso das plantas com potencial exploratório de cunho medicinal, nem todas podiam ser identificadas por mera analogia a partir das que já eram catalogadas e descritas nos tratados de farmacopéia europeus. Havia, como já afirmado, uma necessidade, quase intransponível à época, que era a do reconhecimento, valorização e compilação do saber autóctone, saber este desenvolvido em milênios de interação com uma biota, que para o europeu ainda estava se descortinando.

Além disso, existia o fator hierárquico que vez ou outra se colocava entre Colônia e Metrópole. Afinal, o fenômeno intelectual Iluminista surgira na Europa, e era a partir da Europa que as Luzes se propagavam (ou pelo menos deveriam). Já no século XIX, em 1862, encontraremos na vila de Carangola, nas Minas Gerais o farmacêutico francês Alexandre Brethel, que nas cartas remetidas à família na Europa demonstra não ter qualquer interesse nas plantas medicinais que crescem à volta de sua casa e farmácia. Pelo contrário, todo o estoque de seus remédios era abastecido com encomendas da França, que faziam valer não somente sua competência como farmacêutico, mas também seu status social. (Massa apud DEAN, 1997, p. 242). Por mais de quatro décadas ele receitou aos doentes que chegavam a seu balcão remédios 'comprovadamente' aprovados e largamente

utilizados pelos doentes do Velho Mundo, entre eles a tintura de ópio e o arseniato de estricnina, este último, hoje utilizado como desfoliante e rodenticida.

De fato, em 1872, ainda encontraremos os potentados do Rio de Janeiro importando mogno da Jamaica (árvore da família das meliáceas), pagando um preço bem maior pela madeira nobre de origem africana que pelas locais. Saldanha da Gama em sua *Configuração e estudo botânico dos vegetaes seculares da Província do Rio de Janeiro e de outros pontos do Brasil* admira-se ao ver na Europa o brasileiro jacarandá (árvore da família das leguminosas), sendo utilizado nos mais delicados trabalhos de marcenaria. Talvez, as concepções da Corte portuguesa no Rio de Janeiro tenham contribuído à disseminação da idéia de que o que é local é inferior. Desse modo, o movimento de ‘divulgação científica’ iniciado em meados do século XVIII defrontou-se com uma mentalidade burguesa que, em muitos aspectos contribuiu a um desinteresse no estudo de vários recursos naturais da América Portuguesa. Ainda na década de 70 do século XIX, todos os recursos extraídos da Mata Atlântica juntos somavam cerca de 2% do valor total das exportações (GAMA 1872, p. 34-35).

Assim sendo, tal equívoco extrativista – que anos mais tarde as madeiras brasileiras compensariam em volume e quantidade – mais uma vez nos demonstra que apesar de todo o movimento literário, editorial e ‘científico’ propalado pelos Ilustrados, tanto da Colônia quanto da Metrópole, com a intenção de otimizar a exploração de recursos naturais da América Portuguesa, não obtiveram resultados necessariamente proporcionais. E a Razão, por mais universal que seja quando convocada, é um traço até certo ponto ‘etnologicamente determinado’, ou seja, os

Estados e Nações europeus, tiveram, cada qual, seus próprios 'iluminismos', que, se hoje sabemos, foram criados para romperem com certas concepções então 'retrógradas' e 'atrasadas', também foram criados em um meio, tempo e espaço, a qual o 'retrógrado' e 'atrasado' era valor corrente, logo não possuíam tais conotações.

Não se trata aqui de julgar o Iluminismo português 'atrasado' ou 'tacanho', e sim considerarmos que, dentre outros fatores, um pajé ou caboclo mateiro do século XVII e XVIII não podiam ser detentores de um saber digno de atenção dos letrados do período, fossem eles portugueses, franceses ou alemães.

As revoluções são transformações, e não criações ou gerações espontâneas de um indivíduo ou grupo. Uma teoria biológica é nova na medida que vislumbra um resultado, um dado, que outras não conseguiram ou ignoraram. Assim é com a divulgação científica na América Portuguesa. Portanto, o anacronismo existente entre o estudo das possibilidades exploratórias da natureza brasileira, ao mesmo tempo em que se importa produtos que possuíam inúmeros similares endêmicos é algo compreensível.

Afinal, para além do Iluminismo haviam os homens do Iluminismo, educados para saberem reconhecer e diferenciar entre outras coisas, o inferior do superior, havia também na América Portuguesa o homem da Colônia, que, em tendo a oportunidade e condição de ser educado, o era para ter uma mentalidade que principava a ser burguesa. Assim, juntamente com as porcelanas, ternos e rendas, por vezes as madeiras, boticas e especiarias produzidas e/ou manufaturadas na Europa eram consideradas superiores às regionais. Depreciar o que era local foi um

traço marcante na mentalidade do morador (com aspirações burguesas) da Colônia, e mesmo após a disseminação das idéias Iluministas, tal traço ainda permanecia com certo grau de intensidade.

4. A Cosmologia de um advogado

A constatação por parte dos europeus de que havia uma considerável população humana e uma variedade de animais (diga-se de passagem, era muito maior que na Europa) que habitavam o Novo Mundo, principalmente o hemisfério sul, estimulou os pensadores europeus – muitos deles clérigos – a formularem novas teorias ou reformularem outras antigas que fossem capazes de explicar a origem e a dispersão das espécies e que dessem conta não somente da diversidade dos seres vivos ali encontrados, mas que também se coadunassem com as imagens bíblicas do Éden, de Noé e de Babel, presentes na mitologia europeia, as quais freqüentemente se amalgamaram às imagens produzidas sobre o Novo Mundo.⁴⁵ Ao mesmo tempo, com tais descobertas, alguns conceitos físicos e climatológicos tiveram que ser paulatinamente descartados. O primeiro deles era o de que a Zona Tórrida não queimava tudo o que por ela passasse, como se havia até aquele momento acreditado (crença essa que perdurou por quase dois mil anos) e que, portanto, eram áreas desabitadas. Afinal quando os portugueses realizaram o périplo da África e em seguida “descobriram” o Brasil, nenhuma nau, vela ou tripulante luso havia se incinerado.

De que maneira explicar que em terras tão distantes da Europa existiam homens e animais tão diversos dos até então conhecidos? A explicação de que os anjos pudessem ter transportado os animais já no século XVI era considerada

⁴⁵ Exemplo clássico desse procedimento foi o padre Simão de VASCONCELOS, em sua. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.

implausível, portanto, muito engenho teria que ser usado para se manter a atualidade das sagradas escrituras (PAPAVERO et al., 1997, p. 35). Ajustar e reformular as teorias pré-existentes à realidade encontrada nas terras exploradas pelos europeus após a grande expansão marítima da época moderna foi realmente uma missão complexa, que deixou um legado historiográfico fascinante.

A construção da Ciência Moderna foi um processo lento com momentos de tensões e expectativas seguidos por períodos de relativa calma. As divergências entre sábios, ou *curiosi*, como eram chamados, marcaram a primeira metade do século XVIII. Já com relação às discussões acerca da estrutura do céu, do sistema do mundo, sol, lua, estrelas, meteoros e a terra como um todo, estes também suscitavam abundantes literaturas, e foram objeto de variadas observações e superstições.

Durante os séculos XVI e XVII, cresceu, por exemplo, o interesse pelo estudo dos cometas e o estudo das leis de Newton formularam-se em aplicações para as referidas observações. Fenômenos considerados fortuitos, tais como, as aparições esporádicas dos cometas, eram vistos como uma inversão da ordem das coisas. Assim, tais aparições eram seguidas de muitas publicações que se espalhavam por toda Europa.

Ao mesmo tempo tais fenômenos astronômicos, como chuvas de meteoros ou o desaparecimento total ou parcial do sol e da lua, ainda podiam ser interpretados por cidadãos comuns como o embate divino do astro da luz contra as criaturas das trevas. Não eram poucas as pessoas que acreditavam estar vendo literalmente a luta do bem contra o mal, na qual a lua era atacada por uma criatura maligna ou

mesmo um dragão. Para ajudar a lua em sua peleja o povo se organizava em uma série de eventos barulhentos a fim de afugentar ou mesmo de tentar matar aqueles que queriam destruí-la. Em agosto de 1887 isso aconteceu no Pará. Foi durante um eclipse da lua; o povo foi às ruas fazendo muito barulho batendo panelas, latas velhas, soltando fogos de artifício e até mesmo dando tiros de revólver em direção ao eclipse.(MOURÃO, 2001, pág. 24)

O que pretendemos ao elencarmos duas construções tão diferentes acerca do mesmo universo de fenômenos é lembrarmos que estas por vezes podem coexistir. O que não podemos é prejulgá-las ou considerarmos as ‘menos bem sucedidas’ como indignas ou representações de atraso.

E como aqui já foi levantado, relações ou associações improváveis entre áreas hoje consideradas tão díspares (como ciências e religião), por vezes, foram colocadas para dialogar. Calafate (1994) chega a nos afirmar que durante o século XVIII as ciências naturais e a teologia racional ou natural aliaram-se de forma intensa através da “Física Teológica”⁴⁶; nesta aliança, ao contrário do que se poderia supor, a fé não foi obstáculo. Em se tratando do avanço das ciências da natureza, ao invés de criar obstáculos, a fé

⁴⁶ “Física Teológica ou Teologia” *grosso modo* tratava-se das primeiras demonstrações de uma interdependência dos organismos e suas relações com o meio. Demonstrava-se através das primeiras cadeias alimentares, que os seres dependiam uns dos outros e na falta de um deles a cadeia se veria ameaçada. (...) *Esse equilíbrio dinâmico era tão perfeito, e tão intrincado que só podia ter sido criado originalmente por Deus. Deus criara não só todas as espécies, mas já as criara formando parte do ecossistema, como diríamos hoje* (Papavero et al., 1997, p. 140). Uma visão teológica do mundo predominante no pensamento ocidental nasceu do desenvolvimento da Teologia Natural, a partir da *Summa Theologica* de Santo Tomás de Aquino, em cujo quinto argumento de prova da existência de Deus, baseia-se na ordem e na harmonia do mundo, apontando para um ser inteligente direcionando as coisas naturais ao seu fim. Aliás, a relação do homem e a natureza estendem-se ao longo da tradição judaico-cristã (Mayr: 1998).

proporcionou um dinamismo. Verifica-se neste século inegável conhecimento científico da natureza, que coexistiu, em setores não necessariamente marginais, com a permanência de uma interpretação simbólica. A teologia racional aliada à ciência da observação constituiu a “Física teológica” contribuindo para o conhecimento das ciências da natureza. A partir da segunda metade do século XVIII, a fé, sem a dimensão institucional, catalisou o conhecimento científico e, o simbolismo constituído na Europa deu guarida a Deus, a Natureza e ao Homem.

“(…), quando se nos depara os insistentes apelos dos nossos teóricos setecentistas para uma ‘correspondência entre o homem e a natureza’ para uma inserção do homem na natureza, importa repetir que essa natureza de que falam não se confunde com a matéria nem, portanto, se queda por uma consideração meramente utilitária, embora a importância desta última fosse difícil exagerar, atendendo a ideário global da época. É uma natureza que fala a linguagem da matemática e da geometria, mas que fala, igualmente a linguagem de Deus. A contingência dos seres materiais reclama uma ‘criação continuada’, uma conservação activa de Deus, reclama, afinal a presença de Deus nas criaturas” (Calafate: 1994, 21).

Nesse ponto relembramos que principalmente no século XVIII preocupações como a origem do homem americano tomava o tempo de autoridades, fossem elas eclesiásticas ou não. Uma das principais querelas levantadas era se realmente a humanidade havia se originado de dois progenitores que eram comuns à espécie humana: Adão e Eva. (ROSSI: 1992, p. 53). Afinal o continente americano não é adjacente a nenhum outro (ao menos isso era o que admitia a maioria dos letrados),

ao mesmo tempo tal continente é povoado por seres humanos e uma ampla gama de animais e plantas que em muito diferem dos pertencentes aos outros continentes. As dificuldades em se explicar o que aquelas pessoas, animais e plantas estavam fazendo 'isolados' ali deu brecha a várias teses de conteúdo sacrílego como as da eternidade do mundo (logo o Livro Gênese estava errado) e a teoria de que a vida poderia originar-se da matéria (op. cit. p. 53). Em 1662 Edward Stillingfleet na obra *Orígenes Sacra*, no capítulo intitulado *Of the origins of universe* [Das origens do universo], Stillingfleet discute as várias doutrinas (formuladas em diferentes momentos históricos) que versam sobre a origem do universo e que se contrapõem – sem que haja a mínima possibilidade de conciliação – à tese de Moisés de que o mundo teria sido criado a partir do nada pelo verbo de Deus. Segundo Stillingfleet, tais doutrinas sacrílegas poderiam ser enumeradas em quatro:

- 1) a que afirma que o mundo é eterno (*Aristóteles*)
- 2) a que atribui a formação do mundo a Deus mas sustenta a preexistência e a eternidade da matéria (os estóicos);
- 3) a que nega a eternidade do mundo mas explica sua origem como um encontro casual de átomos (os epicuristas);
- 4) por fim, a que tenta explicar a origem do universo, e de todos os fenômenos naturais, exclusivamente com base nas leis mecânicas do movimento da matéria (Descartes). STILLINGFLEET apud Rossi: 1992, p. 47)

O que Stillingfleet pretende é discutir e rechaçar todos esses pontos, entretanto ele sente também uma certa obrigação de condenação moral a tais teorias. Pois para ele o verdadeiro entendimento do mundo tem *“notável influencia sobre as crenças dos homens e sobre tudo o que daí resulta com relação à palavra de Deus”* (Ibidem). Se fosse mesmo verdadeira a tese que afirmava ser o mundo eterno então *“toda a religião de Moisés cai por terra, todos os seus milagres são imposturas, todas as esperanças fundadas sobre a divina Providencia são vãs e sem frutos”* (ibidem). Se a existência do mundo só se daria por uma necessidade então a conclusão seria que Deus não é um agente livre. E se isso fosse verdade *“então todas as religiões estabelecidas não tem objetivo, e não pode haver remissão nem temor algum da punição divina”* (Ibidem, p. 48). Não ter um Deus para se temer, isso sim era temerário.

Para se tentar explicar a existência e as diferenças encontradas nos nativos americanos, por exemplo, chegou-se a afirmar que *“não tem sua origem em Adão ou, pelo menos, não se originam de Noé [...] mas são aborígenes e multiplicaram-se de uma cepa comum, diversa da que nos fala a história mosaica”*. (HALE apud ROSSI, 1992, p. 53). Mas para Barbosa de Sá em seus Diálogos Geográficos os americanos também eram filhos de Adão e Eva, pois segundo ele

“(...)digo, que as gentes americanas são descendentes de Noé⁴⁷, que vierão andando pouco a pouco estendendo as gerações, assim como forão os da Asia Oriental, confins da Europa septentrional, Ethiopia occidental e ilhas que se acharam povoadas, quando se começaram a nevegar os mares, atlantico,

⁴⁷ Ver anexo: Léxico dos Personagens Históricos, Literários e Mitológicos citados nos Diálogos Geográficos.

austral, e oriental. Estes podião vir da Europa por baixo do polo tambem como aquelles que lá hoje vivem e morão. Ou dos Reinos de Moscovia, correndo as costas occidentaes da America Septentrional já forá do Polo, ou da Tartaria Asiatica pelo estreito anniano sem mais transito de mar que legoa e meia, embarcados, em jangadas, balsas, canoas, ou outros similes inventos de que usavão todos os Insullanos em principio de suas povoações em muito mais largas distancias, e esta é a mais certa (...).” (SAA: folio 133 verso, 1769)

Em 1679 o jesuíta alemão Athanasius Kircher publica a obra *Turris Babel* na qual se ocupa com a questão da origem e diversidade das raças humanas. Segundo Kircher o mundo teria sido criado em 4053 a. C., ou seja, no ano do mundo de 1657. Com relação à idade do mundo, José Barbosa de Sá nada afirma, talvez porque no livro *Gênese* a idade da terra já tenha sido estipulada (o que daria um número próximo do colocado por Kircher).

Entretanto chama atenção o fato de José Barbosa de Sá estipular o dia exato em que o mundo foi criado: 24 de Março. Como ele chegou a tal data? Para Barbosa de Sá o mundo começou a efetuar o movimento “*sobre o mesmo paralelo*” (movimento de rotação) (1769, folio 23 recto) e “*o segundo movimento que faz as estações do ano*” (movimento de translação) (ibidem) imediatamente após sua criação. Pois bem, Barbosa de Sá entendia que, tanto o movimento de rotação, quanto de translação se daria no sentido Ocidente/Oriente, pois assim como o corpo humano, o corpo celeste “*agita primeiro o lado dextro*” (ibidem). Desse modo para se saber o dia em que o mundo foi criado bastava observar que “*aos vinte e quatro de Março o Mundo faz seus annos por ser este o dia em que o Sol está no parallelo equinocial donde se move para o Septentrião.*” (ibidem). A resposta para

entendermos como José Barbosa de Sá chegou a essa data esta no fato de que para ele o equinócio seria uma espécie de marco zero para os movimentos de rotação e translação (o que, como vimos, para Barbosa de Sá obviamente implicava em ser a mesma data em que o mundo foi criado). O equinócio é o período em que os dois hemisférios estão simetricamente dispostos em relação ao Sol (daí entender-se como marco zero): Equinócio de Primavera para o hemisfério que está indo do Inverno para o Verão e Equinócio de Outono para o hemisfério que está indo do Verão para o Inverno. Desse modo, para Barbosa de Sá, o mundo teve início no Equinócio de Outono, que como hoje sabemos, situa-se realmente em meados da segunda quinzena do mês de março.

Ainda tratando da questão acerca da diversidade das raças humanas levantada por Kircher na *Turris Babel*, este afirmava que após o Dilúvio Universal, apenas oito seres humanos teriam sobrevivido. Noé, como patriarca dos mesmos, teria ensinado toda a sua sabedoria antes mesmo que descessem o monte Ararat. Na seqüência, os filhos de Noé repovoaram toda a terra; curiosamente Kircher demonstra que em apenas cem anos a população de seres humanos poderia ter chegado a dois milhões de indivíduos, estes também receberiam os ensinamentos de Noé, já que segundo a Bíblia, Noé viveria mais trezentos e cinqüenta anos depois do Dilúvio. Todos então falavam o hebraico, que nessa época era considerada a primeira língua da humanidade.

Noé habitava então a terra de Shin'ar, nas desembocaduras dos rios Tigre e Eufrates. Antes de sua morte, Nimrod, neto do mal afamado Cam, o filho problemático de Noé, grande caçador, segundo as Escrituras, recusou a ordem do

avô de ir colonizar terras inabitadas, preferindo ficar nas já colonizadas terras de Shin'ar. Tornou-se este idólatra, o que gerou um grande transtorno em seu avô, que com medo de ser castigado por outro dilúvio – um temor que, aliás, não se justificava, afinal Deus prometera a Noé que nunca mais causaria outra inundação de tal volume –, teve então a idéia de construir uma torre tão alta que alcançaria a lua; nela estaria a salvo de um segundo dilúvio causado pelas estripulias de seu neto desajustado. Mas Deus, querendo interromper tal projeto, fez com que surgissem entre os descendentes de Noé os mais variados idiomas, impossibilitando assim parte da comunicação e da organização do projeto da torre. Kircher, então a partir dessa origem Bíblica (logo, para ele histórica) da multiplicidade das línguas, classifica-as em cinco grandes ramos: Hebraico, Grego, Latim, Teutônicas e Eslavas. Admite também que desde então as mesmas continuariam se ramificando e assim originando as línguas modernas. (PAPAVERO: 1997, p. 76)

Voltando a Barbosa de Sá e à questão da ocupação humana do Novo Mundo, o continente americano estaria interligado ao continente europeu, uma tese que, como sabemos, já havia sido defendida pelo padre Joseph d'Acosta, afinal d'Acosta além de ser citado nos Diálogos Geográficos⁴⁸ é um dos primeiros a se debruçar sobre a questão da origem dos homens e dos animais do Novo Mundo, pois, em 1590, ele publicava sua *Historia natural y moral de las Índias*, na qual levantava a hipótese de que o continente americano deveria estar ligado, em algum lugar, ao Velho Mundo:

⁴⁸ Para maiores detalhes vide o anexo Índice Onomástico dos Personagens Históricos, Literários e Mitológicos citados nos Diálogos Geográficos.

“(...) tengo para mí días ha, que la una tierra la otra en alguna parte se juntan y continúan, o a lo menos se avecinan y allegan mucho (...).” (d’ACOSTA., 1985, pag. 45.)

Acreditava que tanto animais quanto seres humanos teriam passado em épocas remotas por terra à América, através de um pequeno estreito de mar, em algum lugar desconhecido na época e que talvez se localizasse na parte setentrional da América do Norte, região esta pouquíssimo explorada e esquadrihada pela cartografia do século XVI.

Ainda com relação aos filhos de Adão que foram ‘descobertos’ no Novo Mundo no século XVI, José Barbosa de Sá se preocupa também em dar uma explicação para os americanos encontrarem-se (quando do primeiro contato com os europeus) em uma ‘visível’ situação de ‘inferioridade’ política, social e tecnológica quando comparados com seus ‘irmãos’ europeus. Segundo Sá, em sua origem, os americanos eram civilizados, possuindo governos, leis e sendo mesmo apreciadores das mais diversas manifestações artísticas que a alma humana pode elaborar, afinal antes de serem americanos eram europeus. Porém o lento, penoso e extenso caminho da Europa até a América via região setentrional teve um preço, no qual a necessidade de se alimentar e abrigar durante o processo migratório custou os traços de civilização que estes antepassados europeus dos americanos tinham quando saíram de seu continente natal, pois:

“Todos os moradores daquela costa mais visinhos do dito estreito [o mesmo estreito a qual d’Acosta se refere], erão gentes civilizadas, com governos politicos, leis e artes de varias operações; e os mais septentrionaes, e desta nossa parte oriental barbaros sem politica, lei nem arte alguma por onde se verifica forão/ as terras visinhas aquelle

estreito primeiro povoadas, e por isso seus habitantes ainda observantes dos costumes de seus pais: e os septentrionaes e desta parte oriental descendentes daquelles que se forão estendendo por estas vastas regiões, perdendo os costumes de seus progenitores chegando quasi ao estado de brutos. (SAA: folio 133 verso, 1769)

Já com referência aos animais, d'Acosta, no capítulo 21 de seu Livro I, reforça sua hipótese ao considerar a distribuição dos mesmos em terra firme; pois, segundo ele, não se encontravam animais em ilhas distantes da terra firme mais de quatro jornadas, o que só podia significar uma coisa: tais animais só poderiam ter vindo por terra e jamais transportados em naus, ou nadando:

“Hay en la América y Pirú muchas fieras, como son leones (...); hay tigres y muy crueles (...); hay osos, aunque no tantos; hay zorras innumerables. De todos estos géneros de animales, si quisiéramos buscarlos en la isla de Cuba o en la de Española o en Jamaica, o en Margarita o en la Dominica, no se hallará ninguno”. (d'Acosta, 1985, p. 45.)

D'Acosta também irá se preocupar em comparar a fauna do Velho e do Novo Mundo, procurando desse modo observar quais espécies eram as relacionadas e quais as isoladas. Esse estudo chamou muita atenção e, provavelmente, inspirou alguns dos escritos do Conde de Buffon que, no século XVIII, produziu uma das teorias mais influentes a respeito da natureza do Novo Mundo.

Outro “homem de letras” preocupado com a história do Novo Mundo foi o nobre Don Antonio de Herrera y Tordesillas, que, em 1601 escreveu a *Historia Central de los Hechos de los Castellanos entre Islãs i Tierra firma del Mar Oceano*,

onde, no capítulo 10, Livro II, tratou da questão “*Sobre os antigos habitantes da Nova Espanha e de como ali chegaram*”. Segundo ele, os primeiros habitantes das Índias Ocidentais também chegaram por terra,

*“(...) apesar de a terra que une [o velho e o Novo Mundo] não ter sido descoberta até o presente e de que, apesar de haver mar entre as duas, houve bestas ferozes que o puderam atravessar, e os homens em canoas”.
(Herrera y Tordesillas, 1601, p. 63.)*

Após ter caído em desgraça junto a Rainha Elizabeth I, Sir Walter Raleigh, navegador e descobridor britânico, ex-favorito da rainha, fundador da colônia americana da Virgínia e vencedor da armada espanhola, depois de ter sido encarcerado na Torre de Londres, resolveu escrever uma história universal, onde então relatou suas experiências, principalmente as passadas no Novo Mundo. Como homem que havia conhecido de perto a diversidade da fauna americana, acreditava que nem todas as espécies naquele período conhecidas poderiam ter cabido na arca de Noé. Raleigh então postulou a teoria de que somente as espécies do Velho Mundo teriam sido salvas na Arca de Noé e, após o fim do dilúvio, algumas delas, através da dispersão, chegaram até o Novo Mundo, onde, sob a influência do clima e do tempo foram-se formando novas espécies (Raleigh, 1614). Este também será um autor que irá exercer certa influência nas teorias de Buffon.

Por fim teremos a *Arca Noë*, um curioso livro de 1675, também publicado pelo jesuíta alemão Athanasius Kircher. Nele, Kircher tenta reafirmar a verdade divina frente às novas descobertas, o que implicava em conseguir abrigar todos os animais em uma arca do formato de um paralelepípedo, sendo esta dividida em três andares de cubículos, que alcançava somente 198 metros de comprimento, 33 de

largura e 19,8 de altura. Lembremo-nos que tais dimensões utilizadas por Kircher para calcular o espaço destinado a todos os animais na arca encontra-se citado no próprio livro do Gênesis (Bíblia Sagrada, 1978 p. 54), sendo que tais medidas foram respeitadas pelo jesuíta. Para tal proeza, Kircher se baseou em muitos conceitos acerca do mundo natural que no século XVII eram considerados fatos incontestáveis. Por exemplo, não haveria a necessidade de Noé ter se preocupado em levar para a Arca as plantas e todos os organismos de origem aquática, bem como os insetos e outros seres que se geravam ‘espontaneamente’, pois após o dilúvio fatalmente tais organismos voltariam à vida sem necessariamente terem de se sujeitar à fecundação cruzada.

Desse modo Kircher eliminava de sua lista uma ampla gama de animais, que passava dos peixes, aos cetáceos, indo às aranhas, moscas, cobras, morcegos e ratos. Afinal para a maioria dos ‘letrados’ do século XVII, os vermes, os insetos e outras classes de animais eram considerados seres imperfeitos que nasciam a partir da matéria em decomposição (Radl, 1988). A única exceção aceita por Kircher eram algumas serpentes que possuíam na época valor medicinal, bem como serviriam de alimento a bordo para os corvos e outras aves. Já nos Diálogos Geográficos, para que a discussão sobre a origem dos animais que habitam o Novo Mundo tenha início, o personagem Polívio⁴⁹ indaga:

“(...) na arca de Noé escaparam da invasão das águas do universal dilúvio, todas as espécies de viventes que na terra existem, e sendo assim é necessário saber-mos quem trouxe a estas regiões epses

⁴⁹ Como José Barbosa de Sá escreve na forma de diálogos, é sempre um jovem de nome Polívio que faz as indagações a um ancião experimentado, este chamado Fellino.

animaes lá das regioens da Asia donde asentou a Arca?” (SAA: folio 305 verso, 1769)

Obviamente a região da Ásia a que o personagem Polivio se refere é o monte Ararat na Turquia – que à época era considerada uma região pertencente ao continente asiático –, onde a arca teria aportado após o fim do Dilúvio. A explicação de José Barbosa de Sá tem início com a desconstrução daquilo que por ele é considerado mito ou explicações descabidas para a existência de animais tão diversos no Novo Mundo. Afirma ele que a concepção platônica de que por um certo período existiu uma ilha Atlântica e que esta, unindo a África à América, permitiu que os animais assim migrassem, é algo que não passa de uma estória, afinal quem escreveu isso ignorava que a América desde há muito é unida à Europa pela região setentrional, afinal

“Essa questão foi debatida naquelles tempos em que se descobrio America para cuja solução inventaram a historia da Ilha Atlantica, que dizião unia a Africa com a America e que o mar a submergira, e para testemunho disto forão desenterrar Platão, e se esta cá viera, dissera que tal fabula não escrevera, que lho levantáram esses estadistas para capa de suas malfundadas ideâs, e isto por emtenderem que America era ilha, não tendo noticia que é unida com a Europa como já vo-lo affirmei na descripção geografica desta grande partida do mundo ?” (SAA: folio 306 recto, 1769)

O platonismo, rejeitado pelos estudiosos até o século XVI, com o descobrimento do Novo Mundo, foi retomado, desta feita para confirmar o relato do Gênese. Há um reflorescimento neoplatônico que configura um “deus” bem ao gosto

da “ciência moderna”: um deus arquiteto da natureza. A releitura dos diálogos de *Timeu* e *Críticas*, onde Platão fala de uma grande ilha, à qual denominou Atlântida e que, posteriormente, teria afundado, podia ser a chave para a explicação do povoamento do Novo Mundo, a partir do Velho. A referida ilha começava no estreito de Gibraltar e quase tocava a costa da América do Sul, estabelecendo uma ponte de ligação entre o Velho e o Novo Mundo.

E há de se fazer um parêntese aqui para essa certeza cartográfica de José Barbosa de Sá, ou seja, a de que sempre existiu um estreito (parte dele de terra firme, parte de gelo) que interliga Noruega, Islândia, Groenlândia⁵⁰, Canadá e assim sucessivamente até o Brasil, pois

“(...) erão estas bahias e enseadas por não serem nos tempos passados registradas o que fazia duvidar se era America terra firme ou ilha, entendendo muitos que por ali fazia o mar transito para o occidente. Todo este seio de mar é cercado pela parte de dentro com a terra firme continuada da costa da Groenlandia, que deixadas aquellas bahias e ilhas continua ao rumo do Sul directamente; e da mesma costa da Groenlandia ao sul faz frente a costa chamada de seus primeiros descobridores, terra do lavrador, depois, terra do Canadá, e de presente nova França (...)” (SAA: folio 61 verso, 1769)

Certeza que, não coincidentemente, era compartilhada com o padre d’Acosta. Afinal no folio 104 (verso), José Barbosa de Sá cita a *História Natural e Moral das Índias*, livro esse que não consta do inventário da biblioteca de Barbosa de Sá, o que reforça a afirmação feita por Júnia Ferreira Furtado de que o acesso aos títulos

⁵⁰ Digno de nota é sabermos que para José Barbosa de Sá a Groenlândia também fazia parte do continente americano (1769: folio 60 recto)

que compõem a biblioteca de um personagem não representa necessariamente o limite da leitura desse dado personagem (p. 58, 2003).

Assim, Barbosa de Sá resolve a questão da fauna do Novo mundo ao afirmar que

“(...) passaram os animaes da Europa para estas regioens pela parte septentrional sem transito algum de mar nem necessidade por passarem por debaixo do pollo, mas sim seguindo as costas da Groenlandia pela do oriente e as da Moscovia pello occidente d’onde se forão estendendo por este dilatado terreno e multiplicando na forma que hoje vemos.” (SAA: folio 61 verso, 1769)

Resolvida esta questão, ainda havia outra, esta levantada pelo próprio personagem de José Barbosa de Sá: a de como os animais do Novo Mundo poderiam diferir em tanto dos do Velho Continente. De onde esses animais tão diferentes dos conhecidos na Europa descendiam? Para Barbosa de Sá, poder-se-ia até admitir que alguns animais que viviam no continente europeu não existissem no Novo Mundo, mas daí afirmar que havia “*espécies*” – e ele usa esse termo (1769, folio 305 verso) – que habitavam o continente americano que não existiam na Europa, isso era inadmissível, pois “*(...) que no mundo velho se achem animaes, que cá não chegaram, concedo, mas que cá se achem alguns que lá não hajão nego (...)*” (1769, folio 306 recto e verso).

A Bíblia não podia estar errada, e admitir que havia animais no Novo Mundo que não existiam no continente europeu seria assumir um erro do livro Gênese, o que era impensável para Barbosa de Sá, afinal “*(...) os animaes da América são os*

mesmos que sahiram da arca (...)” (1769, folio 306 verso). Para Barbosa de Sá o cerne da explicação para a diversidade das espécies estava em outros fatores de ordem externa, pois que com o fim do dilúvio e o ‘ancoramento’ da Arca no monte Ararat os animais foram se dispersando assim “(...) *como se estendem as plantas e não viessem de viagem (...)*” (ibidem), o que Barbosa de Sá quer com o exemplo das plantas é demonstrar que os animais do Novo Mundo não foram transportados até lá e que a ocupação do continente americano pelos mesmos deu-se como consequência de um efeito de dispersão e colonização destes a partir de seu centro de origem (ou seja, o monte Ararat).

Quanto aos outros fatores de ‘ordem externa’, para José Barbosa de Sá, esses iram atuar sobre as espécies no decorrer do processo de dispersão e colonização propalado pelas mesmas. Para explicar porque algumas espécies encontradas no Velho Mundo não existiam no continente americano Barbosa de Sá vai buscar na influência climática e na adaptabilidade (o que chamaríamos hoje de processo homeostático⁵¹) alguns de seus principais argumentos, pois que cada animal ao sair da arca não vai simples e desordenadamente se espalhar pelo globo; para esse processo, Barbosa de Sá entende que existam alguns fatores a serem considerados, dentre eles, um relativamente simples e óbvio (mas atual até hoje nos tratados de Biogeografia) - o de que cada espécie vai procurar como nicho o ambiente em que simplesmente se sinta bem. Uma vez nesse ambiente, por aí fica, passando então a colonizá-lo; o outro fator levantado, este de ordem fisiológica e

⁵¹ Para se saber mais sobre o processo homeostático e a adaptabilidade das espécies aos biomas ver MORAN, Emilio F. *Adaptabilidade Humana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

anatômica dizia respeito às habilidades naturais de cada espécie, sendo que nem todos os animais são bons nadadores ou hábeis em cruzarem grandes distâncias desérticas, por exemplo, e é assim que os animais

“(...) por lá se ficaram pelos lugares aonde melhores climas acharam para sua conservação e são aquelles inhabeis para romper Mattos e atravessar rios, como sabemos são os Elefantes, Rinocerontes, Camellos, Dromedarios, Bois, Cavallos e Unicornios. (ibidem)

Deste modo, sabemos agora porque não foram encontrados elefantes, rinocerontes, camelos ou dromedários nas caatingas e cerrados brasileiros quando os primeiros europeus aqui chegaram; quanto aos bois e cavalos não era nenhuma novidade que se tratavam de espécies exóticas introduzidas a partir do século XVI. Já o unicórnio, este muito provavelmente se extinguiu no processo de dispersão...

Por fim, quanto às outras espécies se encontrarem em diferentes ambientes é porque *“(...) nem toda a terra produz todas as couzas.”* (ibidem), porém quando comparados ao ser humano, para Barbosa de Sá, os animais teriam um poder bem menor de adaptabilidade e improviso, eis aí um dos grandes fatores que, segundo Barbosa de Sá irá diferenciar os animais do homem, bem como a explicação para o fato de a espécie humana ser altamente eficaz na colonização dos mais adversos ambientes, ou seja, não se encontram todas as espécies de animais no mundo, mas em todo mundo se encontra a espécie humana já que

“He de saber que os animaes como não tem tratamento algum procurado por arte, aquillo que chamamos agasalho por lhes faltar para isso o discurso, vivem e multiplicão pelo impulso da natureza que

assim como tudo cria, também consome, a saber com os destemperamentos dos climas, as supressoens dos astros, as qualidades e pestilencias das terras, as tenuidades e venenosidades dos mantimentos, o que não tem os homens que tudo isto remedeão, fabricando roupas para cobrirem as carnes e ampara-las dos maus ares, dos frios, das calmas, formando casas para se ampararem das destemperanças dos tempos, viverem quentes, e agasalhados. Cavão e queimão as terras para as cultivar, abrandar, fecundar e purificar, cozem e apsaõ os mantimentos, para os substancialisar, corroborar e dirigir e tudo o mais a este respeito e por ipso toda a terra é sua e em toda ella podem habitar, o que falta aos miseraveis brutos e por essa razão esparsos que fossem por todo o orbe, só se ficou cada espécie conservando aonde achou proprios os astros os climas, a Terra e fructo convenientes a suas condicoens, v. gratia” . (SAA, folio 306 verso, folio 307 recto, 1769)

Munidos desse argumento apresentado pelo próprio José Barbosa de Sá, ou seja, o de que os animais, apesar de terem um certo poder de adaptabilidade ao meio (quando comparados ao homem) o têm em quantidade limitada, podemos então questionar a validade daquilo que chamaríamos aqui da teoria do Estreito de Sá. Ora se, para Barbosa de Sá, as espécies por muita das vezes se limitam ao ambiente a que sua homeostase permite, ou seja, que sua adaptabilidade ao meio só vai até certo ponto, como animais de clima temperado e quente, como répteis e primatas suportaram as baixíssimas temperaturas da travessia do estreito que liga Europa e América Setentrional, até finalmente encontrarem nichos condizentes com as mesmas nas Américas Central e do Sul?

Essa questão de como foi percorrido o caminho por algumas espécies pode ser facilmente elencada a partir dos argumentos trazidos à baila pelo próprio Barbosa de Sá, ou seja, não se trata aqui de se elaborar uma questão permeada de anacronismos, é antes uma interrogação que formulamos a partir do próprio contexto construído por Sá. Senão vejamos, quando pensamos nesse percurso Europa-América Setentrional que segundo Barbosa de Sá permitiu a colonização humana do continente Americano, e que concordamos que o ser humano, por ser uma espécie ‘superior’, se vale dos mais diversos artifícios para sobreviver (como construir casas, confeccionar roupas, cultivar o solo e caçar) não é muito difícil acatar tal teoria (mesmo hoje); porém quando a utilizamos para explicar a existência de todas as espécies animais existentes no Novo Mundo (ou seja, a de que todas percorreram o estreito), nos deparamos com uma falha na teoria de Barbosa de Sá. Pois este ainda reforça os argumentos de que cada espécie só vive onde encontra condições para tal, ao afirmar que

*“Como houverão os Macacos e Bogios, que sua condição é viverem sobre as arvores e comerem os fructos e folhas dellas, ficarem-se conservando la pelas regioens septentrionaes aonde no inverno ficão as arvores despidas sem fructo nem folhas, buscaram as regioens calidas, aonde todo o anno é primavera, em todo o anno há fructos e folhas, assim que se achão em todas as regioens da Asia, Africa e América **que fazem dentro nos tropicos e fora delles ninguem os vê** e todos os mais a este respeito.”* (SAA: folio 307 recto, 1769. obs.: o grifo é nosso)

Que ninguém vê os primatas habitando regiões de clima frio isso é inquestionável, mas a questão que José Barbosa de Sá não toca é como suportaram

sair de um ambiente de clima quente para migrarem para outro (também quente), sendo que o caminho (quase que todo) é dominado por um clima extremamente frio, que conseqüentemente limita em muito o poder de migração em termos de locomoção e alimentação de espécies como a dos primatas. E é o próprio José Barbosa de Sá que afirma mais de uma vez ser a questão climática primordial para a dispersão das espécies, pois segundo ele:

*“Sabemos muito bem que a Europa está unida com a Asia, pois porque se não veem na Europa, Mônos, Gazellas, Basares, Tigres, Elefantas, Rinocerontes, Leoens e outros como se veem na Asia? Sabeis porque, = **porque estes animaes são da natureza que o frio os acaba**, e os Lobos, Raposas, Lebres, Ursos e Veados da Europa são daquelles que se acomodão com o frio e por isso ahi aturão e isto mesmo é a respeito dos astros das terras e fructos dellas.”* (SAA: 1769, Folio 307 recto, folio 306 verso obs.: o grifo é nosso)

Há que se chamar a atenção para o fato de que, indiretamente, José Barbosa de Sá – assim como o Conde de Buffon, De Pauw e outros letrados europeus do século XVIII – de certo modo também considera os animais pertencentes à fauna europeia superiores aos da americana. Pois se partirmos do princípio de colonização faunística propalado por Sá, os animais de clima frio e temperado, estes típicos da região europeia, conseguiriam colonizar biomas de clima quente, mas o contrário não se sucederia. Ou seja, a colonização só se daria em um sentido. Mesmo porque para Barbosa de Sá – e vários outros letrados –, antes da chegada dos animais europeus ao Novo Mundo existiria um vazio biogeográfico.

Dentro dessa lógica, somente animais típicos de clima frio e temperado poderiam ter cruzado o estreito, ou seja, só deveriam ser encontrados no Novo Mundo lobos, raposas, lebres, ursos e veados, etc., o que obviamente não se sucede. Seria então falha a hipótese de José Barbosa de Sá acerca da origem e dispersão das espécies? A resposta é não. Pois um último argumento elaborado por Barbosa de Sá parece explicar não somente porque varias espécies são diferentes das encontradas no Velho Mundo, mas também como elas poderiam ser encontradas lá, desse modo:

“Ha outra razão muito crente a respeito das variedades e diferenças dos animaes, e é que se forão as especies adulterando umas com outras de que forão sahindo mestiços, e estes estendendo as proles informes e diferentes dos progenitores pela participação de umas e outras qualidades de que procedem as variedades que vemos que parecem ser diversas especies, sendo as mesmas”. (SÁ: 1769, folio 307 verso. obs.: o grifo é nosso)

Ou seja, uma outra razão que explicaria as variedades e diferenças dos animais do Novo Mundo – quando comparados aos do Velho – é que muitos deles teriam se originado a partir do cruzamento entre espécies diferentes. Desse modo, se justificaria o fato de existirem no Novo Mundo animais que jamais teriam tido condições homeostáticas de suportarem as intempéries geográficas e climáticas do estreito setentrional que, segundo Barbosa de Sá, liga o Novo ao Velho Mundo; assim sendo, tais espécies teriam surgido no ambiente onde era propício se propagarem.

Note-se aqui como Barbosa de Sá justifica um dos primeiros argumentos por ele levantado com referência à origem das espécies do Novo Mundo, quando afirma que nem todas as espécies do Velho Mundo podem ser encontradas no Novo, mas que todas as que habitam no Novo Mundo podem ser encontradas no Velho. Como isto? Simples; aquela espécie do Novo Mundo que aparentemente não tem nenhuma ligação com as do Velho muito provavelmente surgiu a partir do acasalamento (via fecundação cruzada) entre duas – ou mais – espécies distintas do Velho Mundo que chegaram ao Novo. Nesse sentido, José Barbosa de Sá tem razão quando afirma que nem toda a fauna do Velho Mundo pode ser encontrada no Novo, mas o contrário, sim. De uma certa maneira, sim.

Este argumento já havia sido elencado por Athanasius Kircher em sua *Arca Nôe* (1675). Para o jesuíta Kircher, a explicação para a enorme diversidade da fauna encontrada no novo continente é que grande parte dos animais conhecidos pelo homem teria surgido após os fatos relatados no Gênesis; e também para o jesuíta muitos deles teriam se originado a partir do cruzamento entre diferentes espécies. Assim, a marmota teria se originado do cruzamento entre o esquilo e o texugo, o tatu do acasalamento do ouriço com a tartaruga, já a avestruz teria se formado a partir do cruzamento do pardal com o camelo. (Kircher apud PAPAVERO et al, 1997, pág 80).

Não podemos afirmar que José Barbosa de Sá teve acesso à bibliografia produzida por Athanasius Kircher, ou se chegou mesmo a saber da existência da mesma, pois não encontramos nenhum livro do jesuíta no inventário da biblioteca de Barbosa de Sá, além de que o dito religioso não é citado em nenhum momento nos *Diálogos Geográficos*; o que podemos especular é que o argumento de que as

espécies vão de alguma maneira se modificando com o passar do tempo e graças à influência do ambiente possuía um certo grau de plausibilidade entre alguns dos que se debruçavam sobre o tema História Natural nesse período, quando então se encarava a disparidade zoológica e botânica existente entre aqueles continentes banhados pelo atlântico.

Athanasius Kircher e José Barbosa de Sá nos trazem importantes informações acerca das teorias que procuravam explicar a diversidade da fauna do globo e, mais especificamente a origem dos animais americanos. O advogado licenciado e o jesuíta iam além das teorias fixistas, que eram até então amplamente aceitas e defendidas por seus contemporâneos (principalmente aqueles ligados a ordens religiosas). Assim, o que José Barbosa de Sá (e Kircher também) de certo modo propunha era que havia uma certa inconstância na natureza, e que os seres vivos, de uma maneira ou de outra, modificavam-se com o passar do tempo. Desse modo, querendo defender as idéias da criação presentes nas sagradas escrituras, Barbosa de Sá acaba por alterar a lógica divina, pois, segundo o Gênese todos os animais (e podemos aí incluir o homem) foram criados por Deus de maneira acabada, ou seja, suas características foram dadas pelo criador no momento de sua concepção e não por meio do cruzamento com outras espécies ou pela influência do ambiente. Querendo defender a idéia de que o Novo Mundo não havia sido esquecido por Deus nem por Noé, Kircher e Barbosa de Sá (muito provavelmente) involuntariamente colaboram com um conceito que mais tarde irá custar muito caro à Igreja: o da evolução.

Entretanto, não nos esqueçamos que as “rupturas” epistemológicas nesses (delicados) casos podem levar bem mais que alguns anos, e que homens como José Barbosa de Sá e Athanasius Kircher, muito provavelmente, ao darem maleabilidade à interpretação bíblica da origem do mundo e das espécies que o habitam, tentando desse modo adequá-la às novas realidades vislumbradas a partir do século XVI, não percebiam que estavam corroborando para um enfraquecimento da mesma. De concessão em concessão, o relato do Gênese foi se transformando de verdade inquestionável para alegoria simbólica.

Pois como temos observado, o Dilúvio de Noé, até pelo menos inícios do século XVIII, foi um conceito que em muito influenciou o pensamento ocidental no referente ao estudo das espécies animal e vegetal, bem como de que maneira os mesmos encontravam-se dispersos no globo (PAPAVERO et. al.: 1997, p. 15).

Para Michel Foucault, o que há de mais universal no século XVI – em alguns casos estendendo-se até o século XVIII, quando a sistemática lineana não estava de todo divulgada pela história natural e revolução científica – é a semelhança. Através desta contínua adição e busca para a semelhança, remete-se a outras e outras, e o que conta é a acumulação porque, *“o mundo inteiro deve ser percorrido para que a mais tênue das analogias seja justificada e apareça enfim como certa”* (Foucault: 2000, 40). Daí as infindáveis descrições, extensos relatos de uniformidade cansativos de som cultuados durante a Idade Média, e que o Renascimento e a Modernidade buscam reanimá-los através do neoplatonismo, para a garantia de que as investigações alcancem o reflexo de sua imagem. Contudo, o jogo das semelhanças tem sua linearidade traçada, não podendo o perímetro ser desviado,

uma vez que, a exemplo da mais antiga teoria acerca da origem e dispersão dos seres vivos contida no Livro Gênese⁵², o homem, os animais e as plantas teriam surgido em uma única região da Terra - o Velho Mundo - para *a posteriori* dispersarem-se, cobrindo, então, toda extensão habitável da superfície terrestre.

Não menos significativo, portanto é refletirmos acerca do par ciência/progresso de que dependeu a discussão na Idade Moderna com o 'nascimento' da ciência. No século XVIII as grandes produções científicas, identificam-se com o próprio conhecimento 'válido', derivado da racionalidade do método indutivo, em cuja análise apresentam-se as conseqüências antropológicas e metafísicas do conceito de *Ordem Natural* do mundo físico. Um momento de ênfase da natureza atualizada pelo paradigma mecanicista cartesiano que pouco a pouco a ordenará de forma a impregná-la de finalidades. As análises de forma dinâmica giraram em torno dos mitos e modelos de seres criados. Da ciência, herdamos uma natureza "verdadeira", ao passo que, do mítico, a natureza "falsa", esquecidos de que o símbolo não significa um estágio primitivo da ciência, mas a capacidade de dar forma à experiência humana; entretanto, para o homem de letras europeu, o mito era tão somente visto como uma inverdade. O mesmo não se processa, por exemplo, nos Diálogos José Barbosa de Sá; afinal, ele estava um tanto quanto à margem da discussão oitocentista acerca de 'quais' conhecimentos seriam válidos e pertinentes e quais seriam falsos e descartáveis.

⁵² Fazendo parte do quadro de pesquisadores da Ciência moderna do século XVIII, encontravam-se muitos '*Curiosis*' que buscavam respaldo para suas afirmações no Livro Gênese (Papavero et al., 1999, p. 11-21).

Entretanto, o período que se convencionou chamar Idade Moderna, por muito tempo assistiu e subsidiou a continuidade do pensamento do homem a partir de si mesmo; um mundo onde todas as espécies emergiram para subordinar-se a “*ele*”. Todavia a ruptura com a forma tradicional não significou o fim de um tempo breve. Pensemos na dificuldade de romper-se com certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais; os ajustes mentais representam mecanismos de longa duração. Assim, aplicáveis para a ciência, tais conceitos são, muitas vezes, explicações imperfeitas que se caracterizaram por universos estruturados para os quais serão concedidos séculos de duração para, somente então, serem descartados. Consenso não é uma palavra que pode ser muito aplicada quando o assunto são os efervescentes séculos XVII e XVIII.

Desse modo, ainda assim, alguns conceitos seculares permeavam a grande maioria das reflexões acerca do mundo natural no século XVIII, pois segundo Calafate (1994), porque a história reflete o ‘positivismo oitocentista’ e este está atrelado a uma filosofia da história liminar universalizante, a proposta de apresentar os grandes ‘progressos’ culturais e sociais, oferece também uma imagem de oposição entre religião, natureza e ciência a partir do cientificismo moderno. Contudo, adentrando o século XIX, a discussão que permanecia entre os sábios – homens que pensavam a ciência moderna –, era a explicação para a presença de

Deus na “Natureza”⁵³. A visão de mundo ainda permaneceria organizada dentro dos preceitos da ideologia judaico-cristã. Com maior ou menor intensidade, uma Superioridade divina era e seria responsável pela organização universal na natureza. Depois de Deus, no topo dessa cadeia encontrar-se-ia o homem para quem Deus criou todas as espécies, todos os “Reinos da Natureza” para subordinarem-se a ele, o Homem.

Considerado o Livro Gênese uma das primeiras mostras da preocupação humana com relação à origem e à dispersão dos seres vivos, nele, o Velho Mundo é colocado como centro de origem e dispersão de todas as espécies. O poder que essa teoria exerceu sobre a humanidade cristã ocidental foi fundamental para a organização social, principalmente a partir do “descobrimento”⁵⁴ do Novo Mundo. E mesmo com a publicação do *Systema Naturae* do sueco Carl von Linnæus em 1735

⁵³ Francis Henry de Bridgewater morreu em fevereiro de 1829 deixando 800 libras para fundos de pesquisas sobre “poder, sabedoria e bondade de Deus”, conforme manifestados na Criação. Coube a William Buckland, primeiro geólogo acadêmico oficial da Inglaterra, Deão de Westminster, escrever um dos Tratados Bridgewater e examinou a mais “urgente” interrogação da Teologia Natural: “Se Deus é benevolente, e a Criação espelha Seu *poder, sabedoria e bondade*, porque então somos cercados de dor, sofrimento e pela aparente crueldade sem sentido do mundo animal? Considerou, o Deão, que a depredação dos carnívoros é desafio para o mundo idealizado pelas convivências pacíficas entre o leão e o cordeiro, por exemplo, e solucionou-a com o argumento de que os carnívoros aumentam o “somatório de satisfação dos animais” e diminuem o da dor. Com a morte suas vítimas são poupadas dos estragos da decrepitude e senilidade. “Deus sabia o que estava fazendo quando criou os leões” (Gould:1996; 27-28)

⁵⁴ O tradicional e historicamente universal conceito de “descobrimento da América” tem sua validade colocada em dúvida por Edmundo O’Gorman (1992). Na análise de idéia de descobrimento, constata a presença de um processo interpretativo que, segundo ele “desemboca no absurdo”. E afirma: (...) a grande Revolução Científica e Filosófica dos nossos dias ensinou que essa antiga maneira substancialista de conceber a realidade é insustentável, porque se chegou a compreender que o ser – não a existência – das coisas é apenas o sentido ou a significação que se lhes atribui dentro do amplo marco da realidade vigente, num determinado momento (...) o ser das coisas não é algo que elas tenham por si mesmas, mas algo que se lhes outorga ou atribui” (O’Gorman: 1992; 62). Através da análise de farta documentação entende, o autor, que “A invenção da América” trata-se de uma historiografia produzida por uma visão essencialmente européia; ao optar pelo termo ‘invenção’ sugere toda ambigüidade possível, carregada nas cores de uma geografia fantástica, mítica e fabulosa, uma narrativa cuja visão tem o sentido da construção.

e os conceitos da teoria evolucionista de Darwin⁵⁵, que triunfariam a partir de 1859, o homem e a natureza não podiam ser compreendidos sem a intervenção de Deus, o princípio gerador de todas as coisas; das causas primeiras, em um primeiro momento e das causas segundas, em outro.

Ainda tratando-se do Livro Gênese, na obra podemos observar a teoria acerca da origem e dispersão aparecer por três vezes. Primeiramente, no mito do Éden, ou Paraíso Terrestre; em segundo lugar, no mito de Noé ou o Dilúvio Universal, onde a idéia de dispersão dos animais que foram salvos, pela arca, multiplicando-se voltaram a habitar a face da terra, desta feita a partir do Monte Ararat; e por último, o mito de Babel, que dá conta de explicar a diversificação dos povos, a partir de um ponto de origem, a região de Babel⁵⁶.

Teorias que maior duração tiveram, ainda no século XVIII eram estudadas. Em 1753, o médico Jean Astruc, descobriria que o Pentateuco era resultante de vários textos, afirmativa que sustentava baseado no estudo de algumas passagens do Livro Gênese. No Livro apareciam duas atribuições para Deus; em algumas

⁵⁵ Darwin escreve para Asa Gray em 1860: “Confesso que não posso ver tão bem como os outros, e como desejaria ver, a evidência de desígnio e beneficência à nossa volta. Parece-me existir sofrimento demais no mundo. Não me posso persuadir de que um Deus beneficente e onipotente tenha propositadamente criado os *ichneumonídeos* [larvas de uma espécie de marimbondo] com a expressa intenção de que se alimentassem no interior dos corpos ainda vivos das lagartas ou de que gatos devam brincar com camundongos”. Em outro momento escreve, ainda: “Que livro o capelão do demônio poderia escrever sobre as deselegantes, perdulárias, disparatadas, baixas e horrivelmente cruéis ações da Natureza!” (Darwin apud Gould: 1996; 42-43).

⁵⁶ Noé era descendente de Adão e após o Dilúvio seus filhos povoariam a terra, contudo a explicação para a diversidade de língua e biótipo encontra-se no mito de Babel, devido a construção da torre por castigo de Javé tiveram suas línguas confundidas e assim dispersaram-se pela terra. Os descendentes de *Jafé* ocuparam a região da Eurásia e por influência do meio – fria, úmida – e caracteres adquiridos são povos de tez clara e cabelos louros [nórdicos]; os descendentes de *Sem* ocuparam a faixa mediana do velho Mundo, por influência do meio são mais morenos [semitas] e por fim os descendentes de *Cam* ocuparam a faixa meridional, próxima a Zona Tórrida e deram origem aos povos de peles muito escuras [negros]. E assim de um único ‘centro de origem e dispersão’ se originaram e diferenciaram morfológicamente – por influência do meio e herança de caracteres – os povos da terra (Papavero: 1997; 30)

passagens Elohim [plural] e em outras Javé [singular]. Nas diferentes passagens, onde Deus recebia denominações diversas, aparecia também alguma discrepância, desacordos, por assim dizer, nos informes. Seria, portanto, o Gênese composto por dois documentos ou memórias principais: a que se denominou Javista e a Sacerdotal⁵⁷ (Papavero et alii: 1997).

A primeira preservando a longa tradição oral e escrita de origem babilônica, apresentaria o rigor e a viva presença popular folclórica. Quanto à segunda, o estilo sacerdotal acentuadamente erudito apresentar-se-ia dentro de uma esquemática didática repetitiva. Conforme segue abaixo trecho da passagem do mito da Criação na versão sacerdotal:

“(...) E disse Deus; ‘façamos o homem, que seja a nossa imagem, conforme a nossa semelhança, e domine sobre os animais e sobre as feras da terra e também sobre os répteis que rastejam sobre o solo’.

E Deus criou o homem imagem sua; como imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.

E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: ‘Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e dominai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre os pássaros do céu, sobre os animais e sobre todas as feras da terra e também sobre todos os répteis que rastejam sobre o solo’. Depois disse Deus: ‘Eis que vos dou toda espécie de ervas produtoras de sementes, que há sobre a superfície de toda a terra, e também toda espécie de árvores em que há frutos portadores de sementes: serão vosso alimento (...)’ (Apud Papavero et alii: 1997; 12-13).

⁵⁷ Posteriormente, outras pesquisas revelaram que esses livros, que compõem o Pentateuco resultavam de várias fontes. Mas, considerando as duas principais, teríamos a javista e a sacerdotal para composição do livro Gênese.

A Natureza está prenhe de sinais e num jogo de semelhanças por conveniência, reflexos, assimilações e analogias mantêm-se prontas para escapar. Podem-se descobrir aproximações que se dão como prolongamentos, onde termina um começa o outro e ao se comunicarem influenciam-se mutuamente “(...) *De sorte que, nessa articulação das coisas, aparece uma semelhança*” (Foucault: 2000; 24). Mas, as semelhanças em alguns casos independem do contato, comunicam-se apesar das barreiras espaciais, então as comunicações são estabelecidas por correspondências, “*assim como o intelecto do homem reflete, imperfeitamente, a sabedoria de Deus*” (Foucault: 2000; 26).

A visão mais tradicional do mundo é de que ele foi criado para o homem, e as outras espécies para servi-lo. A execução de tal ‘mandamento’ jamais foi refletida. Inadvertidamente executou-se e, se em alguns momentos pensaram-no, foi para justificar os mandamentos. A fim de fazê-lo, aliaram-se filósofos clássicos à Bíblia. Em Aristóteles alguns pensamentos que não conflitavam com o ideário ditado pelo Gênese eram incorporados a justificativas teológicas: tudo tinha uma finalidade útil providencial na criação. Para servir aos homens, Deus criara as plantas e animais; nos domésticos a servidão e os selvagens para serem caçados (Thomas: 1998).

Embora na versão javista o mito da Criação do mundo apareça conflitando com o relato da versão sacerdotal, os autores e estudiosos posteriores buscaram na versão javista a afirmação para dar ao Éden – situado no Velho Mundo – a origem das espécies vivas que teriam se dispersado após o pecado original e expulsão do Paraíso. Senão vejamos, na mesma intenção descritiva da Criação do mundo, a versão javista:

“(...) Javé Deus tomou o homem e o colocou no Jardim do Éden, para que o cultivasse e o guardasse. E Javé Deus deu uma ordem ao homem, dizendo: ‘De todas as árvores do jardim poderás comer, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dessa não comerás, porque no dia em que dela comeres, terás de morrer’” (Apud Papavero:1997; 13).

Assim, dos jogos de semelhanças por conveniência, reflexos, assimilações têm-se à analogia, a mais universal das aplicações de leitura da Natureza, esta confere-nos todas as possibilidades do maravilhoso, do sobre-natural; nela as relações podem inverter-se sem qualquer alteração porque existe um ponto de apoio. *“Esse ponto é o homem; ele está em proporção com o céu, assim como com os animais e as plantas, assim como com a terra, os metais, as estalactites ou as tempestades (...)” (Foucault: 2000; 30).*

Nesse sentido, o homem, assenhoreando-se da natureza por herdeiro de Deus que é, no decorrer de sua capacidade de captação da mesma ele a decodifica para sua sobrevivência. Deus é fonte de vida e a Natureza é o prolongamento dessa fonte.

A relação homem-natureza sempre esteve presente na história das religiões e tradições populares. A árvore, por exemplo, presente na experiência da religiosidade arcaica, está carregada de uma representação do poder. Deste poder revestem-se a árvore em si e suas diversas representações cósmicas, ou seja, natureza e símbolo coexistem com a mesma importância; a substância e a forma da árvore impõem-se à consciência religiosa na mesma proporção em que foram escolhidas, ou seja,

'revelam-se'. A natureza só é reverenciada por aquilo que se revela através dela, pela leitura que se pode fazer dela quando é decodificada (Eliada: 1998; 213-65).

O jardim do Éden representa um paraíso que fora preparado por Deus para *habitat* do Homem; como responsabilidade, este deveria presidir sobre toda a criação ali presente. A relação pacífica com a natureza, o domínio e a condição de guardião do paraíso foram rompidas com a queda do homem em desobediência. E embora mantivesse domínio sobre a natureza, este não se daria mais de forma fácil. Uma degeneração da terra, da vegetação e dos animais foram impedimentos para a relação pacífica. A relação do homem com a natureza só se daria, a partir de então, pela conquista, *"pelo suor de seu rosto"*, disse Deus, ao expulsá-lo do paraíso; e a aridez do solo, as intempéries climáticas, a falta de docilidade dos animais que deveriam ser submetidos, a pragas nas plantações, os parasitos, as pestes que dizimavam aldeias inteiras, refletiam a sua nova condição.

Contudo, o estabelecimento, por Deus, da centralização do homem no poder permaneceria intacto. *"Os animais eram menos dóceis que antes, mas não tinham esquecido de todo seus deveres"* (Thomas: 1998; 23). Na natureza havia uma ação providencial observável em qualquer dos três reinos. Nas árvores a frutificação para o alimento e continuidade da espécie, e a madeira com o qual construir-se-iam os abrigos. *"Até mesmo as ervas daninhas e os venenos tinham seus usos essenciais"* (Thomas: 1998; 25), chamavam o homem à responsabilidade e ao exercício da inteligência.

Sem previsão de caminho ou determinação das distâncias, as assimilações *"podem nascer, ao contrário, de um só contato – como essas rosas fúnebres que*

servirão num funeral, que, pela simples vizinhança com a morte, tornam 'triste e agonizante' toda pessoa que respirar seu perfume (...)" (Foucault: 2000; 32-33). E aí somente a força compensatória da antipatia resgata o mundo da identificação pelo idêntico, *"É assaz conhecido que as plantas tem ódio entre si"* pois, se para o crescimento das plantas são necessários a terra úmida e o calor do sol, os arbustos espessos tornam-se inimigos das plantas rasteiras (ibidem; 32-33).

Desse modo, umas das grandes discussões no início do século XIX entre os estudiosos da ciência moderna era a permanência de Deus na Natureza; a natureza seria o Livro análogo à Bíblia, dispondo para o leitor em qualquer das duas obras, a mensagem divina. Disso resulta que, nos séculos XVII e XVIII, ainda permanecia uma interpretação simbólica – não apenas na Europa ou Portugal – convivendo em relativa harmonia com o conhecimento científico da natureza. Quando se fala em relativa harmonia é porque a uniformidade das idéias e ideais não encontra eco nos domínios da intelectualidade aventurada pelo homem.

O símbolo, cujo papel fundamental é transfigurar a realidade concreta para que uma sociedade específica o reconheça – como linguagem que cumpre a função de *religar[e]* cada ser a um conjunto de amplos significados –, tem, em boa medida, na flexibilidade e nuance de sua linguagem, mantido as relações do homem com Deus e vice-versa.

Desta forma, consideremos com Pedro Calafate que *"O símbolo continua a desempenhar uma função essencial em todas as sociedades, desde as consideradas 'primitivas' às mais 'evoluídas'"* (Calafate: 1994; 24). Daí resulta uma utilidade prática inalterável do símbolo, ou seja, dar nova feição a um ato ou coisa,

fazê-los apreendidos diferentemente da experiência cotidiana. A criatura ou coisa, uma vez, transformada em símbolo não é mais apreendida na condição uma, e as fragilidades da natureza de seu 'ser' deixam de ser os seus limites concretos para catalisar todo sistema irradiado pelo seu poder simbólico.

“Assim, a natureza para o cristianismo e no período que vamos considerar [século XVIII], sem ser divina, apresenta uma valência supra-natural que dela se não pode dissociar de forma radical e estanque. É também nesse sentido, como dissemos que o símbolo exige uma interpretação, transformando o Universo em linguagem, encarado a luz da metáfora do ‘Livro’” (Calafate:1994; 28).

Ainda no rol das transformações sîgnicas, não foi o universo de Aristóteles, substituído por Copérnico, Galileu, Descartes, Newton? E esta construção sólida de um Universo profundamente geométrico não foi repensada a partir da revolução einsteiniana? Contudo, é preciso ressaltar que, se é afirmado o êxito intelectual de Copérnico, provando a validade da matemática como metodologia no tratamento da terra como um planeta, e desafio ao paradigma da imobilidade da terra como centro do universo, não é menos correto afirmar que tal sucesso é dado pela aceitação dos paradigmas matemáticos da astronomia de Ptolomeu. Os pensadores revolucionários da renascença, de forma inexplicável (ao menos para nós hoje), em alguns momentos de suas investigações paradigmáticas, se detiveram na aceitação de alguma ordem de pensamento mais antigo.

Desta forma, à gradual observação do mundo natural da qual temos notícias desde os primórdios do *Homo sapiens* – haja vista as representações das pinturas rupestres nas cavernas e rochas que puderam vencer as intempéries e alcançar

nossos dias – somar-se-iam outras observações com o correr do tempo. E conquanto o antropocentrismo na Idade Moderna desempenhasse funções menos acentuadas – uma vez que os naturalistas modernos haviam desenvolvido uma certa imparcialidade no trato com a natureza, dada a nova sistematização na classificação da mesma –, somente em longo prazo tais desenvolvimentos exerceriam suas influências no senso comum.

Mesmo os naturalistas conservaram, no período moderno, um juízo de valor que privilegiava uma conceituação a partir de *per se*, como, por exemplo, o estudo das plantas reconhecidas pelo uso que delas se fazia. Segundo William Coles (naturalista de 1656), as ervas estavam divididas em sete tipos: “*ervas de vaso; ervas medicinais; cereais; legumes; flores; capim e ervas daninhas*”. Já Plínio, *O Velho*, fonte clássica⁵⁸, classificava-as segundo o gosto, o cheiro, o aproveitamento alimentar e o poder medicinal (THOMAS; 1988, p.63). Tais conceituações explicitam a busca de respostas para problemas de ordem absolutamente humana e a busca das “virtudes” da natureza que pudessem ser aplicadas à necessidade dos mesmos.

José Barbosa de Sá no Capítulo intitulado Do Reino Vegetal (Árvores, Plantas, Arbustos) (1769, folio 426 recto) também nos brinda com um sistema classificatório ímpar no qual tenta elencar todas as propriedades, detalhes anatômicos, cheiros, histórias, faculdades nutricionais, medicinais e mágicas que uma determinada planta pode ter. Ainda na introdução do capítulo Reino Vegetal,

⁵⁸ Caius Plinius Secundus; Plínio, *O Velho. Historia Naturalis*. Obra importante que reúne uma grande quantidade de informações do mundo animal e vegetal, estes avultam de tal forma que para se ter uma idéia, somente de plantas somam-se 4.881, reunidas nos livros XII-XVII.

ao tratar das flores, José Barbosa discorre sobre as qualidades das mesmas utilizando-se de uma linguagem quase que literária ao afirmar que

“São as flores o mimo do fado apreço da natureza, symbolo da Graça imagem da innocencia, figura da divindade, significativo das angelicas proprieades, na rosa decifradas suas purpureas vestimentas, no Lyrio a angelica sciencia, na Açucena sua pureza, no cravo as potestades, na Mosqueta as dominações, no Jasmin os troncos, no Nardo o angelico candor, nas violetas a angelica fortaleza.” (Sá: 1769, folio 426 recto)

As plantas situavam-se, então, no campo da originalidade das designações, de perto correlacionadas às atribuições que iam de visuais às de emoções humanas. Tratava-se, em muitos casos, da analogia entre o poder curativo das plantas e a religiosidade que as respaldavam com nomes sugestivos como a *erva-de-são-joão* ou *espinheira-santa*. Em outros momentos, as denominações das plantas ou dos animais encontravam-se envoltas em relações mágicas de similitudes, como as mandrágoras que, segundo os alquimistas, apresentavam as raízes com forma humana, devido ao seu nascimento sob as árvores que serviram de cadafalso às execuções por enforcamento. Muito oportuna aqui é a descrição que José Barbosa de Sá faz do lírio roxo. Note-se como os componentes do universo da relação humana com as plantas, como as histórias a que a mesma remete, características de suas partes, poderes curativos, cores e odores vão surgindo nessa rica descrição:

“Lirio-Roxo ou flor Hiacintho que equivocação com o Narciso, sendo diversa e pela cor bem mostra ser esta pela imitação da pedra deste nome, nasce por lugares alagadiços, a flor azul muito cheirosa as

folhas como de alfanges, a raiz é uma batata amarela: é esta planta aquella Mandragora de que se usava Lia mulher de Jaco para purgar o ventre e ser boa parideira: Egreessus autem ruber tempore messutrititice in agrum, reperit Mandragoras, quas matri Lia detulit: Cosida a raiz e bebida a agua do cosimento deseca as hydropesias, e desfaz obstrucções e espremida a substancia crua, tira bellidas dos olhos. Há outras muitas diversidades desta planta que a imitação, e não são verdadeiros Lirios; uns que tem a flor branca e outros de diversas formas. (Sá: 1769, folio 429 Recto)

Algumas ‘crendices’, ou superstições ainda hoje são possíveis de serem reconhecidas, eternizadas que foram pelo saber popular; apreciações semiológicas, que, sob o ponto de vista da erudição contemporânea, não eram apreciadas pela dificuldade da nomenclatura popular para estudos científicos. Porém, várias dessas ‘crendices’ populares têm encontrado validade e respaldo acadêmico em estudos científicos agora realizados. As denominações atribuídas então, às plantas, sofriam variações conforme as localidades regionais e/ou atributos que lhes eram dados, o que tornava comum plantas com dezenas de nomes dados pela utilização das categorias mentais populares.

Dentro de uma proposta historiográfica, como vemos, não são poucos os escritos que discutem o grande número de mudanças – possíveis indícios da transição do mundo “medieval” para o mundo “moderno”. Detendo-nos para uma análise social, *grosso modo*, esta transição pode ser, em primeiro lugar, simbolizada geograficamente pela descoberta do Novo Mundo, em 1492; numa segunda proposição, de cunho político, a invasão temporária da Itália pela França, em 1494, e, por último, a reforma religiosa dada pelo rompimento de Martinho Lutero com a

Igreja Romana e publicações de suas teses em 1517. Certamente o que intentamos é que, numa sociedade mais flexível, pressupõem-se modos de pensamentos mais flexíveis.

Entretanto, não podemos desconsiderar os grandes Compêndios⁵⁹ escritos sob o impacto da descoberta dos novos continentes na descrição do exotismo da fauna e da flora que os habitam. Impactos que, sem dúvida, trariam mudanças, mas, de perto atrelados a uma dependência da navegação cartográfica e da astronomia, esta por sua vez, seguramente, impulsionando as técnicas da matemática aplicada para a criação das primeiras escolas especializadas em profissionais da navegação. Por outro lado, estariam aqueles que movidos por uma curiosidade pelo inédito comporiam os grandes colecionadores, viajantes e cronistas, ou mesmo os fomentadores do princípio da medicina, então estruturada nas ervas, em estreita cumplicidade com a *História Natural*.

Como vemos, à disponibilidade vegetal e animal do Novo Mundo, a partir do século XVI, reiteram-se às pesquisas nas áreas que posteriormente receberão o nome de Botânica e Zoologia. Contudo, nas novas disciplinas, o empirismo foi fundamento indispensável para o esboço da base teórica em construção. Mesmo aqueles que se posicionavam de maneira crítica às instruções, a partir dos livros antigos, eram unânimes em exaltar o saber empírico dos lavradores, mineiros,

⁵⁹ Jacques Philippe. *Canadensium plantarum* (1635). Willian Pies (Piso, na forma latinizado). *Historia naturalis Brasiliae* (1648), *De medicina Brasiliae* (1648) e *De Indiae utriusque renaturali et medica libri quatuordecim* (1658). Piso e seu colaborador MarcGrav haviam visitado o Brasil e estudado sua fauna e flora, mas o livro publicado por Piso contém seus escritos, do colaborador MarcGrav e seis livros de De Bonet que narram a ciência natural das Índias orientais. Linnaeus. *Systema Naturae* (1735), obra que se utiliza largamente das descrições de espécies brasileiras. E porque não os Diálogos Geográficos, Cronológicos, Políticos e Naturais escritos por José Barbosa de Sá no Anno de 1769.

oleiros e alquimistas (HALL; 1983, p.32). Por muito tempo, o perfil histórico dos interesses especulativos, das credulidades ou das grandes opções teóricas, terá uma representação ordenada e contínua das diferenças possíveis. À ordenação síglica somavam-se as analogias e semelhanças com o homem, como por exemplo: a ave que caçava à noite, a ave que caçava de dia, a ave que sobrevoava as águas, ou aquela que se alimentava de carne viva. Tratava-se do enunciado de sua individualidade.

Futuramente, muitos dos pressupostos antropomórficos seriam rechaçados pelos naturalistas. Contudo, deixar de ver o mundo natural como reflexo de si mesmo não seria tarefa fácil. Sorrateiramente, a antiga visão afluía nas crônicas romantizadas ou nos poemas populares⁶⁰. Ainda nos estudos de Keith Thomas, encontramos a informação de que os antigos Bretões do século XVI não comiam lebres, galos ou gansos, uma vez serem estes animais destinados ao divertimento. No tocante às lebres, a peculiaridade ficava por conta da crença de que mulheres grávidas alimentadas com carne de lebres tinham filhos com lábios leporinos. Mesmo no Brasil do século XVIII tais analogias ainda encontravam espaço entre relatos e descrições. José Barbosa de Sá ainda ao tratar da questão das espécies no Novo Mundo e dos vários fatores que poderiam influenciar o surgimento de novos caracteres nos descendentes das mesmas (gerando assim novas espécies), relata-nos um curioso caso para demonstrar como sua teoria acerca da ação do meio sobre os seres vivos podia ser comprovada. Conta-nos ele que:

⁶⁰ O advento da máquina de imprimir em 1454 - debatida tecnologia -, teve papel indireto no fomento intelectual. Sem que houvesse estímulo a escrita, criou isto sim, condições de maiores divulgação do livro, da panfletagem popular, abertura que deu entrada a uma nova população de leitores. Um grande passo para as futuras sociedades de pesquisadores e publicação de periódicos.

“Em um sertão aonde estive com outros, não havia no lugar outra caça que actualmente senão Monos, tinha um dos companheiros uma negra e um mulato e não tinha este outro officio mais do que caçar os Monos, pario a negra um filho do dito Mulato perfeito no corpo, e a cara propria de Mono principalmente a bôca e os olhos.”

Essa analogia dos caracteres herdados do meio teve seu ápice no século XVI. Um dos grandes defensores e teóricos dessa vertente foi Ambroise Paré. Este cirurgião-barbeiro francês nascido em 1510 publica em 1585 a obra *Des Monstres et Prodiges*, na qual trata de várias questões ligadas ao que poderíamos chamar hoje de hereditariedade. Segundo Paré seriam 11 as possíveis causas para o surgimento de descendentes com ‘monstruosidades’, o qual estavam enumerados: 1º *A Cólera de Deus*, 2º *A excessiva quantidade de Sêmen*, 3º *A insuficiente quantidade de Sêmen*, 4º *A imaginação*, 5º *A estreiteza e pequenez da matriz*, 6º *Pelo modo inadequado da mãe sentar-se*, 7º *Por quedas, ou golpes contra o ventre da mãe, estando esta esperando um filho*, 8º *Devido a enfermidades hereditárias*, 9º *Pela corrupção e podridão*, 10º *Pela confusão e mescla de semens* e 11º *Pela Influência dos Astros* (PARÉ: 1983).

José Barbosa de Sá também não cita Paré em nenhum momento, tampouco encontramos qualquer obra deste cirurgião-barbeiro francês no inventário da biblioteca de Sá. Apesar disso, não podemos menosprezar o fato de que alguns conceitos, principalmente estes ligados ao grotesco e monstruoso eram de algum domínio comum, ou seja, o fato de Barbosa de Sá não ter (aparentemente) tido um contato direto com a obra de Ambroise Paré não quer dizer que ele não dominasse

alguns conceitos referentes à hereditariedade. Mesmo porque Paré não foi o primeiro a se debruçar sobre tal tema, tanto é que ao discursarem sobre o assunto, tanto José Barbosa de Sá quanto Ambroise Paré chegam a utilizar o mesmo exemplo para demonstrarem como os caracteres herdados podem sofrer influência do meio.

Na continuidade da discussão sobre a suscetibilidade dos caracteres hereditários, José Barbosa de Sá, após citar o exemplo do filho do mulato que nasceu com o rosto igual a um macaco (mono), dado o fato de o pai deste passar o dia a caçar monos, afirma que o motivo de tal anomalia seria o mesmo ter se 'exposto' a um contato visual com os ditos macacos durante longos períodos. Isso de alguma forma modificou o sêmen do pai, transmitindo assim ao filho os caracteres do animal com o qual o progenitor convivia durante a maior parte do dia. José Barbosa lembra que para além do cruzamento entre espécies distintas, um outro fator para o surgimento de espécies novas (e isso como vemos também era aceito com relação ao ser humano) seria a influência climática e a "(...)aprehensão visual dos objectos que actualmente se veem sem ser necessario que seja no acto da conjunção como os gados de Jacob, basta que actualmente veja uma creatura outra alguma diversa formalidade para gerar aquella semilhança." (Sá: 1769, folio 308 recto). Curiosamente essa concepção de José Barbosa de Sá encaixa-se quase que perfeitamente na quarta causa levantada por Paré: a da *Imaginação*. Barbosa de Sá chega mesmo a utilizar o mesmo exemplo bíblico de Jacó que, como é sabido, enganou o sogro Labão e se enriqueceu ao cortar algumas varas e colocá-las no bebedouro com o objetivo de que as cabras e ovelhas, ao ver as varas de

cores diferentes enquanto bebiam, formassem suas crias com manchas variadas.

Pois segundo Paré:

“(...) a imaginação tem tanto poder sobre o sêmen e a procriação e a procriação que seu brilho e caráter persiste na coisa engendrada. (...)”
(PARÉ, 1983, p. 38)

Há ainda dois outros exemplos de anomalias geradas graças ao poder da imaginação, citadas por Paré que em muito lembram os exemplos coletados por José Barbosa de Sá, pois que

“Damasceno, autor sério, da fé de ter visto uma jovem peluda a quem sua mãe havia feito tão disforme e repulsiva por ter visto com excessiva atenção a imagem de São João coberto de peles sem curtir, imagem que estava colocada aos pés de sua cama enquanto concebia. Pela mesma razão salvou Hipócrates uma princesa acusada de adultério, porque tinha parido um filho negro como moro, tendo seu marido e ela a pele branca, devido a virtude da imaginação. (...)”
(Ibidem, p. 38 e 39)

Continuando com a questão da influência da imaginação na hereditariedade, Barbosa de Sá cita mais um exemplo; desta vez são alguns negros quilombolas que são capturados nas margens do rio Paraguai, dentre eles é encontrado um garoto com aproximadamente 5 ou 6 anos que tinha o rosto muito semelhante ao de uma coruja, principalmente a cabeça, boca e olhos. Todos em Cuiabá iam ‘visitar’ os cativos para observar o menino com ‘cara de coruja’. Movido pelo seu espírito investigativo José Barbosa de Sá inquiriu a mãe sobre o motivo de a criança ter aquele rosto, perguntando se no quilombo onde moravam quando concebeu a

criança havia alguma coruja, pois que “(...)contou a negra que no dito no dito Quilombo creara uma ave destas tirada do ninho que se fizera muito mansa que andava sempre a brincar com ella e que nesse tempo concebera e pario o rapaz. (SÁ: 1769, folio 308 recto, folio 308 verso). Lembremos ainda que estes fenômenos também podem ser entendidos dentro daquele conceito de geração por degeneração.

Porém, José Barbosa de Sá adverte que tal fenômeno é esporádico. Não sendo necessariamente uma regra, e que para além da imaginação há outros fatores a serem considerados quando o assunto é o porquê da diversidade encontrada entre as espécies animais na América, pois que há de se considerar também fatores como os

“(...)astros, climas, e qualidades dos lugares, e alimentos de que se mantem, vemos nas nossas costas do Brasil as Antas rasteiras, as carnes rijas e fetidas, e por estes Sertoens até as contra-costas muito maiores e melhores carnes. Os porcos das serras do mar muito maiores e melhores carnes que os dos Sertoens e todos os mais animaes como estes diferentes de uns lugares para outros, nas formalidades e ainda nos sustentidos de suas vozes. (Ibidem, folio 308 verso, folio 309 recto)

Ou seja, para Barbosa de Sá explicar a diversidade da fauna americana, ao menos alguns conceitos bíblicos tiveram de ser sacrificados, afinal a diferença na textura e sabor da carne dos porcos das serras do mar e dos sertões implica entendermos que Barbosa de Sá (mesmo que indiretamente) admitia que fator geoclimático implicava um processo de diversidade faunística, logo de especiação.

Essa distância entre a percepção da realidade e a Ciência foi, de forma magistral, tratada por Platão na alegoria do conto da caverna. Preocupado em refletir e explicar sobre a felicidade do homem no mundo como objetivo maior, busca a construção da verdade na metafísica, inserindo-a na ordem das etapas a serem conquistadas, indispensável mesmo para o fim colimado. A idéia de que todas as coisas são movimentadas por um *devir* em direção à corrupção, à *degeneração*⁶¹ e à morte, na cosmogonia de *Timeu*, estende-se à origem das espécies, quando um deus não identificado teria criado o mundo a partir do caos, com o auxílio dos quatro elementos. Com o modelo abstrato de um Universo ideal, seguiu-se, na seguinte ordem, sua criação: no correspondente ao elemento fogo, criaram-se deuses menores; para o elemento ar, a criação das aves; para as águas, os animais aquáticos, e para o elemento terra, os animais terrestres. Dos deuses secundários foram criados os homens como seres masculinos; quanto à mulher, considerada outra espécie de animal, teria surgido a partir do homem por *degeneração*. (PAPAVERO et al.; 1995)

Tais informações, repetidas vezes são assinaladas, e muitos estudiosos se debruçaram em exaustivas análises, fiéis aos princípios do Gênese, mas, maravilhados com a racionalidade que nos alcançou e que se descortinava através de uma pequena brecha (HALL; 1990). Misto de magia e erudição, dado pelo excesso de rigor e aplicação dos inúmeros textos antigos, a ciência dos primórdios da modernidade conduz-se de maneira frágil porque o mundo revela-se coberto de

⁶¹ Até quase aos tempos modernos, a palavra “*degeneração*” tinha na sua origem semântica a produção de descendentes fora da norma ancestral ou paternal, não significando obrigatoriamente deterioração, processo de regressão como entende-se atualmente.

signos, marcas divinas que precisam ser interpretadas sendo, pois necessário explicar a natureza entrecruzando-a com o “verbo”. (FOUCAULT; 1991, p. 177)

Para os escolásticos, não se estabeleciam delimitações para as espécies e muito menos que elas seriam distintamente imutáveis. Como resultado, a organização dos seres vivos não estaria na ordem das transformações, mas, apesar das mesmas. Acreditava-se na geração espontânea de animais altamente organizados (tais como ratos e abelhas). José Barbosa de Sá afirma que “*das aguas vemos que estas represadas gerão os mosquitos e outra varia immundicie, peixes, aranhas, mariscos, caramujos, baratas, besouros*” (folio360 verso, folio 361 recto) em hibridez monstruosa dentre os animais, por mais discrepantes que fossem (como entre camelos e pardais). Partia-se do princípio de que as espécies formavam um *continuum*, inerentemente arbitrário e sem qualquer delimitação.

*“Apesar de que todos los insectos surgen de larvas, no todas las larvas provienen de la cópula de los progenitores; algunas surgen por **generación espontánea**; después de la ‘cocción’ que genera este proceso es que la materia que dio origen a las formas vivas se vuelve descompuesta (son los ‘residuos’ del proceso de ‘cocción’ los que generaron la decomposición). Los insectos que surgen de esas larvas pueden copular y generar, pero las larvas que producen, llamadas **konides**, son asexuadas y ya no generan nada. Ejemplos de esa división: pulgas, piojos, moscas, chinches. Otros insectos surgidos por generación espontánea que, igualmente, no copulan: mosquitos y otros similares.”*
(Aristóteles apud PAPAVERO et al.; 1995, 127)

Tal crença foi difundida durante a Idade Média e o Renascimento, e calcava-se no princípio de que a degeneração de um constituía-se na geração do outro. Em Plínio, *O Velho* – criador daquilo que poderíamos chamar a primeira Enciclopédia de História Natural – por exemplo, a mesma afirmação é marcada pela degeneração das serpentes. Para Gerbi (1996), o princípio será de bom alvitre para explicar a abundância de insetos e serpentes encontrados no “ambiente malsão” do Novo Mundo. Aliás, o adjetivo depreciativo é usual nas crônicas e descrições de viajantes e naturalistas eurocentristas na época das Luzes. O Conde de Buffon⁶² não fez economia ao descrever a terra “*sobrecarregada de vapores úmidos e nocivos*” (Buffon *apud* GERBI; 1996, 22). Os referidos vapores úmidos davam origem aos parasitos, tão abundantes nas Américas: microorganismos que se originavam sem qualquer ascendência ou descendência. Neste ponto o Iluminista não negava a aproximação de suas idéias às de Aristóteles.

À intuição confusa da vida, somava-se a irreligião, ora em conflito, ora em cumplicidade. Em outros momentos, a ousadia dos pensadores do século das luzes traria à tona a sagacidade de observações que curiosamente mais tarde, seriam novamente trazidas à baila no XX. Caso, por exemplo, da conjectura acerca das teorias da deriva continental de Buffon e, posteriormente, de Diderot, ao especularem a contigüidade das costas da América do Sul e África, atestando que “(...) *é mais razoável pensar que outrora os dois continentes [América do Sul e África] eram contíguos ou contínuos (...)*” (Buffon *apud* PAPAVERO et al.;1997, p.171). Desta forma, Buffon e Diderot, sem jamais terem vindo às Américas, também

⁶² Buffon, georges Louis Leclerc, Conde de. *Histoire Naturelle*. (1759)

trataram de garantir a Europa como centro de dispersão das espécies animais. Estas, chegando ao Novo Mundo, se inferiorizaram dadas a qualidade da terra e do céu, entre outras situações com as quais argumentam.

Entre os escolásticos, ou aristotélicos, havia um parcial descrédito à “geração espontânea”. Parcialidade que não se completara, uma vez que, no século XVII, o postulado ainda era sustentado por alguns defensores, como na afirmação do médico e fisiólogo von Helmont⁶³, de que vira ratos nascerem de farelo e trapos velhos. Com o microscópio de Leeuwenhoek⁶⁴, o princípio de Aristóteles conferindo ordem superior e inferior aos animais, e seu desprezo pelas criaturas inferiores, incluindo os insetos, que tivera tantos defensores, foi repensado. Francesco Redi⁶⁵, em 1668, desfere um golpe à Teoria da Geração Espontânea, ou *Abiogênese*, quando, lendo a *Ilíada* de Homero, reflete a preocupação de Aquiles em não abandonar o cadáver do amigo Pátrocolo, por temer a invasão das moscas que nele depositariam “vermes”, acelerando desta forma, sua decomposição. À observação literária, seguir-se-ia um longo tratado de investigação.

No findar do século XVIII, mais precisamente em 1786, Lázaro Spallanzani publicava em Genebra sua obra *Experiencias para servir a la Historia de La Geración de animales y plantas*. Refere-se ainda, ao mistério que envolve a busca da compreensão da geração das espécies, na sua opinião envolta por uma

⁶³ Médico e alquimista.

⁶⁴ Antoni van Leeuwenhoek (1632-1723), nasceu em Delft - Holanda. Na sua ocupação com a comercialização com tecidos sua atenção foi atraída pelas lupas empregadas para examinar os tecidos, levando-as a um aperfeiçoamento para fins microscópicos. Sua descobertas são inúmeras destacando-se a descoberta dos microrganismos, tornando-se membro da *Royal Society* em 1680.

⁶⁵ Francesco Redi. *Esperienze intorno alla generazione de le inseti* (1668); (transcrição do experimento Redi *apud* PAPAVERO & PUJOL-LUZ;1997,167-170)

admiração e escrúpulo, sem, contudo constituir-se em matéria de investigação. Considera a grande analogia entre as plantas e animais, o que torna relevante o emprego da mesma metodologia – *fecundação artificial* – para a investigação de ambos os reinos. Narra a fecundação artificial de plantas, assim como de uma cadela e ao mesmo tempo, tece considerações sobre outras possibilidades, como por exemplo, das espécies híbridas, através de diferentes espécies. O ciclo de vida relativamente simples das rãs era envolto por mistérios para muitos acadêmicos naturalistas.

Como preocupação que tem lugar em todas as épocas, a classificação do mundo natural é uma característica incondicional humana. Classificar, estabelecer agrupamentos para as coisas cujas sensações são equiparadas. Para Claude Lévi-Strauss, um desejo universal de todos os povos, “primitivos” ou não, em conhecer seu meio biológico (1997, pág 15-49). Por outro lado, consideremos a dificuldade de se estabelecer uma linguagem inteligível, sem o uso dos símbolos, para generalizar relações dentro de características comuns para diferentes objetos... Imaginemos as dificuldades geradas por designações específicas para cada percepção.

Desta forma, também Aristóteles, dentro de sua vasta produção, reservou espaço para a classificação dos seres vivos e não foram poucas as dificuldades com as quais ele se deparou. Estabeleceu métodos de investigação baseados no *silogismo*⁶⁶, que definia uma classe, por exemplo, quando determinadas

características eram observadas. As classificações de Aristóteles se subdividiam em número de sete, nelas certas incongruências, como pode ser visto, foram adotadas com relativo sucesso durante a Idade Média e boa parte da Moderna. E mesmo nos *Diálogos Geográficos* de Barbosa de Sá, encontraremos uma forte influência do sistema classificatório aristotélico, pois este divide os animais em terrestres, voláteis e aquáticos (folio 406 verso).

Se anteriormente as coisas vivas estavam divididas em quatro classes principais que estabeleciam lugar para as geradas espontaneamente a partir da matéria não viva - as plantas, os animais e os homens -, é possível que outras filosofias aceitassem e defendessem o grupo de aparição espontânea. Para um cristão ou para um cartesiano, tratava-se de teoria que não se adequava à organização das coisas vivas pelo Criador. Este encerrara suas atividades no sexto dia e poucos ousavam crer que houvesse continuidade. Para John Ray, uma discussão sofismática dada por uma natureza fixa (HALL; 1990). Equívocos à parte, a história da embriologia nos oferece boa aplicação do princípio de observação e investigação. Na metodologia utilizada por Hall, este reconhece o princípio observador de Aristóteles, sendo aplicado para negar as conclusões deste último.

Atendendo à ambigüidade das necessidades diplomáticas e científicas, que seriam a aproximação entre economia e teoria, ou às grandes viagens de pesquisas para os séculos da Idade Moderna, em 1700, Louis XIV, rei da França, decide enviar uma expedição aos países estrangeiros. As finalidades, então propostas, iam além

⁶⁶ Criação aristotélica, o silogismo consta de um raciocínio formado por três proposições: a primeira, chamada premissa maior; a segunda premissa menor e, a terceira, a conclusão. Ex.: *O cão tem pelos (premissa maior); todos os animais com pelos são mamíferos (premissa menor); logo, o cão é um mamífero (conclusão).*

das observações sobre a história natural, da geografia antiga ou moderna, mas uma ordem de missão oficial que os aconselhava a observar o comércio, a religião e os costumes dos povos. Ao médico e naturalista Tournefort⁶⁷, cabia a tarefa de observar as plantas e o que pudesse ter escapado àqueles que o antecederam. A expedição viajou até a Armênia (Ásia), culminando com a subida ao monte Ararat⁶⁸ – para a qual foram necessários dois penosos dias. As observações feitas pelo naturalista acerca da vegetação e da distribuição altitudinal das plantas enquanto subiam o monte, seriam fundamentais para teorias da origem e da dispersão dos seres vivos, bem como para a sistemática de Linnaeus⁶⁹.

(...) “no sopé do Monte Ararat aquelas plantas que são comuns na Armênia; um pouco além, aquelas que antes vira na Itália; quando ascendi um pouco mais alto, vegetais que eram comuns nos arredores de Paris; as plantas da Suécia possuíam uma região mais elevada; as partes mais altas da montanha, próxima do cume, eram ocupadas pelas nativas da Suíça e dos Alpes da Lapônia (...)” (Tournefort apud PAPAVERO et al.; 1997, p.140)

Aliás, não seriam somente a zonação altitudinal das plantas que inspirariam Linnaeus. Nos dois séculos que o antecederam, já era premente a preocupação com

⁶⁷ Tournefort, Joseph Pitton. *Institutiones rei herbariae*. 3 vol. (1700); *Relation d'un voyage au levant (1707)* considerado precursor de Linnaeus.

⁶⁸ Monte Ararat: Situado na Armênia, Ásia, monte sobre o qual teria aportado Noé com sua Arca, após o período de Dilúvio.

⁶⁹ Linnaeus forma latinizada de, Carls von Linné: Célebre naturalista Sueco, nasceu em Rashul (província de Smaland) em 23 de maio de 1707 e morreu em Upsala em 10 de janeiro de 1778. Aficionado pelos estudos da botânica, criador da nomenclatura binária, ainda hoje constantemente consultada pelo botânico e ou zoologista; sua obra: *Sistema Naturae* (1735), classificação denominada de “natural”, pelo fato de basear-se nas características morfológicas (formas corporais, dos órgãos, anatomia, características das células componentes, etc.) e bioquímicas (químicas interna dos organismos) dos indivíduos vegetais e animais, agrupando as espécies segundo as afinidades que apresentam.

as classificações, vide aqueles que são considerados precursores da sua nomenclatura: Ray⁷⁰, Camerarius⁷¹ e Tournefort. Preocupações que ganharam espaço dentro das investigações econômico/científicas, com a configuração do Novo Mundo nas representações cartográficas. Comprovam-no a chegada do naturalista George Marcgrave e do médico (também naturalista) Willen Piso ao Brasil em 1638, para integrarem a expedição holandesa do Conde Joan Maurits de Nassau pelo nordeste brasileiro.

Aos conhecimentos do criador da sistemática biológica moderna acima mencionado, somar-se-ia a questão “físico-teológica” – ou a investigação da interdependência dos seres vivos como equilíbrio dinâmico e perfeito da natureza, também chamado de política econômica da natureza no século XVII. O afastamento do mar nas costas da Suécia – o retrocesso dos mares expunham terras antes cobertas, desta forma, para Linnaeus, a terra anteriormente era de tal forma coberta pelos mares que somente uma ilha montanhosa emergira, e nela Deus depositara todas as espécies, respeitando-as nas suas necessidades de relação com o ambiente. Quanto à montanha de Ararat, configurava-se no Paraíso, no Éden, com as vegetações se dispersando com o afastamento do mar (PAPAVERO et al.;1997).

Dada a originalidade das conclusões tiradas das observações que se seguem, outra não podia ser a procedência que não fosse de Deus. Entre as muitas escolas que inauguram o século XVII, estarão de um lado os realistas (Linnaeus), que crêem na imobilidade da natureza - uma vez que as espécies são fixas, podem

⁷⁰ Ray, John. *Methodus Plantarum* (1682) onde propõe, o novo sistema de classificação dos vegetais, monocotiledôneas e dicotiledôneas.

⁷¹ Camerarius, Rudolf Jakob. “*De Sexu plantarum epistola*” (1694). Sua teoria foi amplamente aceita por Linnaeus.

ser classificadas -, fundamentados, então, pelos sistematistas inclinados a qualificar a realidade das idéias gerais dos seres coletivos. Em franca oposição, estarão os nominalistas (Buffon): criticam, em Linnaeus, a verbalização da organização mental humana. Para Buffon, preceitos como a classificação binominal são modos verbais fictícios, não realizáveis, que não se coadunam com a natureza.

“Não seria pois impossível, mesmo sem inverter a ordem da natureza, que todos esses animais do novo mundo fossem, no fundo, os mesmos do que aqueles do antigo, dos quais outrora tiraram sua origem: poder-se-ia dizer que, estando separados em seguida por mares imensos, ou por terras impraticáveis, teriam, com o tempo, recebido todas as impressões, sofrido todos os efeitos de um clima tornado novo ele mesmo, e que teria também mudado de qualidade pelas mesmas causas que produziram a separação; que, em consequência eles diminuiram com o tempo, se desnaturaram, etc (...).”(Buffon apud PAPAVERO & PUJOL-LUZ;1999, p.112).

Num primeiro momento, o naturalista Conde Buffon contesta a teoria da fixidez das espécies partindo todas de um centro de origem; para ele, elas teriam aparecido em diferentes partes da terra. O que o mesmo com tal afirmação provavelmente pretendia ‘atacar’ era o relato bíblico da criação que considerava o Éden o primeiro grande centro de dispersão, mas que, sem dúvida nenhuma também era fatal para a hipótese traducianista da teoria de origem e dispersão das espécies feita por Linnaeus.

“(...). Mas isto não nos deve impedir de considerá-los hoje como animais de espécies diferentes: de qualquer causa que provenha sua diferença, seja ela produzida pelo tempo, pelo clima ou pela terra, ou seja ela da mesma data da criação, não deixa de ser menos real. A natureza, confesso, está num movimento de fluxo contínuo; mas basta ao homem surpreendê-la no instante de seu século e lançar alguns olhares para trás e

para frente para tentar entrever o que ela foi e o que em seguida poderá ser” (Buffon apud PAPAVERO & PUJO-LUZ;1999, p.112).

Outrossim, refere-se à transformação das espécies, e considera que, ainda que degeneradas pelo clima, terra ou tempo, são espécies diferentes, e como tal devem ser denominadas, já que ele é um nominalista.

Para Alexandre Koyré (1991), a evolução do pensamento científico, no período medieval e moderno formara-se por uma estreita dependência interligando idéias *“transcientíficas”* filosóficas, metafísicas e religiosas. Estendendo-se pelo século XVII e, em algumas situações especiais, parte do século XVIII, essa forma de pensar simbólica considerava que os significados ocultos ao homem aguardavam pelo seu entendimento e decodificação, de modo que a metamorfose da lagarta aludia à ressurreição, ou a luz do vaga-lume ao Espírito Santo. Sem dúvida, uma dificuldade em separar-se a história do pensamento filosófico da história do pensamento religioso, e, igualmente, em separar ambas da História da Ciência.

Entendermos este passado não é tarefa das mais fáceis, uma vez que nossas linguagens não são as mesmas. Pode nos parece inconcebível que numa Universidade como a de Paris ou de Oxford discussões filosóficas – na Idade Média –, pudessem girar em torno de questionamentos, como por exemplo, o número de anjos que podem se sentar na ponta de uma agulha, ou se o intelecto humano está situado na lua ou outro lugar qualquer. Alexandre Koyré – em socorro da nossa compreensão –, afirma que aquilo que nos parece ridículo ou ocioso carece do entendimento daquilo que está em jogo.

“Ora, o que está em jogo é saber se o espírito, se um ser ou um ato espiritual – por exemplo, um julgamento – ocupa ou não um lugar no espaço ... E isso já não é absolutamente ridículo. O mesmo ocorre com o intelecto humano. Pois o que está em jogo nessa estranha doutrina dos filósofos árabes⁷² é saber se o pensamento – o verdadeiro pensamento – é individual ou não” (1991; p.23).

A antologia mágica – acima mencionada –, que nasce com a Renascença cria um universo de possibilidades, possibilidades que ora são dirigidas por forças sobrenaturais, ora são dirigidas pela ação de uma natureza que nega o miraculoso. A essa ambigüidade do *“tudo é possível”* ampliam-se os horizontes e esses se apresentam sem fronteiras. A perspicácia humana assume um espírito de aventura diante das descobertas dos novos Continentes, o conhecimento dos fatos e riquezas cresceu sobremaneira, e dele resultam a curiosidade e a acumulação das descrições e coleções das novas espécies animais e vegetais. Das plantas, por exemplo... Ainda que com certa acuidade visionária, por algum tempo estarão carregadas de histórias que assinalam seus poderes mágicos. O que deixa uma lacuna para a teoria da classificação.

O contínuo contato com as notícias do Novo Mundo desenvolvera no europeu uma difusão da prática colecionadora – embora de há muito conhecida –, portanto as plantas e animais exóticos trazidos não só da América, como Ásia e África, careciam de lugares para serem cultivados ou guardados. Não era tarefa fácil. Os processos de taxidermia, hoje tão comuns, ainda não estavam bem desenvolvidos,

⁷² O árabes foram os intermediários entre o mundo grego e latino. As traduções de Aristóteles para o latim foram feitas a partir do árabe. Não que no Ocidente não houvessem conhecedores do grego, faltava-lhes, isto sim, o conhecimento filosófico grego. Uma dificuldade em compreender tratados da

menos conhecidos ainda, eram alguns processos químicos utilizados na conservação de amostras laboratoriais. Ronald Raminelli nos lembra que

“Nas expedições científicas, antes do advento da fotografia, os desenhos constituíam fonte valiosa de informações para os naturalistas. Textura, cores e formas anatômicas internas e externas das espécies eram preservadas graficamente, enquanto o material desidratado ou guardado em álcool era enviado em caixas aos gabinetes e herbários. Por intermédio das imagens, preservar-se-ia ainda tudo que não pudesse ser transportado: grandes animais, árvores, rochas, grutas e paisagens. (RAMINELLI: 2001, p. 970).

Quanto à conservação das espécies vivas, quer fossem da fauna ou da flora, encontravam dificuldades de adaptação climática ao mudarem de região, como é o caso das espécies transportadas de uma região tropical para uma região temperada. No processo inverso, das regiões temperadas para as tropicais a adaptabilidade de ordinário não se fazia de rogada. *“Não foram poucas as plantas e animais que fizeram as malas e juntamente com o conquistador do Velho Mundo, atravessaram as fissuras da Pangéia para a colonização”* afirmou CROSBY (1993, p.133), o que em muito deve ter ajudado às teorias que pregavam a debilidade dos seres vivos do Novo Mundo.

Tratava-se de um fenômeno – que hoje denominamos biogeográfico –, ainda não compreendido pelos naturalistas, botânicos e zoólogos, todavia o sucesso da migração da biota européia os encaminharia para a teoria da evolução. Mas, enquanto não conseguiam sair da ortodoxia científica os sucessos da “sua” biota reforçavam a teoria da debilidade americana eventuada por Buffon. Ou do sucesso

da européia como vimos com José Barbosa de Sá. Do que se segue, na Europa se estabeleceu uma grande difusão de herbários, exemplares da flora e da fauna figurando nos museus públicos – sem muita classificação do exposto, oscilando entre o Natural e as Antigüidades – para deleite do espectador comum, e desenvolvimento da ciência.

Assim, podemos observar que por muitos anos o homem se sentiu cômodo ao ocupar o centro do universo. Imaginou-se habitante deste planeta desde que este fora criado, tentou manter a terra imutável desde sua formação, pensou-se também como um ser à parte, jamais podendo figurar entre os outros animais quando dos primeiros tratados de classificação dos seres vivos. Por fim, a morte das similitudes, anunciada por Michel Foucault, leva em seu cortejo uma ampla gama de certezas e convicções narcisistas. É certo que Adão agonizou por muito tempo até sofrer a metamorfose de fato para mito.

Por fim, como pudemos observar, as hipóteses de José Barbosa de Sá acerca da origem dos homens e animais do Novo Mundo, encontravam eco não somente em autores do século XVIII, mas principalmente nos do XVI e XVII. Entretanto, de maneira alguma podemos classificar Barbosa de Sá como um homem deslocado de seu tempo, talvez menos inteirado das discussões que ocorriam na Europa enquanto terminava de redigir os seus Diálogos Geográficos, mas deslocado, não. Mais do que uma visão muito particular acerca da origem dos habitantes do Novo Mundo, os Diálogos são um exemplo ímpar do esforço de um homem que, apesar dos poucos recursos financeiros e bibliográficos tentou resolver um dos maiores problemas que se apresentavam aos letrados, religiosos, curiosos e

iluminados desde 1492: o de como foram parar ali tantos animais e seres humanos. Incógnita que, diga-se de passagem, até hoje perturba arqueólogos, biólogos, paleontólogos e historiadores.

Entretanto e apesar de, mesmo entre os contemporâneos de José Barbosa já encontrarmos outros 'pesquisadores' com teorias mais 'plausíveis' e – porque não dizer – mais 'modernas', a leitura dos Diálogos Geográficos é imprescindível; afinal, como nos alertou Paolo Rossi (1992, pág 16), os objetos da História das Ciências não são apenas aquelas teorias que podem ser axiomatizadas nem somente as teorias 'completas', mas também as tentativas de construir teorias. Complementando Rossi, poderíamos ir um pouco além e dizer que o conceito de "tentativas de construir teorias" é histórico, e o que para nós hoje foi uma tentativa, para aqueles que as elaboraram poderia ser a mais firme e dogmática personificação de uma "verdade".

5. Um naturalista baiano instruído: Alguns apontamentos sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Viagem Philosophica

Nesse contexto merece destaque aqui atuação de um brasileiro já citado: o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira – tanto a título de comparação com seu contemporâneo José Barbosa de Sá, quanto para uma melhor visualização sobre o trato lusitano às ciências naturais, bem como às diferentes abordagens adotadas por Rodrigues Ferreira e Barbosa de Sá referentes ao estudo do mundo natural.

Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido na Bahia, a 27 de abril de 1756. Tão logo fizera seus estudos iniciais no Brasil, pai mandou-o para Portugal para que abraçasse a carreira eclesiástica. Contudo matriculou-se “*em Instituta*⁷³ a 1º de outubro de 1770; na Faculdade de Leis, em 20 de Outubro de 1773 (sem ter comparecido no acto de encerramento); na Faculdade de Filosofia Natural, 1º ano, a 26 de Novembro de 1774; 2º ano, 4 de Outubro de 1775; 3º ano, Outubro de 1776; 4º ano, 7 de Outubro de 1777”, conforme arquivos da Universidade de Coimbra fotocopiados pelo professor João Pereira Dias (LIMA;1954, p.6). Em 1779, se forma com o grau de doutor, membro das primeiras turmas que experimentaram as reformas iluministas. Sua vinda para o Brasil está dentro de um contexto de política econômica de Portugal, em especial as políticas de demarcação de limites geográficos – como situações pendentes entre Portugal e Espanha, desde a primeira metade do século XVII, com o tabu da linha de Tordesilhas, demarcada em 1529 (século XVI), na convenção de Saragoça entre D. João II de Portugal, e Carlos

⁷³ *Instituta* – era a cadeira do 1º ano jurídico no regime anterior a Pombal.

V da Espanha (MENDONÇA;1989). Contudo não podemos desprezar sua formação em Filosofia Natural, cujo programa incluía: Física, Química, Agricultura, História Natural, Farmácia, Cirurgia e Medicina, acrescentando-se a estas o conhecimento de plantas nativas, cultura do anil, cacau, cochonilha e outros.

Ao contrário de algumas afirmações quanto à busca da vida eclesiástica – tão ao gosto das famílias, cuja opção vocacional esperavam animar em pelo menos um dos filhos –, Alexandre Rodrigues, que chega à Portugal com 14 anos, pensava nas Ciências Jurídicas. Atraído pelas Ciências Naturais formou-se em 2 de julho de 1778 em “Philosophia Natural”, na Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra, então renovada pela ação cultural de Pombal. Foi então, convidado a ocupar uma cadeira na Faculdade, mesmo porque, dois anos antes de se formar já era “Demonstrador de História Natural”. Em 10 de janeiro de 1779, doutorou-se com a orientação de Domenico Vandelli.

Brasileiro por nascimento e formado pela Universidade de Coimbra, chega ao Brasil em 1783 para um projeto de rastreamento, identificação e catalogação das riquezas naturais da região amazônica, cujo trabalho se estende por nove anos, batizado por seus idealizadores de “*Viagem Philosophica*”. Ao nos determos nos estudos da obra do naturalista, para uma análise de como se construía as percepções do estudioso do século XVIII, encontramos a informação de que o mesmo utilizava-se do manual de sistemática de Linnaeus, “*Systema Naturae*” (1735) “*La finalidad de la creación era preparar el palco para la llegada del hombre: ‘Finis Creations tellures est Gloria Dei ex operae naturae per Hominum solum’*” (...) assinalado por Linnaeus na introdução (PAPAVERO et al; 1995, p.7).

Neste período, o secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar de Portugal, o Sr. Martinho de Melo e Castro, administrava uma política de maior conhecimento dos recursos do Brasil e outras colônias. Não se tratava de um conhecimento puramente pragmático. Dentro da renovação que se pretendia, a intenção de Portugal era fazer um rastreamento minucioso, com a competência científica; para tanto precisava de alguém que reunisse condições para a tarefa delicada. Por indicação de Vandelli, a escolha recaiu sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, indicado em 1778, para ser nomeado através da “*Congregação da Faculdade de Ciências Naturais de Lisboa, na figura do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho Mello e Castro*”, para ser o naturalista responsável pela “Viagem Philosophica” pelos estados do Pará, sertões do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – convite que lhe foi feito, antes mesmo, da cerimônia de doutoramento. Como o atestado de bons serviços prestados pelo naturalista, passado e reconhecido por Domenico Vandelli:

“O D.^{or} Domingos Vandelli, Lente de Prima na cadeira de chimica, e na de Historia Natural da Faculdade Filozofica da Universid.^e de Coimbra; D.^{or} em medicina ma m.^{ma} com voto em congregação; e Director do Real Jardim Botanico, Gabinete de Historia Natural, e Laboratorio chimico d’ Ajuda &.ª.

Attesto, q~ havendo servido de Demonstrador de Historia N.^{al} na Universid.^e De Coimbra emq.^{to} Estudante p.^{lo} annos de 1777 e 1778 o D.^{or} Alexandre Rodrigues Ferreira, sem por isso perceber da emmolum.^{to} Universid.^e alg~ aos 15 de Julho de 1778 foy mandado partir para Lx.^a, por ter sido nomeado Naturalista, p.^a a viagem filozofica do Brazil, na conformid.^e das ordens, que p.^a este fim expedio o Ill.^{mo}, e Ex.^{mo}, S.^r Martinho de Mello e Castro. (...). E finalm.^{te} q~ em todo o tempo, q~ decorre desde 15 de Julho de 1778 ate Ag.^{to} De 1778 esteve sempre prompto, e applicado em fazer as experiencias, q~ lhe erão consignadas;

examinar, e reduzir os Productos do Real Gabinete; percebendo por isso de S. Mag. a q. ^{tia} de 200\$ rs de comedorias por anno, e cazas pagas. O q~ tudo por assim ser, e elle mo pedir q~ o attesto; e, a ser preciso, juro p. ^{lo} meo grau; fazendo escrever esta Attestação, q~ assigno. Hoje 14 de Ag. De 1783 a. Domingos Vandelli” (LIMA; 1953, p.108-9)

Na seqüência, o Dr. Domenico Vandelli assina e reconhece a afirmativa dando fé de veracidade, tudo devidamente registrado no Tabelião de José Felix de Azevedo.

Acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira na expedição pela região Norte e Centro-Oeste do Brasil – mais especificamente a Amazônia brasileira e parte do Mato Grosso –, o jardineiro botânico Antonio Joaquim do Cabo e dois debuxadores, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire. Estes últimos foram chamados para produzir as centenas de aquarelas e desenhos documentais. Embora pouco se conheça acerca dos riscos – como eram na época chamados os desenhos que representavam componentes ambientais –, com os espécimes coletados e as anotações, eles compunham fragmentos do Universo Amazônico, que acompanhavam os relatórios e manuscritos do naturalista. Das ilustrações originais, remetidas do Museu da Ajuda para o Brasil, somaram-se 1.015, das quais até 1992, somente 328 haviam sido duplicadas com as características das pranchas originais.

Das monografias e dos manuscritos que foram publicados, temos a reunião de dados da maior importância pelas informações sobre a flora, a fauna, a mineralogia, a agricultura, a geografia, a medicina, a etnografia, e a economia do Brasil colonial. Quanto à etnografia, na sétima participação: *Participação Geral Rio Negro*, Alexandre Rodrigues faz uma sinopse sobre os índios do rio Negro,

coordenada segundo alguns rios⁷⁴. Uma listagem da maior importância, diga-se de passagem, uma vez que se trata do registro da distribuição geográfica de nações indígenas do século XVIII. Interessante pontuar que na obra de von Martius, – *Etnografia da América* –, resultado de sua viagem, distando apenas oitenta anos da *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues, ao comparar seus registros etnográficos, pode-se concluir que Martius travou relação com uma parcela mínima das tribos indígenas que foram registradas pelo naturalista Alexandre. Uma lamentável perda de oportunidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre etnografia e antropologia da Amazônia, por um contemporâneo de tantas tribos, sobre as quais não se sabe, e nunca se saberá coisa alguma, senão que existiram; uma perda ocasionada por deveres impostos pela metrópole, como por exemplo, os exaustivos inventários sobre as condições das igrejas e de seus sinos, de suas toalhas de linho, de seus castiçais, e de seus santos dos altares, assim como as dívidas dos colonos em relação à Coroa.

Mas, exaustivamente, o naturalista registrou. E das populações indígenas somam-se notícias que embora esparsas, entre elas algumas em especial são alvo de anotações mais detida, como por exemplo, *Viagem Philosophica, Memórias – Alexandre Rodrigues Ferreira ; Memoria sobre as Cuyas*, cujo material são frutos de uma árvore que as índias colhem, e que chamam-na de *Cuya-inha*, e que os portugueses chamam de *Cuyeira*; *A proposito de uma estampa representando um indio Cambeba*; ou *Miscelanea de Observaçoes Philosophicas no Estado do Grão*

⁷⁴ Sobre os índios que habitavam o rio Negro e seus afluentes, ver Índice Apêndice Documental.

*Pará*⁷⁵, nela reúnem-se dados acerca dos: 1) sinais dos gentios , 2) do clima , 3) do comportamento dos peixes, 4) da indústria dos gentios, 5) das superstições dos gentios, 6) da confraria das aldeias, 7) vegetação, 8) do fabrico das canoas e qualidade da madeiras, 9) do barro que fazem os índios as louças, 10) do uso das cascas de madeira para curtirem os couros, 11) do medicamento usado, 12) da vegetação em razão do solo. Em outras “*Memórias*”, informa dos diferentes costumes, das vestimentas, ornatos e enfeites, dos bailes ou danças, das habitações, dos gêneros de alimentos, das doenças, dos instrumentos marciais e festivos, das produções e indústrias. Pode-se avaliar suas dificuldades entre as funções determinadas pela Coroa, e a ansiedade de um naturalista frente ao exotismo dos *gentios*, ao afirmar:

(...)“Em uma só aldeia se falam tantas linguas diversas, quantas são as diferentes tribus de gentios, que a povoam. A superstição de todas ellas, seus diferentes costumes, extravagancia no vestir e em se ornarem, as suas festas e bailes, os seus instrumentos marciais e festivos, as suas armas e utensilios domesticos, tudo isto apresenta um dilatado campo de observações, pelo qual não farei mais do que correr ligeiramente em ordem a deixar algum rasto, que indique a minha marcha (...) – Barcellos em 4 de janeiro de 1787.”(FERREIRA; s/d, p.618).

⁷⁵ Referimo-nos a quatro memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira presentes nas edições VIAGEM Philosophica Memórias, Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro, n. 10, ano I, jul., pág 59-65, 1933. MISCELANEA de Observações Philosophicas no Estado do Grão Pará. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro, nº 09, ano I, jun., pág. 55-62, 1933.

Sua observação não descuidava nem mesmo das relações entre os vários tipos humanos, o número de população ribeirinha e os díspares traços culturais de nativos, brancos, portugueses, negros – este último, em número muito reduzido –, e as lendas ou tradições que permeiam índios, comerciantes, agricultores, padres jesuítas. São informações que vamos colhendo nas “memórias” ou em pequenos flagrantes através da extensa obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Tratam-se da paisagem e do panorama da vida social do sertão da Amazônia e Mato Grosso no final do século XVIII.

Não se pode afirmar que o naturalista foi o primeiro viajante auto-afirmado como brasileiro a pisar naqueles solos. Deve-se ressaltar que, conquanto a política portuguesa fosse de sigilo, a Europa não desconhecia aquelas terras. Após a Restauração, Portugal passa a tomar os mesmos cuidados e preocupações em relação aos registros e ao conhecimento dos naturalistas no que diz respeito à flora, à fauna e à geografia brasileira, como até então se observava na América espanhola. Já em fins do século XVIII, mais precisamente em 1799, Alexandre von Humboldt, que explorava a América espanhola, passando pela Venezuela até o Casiquiari, ao chegar na ligação do Orenoco com o Amazonas foi impedido de adentrar os limites da colônia portuguesa – Amazônia brasileira –, uma vez que as autoridades coloniais interpretaram como algo de político o empreendimento, dando as mais severas ordens para que o naturalista não adentrasse com sua expedição o território do Brasil. Era dominante, mas não exclusiva, a idéia de uma colônia fechada, o que só iria ser formalmente revertido de fato após 1808, com a vinda da

Corte, quando o Brasil seria aberto às “Nações Amigas”, com a Abertura dos Portos em 1810 - um compromisso de D. João VI com a Inglaterra. Recentemente questiona-se se houve mesmo a proibição da entrada de Humboldt nos domínios ultramarinos portugueses, ou se tudo não passou de uma falha na comunicação burocrática entre ambas as partes. Mesmo que essa última explicação seja a mais plausível, ainda assim permanece a evidência de que existia (ao menos tecnicamente) um forte aparato de vigilância por parte da Coroa Portuguesa no referente a seus domínios.

Mas, independentemente das medidas administrativas da metrópole em relação à colônia brasileira, muitas informações antecederam aos registros do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: o tipo antropológico do nativo da América, seu biotipo, seus costumes, a antropofagia, a religiosidade, os funerais, as guerras, tudo já fora detalhadamente descrito. Também se conhecia do clima, da flora, e da fauna.

Contudo, infere-se das descrições que o antecederam, um acúmulo enciclopédico dos conhecimentos que compreendiam o conceito de “História Natural”. Neles, a esfera científica – o meio –, não se separava do ambiente cultural da época. Assim pode-se afirmar que se revelaram preocupações que mais tarde foram sistematizadas pelos naturalistas. Quando falamos Ciência – a ciência européia –, referimo-nos *“a aquisição de uma nova concepção da realidade profunda subjacente àqueles dados”* (KOYRÉ; 1991, p.77). Não fora isso e poderíamos identificar o primeiro cientista entre os indígenas, afinal, muito antes de serem “descobertos” já haviam descoberto uma série de princípios de funcionamentos do

meio natural em que viviam, através de investigações, como por exemplo, a domesticação da mandioca, da batata e do milho.

Dados os princípios da Ciência Moderna, reconhecemos no naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira os caracteres que denunciam o cientista europeu. Sua opção por uma carreira científica – Ciências Naturais –, ao chegar em Portugal e matricular-se na Universidade de Coimbra, dá-lhe a formação necessária para a empreitada de projetar no Brasil o resultado das reformas universitárias ali produzidas em 1772, pela administração de Pombal. Com lucidez e objetividade, suas observações traem a clareza de um exercício de sistematização científica lineana. Ali se iniciava o intento de dar bases científicas a uma política econômica, onde até então os processos econômicos de exploração eram ditados pelo critério pragmático e utilitarista do português colonizador. A Ciência Moderna dava seus primeiros passos, afinal o *Systema Naturae*, de Carl von Linnæus, fora publicado em 1735, e o conceito evolucionista – como o temos hoje – seria conquista para o século XIX. Não resta dúvida de que a nova consciência planetária muito contribuiu para a ordenação utilitarista da natureza.

A formação em Philosophia Natural conjugava o ensino das Ciências físicas e naturais. Enquanto hoje em dia a expressão ‘filosofia’ está correlacionada à abstração, ao terreno da especulação, para alguns extra-científico, para o século XVIII, um doutor em Philosophia estava ordenado dentro do ensino teórico e prático do conhecimento das ciência físicas e naturais, um exercício de observação e experiência dado pelo método indutivo, bastante difundido pela moderna ciência. Inaugurava-se no momento de formação do naturalista, o racionalismo, a razão que

primava pela liberdade de crítica e contra os dogmas; a razão contra os preceitos normativos da autoridade que uma vez que emancipava a inteligência foi chamado de período das luzes.

É dentro da atmosfera cultural do século XVIII, que se deve analisar a obra de um naturalista como Alexandre Rodrigues Ferreira, principalmente quando o comparamos com o advogado licenciado José Barbosa de Sá. Não se pode entender o sentido de suas observações e conceitos sobre os homens, sobre as coisas do Brasil, se não se considera o ambiente cultural, político e econômico de sua formação. Não por acaso insurge-se contra os métodos de catequese dos jesuítas, acusando-os de a tudo julgar ou observar pelo viés de uma mentalidade dogmática e esforça-se por se libertar dos preconceitos ao analisar os “gentios” segundo a superstição.

“Ainda que ella tem um mando absoluto na maior parte dos pensamentos, e das obras dos gentios, não se póde comtudo asseverar tão decididamente como tenho ouvido, que elles nem pensam, nem obram cousa alguma, que lhes não seja suggerida pelo demonio. Os missionarios, que tem sido entre nós as pessoas encarregadas de espreitar as suas opiniões e praticas religiosas, desconfiam de tudo quanto os vêm falar e obrar, principalmente si entre os seus usos e costumes lá chegam a descobrir algum, que se lhes representa ser de maior veneração. Si se inclinam a deconfiar, já digo, em tudo quanto obram os gentios, não vêm sinão obras do demonio; si a concilia-os com o christianismo, passam de um a outro extremo: porque desde logo lhe atribuem idéas, que elles, sim, são capazes de adquirir, como os outros homens, porém que ainda não tem. E daqui procede estarem alguns dos ditos missionarios descobrindo em muitas acções dos gentios bem profundos vestigios dos mais sublimes misterios, interpretando a seu geito certas expressões e cerimoniaes, que elles não entendem, e transformando

tudo quanto vêm, do que verdadeiramente é, para o que se lhes representa ser. É certo, que entre os diversos principios da religião, que alguns d'elles professam, um d'elles é o de sustentarem, que há deuses autores dos males, que afligem a especie humana. A estes representam os gentios debaixo de fórmias as mais horrendas; e todo o culto que lhe dam, o dirigem ao fim de applicarem a colêra d'estas terriveis divindades. Crêm como os antropomorphitas, que os seus deuses tem fórma humana, porém com uma natureza superior á do homem; e sobre as qualidaes e operações d'estes deuses, imaginam fabulas as mais absurdas e incoherentes que se pode imaginar. (...) – Barcellos em 4 de janeiro de 1787”(FERREIRA; s/d, p.618-619)

Aliás, na “Viagem Philosophica” o cientista racional está presente em cada observação renovadora, quando revoluciona comportamentos seculares, como a mentalidade dogmática dos jesuítas, em relação à catequese dos indígenas ou os ritos; quando busca as causas dos fenômenos ou quando busca a razão de ser do acontecido na sociedade ou na natureza; quando enfim toma sobre si a responsabilidade da investigação. Eis o que principiava a caracterizar o método científico. (FERREIRA; s/d, p.618-619)

Alexandre Rodrigues Ferreira, na memória que ele intitula de: *Observações Gerais e Particulares sobre a classe dos Mamíferos Observados nos Territórios dos Três Rios, das Amazonas, Negro e Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente, com a dos Tapuios*, fazendo suas as teorias eurocentristas, discorre longamente acerca da geografia zoológica. Para Gerbi (1996, p. 19-43), tratava-se de uma provisória formulação do pensamento evolutivo que Darwin chamou atenção para o mérito e fraqueza de Buffon – o mais acirrado dos eurocentristas. Dentro da atmosfera criada pelos “descobridores” a predileção pelo Velho Mundo percorreu os séculos de

história da modernidade e alcançou o mundo contemporâneo, autorizou subjugações hierárquicas através do colonialismo, fez guerras.

“o que se vê é um país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma; toda superfície está coberta de infinitas plantas de todas as famílias. Era de se esperar que aqui, semelhante às matas do antigo continente, fossem estas também habitadas por grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Na verdade não é assim. Apesar de todos estes vastos abrigos e mesmo da variedade de climas, os mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisfério. Parece que estes pequenos quadrúpedes, que originariamente pertencem `aqueles, sejam de uma raça inferior visto que em volume o maior de todos daqui é a anta, e em ferocidade, a onça” (FERREIRA;1972, p.70-1).

Num primeiro momento, a natureza é vista de uma perspectiva judaico-cristã: com hostilidade e idolatria, vencer esta natureza significa colocá-la dentro dos processos de produção tornando-a dadivosa, no sentido de dispor da riqueza que ela possui. Uma discussão de ordem filosófica que se estende até os nossos dias. No segundo momento, houve o cientificismo europeu, quando se acentuou a teoria de Buffon, relativa ao Novo Mundo. Trata-se de uma deploração científica no que respeita à condição do Novo Mundo, comparando-o com o antigo continente. Bastante difundido, nas discussões científicas, levariam ao desenvolvimento do pensamento biológico e biogeográfico. Aliás, de suas investigações da fauna referente aos dois lados do Atlântico, Buffon concluiria que não se encontram sempre as mesmas espécies em áreas geograficamente distintas, mesmo com ecologia semelhante. Em 1816 Humboldt, impressionado com o resultado destas

investigações, deu-lhe o nome de “Lei de Buffon” (PAPAVERO & PUJOL-LUZ;1997, p.157-173).

Alexandre Rodrigues Ferreira, após referir-se à teoria acerca da debilidade da natureza do Novo Mundo de Buffon – quanto à América desde o seu princípio só ter produzido animais pequenos –, reporta-se aos fósseis encontrados em Ohio pelo Coronel Jorge Croglan e que mesmo no Brasil entre 1770-1771, *“em distância de légua e meia do arraial de S. Gonçalo da Ibituruna, comarca do Rio das Mortes, dez léguas da Vila de S. João del Rei”*, alguns mineiros lavrando o fundo do rio encontraram uma costela, um dente mandibular inteiro com raiz e coroa, e um fragmento do maxilar inferior. E reflete sobre o tamanho fabuloso dos mesmos, questionando: *“Estas descobertas não dão lugar a milhares de conjecturas? Isto prova as revoluções pelas quais o nosso globo tem passado”* (FERREIRA; 1972, p.73).

Ao apresentar a divisão do Reino animal no sistema de Linnaeus, as considerações do naturalista da “Viagem Philosophica” não estão em momento algum regidas pelo material e/ou passividade. São considerações que reúnem um conjunto de fenômenos norteados pela lei da causalidade e apareceram em muitos conceitos científicos modernos; neles o princípio da vida, do movimento, encontravam-se impulsionados por uma força criadora de eternidade, o equilíbrio na natureza era tão perfeito que só podia vir de Deus. Desta visão teleológica da

natureza originara-se a chamada “Economia da Natureza”⁷⁶, ainda inspirada pelo cartesianismo do século XVII, referindo-se aos animais-máquinas. Ali a excelência da máquina era dada pela condição altamente competente do “relojoeiro”. Outrossim, suas conjecturas reportam-se à teoria de Linnaeus, ao afirmarem que

“Ambas as Máquinas (Animal e Vegetal) são hidráulicas. As suas partes sólidas correspondem ao tutano nos animais e à medula nos vegetais; os ossos ao lenho; os músculos aos galhos; à pele o córtex; à cutícula a epiderme; os pulmões às folhas; os dutos venosos aos arteriosos, etc., os vasos suctóricos que conduzem os fluidos, as vesículas que os retém e conservam; as traquéias que atraem o ar. Aos órgãos genitais que correspondem a frutificação, temos que os estames nas flores são órgãos genitais masculinos cujos cálices servem de lábios ou de prepúcio, e as corolas de ninfa; o pólen de semem, as anteras de testículos, e os filamentos de vasos espermáticos. Os pistilos são femininos cujo estigma é a vulva; o estilete é a vagina; o germe, o ovário por fecundar; o pericárpio, o ovário já fecundado, e a semente, o ovo. A tudo isso provam: 1- a Eficiência; 2- a Origem; 3- a Situação; 4- o Tempo; 5- as Divisões; 6- a Castração; 7- a Estrutura do polén (...)” (FERREIRA;1972, p.68).

As atribuições de uma função sexual às plantas comprovam a escola lineana, o que justifica as considerações do naturalista. Como já foi afirmado, a publicação do *Systema Naturae*, na primeira metade do século XVIII, escandalizou a Europa. E bem podemos deduzir da repercussão nos meios, ao observarmos a

⁷⁶Economia da Natureza ou *Oeconomia Naturae*, tem seu desenvolvimento desde 1530, quando a palavra *oeconomia* referia-se a arte de administrar uma casa o *oikos* em grego, posteriormente passa referir-se a administração política. Empréstada à Teologia, passou a designar a distribuição dada por Deus nas funções na natureza; um governo divino contribuindo para uma inter-relação perfeita da natureza, cada um com seu atributo. No século XVIII, o discurso da ordenação racional dos recursos naturais é cada vez mais incorporado por uma discussão científica. Nos trabalhos de Ray serão mostrados as cadeias alimentares, a interdependência de todas as formas orgânicas de vida e o risco de se quebrar estas cadeias. Conseqüentemente a terra comportaria apenas um certo numero de população humana afirmaria Derham.

irreverência das comparações. Reflete Alexandre Rodrigues que “*A juventude que é fogosa, audaz e dócil*” e comparável à *florescência*. “*À Virilidade que é sanguínea, forte, relaciona-se à Frutificação*” (FERREIRA; 1972, p.68).

Considerando a classificação dos animais depois da classificação das plantas, Alexandre Rodrigues, apropriando-se do discurso acadêmico lineano, os utiliza para as apreciações da vida nativa encontrada na América. À classificação das plantas e animais seguiu-se o agrupamento das raças humanas em seis grupos, a saber: em primeiro lugar o *Homo ferus*, selvagens e distribuídos pelas florestas. Não se tratava de um ser social, mas no seu biótipo estampava-se a índole belicosa, teimosa, por vezes alegre, de cabelos lisos e grossos, narinas amplas, rosto malhado, quase imberbe, amante da liberdade, pinta-se de cores fortes, como o vermelho, tais os seus costumes. Nas características mencionadas, enquadrava-se também o *Homo americanus*, que estava classificado no segundo grupo. Para o terceiro grupo, o *Homo europeus*, Linnaeus os descrevia como homens brancos, de cabeleira loura e abundante, olhos claros e fisionomia fina, traços leves, de inteligência desenvolvida e senhor de grande engenhosidade, pautando-se pela lei e vestindo-se com roupas estreitas. Para o sistemata, o português era uma mistura deste tipo europeu com o *homo asiaticus*, uma vez que de longo tempo em contato com os mouros, do cruzamento resultara o nosso colonizador. Quanto aos componentes do quarto grupo, o *Homo asiaticus* foi definido como de pele morena, cabelos escuros e olhos ruivos, pouca barba de índole severa; é governado pela sua opinião. (Ibidem, p.69-71).

Bastante influenciado pelo seu momento, momento de uma ciência ainda pautada por analogias, como se percebe nos seus estudos sobre agrupamentos humanos autóctones, o etnocentrismo de Alexandre Rodrigues Ferreira, ao referir-se à natureza e aos nativos é de certa forma guiado por outros estudiosos como Uchoa, La Condamine e o jesuíta Antonio Vieira,⁷⁷. Neles percebem-se alguns conceitos que mais tarde também irão nortear a antropologia física, onde a investigação ganha feição sinótica com maior abrangência das etnias, agrupando-as segundo suas diferenças e semelhanças. Mas o naturalista setecentista reconsidera as opiniões para argumentar que defini-los como estúpidos, indolentes e “*menos gente que nós*” – como o fez padre Vieira -, “*é uma análise ao pé da letra*”. Entende que os nativos estão em um outro estado de sociedade e que diferentes necessidades fazem as diferenças, mesmo porque não há razão que os impulsiona ao trabalho, à ambição; não há necessidade de preocuparem-se em abastecer os celeiros. A mandioca, que é imediatamente preparada por eles é retirada da terra que se constitui seu celeiro, a abundância de caça, de peixes que dispensam a arte de pescar, porque basta que plantas como o timbó, cururu-timbo e astacu entre outras sejam aplicadas ao rios e riachos para que os peixes entorpecidos possam ser apanhados.

Os costumes dos nativos, em algumas circunstâncias, eram atraentes para o colonizador português, aliás, entre os primeiros colonizadores, não só sentiram a simpatia pelos costumes, como a necessidade de aprendê-los. Para Warren Dean, as duas primeiras gerações de ‘invasor’ português, de forma imprescindível

⁷⁷ Trata-se de viajantes ou missionários religiosos que o antecedeu em relatos sobre as populações nativas. Como Uchoa (*Voyage a La Martinique*); La Condamine (*Relation abrégé d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique meridionale*, 1745) e as cartas do padre Antonio Vieira.

dependeram dos conhecimentos indígenas. Contudo, a imprevidência destruiu consideravelmente a realização cultural do nativo, da qual não faziam senão uma pálida idéia, e a cuja importância não souberam dar o devido valor: *“a capacidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu meio. Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência e reprodução em seu interior”* (1996, p.83). Um armazenamento de milhares de anos compunha o estoque de informações; cada grupo indígena, levado pela peculiaridade de seus costumes, havia travado conhecimento com centenas de espécies animais ou vegetais, delas conheciam *habitats*, estações, hábitos e uma interrelação com outras espécies. Considerando a diferenciação dos grupos nativos na busca dos recursos e experiência adquirida, é lamentável a perda de um conhecimento que apenas a tradição da oralidade preservava.

Tanto quanto o estudo das plantas na aplicação da medicina, que favoreceram a botânica, a formação dos cientistas do século XVIII, aliavam às suas pesquisas laboratoriais a tecnologia, como se pode inferir das observações etnográficas do naturalista, um conhecimento prévio de anatomia e de fisiologia que o conduziram a observações da estrutura óssea do crânio, face, nariz, olhos cor da pele etc., mas, a percepção do indígena seria tarefa que a filosofia do naturalista do século XVIII não podia compreender. É, pois, a partir da “Viagem Philosophica” que encontramos esta preocupação básica, não a encontrando em seus antecedentes tão claramente. As descrições de Alexandre Rodrigues inauguram um período de viajantes naturalistas, que, ao percorrerem o Brasil de norte a sul, fomentarão um

estudo científico sistematizado, da flora, da fauna, do clima, da geografia, da etnografia e das possibilidades econômicas.

O conceito relativista de Alexandre Rodrigues, expresso na correlação dos caracteres do indígena com o asiático, aproxima-o de outro importante naturalista revolucionário das Ciências Naturais. Trata-se do essencialista⁷⁸ Buffon, que, mais que Linnaeus, estudou a diversidade das raças humanas buscando as causas e, para tanto, as atribuiu ao clima, à alimentação e aos costumes⁷⁹. Respalhando-se nas causas arroladas por Buffon é que o naturalista da “Viagem Philosophica” passa a filosofar: a Europa é toda habitada por brancos, contudo na medida que se distancia do norte e dos países frios e gradativamente se expõe ao calor do sol, pode-se observar que a pele humana torna-se aos poucos trigueira – morena. Confirma-o com os exemplos: *“os gregos , napolitanos, sicilianos e os habitantes de Córsega, da Sardenha e os espanhóis que se encontram a pouca diferença debaixo do mesmo paralelo, são indiscutivelmente mais trigueiros que os franceses, ingleses, alemães, poloneses, molvados e os demais povos do norte até a Lapônia”* (1972, p.76). Há um acentuar da cor morena na medida que se afasta da região norte até que alcança a cor negra.

⁷⁸ Essencialista: do Essencialismo; Doutrina médica antiga que considerava as doenças como independentes das funções da vida animal.

⁷⁹ Em vários momentos, o conde Buffon se posiciona dentro da doutrina de Aristóteles, aliás, afirmava do alto de sua arrogância que “Aristóteles pensava como ele” (GERBI; 1996). Com respeito ao clima e outras tantas coisas disseminadas em estratos latitudinais do pólo norte ao equador, e do equador em ordem inversa até o pólo sul, tratava-se de uma tradição fundamentada em Aristóteles, não muito longe da verdade revelada. Daí Cristóvão Colombo afirmar, que não se surpreendia com o fato dos habitantes da Bahamas e Antilhas serem bronzeados, porque da mesma cor eram também os guanchos (nas Ilhas Canárias) que viviam na mesma latitude. (CROSBY; 1993)

Conjectura o naturalista, que em toda a Ásia e nos climas temperados da África encontram-se brancos, e que somente abaixo da zona tórrida – a África –, e países vizinhos são negros. Afirma que mesmo na África há uma certa nuance na cor negra. Observa, porém, que no Novo Mundo – abaixo da mesma zona tórrida -, não os encontramos negros, ao contrário “são de uma cor de cobre ou acastanhada” e que o calor no Novo Mundo, realmente não é tão intenso quanto se poderia esperar de uma zona tórrida, e que

“para se determinar com exatidão a temperatura do clima em algumas partes do Globo, não basta medir somente a sua distância ao Equador, mas também é necessário examinar: 1º - a altura que estão sobre o nível do mar; 2º - a elevação das montanhas em que se encontram situadas ou as suas vizinhas; 3º - a extensão do país; 4º - a natureza do terreno; 5º - os ventos locais.” (FERREIRA; 1972, p.78).

Para Alexandre Rodrigues, o clima nem sempre está em correspondência com as latitudes, embora considere que no Velho Mundo, alguns países têm seu clima determinado pela posição latitudinal.

Quanto à Amazônia, cujas terras são baixas, a infinidade de rios, lagos e matas, “por mais quente que seja o ar que para ali se dirige, jamais pode deixar de se umedecer e refrescar mais do que aconteceria em outro país mais seco”. Na continuidade, pondera acerca dos ventos que sopram na América no sentido Leste-Oeste, e que estes, antes de chegarem à costa americana, refrescaram-se no mar Atlântico e, portanto são brandos.

“E por esta razão o Brasil é um país fresco e temperado em relação às latitudes correspondentes às da África, onde o calor deveria ter enfraquecido e moderado em razão de sua posição e pelas causas

mencionadas. Não só o calor mas também a cor de seus habitantes vem a diferir sendo as dos pretos mais variada que a dos brancos, pois o calor excessivo como é no Senegal e em Guiné torna os homens pretos, mais pretos. Sendo menos ativo, como sucede nas costas orientais da África, os pretos são menos pretos; e passando a mais temperado como é o da Berberia, Magol, Arábia, etc., os homens passam a trigueiros; e sendo totalmente temperado, como na Europa e Ásia, os homens são brancos” (FERREIRA; 1972, P.79).

A teoria da incidência climática de determinadas regiões sobre a pigmentação das peles vai mais além, quando Buffon⁸⁰ trabalha a degeneração das espécies a partir do Velho Mundo. Com repercussão nas relações humanas, em alguns momentos são discursos que foram tomados para a pretensa subjugação do homem pelo homem. Senão vejamos, como Alexandre Rodrigues Ferreira vai assumindo o discurso científico do século XVIII e termina por concluir que, enquanto o negro, constrangido ou não, uma vez alimentado, dá conta da sua tarefa, desde que seja trabalho de enxada ou machado, o mesmo não ocorre para as tarefas impostas pela rudeza das matas. Quanto ao gentio, suas aptidões para atividades como pescar, nadar, caçar ou remar pelos rios são de extrema esperteza. Contudo, alimentados ou não, são inimigos do trabalho; se não são alimentados não podem fazê-lo e, uma vez alimentados, mais cedo dispensam o trabalho.

“Eis aqui a conseqüência não de uma nem de duas causas somente, como julgam muitos, atribuindo uns, à temperatura do clima quente e úmido e

⁸⁰ Em 1749, Buffon publicava a obra *Histoire Naturelle*, no volume IX. Um tratado dos “Animais comuns aos dois continentes”, em que discorre longamente sobre a ‘inferioridade’ que sob seu inventário explica-se, pela condições adversas do meio ambiente americano. Num artigo posterior a “Degeneração dos animais”, aponta a possibilidade dos animais da América, dada as devidas diferenças, terem de alguma forma transitado do velho para o novo Mundo, e uma vez instalados na América tornaram-se homens e animais corrompidos, inferiores, enquanto os insetos ou animais daninhos tomaram dimensões extraordinária. (Papavero & Pujol-Luz; 1999, p. 110)

outros, a pouca substância e muita simplicidade dos alimentos. Elas procedem de muitas causas: A) de não estarem, desde que nasceram, acostumados a trabalhar, visto que o hábito ao trabalho faz dos fracos, robustos.(...).B) E o mesmo que quisessem trabalhar, os meios que facilitam o trabalho são ausentes: 1º não há instrumentos, 2º ignoram a arte da fundição e o uso dos metais úteis, 3º não se servem da ajuda de animais para diferentes usos da vida (...). C) A natureza tudo lhes oferece sem cobrar fadigas e trabalhos em troca do sustento e do regalo. D) É tão limitada a esfera de seus desejos e necessidades que na menor atividade praticada, ficam amplamente satisfeitos (...).E) A liberdade de relação dos dois sexos, onde, quando e como lhe apetece.” (FERREIRA; 1972, p.84)

No conjunto que compõe as narrativas de Alexandre Rodrigues Ferreira, encontram-se disseminadas as informações que conquanto não alcance a essência do simbolismo psicológico comportamental do nativo – objeto de estudos mais acurados pela moderna antropologia cultural –, percebe-se na sua formação de naturalista moderno, a necessidade de exteriorização nos rituais, mas sem cogitar da formação dos tabus ou os problemas concernentes à magia. Faltaram-lhe as expressões técnicas e mais um século no desenvolvimento científico. Mas do conjunto de informações zoológica, botânica e etnográfica, as observações permeiam os escritos em profusão, e não visavam aprofundar-se – não naquele momento.

Desta forma, nos intervalos das “Participações” à metrópole, juntavam-se ao “Diário de Viagem” e às iconografias dos riscadores, as “memórias” como comprovação da curiosidade de cientista. Na memória sobre o peixe Pirarucu⁸¹,

⁸¹Peixe de ocorrência mencionada em toda Amazônia – no século XVIII -, e que pode alcançar na fase adulta até 150 quilos, é hoje o Pirarucu, um peixe de pesca controlada pelo Ibama e com considerável risco de extinção.

considerado por Alexandre R. Ferreira, o bacalhau do Pará, após detalhada descrição de toda constituição anatômica na forma latinizada com dados consideráveis sobre a biologia⁸², tipo de alimentação, processo de desova, e abundância nas Capitanias do Grão Pará e Rio Negro – compreendendo hoje toda a bacia amazônica. Também o descreve segundo a etimologia indígena. Afirma que denominam-no *pirá-urucu*, devido à sua coloração, o mesmo significando entre nós, peixe pintado de urucu. Em referência à árvore que produz as sementes com as quais os nativos se pintam e que “já é muito conhecida pelos botânicos europeus, sob a denominação de *Bixa orellana*” (FERREIRA; 1972, p.13). Do peixe boi, o paladar aproxima-o do Atum do reino – Portugal – e as tartarugas descreve-as – nas suas quatorze variedades, bem como dos vários processos de capturá-las -, como “*vaca cotidiana das mesas portuguesas*”. (Ibidem, p.13)

Quanto à responsabilidade de estudo, classificação e organização do material recolhido, atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira, independentemente da falta de disponibilidade de tempo, é preciso ressaltar que um trabalho desta ordem requer um grande contingente de cientistas especializados em diversas áreas - botânicos, zoólogos, geólogos entre outros. Para se ter uma idéia, o naturalista alemão Alexander von Humboldt, que realizou expedição pela América Equinocial (1799-1804), retornando à Europa abandonou todos os compromissos que até então desempenhara junto ao governo alemão e à universidade, para se dedicar por vinte

⁸² Segundo Heraldo Britski e José de Lima Figueiredo, ictiólogos do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, se a publicação da *Memoria sobre o peixe Pirarucu*, tivesse ocorrido antes de 1829 –ano em que Cuvier e Agassiz, publicaram a descrição desse peixe -, a autoria seria de Alexandre Rodrigues Ferreira, uma vez que apresenta-se em latim e na nomenclatura binominal, conforme regras estabelecidas internacionalmente para a nomenclatura zoológica. (Ferreira; 1972, p.16)

anos ao estudo e à pesquisa dos materiais por ele coletados, um exaustivo trabalho no qual foi assessorado por ilustres cientistas.

Numa reprodução da lista “*dos animais que fazem objeto das caçadas e das pescarias dos Índios*” (GOELDI:1982;53), o suíço, também naturalista, Emílio Goeldi, afirma que alguns equívocos nas classificações feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira são seguramente criticados pelos naturalistas modernos; como por exemplo em relação à Capivara (*Hidrochoerus capibara*), colocada entre os paquidermes, juntamente com os porcos, classificação dada pela semelhança que o grande roedor apresenta à primeira vista. No que se sabe, a classificação dos mamíferos, das aves, dos peixes entre outros, muito teria ou tem para ser observado enquanto válido até hoje. Afinal, embora o naturalista baiano deixe claro que o acompanhava em sua “Viagem Philosophica” o “*Systema Naturae*” de Carl Linnaeus (1707-1778), assim como as “*Planches enluminés*” sobre as aves de Buffon (1770-1786), a sistemática binominal lineana – ainda hoje empregada pelos botânicos e zoólogos –, era recente, além do quê, a responsabilidade dos ofícios a serem enviados para a Coroa não lhe permitiram um estudo mais detido da nomenclatura de Linnaeus, o que almejava fazer no retorno a Portugal, para a sonhada publicação que não aconteceu.

Interesses políticos e econômicos da Coroa à parte, é inegável o caráter científico da Expedição Portuguesa à Amazônia, levada a efeito pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira e sua equipe enviados ao Brasil, para a pesquisa de campo. Com todas as dificuldades, percalços e limitações, foi a primeira grande expedição científica portuguesa à Amazônia, que em si mesma evocou o exercício

da ciência Iluminista, quando então, o naturalista esboçou em suas observações seguir a sistemática de Linnaeus, obra que figurava na biblioteca selecionada para a “Viagem Philosophica”⁸³. O resultado destes nove anos de trabalho, nos coloca diante de uma atmosfera intelectual, e não é possível entender o pleno sentido de seu trabalho como naturalista e inspetor – das suas observações, conceitos e relatos das coisas e dos homens do Brasil – sem nos reportarmos ao ambiente e momento de fecunda produção científica do século XVIII. “*Quais foram os problemas científicos de seu tempo? Quais foram os instrumentos conceituais e técnicos de que dispunha na sua busca de uma solução? Quais foram os métodos que ele pôde utilizar? Que idéias predominantes na sua época orientaram a sua pesquisa e influenciaram as suas decisões?*” (MAYR;1998, p.21).

Dado o caráter ambicioso da Expedição Portuguesa, no qual se inscreve como a primeira investigação científica realizada sobre povos, fauna, flora e recursos naturais pela região amazônica, o naturalista alemão von Humboldt abriu um parêntese nos seus registros para uma observação extremamente pertinente. Ao tecer considerações das dificuldades de uma expedição pelas selvas, faz o que podemos chamar, de menção honrosa para o naturalista que antecedeu não somente a expedição que deu origem ao seu “*Quadros da Natureza*” de (1799-1804), como também as “*Viagens pelo Brasil*” de Spix e Martius (1817-1829) e a “*Expedição Langsdorff*” do Barão von Langsdorff (1821-1829). Trata-se de Alexandre

⁸³Equipamentos para a expedição “Viagem Philosophica”: uma cozinha de campanha; um laboratório portátil; apetrechos de caça e pesca; uma arca de medicamentos; uma biblioteca com 11 livros contendo, um mapa da bacia fluvial Amazônica; uma cópia manuscrita do diário de viagem pela capitania do Rio Negro, do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio (1775); as clássicas obras de Piso e Marcgrave (séc.XVII – Brasil holandês); obras de Linnaeus e Buffon.

Rodrigues, autor de a “*Viagem Philosophica*” (1783-1792), um naturalista brasileiro que percorreu 39.372 Km pelas então Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, cobrindo, dessa forma, uma grande parte da área que é atualmente designada por bacia amazônica. Pode-se considerar que o ostracismo e desencanto no qual morreu o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, em Portugal, execetando o reconhecimento de Humboldt de sua importância e contribuição para a ciência, qualquer homenagem ao naturalista brasileiro só seria feita *a posteriori in memoriam*.

Dentro de um contexto político econômico e cultural, diante das circunstâncias em que se viu impelido, Portugal, finalmente reconsidera sua posição com respeito às expedições, até então, uma tarefa mais voltada para a consolidação da ocupação do território. No período em que as investigações científicas de Alexandre Rodrigues Ferreira iniciaram – final do século XVIII –, Portugal, que conhecera um ápice econômico com a mineração aurífera e diamantífera, buscava alternativas econômicas que suprissem a redução da produção mineral. Essas podiam ser encontradas na utilização dada aos enormes recursos naturais disponíveis, principalmente na colônia de além-mar, que antes de tudo precisavam ser conhecidos e estudados. Pode-se inferir das afirmativas acima arroladas, que a “*Viagem Philosophica*” veio inaugurar uma nova postura, mais utilitária e científica, de apreensão da natureza brasileira. Não por acaso, o diário da expedição é pontuado por uma freqüente preocupação com a economia social, um direcionamento de orientações para a agricultura com tratados de utilização do solo e experiência com a introdução de plantas exóticas de interesse para a Coroa.

Da índole colonizadora do europeu, uma carta de recomendação que viajava com Alexandre Rodrigues chama a atenção e dita as ordens do 'imperialismo ecológico' da qual se fez reconhecido por onde passa; das Índias Orientais às ilhas de Açores, Madeira e Canárias até alcançarem o Novo Mundo, cabendo-lhe, portanto, a função de estudar as adaptações de certas plantas na Amazônia.

“P.S. O sobredito Dr. Alexandre Rodrigues leva uma porção de semente de linho canhamo, que deve semear em diferentes lugares e em diferentes tempos, sendo da maior importância a introdução d’esta cultura n’essa capitania, de V.S. tomar um particular cuidado em a promover e animar por todos possíveis” (EXPEDIÇÃO do Naturalista; 1892, p.230).

A tentativa de introdução da cultura do cânhamo (*Canabis sativa*) no Brasil, é mais um dos inúmeros episódios referentes às plantas exóticas para a aclimação nos trópicos. A planta de grande importância na época, uma vez que o material retirado de seu caule – fibras –, tinha utilidades variadas para a fabricação de cordames, livros e velas dos navios, não surpreendendo a insistência e esperança de cultivá-lo na colônia. Em resposta à incumbência, o naturalista narra as condições do solo que, por ser barrento e misturado a água salobra, não acredita no sucesso de tal empreitada.⁸⁴ Segundo suas considerações tratava-se de terras sem qualquer serventia para o cultivo a menos que se fizessem “*córtes*” - referia-se talvez a algum procedimento de drenagem. Mas, garantiram-lhe que fora da cidade há terras boas para o plantio em assim sendo, procurará a terra adequada para nela “deitar” as sementes. A título de experiência, utilizou uma faixa de terra, espécie de tabuleiro,

⁸⁴ Alexandre Rodrigues Ferreira, refere-se ao solo da região de Belém do Pará, como uma terra salgada, imprópria para a agricultura, uma afirmação que não se justifica. Segundo estudos, o teor de sal é desprezível, não se constituindo empecilho para o desenvolvimento de plantações que ocorrem até próximas ao oceano (SIMOM, Willian).

que existe dentro da cidade. Preocupa-se com as condições das águas dos rios misturadas às águas salgadas, porque segundo sua avaliação, tal qualidade inviabiliza o trabalho de lavagem do talo do cânhamo, até que se retire a goma da fibra, processo pelo qual tem de passar para separá-las.

Martinho de Mello e Castro, ao encerrar a carta de recomendação à chegada de Alexandre Rodrigues Ferreira, pontua as últimas ordens administrativas, e encerrando a carta com um “*Deos guarde a V.S. Martinho de Souza Albuquerque*”, em seguida descreve uma lista de animais que devem ser enviados juntamente com as demais produções do naturalista Alexandre, são eles:

“Dois jacarés, dos maiores, bem preparados e com as suas cabeças, metidos em caixas de páo por conta da conservação na passagem.

Duas giboias, também das maiores.

Duas tartarugas, também das maiores.

Toda casta de passaros vivos, grandes ou pequenos, assim de terra como aquaticos, metidos em gaiolas ou viveiros, muito racommendados aos capitães para que não morram no mar.

Os mesmos passaros mortos, preparados para o Muzeo.

Macacos ou saquis amarellos, côr de perola ou de outras côres, que não sejam dos ordinarios.

Os ditos jacarés, giboias e passaros mortos se devem entregar ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira para que elle os faça preparar como entender, e que possam vir juntamente com todas as mais produções naturaes de que o mesmo Dr. Alexandre vae incumbido” (EXPEDIÇÃO do Naturalista; 1892, p.231).

Na extensa listagem dos animais que devem seguir para a Metrópole, é de se notar, ainda uma vez, a confirmação das discussões aqui anteriormente apresentadas acerca da preocupação em assinalar o valor das espécies, mediante um testemunho dado pelo tamanho dos animais. O autor faz uma longa discussão da pobreza da fauna da América tropical, bem como sobre a distância entre os maiores animais da América em relação aos dos velhos Continentes, além de confirmar que havia de abundante e em franca proliferação somente os insetos, entre outros animais sem utilidade, como as serpentes. Quanto à vegetação, recebem a cooperação do calor do sol, da umidade do clima, concorrendo para com a fertilidade do solo que transformam a terra em matas impenetráveis (GERBI;1992).

O que o trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira produziu e refletiu foi a intenção e o interesse do homem do século XVIII quando este se debruça sobre o estudo do meio, ou seja um mapeamento estratégico, com conhecimento da geografia, do clima e das populações. Quanto às ciências naturais, estas foram aplicadas para o conhecimento de minerais, animais e plantas. A botânica, por exemplo, ocupou uma função prática de caráter agrônomo: estudar a adaptação de certas plantas ao cultivo (no caso dos apontamentos de Alexandre Rodrigues na Amazônia), a sua utilidade enquanto fitoterápico e investigações afins. Isso pode ser confirmado pelas informações que notificam condição de fertilidade do solo e geologia, tipo de vegetação e produtos da terra para a economia extrativista, aqueles que já são comercializados ou aqueles que se apresentam como novidade de aproveitamento, como a estopa da casca do castanheiro utilizada para a impermeabilização dos barcos – espécie de breu.

Por fim, os infortúnios políticos e burocráticos de Alexandre Rodrigues Ferreira têm seu início com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Após a ocupação de Lisboa pelas tropas do Marechal Junot, o Museu de História Natural de Paris recebe uma carta do Ministro do Interior da França Emmanuel Cretet sugerindo a visita de um cientista encarregado das “permutas” com as instituições portuguesas. Em 1808 chegava a Portugal Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire, o que redundou em espetacular confisco de boa parte da parcela do acervo existente. Curiosamente será Domenico Vandelli (então Diretor do Gabinete de História Natural de Lisboa) aquele que irá corroborar com a considerável espoliação francesa sob a orientação de E. G. Saint-Hilaire; trata-se o espólio de considerável dano, como pode ser avaliado pelo que oficialmente se remete no documento, transcrito abaixo.

"Le Duc d'Abrantes, General en Chef de L'amée du Potugal, autorize Mr. Geoffroy, membre de L'Institut de France envoyé par le Ministe de L'Interieur pour faire des recherches sur les objectes de Histoire Naturlle existants en Portugal et utiles au Cabinet de Paris, à enlever et faire encaisser pour être transportés en France les obejectes spécificiés dans le present... par nous depuis l'l jusqu'a 4 et comprenant 65 espèces et 76 individus de mammifères, 238 espèces et 384 individus des oiseaux, 25 espèces et 32 individus de reptile et 89 espèces et 100 individus de poissons. Le Directeur du Cabinet Mr. Vandelli donnera à Mr. Geoffroy toutes les facilités qui dependront de lui pour les objects, et la présente ordre restera desposée entre les mains de Mr. Vandelli pour as decharge. Lisbonne, le 3 juin 1808__ Le Duc D'Abrantes" (FERREIRA:1972;6).

Posteriormente, alguns trabalhos de naturalistas serão atribuídos à usurpação das memórias de Alexandre Rodrigues. O também naturalista Emílio Goeldi, em estudo e publicação que fez de parte da publicação dos originais de A. R. Ferreira ,

em 1895, acusa o zoólogo francês Geoffroy Saint-Hilaire de praticar “pilhagem” com os materiais de A. R. Ferreira: nada menos que 19 espécies de macacos vindos do Brasil, e que em Paris, foram classificados pelo zoólogo francês sem qualquer referência ao Naturalista brasileiro. O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*); o boto vermelho (*Inia geoffrensis*); aves como o nosso pavão-do-mato, anambé-preto ou toropixi (*Cephalopterus ornatus*), não passaram despercebidos a Alexandre Rodrigues, a quem deveria caber a primeira descrição, o que se pode provar examinando seus álbuns, algumas estampas ainda inéditas, mas que confiscadas, caíram nas mãos do zoólogo francês, que as classificou (TEIXEIRA:1992), (CRULS:1976) e (GOELDI:1895).

Embora os manuscritos e a iconografia com a queda de Napoleão retornassem oficialmente a Lisboa, o saque promovido pela ocupação francesa ocasionou um esfacelamento do mesmo, visto que rapidamente dispersou-se pelas várias instituições e particulares; alguns dos materiais teriam sido encontrados nas mãos de particulares conforme declaração de José Vicente Barboza, do Museu Bocage em Lisboa. Dado o percurso bem como o tempo de dedicação de Alexandre em tal empreitada não é difícil supormos hoje que, embora o material conhecido seja de um volume astronômico, este seja apenas uma pequena fração da obra original que talvez esteja hoje figurando em coleções particulares ou enfeitando alguma parede como curiosidade comprada no mercado negro dos documentos históricos. É o caso de refletirmos sobre a informação de que o herbário coletado por Alexandre Rodrigues encontra-se no *Jardim des Plantes* em Paris, por sinal em péssimas condições de conservação.

De 1803 a 1815, período que inclui a Invasão francesa pelas tropas de Napoleão, o saque ao Museu e às obras de Alexandre R. Ferreira, até sua morte, ficou em silêncio, silêncio este quebrado por uma notícia ou outra dada por aqueles que o admiravam ou por aqueles que se defendem de alguma dívida moral para com o naturalista. O naturalista, que sobreviveu a 39.000 quilômetros pelas matas inóspitas, espreitado pelos perigos dos assaltos dos “gentios”, dos animais e patógenos, deixou-se vencer pela melancolia, entregando-se a um entorpecimento dos sentidos através do alcoolismo. Um final que, durante algum tempo, seus biógrafos, qualificando de desgosto ou melancolia (CABRAL:1876, GOELDI:1892, ROQUETE-PINTO:1933, CORRÊA:1939), evitaram esclarecer, talvez por não acreditarem que a condição humana está descolada do homem de ciência.

Ao que pese a responsabilidade de Vandelli – de certa forma confirmado pela sua ‘fuga’ ou banido (?) para a Inglaterra – no saque que representou a Invasão francesa para o naturalista Alexandre R. Ferreira, dada sua omissão, ou se quisermos conivência, uma vez que os materiais volumosos não havia como impedi-los, mas quanto aos manuscritos, principalmente a descrição da *Flora Paraense* – que nunca voltou da França –, era possível impedir que se transformasse em espólio de guerra. E a acusação de A.R. Ferreira ao desleixo de Julio Mattiazzi, para com o material que ele coletou e enviou da colônia para o Museu da Ajuda, não pode realmente ser ignorada; sabemos o que significa um herbário atirado em qualquer canto e como é fácil as etiquetas se perderem, e, uma vez que não houve preocupação imediata de reposição, o que representa tal troca em milhares de espécimes vegetais e/ou animais.

Contudo, quando aconteceu a Invasão das tropas napoleônicas em Portugal (1808), já se iam quinze longos anos de regresso de Alexandre Rodrigues a este país; quinze anos em que jaziam as coleções da Amazônia brasileira acumuladas no Real Gabinete de História Natural de Lisboa, à espera do trabalho de identificação. Portugal, vivendo uma política de absolutismo e sigilo, não conseguiu acreditar na importância que resultaria para a Ciência – e para a própria nação – o estudo e classificação dos materiais coletados na Amazônia, e o reconhecimento devido ao naturalista com a publicação.

Quanto à responsabilidade de estudo, classificação e organização atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira, independentemente da falta de disponibilidade de tempo, é preciso ressaltar que um trabalho desta ordem, mesmo naquela época, já requeria um grande contingente de cientistas especializados em diversas áreas – botânicos, zoólogos, geólogo entre outros. Basta lembrarmos do exemplo do alemão Alexander von Humboldt, que realizou expedição pela América Equinocial (1799-1804), e, retornando à Europa, abandonou todos os compromissos que até então desempenhara junto ao governo alemão e à universidade, para se dedicar por vinte anos ao estudo e à pesquisa dos materiais por ele coletados, um exaustivo trabalho no qual foi assessorado por toda uma equipe de especialistas.

Com pertinência o professor titular do Museu Nacional – José Candido de Melo Carvalho –, por ocasião da publicação das *Memórias de zoologia e botânica* (FERREIRA;1972), na introdução reitera a importância de tais publicações. Ao mesmo tempo, como naturalista, afirma ter percorrido boa parte dos locais mencionados por Alexandre Rodrigues Ferreira, e pôde desta forma precisar a

fidelidade de seus relatos, mesmo que tenhamos que abrir um parêntese para uma Amazônia já distanciada por mais de duzentos anos de tais relatos. Como pode ser avaliado, decorridos os quinhentos anos de “descobrimento” e, pelo menos, três séculos de ocupação com sistemático extrativismo, muitas das espécies que abundantemente eram (ou são?) depredadas, hoje estão incluídas na ‘Lista Oficial das Espécies de Animais e Plantas Ameaçadas de Extinção no Brasil’.

6. Referências Bibliográficas

6.1. Fontes documentais

SAA, Joseph Barbosa de. *Dialogos Geograficos Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Saa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba* - Anno de 1769 oferécidos. Manuscrito depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 436 fólhos.

6.2. Fontes impressas

ANTONIL, Pe. André João. *Cultura e Opulência do Brasil (1711)*. Introd. e voc. Alice Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967.

ARAUJO, Domingos Lourenço de. *Notícia 3ª prática dada pelo Capp.m Domingos Lourenço de Araujo ao R. P. Diogo Soares sôbre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai e as tropas, que vinham para S. Paulo no ano de 1730 &c.* Da coleção do Padre Diogo Juarez, S.J. (Biblioteca de Évora). In *Relatos Monçoneiros*: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

BAIÃO, Antonio. Documentos inéditos sobre João de Barros; sobre o escritor, seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador, e sobre os continuadores das suas 'Décadas'. Lisboa: *Separatas do Boletim da Acadêmia de Ciências de Lisboa*, 1917.

BARBOSA, Cônego Januário da Cunha. Informação sobre o modo por que se efectua presentemente a Navegação do Pará para Mato-Grosso, e o que se póde estabelecer para maior vantagem do commercio, e do Estado. Copiado d'um manuscripto offerecido ao Instituto pelo Secretario Perpetuo o Conego Januario da Cunha Barbosa. *Revista do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo Segundo, p. 291-314, 1916.

BIBLIA SAGRADA. Gênesis. Tradução dos originais mediante versão dos monges de Maredsous (Bélgica). Ed. Ave Cristo. São Paulo, 1978.

BUENO, Eduardo (Org.). *O Descobrimto das Índias*. O Diário da viagem de Vasco da Gama. Tradução: Ângela Ritzel. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CABRAL CAMELLO, João Antonio, Capitão. "Notícias Praticas do Cuyabá e Goyazes, na Capitania de São Paulo e Cuyabá que dá ao Rev. Padre Diogo Soares o Capitão João Antônio Cabral Camello sobre a Viagem que fez às Minas do Cuyabá no Anno de 1727". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. IV.

CABRAL CAMELLO, João Antonio, Capitão. *Notícia 2ª prática do que lhe sucedeu na volta, que fez das mesmas minas para São Paulo*. In Relatos Monçoneiros: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

CABRAL, Alfredo do Valle. Alexandre Rodrigues Ferreira, notícias das obras manuscritas e inéditas relativas á Viagem Philosophica. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.1, 1876-1877.

CÓDIGO PHILIPPINO ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'El Rey Dom Philippe. Rio de Janeiro: Tip. Do Instituto Philomático, 1870.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*, as quatro viagens e o testamento. Tradução: Milton Tersson. São Paulo: Coleção L&PM, 1979.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, s/d.

DIÁRIO do Rio Madeira. Viagem que a Expedição Destinada à Demarcação de Limites fez do Rio Madeira até Villa Bella, Capital do Governo do Matto Grosso, 1781. *Instituto Histórico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 4º Trimestre, p.397-432, 1857.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. *Edição do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1901.

ENCICLOPÉDIA, ou Dicionário Raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios: por uma sociedade de homens letrados, 1789. *Discurso Preliminar e outros textos: Diderot e D'alembert*. Tradução: Fúlvia Maria Luiza Moreto. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, [s/d].

FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral/ Luís Gomes Ferreira; organização Júnia Ferreira Furtado – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil*: Rio de Janeiro, Tipografia de Pinheiro e Cia, 1880.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1989.

JUZARTE, Theotônio José. *Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá Relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios*,

seu curso, sua distância, e de todos os mais Rios, que se encontram, Ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de Março de 1769. Escrito pelo Sargento-Mór Theotônio José Juzarte. São Paulo: Edusp, 2000.

MENESES, Rodrigo César de. *Notícia 6ª prática E relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas.* In Relatos Monçoneiros: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

MESQUITA, José Barnabé de. Descrição dos bens do licenciado José Barbosa de Sá, transcrita fielmente do Inventário de Bens perante o Juiz de Órfãos de Cuiabá no ano de 1776. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* Cuiabá: tomo XVII-XVIII, ano IX, 1927, p. 45-57.

ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. *Carta de um passageiro de Monção (1785).* Da coleção do Padre Diogo Juarez, S.J. (Biblioteca de Évora). In Relatos Monçoneiros: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

PALACIO, Francisco. *Roteiro de São Paulo p^a. as minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no anno de 1726.* 22 f. IEB, Mss. 4 a 18.

PAPAVERO, Nelson e TEIXEIRA, Dante Martins. Do Rio de Janeiro à Cuiabá: Notícias sobre os produtos naturais do Brasil, por um autor anônimo do século XVIII. 1. Introdução e Capítulo I: "Notícias das flores mais notáveis e conhecidas q' há no Brazil, com a denominação de outras muitas q' há nos matos, campos e serrados. *Revista anual Historia Naturalis*, Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999 (3), p. 1-19.

PAPAVERO, Nelson, TEIXEIRA, Dante Martins, RAMOS, Maurício de Carvalho. *A "Protogaea de G. W. Leibniz (1749) Uma teoria sobre a Evolução da Terra e a Origem dos Fósseis.* São Paulo: Plêiade, FAPESP, 1997.

PARÉ, Ambroise. *Monstruos y prodigios 1585.* Introducción, traducción y notas de Ignacio Malaxecheverría. Madrid: Editorial Siruela, 1987.

PASTELLS, Pablo P^e. *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*, Madrid, 1912, I.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação.* Transcrição de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

RALEIGH, Walter. *History of the World.* London, 1614.

ROLIM, D. Antonio. *Relação da viagem que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá em 1751*. Da coleção do Padre DIOGO JUARES, S.J. (Biblioteca de Évora). In *Relatos Monçoneiros*: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

ROUSSEAU, F. *L'idée missionnaire aux XVI et XVII siècles*. Les doctrines, les méthodes, les d'organisation. Paris: s/e, 1930.

SAA, Joseph Barbosa de. *Relaçam das povoações do Cuyabá e Matto Grosso de seos princípios thé os presentes tempos*. Anais da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1901.

_____. *Relaçam das povoações do Cuyabá e Matto Grosso de seos princípios thé os presentes tempos*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 1975.

SANTOS, Fernando Pio dos. *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano: 1535-1935*. 2v. Recife:Arquivo Público Estadual João Emerenciano, 1994.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas do Cuiabá*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1889-1890, vol. IV.

SPALLANZANI, Lázaro. *Esperiencias para servir a la Historia de la Generación de animales y plantas*. Buenos Aires: Emecé editores,1945.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoneiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VALMASEDA, D. Carlos de los Rios. *Notícia 4ª prática vinda da cidade do Paraguai à nova colonia do Sacramento com aviso da venda, que fizeram os paiaguas dos cativos portugueses naquela mesma cidade, e escrita por D. Carlos de los Rios Valmaseda*. Da coleção do Padre Diogo Juares, S.J. (Biblioteca de Évora). In *Relatos Monçoneiros*: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Padre João d'Almeida*, Lisboa, 1658.

6.3. Livros, teses e artigos

A NOVA LUSITÂNIA: A Cartografia do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional: Disponível em: BN. <http://www.bn.pt/obras/cartografia/index.html> . Acesso em: 02 janeiro 2002.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colônia: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ALBRIGHT, W. *From the stone age to Christianity*. New York: American press. 1957.

ALONSO, Sanchez. *Fuentes de la Historia Española e Hispano-americana*. Vol II Madrid: Ediciones de España, 1952.

AMEAL, João. *História de Portugal*. Portugal: s/e, 1942.

AVELLAR, Alcântara H. *História Administrativa do Brasil. Administração Pombalina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1983.

BALLESTEROS, Manuel. *Escritores de las Indias*, Tomo II . Saragoça: S/E, 1947.

BALLESTEROS, Manuel. *História de Espanha: A conquista da Terra*. Lisboa: Biblioteca Básica Verbo, 1948.

BARÃO DE MELGAÇO. Apontamentos para o Dicionario Chorographico da Provincia de Mato Grosso. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo 47, 1884, p.306-504.

BARSA Enciclopédia. Rio de Janeiro. Enciclopédia Britanica Editores Ltda. Rio de Janeiro – São Paulo, vol. 1, 1981.

BASÍLIO MAGNO, S. *Homilias escogidas de San Basílio el Grande*. Biblioteca de autores gregos e latinos. Barcelona, 1915.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

BERNAND, Carmem; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: Da descoberta à conquista, uma experiência Européia, 1492-1550*. Tradução: Cristina de murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

BERNAND, Carmem; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: Da descoberta à conquista, uma experiência Européia, 1492-1550*. Tradução: Cristina de murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

BOORSTIN, Daniel J.. *Os Descobridores: de como o homem procurou conhecer a si mesmo e ao mundo*. Tradução: Fernanda P. Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BOSI, A. "Vieira ou a cruz da desigualdade". In: *Dialética da colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma Antiga*. São Paulo: Art Editora/Círculo do Livro, 1980.

BRITO, Gomes de. *História Trágico-marítma*. Lisboa: s/e, 1972.

BRUNI, Sergio de Almeida. Brasil-Holandês: uma visão prospectiva do Paraíso. In: Ferrão, Cristina; Soares, José Paulo Monteiro (Ed.). *Brasil-Holandês*. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1995, p.19-20, v.1.

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil*. A saga dos primeiros colonizadores, vol. III. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, Traficantes e Degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. vol II. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998.

CAPEL, Saez, Horácio. *O nascimento da Ciência Moderna e a América. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do Território*. Maringá; Eduem, 1999.

CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CARVALHO, L. R. de. *As Reformas Pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Editora da USP e Saraiva. 1978.

CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustracion*. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1993.

CERVANTES DE SAAVEDRA, Miguel de. *Don Quixote de La Mancha*. Tradução:Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1969.

CORRÊA, Filho Virgilio. *Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, s/d.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DE PEDRO, Áquilino. *Dicionário de termos religiosos e afins*. Aparecida, SP.: Editora Santuário, 1993.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: História da exploração e devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, C. M. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado. São Paulo: Enciclopédias e Dicionários Globo, s/d.

ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador. Volume 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *O processo Civilizador. Volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira De Cultura. Lisboa: Editorial Verbo. 1987.

ESPASA-CALPE. *Enciclopédia Universal Ilustrada*. Europeo-Americana. Madrid: Espasa Calpe. [s/d].

FALCON, F. J. C. *A época Pombalina*. São Paulo, Ática, 1982.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1996.

FEUILLET, Robert. *Introduccion à la Bible*. Tournai: Lion, 1957.

FIGUEIRAS, Carlos Alberto. João Manso Pereira, químico empírico do Brasil Colonial. *Revista Química Nova*, 1993, vol. 16, nº 2.

FILHO, Virgílio Corrêa e. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1969.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas* Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇA, E. d'O. *Portugal na época da Restauração (1952)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREI VICENTE DO SALVADOR. *História do Brasil (1627)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

FURTADO, Júnia Ferreira. *As Índias do conhecimento, ou a Geografia imaginária da conquista do ouro*. 2003 (mimeograf.)

GALINO, A. F. *Buscando un Inca*. Lima: Editorial Horizonte, 1994.

GERBI, Antonello. *La Naturaleza de las Indias Nuevas, de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo De Cultura Económica, 1992.

_____. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GNILKA, J. *El evangelio según San Marcos*. Salamanca: S/E. 1986.

GOELDI, Emilio. *Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

GOMES, Plínio Freire. *Um Herege vai ao Paraíso: Cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição 1680-1744*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GONÇALVES, F. Rabelo. *Os filólogos portugueses do século XVI*. Lisboa: Boletim de Filologia de Lisboa, vol.: IV, 1936.

HALL, A. Rupert. *A Revolução na Ciência (1500-1750)*. Portugal: Edições 70, Lisboa, 1990.

HARTMANN, Tekla. Testemunhos Etnográficos. In.: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra (Org.). *Memória da Amazônia. Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 1783-1792*. Porto, Portugal: Edições Inapa, 1991.

HAZARD, Paul. *O pensamento Europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial. Vol I. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

_____. *Monções*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IHERING, R. von. *Dicionário dos Animais do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1968.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*. Tradução: Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991.

L'ÉPINOIS, H. de. Alexandre VI. *Revue des questionnes historiques*. vol. XXIX, Paris: Ed. de France, 1881.

LARRAÍN, Jorge. A Trajetória Latino-Americana para a Modernidade. *Revista imaginário* Disponível em: http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0055-03.shtml. Acesso em: 28 janeiro 2002.

LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, jan. – dez. 1995, vol. 8, n^{os} 1-2, p. 156-61.

LEITE, Serafim. O curso de Filosofia e tentativas para se criar a universidade do Brasil no século XVII. *Verbum, revista trimestral*, Rio de Janeiro, 2 (5): 134, jun./1948.

LENKO, Karol, PAPAVERO, Nelson. *Insetos no Folclore*. São Paulo: Plêiade, FAPESP, 1996.

LURKER, Manfred. *Dicionário dos Deuses e Demônios*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MAYR, Ernst. *O Desenvolvimento do Pensamento Biológico: diversidade, evolução e herança*. Tradução: Ivo Martinazzo. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina*. Correspondência inédita do Governador e Capitão –General do Estado do Grão Pará e Maranhão

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751- 1759.(Tomos I, II, III) São Paulo: Gráfica Carioca & IHGB, 1963.

MESQUISTA, José Barnabé de. *Gente e Coisas do Antanho*. Cuibá: Prefeitura Municipal, 1978.

MODIN, Battista. *O Humanismo Filosófico de Tomás de Aquino*. Tradução: Antonio Angonese. Bauru – São Paulo: EDUSC, 1998.

MONCADA, L. de Cabral. *Um “Iluminista” português do século XVIII: Luiz Antonio Verney*. São Paulo, Liv. Acadêmica, 1941.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana: Rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*, 2 vol. Revised and Enlarged Edition, Los Angeles (USA) & Rio de Janeiro (Brasil): UCLA Latin American Center Publications University of California/ Livraria Kosmos Editôra, 1983.

MORAN, Emilio F. *Adaptabilidade Humana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *A astronomia na época dos conhecimentos: a importância dos árabes e judeus nos descobrimentos*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

NEVES, David Pereira. *Parasitologia Humana*. São Paulo: Editora Atheneu, 1991.

NOVAIS, Adauto. *A Descoberta do Homem e do mundo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

OBRAS: PL 6-7. *Institutiones divinas*. Introdução tradução e notas de E. Sánchez Salor. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

PAPAVERO, Nelson et al. *História da Biogeografia no Período Pré-Evolutivo*. São Paulo: Plêiade, FAPESP, 1997.

PAPAVERO, Nelson. LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge. ESPINOSA-ORGANISTA, David. *Historia de la Biología Comparada. Volumen III*. De Nicolás de Cusa Francis Bacon. Ciudad do México: Universidad Nacional Autónoma de México. 1995.

PAPAVERO, Nelson. PUJOL-LUZ, José Roberto. *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referencia à biogeografia. Volume IV: De Descartes a Leibniz (1628-1716)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

PAPAVERO, Nelson. PUJOL-LUZ, José Roberto. *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia. Volume V: O século das Luzes (parte I)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

PAPAVERO, Nelson. PUJOL-LUZ, José Roberto. *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia*. Rio de Janeiro: EDUR, 1997.

PAPAVERO, Nelson. PUJOL-LUZ, José Roberto. *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia. Volume IV: De Descartes a Leibniz (1628-1716)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

PAPAVERO, Nelson. TEIXEIRA, Dante Martins. RAMOS, Maurício de Carvalho. *A "Protogaea de G. W. Leibniz (1749): Uma teoria sobre a evolução da terra e a origem dos fósseis*. São Paulo: Plêiade, FAPESP, 1997.

PAPAVERO, Nelson; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge; ESPINOSA-ORGANISTA, David. *Historia de la Biología Comparada desde el Génesis hasta el siglo de las luces: volumen I. Del Génesis a la caída del imperio romano e occidente*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; LLORENTE-BOUSQUETS. *História da Biogeografia no Período Pré-Evolutivo*. São Paulo: Ed. Plêida, Fapesp, 1997.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; OVERAL, William Leslie; PUJOL-LUZ, José Roberto. *O Novo Éden: A fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000.

PERES, Damião. *História dos Descobrimentos Portugueses*. vol. II, Lisboa: Ed. Casa da Moeda. 1944.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental – Uma História concisa*. São Paulo: Martins Fonte, 1985.

PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro Silva Paes – Estruturador do Brasil meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros ou da nação Guaycuru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 1, 1839: 28-32.

PRATT, Mary L. *Os olhos do Império, relatos de viagem e transculturação*. Tradução: Jézio Hernani Bonfim. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PRESTAGE, Edgar. *Descobridores portugueses*. Lisboa: Agencia geral do ultramar: Divisão de publicações do ultramar, 1953.

RADL, E. M. *Historia de las Teorías Biológicas*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: Iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII, Suplemento, p. 969-992. 2001.

REIS, Arthur F. *Estadistas Portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948.

RIQUER, M. de. *Cervantes y el "Quijote"*. Barcelona: Gredos, 1960.

ROQUETE-PINTO, Paulo. Um Naturalista Brasileiro. *Revista Nacional da Educação*. Rio de Janeiro, n°13-14, p.20-23, out./ nov. 1933.

ROSA, Carlos e ROSA, Neuza. *Do Indivíduo ao Grupo – Para uma historia do Livro em Cuiabá* – Cuiabá: Correio da Imprensa, 1975.

SANTIDRIÁN, Pedro R. *Breve dicionário de pensadores cristãos*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1997.

SANTOS, Christian F. M. *A Estética do Feio na Idade Média. Uma Análise Semiológica*. 178 f. Relatório de Iniciação Científica (Bolsista PIBIC- CNPq) – Curso de História, UEM, Maringá, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação masculina e educação feminina no Brasil Colonial. *Revista de História*. São Paulo, jan.-mar. 1977, vol. 55, n° 109.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Ata da fundação de Cuiabá: uma análise crítica*. Cuiabá; Editora do IHGMT, 1995.

_____. *José Barbosa de Sá: patrono do Sócio Paulo Pitaluga Costa e Silva no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. s/l, s/d.

_____. *Os "Dous Livros Piquenos de Camoins", encontrados em Cuiabá, na Biblioteca de José Barbosa de Sá, no século XVIII*. Cuiabá, 1996.

SILVEIRA, Fr. Ildefonso & Reis, Orlando dos. *Escritos e biografias de São Francisco de Assis: crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*. Petrópolis: S/E, 1993.

SOARES, Luiz Carlos. O Novo Mundo e a revolução Científica nos séculos XVI e XVII. In: ALFONSO-GOLDFARB Ana M.; MAIA, Carlos A. (orgs.). *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: EDUSP. p.491-505, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. p.41-82. In *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*/ Organização Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SUSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay*. Assunção: Museo Etnográfico Andres Barber, 1978.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

_____. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

THE CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. New York: Archbishop of New York & Robert Appleton Company Online Edition Copyright, 1999.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.

VENTURA, C. Simões. *Tácito, vida de Júlio Agrícola*. Coimbra: S/E., 1917.

VERDET, Jean-pierre. *O Céu, mistério, magia e mito*. Tradução: Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 1987.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura. p. 331-386. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Organização Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado).

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. XI, Suplemento 1, p. 131-140. 2004.

ZURARA, G. E. de. *Crónica da tomada de Ceuta*. Lisboa: ed. de Esteves Pereira, 1915.

7. Anexo

7.1. Acerca do estado físico do Manuscrito de Joseph Barbosa de Saa ou tipologia da fonte documental

“Dialogos Geograficos Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Saa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba - Anno de 1769 oferécidos.”

O manuscrito encontra-se depositado nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro. Está encadernado, cujas dimensões são de 205 mm X 310 mm. Lombada em couro preto com letras em dourado muito danificada, o couro ressecou e descolou-se da encadernação ficando a mostra a parte interna da lombada composta de um papelão acinzentado. Na parte superior da lombada, em etiqueta de papel, encontra-se o número de identificação do manuscrito na seção de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: etiqueta branca com borda vermelha onde lê-se Arquivo 1.3.4. datilografado, repetindo-se a mesma etiqueta na parte inferior vê-se outra etiqueta semelhante identificando o número do referido manuscrito.

Em virtude do estado danificado da lombada lê-se na vertical superior somente 1§ HECA; 2§ CA; 3§ RTO; enquanto na vertical inferior : 1§ de Saá; 2§ gos; 3§ hicos; 4§ IHGB. Do que podemos concluir tratar-se na vertical superior dos seguintes dizeres: 1§ BIBLIOTHECA; 2§ PUBLICA ; 3§ DO PORTO e na vertical inferior: 1§ Joseph Barbosa de Saá; 2§ Dialogos; 3§ Geographicos. O fato de constar os dizeres BIBLIOTHECA PUBLICA DO PORTO e as iniciais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na lombada nos leva a crer que este manuscrito

trata-se de uma cópia fidedigna dos escritos de Joseph Barbosa Saá, haja visto no fólho 462 encontrarmos os seguintes dizeres: “NB Esta Cópia foi extrahida do Codice Miss. nº 235 existente na Real Bibliotheca Publica da Cidade do Porto.” e do mesmo ter sido encadernado no Brasil (provavelmente em meados ou fim do século XIX), haja vista o I.H.G.B. ter sido fundado em 1838.

A capa encontra-se muito danificada, estando esta e a contracapa completamente descoladas do volume, à esquerda da capa (e direita da contracapa) há uma tira de couro (extensão da lombada) de aproximadamente 70 mm, nos cantos da capa (de forma triangular) encontramos tiras de couro, e no restante da capa (em forma de trapézio) um papelão de textura mesclada.

O manuscrito conta com uma dedicatória e duas partes, sendo a primeira composta de uma dedicatória a Luiz Pinto de Souza Coutinho, Capitão e General de Matto Grosso e Cuyaba e 10 diálogos; a segunda parte contem 11 diálogos e um capitulo especial: uma oração a Santíssima Virgem Maria, estando os mesmos na seguinte ordem e numeração:

Dedicatoria a Luiz Pinto de Souza Coutinho, Capitão e General de Matto Grosso e Cuyabá.....	1
Dialogo 1º Sobre a ideia de Deus e seus attributos.....	2
II 2º Sobre a criação do Mundo.....	22
II 3º Continuação da mesma materia.....	40
II 4º Descrição da America Septentrional.....	55
II 5º Descrição da America Meridional.....	81
II 6º Descrição da America Portugueza.....	103
II 7º Continuação do mesmo assumpto.....	119
II 8º Descrição das diferentes raças, uso e costumes dos naturaes	

da America.....	132
II 9º Continuação da mesma materia.....	146
II 9º Descrição dos usos, costumes e nações a que pertencem os individuos que se tem introduzido na America	169
II 10º Descrição da America Septentrional.....	181
Segunda parte dos mesmos Dialogos.....	220
Dialogo 1º Dos Elementos do Mundo.....	221
II 2º Do Reino mineral.....	254
II 3º Continuação da mesma materia.....	274
II 4º Do Reino animal (animais terrestres).....	302
II 5º Continuação da mesma materia.....	331
II 6º Idem (animais volateis).....	363
II 7º Idem (animais aquaticos).....	387
II 8º Do Reino Vegetal (arvores, plantas, arbustos).....	401
II 9º Continuação da mesma materia (flôres).....	427
II 10º Idem (fructos).....	434
II 11º A'cerca dos differentes productos de que se extraem aromas.....	449
Oração a Santissima Virgem Maria.....	456

A numeração diz respeito ao número de fólhos⁸⁵, e não de páginas, sendo que o manuscrito encerra-se no fólho de número 463, o que totaliza 926 páginas.

No fólho de número 1 no canto superior direito encontra-se a seguinte numeração a lápis 1,3,4. e F. 463, o que remete ao numero de arquivo e volume de fólhos do manuscrito. No canto superior esquerdo do mesmo fólho uma inscrição a lápis: *3 polco Hars C/C*. Do fólho 1 ao fólho 3 no canto inferior há furos causados por traça. Ainda no fólho 1 no canto superior direito lê-se em alto relevo "Instituto

⁸⁵ Cada fólho equivale a (2) duas páginas.

Historico e Geographico Brasileiro”. Entre os fólhos 225 e 226 a encadernação cedeu, onde observa-se então a costura da encadernação feita em linha. Do fólho 460 a 463 também há furos causados por traça em quase toda a extensão interna (próximo à costura da encadernação).

A caligrafia varia de razoável a difícil entendimento, escrita em bico de pena, por vezes a letra “z” pode ser confundida com a “v” ou “s”, a “n” e “m” com o “u”, o “y” com “j”, a “o” com a “a” o mesmo ocorrendo com o “g” se assemelhando a “j”, e a “l” (*i* maiúsculo) com J (*j* também maiúsculo). Os fólhos encontram-se amarelados e ressecados, o que requer um manuseio cuidadoso.

Olhando-se a contra luz observa-se uma marca d’água nos fólhos, e, em todo o documento encontram-se dois tipos de marca d’água (que identifica a marca do fabricante e o fato de que foram usados dois tipos de papel), no primeiro caso lê-se em caixa alta (fonte do tipo stencil) ALMASSO PRADO; e no segundo caso (também em fonte do tipo stencil) THOMAR, neste último a marca d’água com o nome do papel se encontra no centro inferior, sendo que no centro da página a marca d’água apresenta também uma iconografia: três ramos de uma planta dispostos de modo a formar um asterístico, estando atados por uma espécie de laço de fita, nos três ramos (da esquerda para direita) podemos contar sua folhagem, que são, respectivamente 9, 8, 9 pequenas folhas de forma elíptica.

As dimensões das margens dos fólhos são: margem inferior 18 mm; margem superior 22 mm; margem esquerda 45 mm margem direita 10 mm. As linhas possuem em média 7 mm X 155 mm. Do fólho 1 ao 219 cada página contém 33 linhas, do fólho 220 a 463 contam-se 34 linhas.

7.2. Léxico dos Personagens Históricos, Literários e Mitológicos dos Dialogos Geograficos, Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Saa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyabá Anno de 1769.

Abel – Segundo filho de Adão e Eva. Segundo o livro Gênese era pastor e por Deus era abençoado por servi-Lo com retidão. Caim, seu irmão mais velho, matou-o por inveja. Aqui também cabe a reflexão teológica em forma de história escrita sobre a inspiração divina. Trata-se de narrações dos primeiros capítulos do livro Gênese que não são históricas no sentido literal. (De PEDRO, 1993)

Abraham – Abraão foi o primeiro dos grandes patriarcas de Israel, escolhido por Deus como pai do povo da promessa: em sua descendência seriam abençoadas todas as nações. Abraão é o único personagem do Antigo testamento que é chamado de “amigo de Deus”. É, junto com Moisés, figura exponencial do Antigo Testamento. (ESPASA-CALPE; [s/d]).

a Costa, Joseph, Pe. Jesuíta – Nasceu em Medina do Campo na Espanha em 1540, e morreu em Salamanca em 15 de fevereiro de 1600. Sua formação básica deu-se em um Colégio Jesuíta. Posteriormente lecionou teologia em Colégios Jesuítas na Espanha. Estudou na universidade de Alcalá, e posteriormente fez doutorado em teologia. Em 1590 publicou a obra *História Natural y moral de las Índias*, nela contestava a teoria da ponte intercontinental que uniria a Europa à América. Para José da Costa o mais racional era que o continente americano estaria ligado em alguma parte ao velho mundo. Desta forma, a não consistência do continente da Atlântida poderia ser substituída pela aproximação dos continentes através de um estreito, nela animais e homem do Velho Mundo teriam acesso à América. Embora as cartas deste período colocassem o estreito entre a América do Norte e Ásia, demonstrando total ignorância do extremo norte da América, José da Costa já eventuaava a existência do estreito de Bering. Analisando a distribuição dos animais de terra firme, da Costa considerou que os mesmos não poderiam ter sido transportados em naus ou nadando, que a locomoção fora por terra:

Hay en la America y Pirú muchas fieras, como son leones (...); hay tigres muy crueles (...) hay osos, aunque no tantos, hay javalíes; hay zorras innumerables. De todos estos géneros de animales, sí quisiéramos buscarlos em la isla de Cuba o en la Española o en Jamaica, o en la Margarita, o en la Dominica, no se hallara ninguno. (Apud PAPAVERO et al., 1997, p. 45)

Para Papavero et al. (1997), a conjectura de José da Costa refuta a idéia da Atlântida, retomando-a no livro quarto de sua obra, quando comenta os representantes da fauna da América e reafirma sua hipótese biogeográfica. Não resta dúvida que a genialidade do jesuíta José da Costa inspiraria as teorias biogeográficas comparativas do Velho e Novo Mundo, retomadas por Conde de Buffon no século XVIII (ROUSSEAU, 1930; PAPAVERO et al., 1997).

Adam – Adão – Uma das muitas palavras hebraicas que significam “homem” de forma genérica, embora se empregue como nome próprio dado ao primeiro homem. (DE PEDRO, 1993.)

Afonso Quinto, El-Rei, D. – Nascido em Sintra a 15 de janeiro 1432 e falecido em 28 de agosto de 1481, foi o décimo segundo rei de Portugal, filho de D. Duarte e D. Leonor de Aragão. Ainda na infância assistiu às lutas que sua mãe teve de travar para manter a coroa herdada do pai, D. Duarte, que morrera em 1438, até que o infante D. Pedro tomou conta do governo e a rainha de se refugiar em Toledo, onde morreu. Seu tio lhe deu uma educação literária, artística e militar, tal educação ficou refletida no apreço que D. Afonso iria cultivar pelos livros durante sua vida. Casou em 6 de maio de 1447, com sua prima, D. Isabel, filha do infante D. Pedro e D. Isabel, filha do conde de Urgel. A partir de 1446 toma conta do governo, embora sob tutela de D. Pedro, que dois anos depois (1448) dispensa seus serviços. Porém, as intrigas do duque de Bragança e seu filho 10º conde de Barcelos, unidos ao arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, fizeram com que o infante abandonasse a capital e resistisse à passagem das forças armadas do duque pelos seus feudos, querendo vir armado justifica-se ao monarca em 1449. O resultado que a ação de D. Henrique acabou por precipitar foi à batalha de Alfarrobeira, na qual o rei quis submeter à força seu tio, que passou a ser considerado um rebelde. Pretenderam os rivais divorciar o rei de sua mulher, mas este se manteve fiel à rainha, com o qual

teve três filhos: D. João, que morreu criança, a princesa Sta. Joana e o príncipe D. João, que o sucedeu. Sendo um cristão fervoroso, Alexandre V, após queda de Constantinopla, atendeu ao apelo da Cruzada, do Papa Calisto III (1456), preparando um grande exército e cunhando cruzados de ouro com mais de dois gramas de peso, para que pudessem circular por toda parte. Dissolvendo-se a campanha no Mediterrâneo, por desinteresse de quase todos os príncipes cristãos, Alexandre V rumou para o continente africano, tomando Alcácer Seguer em 23 de outubro de 1458. Em 24 de agosto de 1471, depois de fracassadas as campanhas de 1463 à 1464, entrou em Arzila e logo depois em Tânger, recuperando os restos mortais do infante santo D. Fernando. D Afonso V, fez valer o título de Africano.

Foi também um grande promotor de descobrimentos ultramarinos por parte de Portugal. Enquanto foi vivo, D. Henrique (1460), amparado pela regência de D. Pedro, e depois pelo rei D. Afonso V, bem como sob a égide de seu irmão D. Fernando. Em seu reinado, desde a povoação dos Açores até a passagem do cabo Catarina, no golfo da Guiné, e descoberta das ilhas de S. Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó, e para oeste das ilhas ocidentais de Cabo Verde, o esforço explorador, embora com intermitência é fato. O resultado econômico das explorações, quanto à costa marroquina e golfo da Guiné é considerável, embora nem a Coroa nem o infante D. Henrique se tornassem verdadeiros beneficiários, dada às despesas de monta feitas. Por outro lado, a política financeira do Africano foi, até certo ponto, comprometida pela sua desregrada liberalidade em doações, bem como a alienação de bens da Coroa ou com as festas dos casamentos de sua irmã D. Leonor e do príncipe D. João, além dos gastos consideráveis nas campanhas africanas. Do ponto de vista intelectual Alexandre V incentivou várias atividades da Universidade de Lisboa, de que foi protetor, bem como dando auxílio financeiro a Fernão Lopes. Também foi grande incentivador da astronomia e táticas militares no Reino (PERES, 1944).

Afrodicio, Alexandre – Alexandre de Afrodísia foi o mais célebre comentador de Aristóteles na Antigüidade, era chamado de “o Exegeta por excelência”, teve seu auge em fins do século II e inícios do III antes de Cristo. Foi professor de Peripatetismo em Atenas, e, por nomeação de Septímio Severo realizou trabalhos

de ordem pessoal e de intérprete. Como filósofo concebeu três obras autênticas: *Da alma*, *Do destino* e *Da mistura* –, a que alguns historiadores lhe dão a autoria de *Aporias* e outros *Da alma*. Como exegeta, comentou muita das obras lógicas, psicológicas, físicas e metafísicas do Estagirita, porém alguns desses comentários são hoje considerados perdidos. Seguindo uma tradição que remonta a nomes como o de Estrabão de Lâmpsaco, Critolau e Boeto de Sídon, Alexandre de Afrodísia modificou os textos aristotélicos em um sentido nominalista e materialista que afetará de sobremaneira Averróis, os “averroístas latinos” e alguns partidários do Estagirita no Renascimento, chamados “alexandristas”. Para Alexandre de Afrodísia, a psicologia fazia parte da física. E esta seria composta de corpos *simples* e *composta*. Estes compreendem, como elementos constitutivos, a *forma* e o *substrato* constituído de forma e matéria. Aqueles têm como substrato à matéria-prima, que é sem forma e só mentalmente se pode conhecer. Em Aristóteles, teremos dois intelectos o qual ele distingue: o *agente* e o *passível*. Só se conserva o 2º identificando o 1º com o Pensamento puro e único que, atuando sobre ele, o torna intelecto adquirido. Portanto, o intelecto humano material é mortal.(ABBAGNANO, 2000; ESPASA-CALPE, [s/d]).

Agustiniano, Joachim Brulio – Biografia não encontrada, José Barbosa de Sá situa-o entre os religiosos e/ou cronistas que relatam a conquista da América espanhola ao tempo de Filipe V (1683-1746).

Afonso de Albuquerque (1453-1515) – Foi navegador e fundador do poderio lusitano na Índia, da qual foi o segundo Governador. Em 1506 conquistou Ormuz, e em 1509 assumiu o governo da Índia. Submeteu Goa, em 1510 e, no ano seguinte subjugou Malabar, Malaca e Ceilão. Aliou-se a diversos príncipes indus e ao imperador da Abissínia. Por arte e obra de intrigas, foi destituído do cargo de vice-rei da Índia, falecendo logo depois. Foi um dos grandes generais e políticos portugueses, um dos maiores vultos do século XV. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Alexandre, grande ou Alexandre o Grande ou ainda Alexandre III – Rei da Macedônia (356-323 a. C), é considerado um dos maiores estrategistas militares da História. Foi aluno de Aristóteles dos 13 aos 16 anos. Submeteu a Grécia, venceu os persas e ainda estendeu seu império até a Índia. Também fundou Alexandria no Egito (BARSA Enciclopédia, 1981).

Alexandre Sexto – Papa Alexandre VI, ou Rodrigo Borgia (1431-1503), foi papa de 1492 a 1503. Foi um político sem escrúpulos e de costumes dissolutos. Adotando a estratégia do nepotismo para garantir sua rede de poder nomeou inúmeros Borgias para a cúria. Através da Bula *inter coetera* (1493), dividiu entre Espanha e Portugal as terras do Novo Mundo. Foi também ele quem condenou Savonarola (1498). Nasceu em Jativa, perto de Valência provavelmente entre 1430 e 1431. Era sobrinho do Papa Calisto III, que o nomeou cardeal em 1456 e em 1457 vice-chanceler da Igreja. No pontificado do tio e sucessores adquiriu influência e fortuna. Tais procedimentos mundanos valeram-lhe os reparos de Pio II, o que não fez muito efeito. No período de cardinalato, teve muitos filhos com várias mulheres, dos quais César e Lucrecia se tornaram famosos. Com Vanozza de Cataneis teve quatro filhos: João, César, Lucrecia e José. Foram-lhe atribuídos também, mais dois ou três filhos de outra mulher. Durante o conclave de 1484, Rodrigo esperava então ser eleito, mas só conseguiu tal objetivo em 1492, quando sucede Inocêncio VIII. Sua eleição, embora não isenta de intrigas e simonia, foi, entretanto acolhida com aplausos. É que se reconhecia em Alexandre VI grande capacidade administrativa e política. Além de que, nessa época demonstrava uma grande tolerância no referente aos costumes. Alexandre VI, após sua eleição se dedicou totalmente à política. Com grande diplomacia, contrariou a expedição do Rei da França, Carlos VIII, à Itália. Dedicou-se à repressão das turbulências dos príncipes em seus Estados. Em 1497, com o assassinato de seu filho João, duque de Gandia, tem ele a idéia da conversão. Para tal, institui até mesmo uma comissão de cardeais, encarregada de realizar a reforma da Igreja. Porém as boas resoluções em breve se desvaneceram. Pouco tempo após a morte do Duque de Gandia, Alexandre VI tem outro filho, a que também dá o nome de João, em memória do filho assassinado. E persistiu em dispensar ‘favores’ a Júlia Farnese. Neste mesmo período, livrou-se de seu mais

perigoso inimigo, o dominicano Jerônimo Savonarola, que há muito vinha fazendo várias acusações contra ele em Florença. Uma de suas principais preocupações foi exacerbar o engrandecimento da família, o qual sacrificou as próprias energias e os recursos da Igreja. Chamou atenção à facilidade com que invalidou o casamento de Luís XII com Joana de França e o de sua filha Lucrecia com João Sforza. Nos últimos anos (1498-1505), predomina em seu pontificado os arranjos políticos. César Borja, apesar da relutância paterna, renunciou à púrpura (1498), para se casar com uma princesa da França. Neste mesmo ano, Luís XII fazia-o duque de Valentinois enquanto Alexandre VI decidia enviá-lo a Romanha para conquistá-la. Após uma série de campanhas bem sucedidas, com o apoio de tropas francesas, César obteve o título de duque de Romanha (1501). Tanto o pai quanto o filho aspiravam constituir no centro da Itália um grande Estado que impusesse respeito ao reino de Nápoles e aos principados italianos do Norte.

Entretanto, com a morte de Alexandre VI arruinaram-se estes vastos projetos. Seu rival e sucessor Júlio II, continuará com as mesmas políticas, a qual se faziam necessárias para a independência da Igreja. Há, entretanto outros feitos de Alexandre VI que não aqueles comuns à vida pública e privada dos nobres e clérigos do século XV e XVI. Afinal cumpre lembrar que foi ele quem em 1493 solucionou o litígio entre Espanha e Portugal sobre a atribuição dos territórios do Novo Mundo, então recém-descobertos. A demarcação pontifícia modificou-se depois no Tratado de Tordesilhas. Alexandre VI também se interessou pelos preparativos que antecederam às Cruzadas, preocupou-se também com problemas de urbanização e mandou restaurar o Castelo de Santo Ângelo, bem como decorar os aposentos do Papa no Vaticano. Deu asilo e guarida à artistas como Bramante, Sangallo e Pinturicchio. Com referência a seus atos doutrinários, estes não trouxeram qualquer dificuldade à teologia. Alexandre VI favoreceu também o desenvolvimento das ordens religiosas, em especial os Dominicanos e Franciscanos. Impulsionou também o culto de Nossa Senhora e confirmou a bula de Sisto IV, relativa à Imaculada Conceição (BARSA Enciclopédia, 1981; L'ÉPINOIS, 1881).

Anaxágoras – Filósofo grego nasceu em 500 e morreu em 428 antes de Cristo. Foi companheiro de Péricles, e afirmou que a matéria é constituída por um número

infinito de elementos semelhantes, cuja combinação se encontra na origem das coisas. Para ele tudo está em tudo e nada nasce do nada. Esse 'tudo' é movido pelo espírito, concebido como a matéria mais sutil, o impulso vital que tanto anima a natureza quanto os homens (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Anjo Rafael – Em hebreu, “Deus curou”. Anjo descrito no livro de Tobias como vencedor do demônio e companheiro de viagem e protetor do jovem Tobias (De PEDRO, 1993).

Antianmia – Provavelmente José Barbosa de Sá esta se referindo a Antianeira, Uma amazona na Guerra Ática. Duelou com Teseu em combate individual (LURKER, 1993).

Araldo príncipe de Noruega – Não encontrei nenhum verbete que faça referência a este príncipe nórdico.

Aristóteles, Aristóteles – nasceu em Estagira, na região da Calcídica, no ano de 384 Antes de Cristo. Aristóteles era de uma família tradicionalmente ligada ao ofício da medicina. Seu pai Nicomano era amigo particular e médico de Amintas II, pai de Felipe da Macedônia. Graças aos contatos oriundos de sua família, Aristóteles pode, desde jovem dedicar-se ao estudo da medicina e da natureza.

Com 18 anos (por volta de 367-366), dirigiu-se a Atenas, onde ingressou na academia de Platão, onde permaneceu por 20 anos até a morte de Platão (347 a. C.). Mudou-se então para Assos, na Ásia Menor, onde Hermias (um antigo escravo e ex-acadêmico) havia assumido o governo. Três anos depois Hermias é assassinado e Aristóteles deixa a cidade, leva consigo a sobrinha do tirano Pitias, esta se torna sua primeira esposa. Com a morte de Pitias, Aristóteles contrai novo matrimônio, desta vez com Herpílis, com quem teve seu filho Nicómaco. De Assos mudou-se para Mitilene, na ilha de Lesos, onde permaneceu durante dois anos.

Em 336 Felipe (da Macedônia) é assassinado e Alexandre sobe ao trono. Este decide expandir os domínios de seu império em direção ao Oriente. Nesta ocasião Aristóteles decide regressar à Atenas. Nas proximidades do templo de Apolo

Liceano, funda seu Liceu (a escola dos peripatéticos), que passou a rivalizar com a Academia. Rapidamente o Liceu de Aristóteles passa a ser um importante centro de estudos filosóficos.

Com a morte de Alexandre (em 323 Antes de Cristo), Aristóteles passa a ser hostilizado pela facção antimacedônica de Atenas. Abandona então Atenas e se refugia em Cálcis, onde faleceu no ano de 322.

O legado de Aristóteles é extremamente extenso e inclui obras que vão da lógica a estudos minuciosos de anatomia animais. Seus escritos (*O Corpus Aristotelicus*) são comumente divididos em vários conjuntos. Algumas de suas principais obras são:

- As Categorias (*Kategoríai*): Um estudo dos elementos do discurso, e dos termos da linguagem.
- Sobre a Interpretação (*Perí hermenéias*): Tratado do juízo e da proposição.
- Analíticos Primeiros (*Analytikà prótera*): Dos livros, e 'Analíticos Segundos ou Posteriores' (*Analytikà hýsterá*), dos livros, estudos do raciocínio formal (silogismos).
- Tópicos (*Topikà*): oito livros, métodos de argumentação geral aplicável tanto nas discussões práticas como na ciência.
- Dos argumentos sofísticos (*Perí sophistikón elénchon*), complemento dos 'Tópicos'.

Obras sobre o mundo sideral:

- 1) Física (*Physiké*), oito livros.
- 2) Sobre os Céus (*Perí ouranou*), quatro livros.
- 3) Meteorológica (*Meteorologiká*)
- 4) Sobre a criação e a corrupção (*Perí genéseos kaí phthoras*)

Aristóteles também se preocupou com o chamado 'mundo vivo', esta parte de sua, composta entre os anos 347 e 335 pode ser dividida da seguinte forma:

- 1) Anotações sobre as observações:

História dos Animais (*Perí tá zóa historíai*): dez livros.

- 2) Teorias baseadas em observações: Estas teorias tratam da maneira pela qual a 'matéria' dos animais está organizada para atender a suas diferentes necessidades e funções:

Das Causas (*Das partes dos animais*) (*Perí zóon moríon*): quatro livros

Da progressão dos animais (*Perí poreías zóon*).

- 3) Que tratam da 'forma' ('alma') dos animais:

Sobre a alma (*Perí psyches*): tres livros

1) Que tratam das funções 'comuns ao corpo e à alma' dos animais, em particular de algumas áreas específicas do comportamento animal:

'Parva Naturalia':

- a) Sobre o sentido e os objetos sensíveis (*Perí aisthéseos*)
 - b) Sobre a memória e a recordação (*Perí mnemnes kaí anamnéseos*)
 - c) Sobre o sonho e a marcha (*Perí hypnou kaí egresgárseos*)
 - d) Sobre os sonhos (*Perí enypnión*)
 - e) Sobre a profecia dos sonhos (*Perí tes kath 'hypnou mantikes*)
 - f) Sobre a vida longa e a vida breve (*Perí makrobiótetos kaí brachybiótetos*)
 - g) Sobre a juventude e a idade avançada e Sobre a vida e a morte (*Perí neótelos Kaí géros. Perí zoes kaí thanatou*)
 - h) Sobre a respiração (*Perí anapnoes*)
 - i) Sobre o sopro (*Perí pneúmatos*)
- 1) Sobre o movimento dos animais (*Perí zóon kinéseos*)

2) Sobre a geração dos animais (*Perí zóon genéseos*): cinco livros

Aristóteles ainda se dedicou ao estudo da filosofia teórica, tema do qual escreveu quatorze livros, com a denominação geral de "Metafísica" (*Tà metá tà physiká*). Além de outros livros sobre ética, poética, política, entre outros ensaios.

Vários fundamentos da doutrina aristotélica passaram à tradição filosófica, ou inspiraram escolas e movimentos que se refletiram mais diretamente ao próprio Aristóteles como, por exemplo, a escola peripatética, o Aristotelismo árabe, o Aristotelismo cristão medieval, o Aristotelismo do Renascimento, entre várias outras tendências que surgiram principalmente no período medieval e moderno. Aristóteles irá atribuir importância não somente à natureza, mas também o valor e a dignidade das indagações a ela dirigidas. Diferentemente de Platão – no qual acreditava que as indagações com respeito à natureza e seus constituintes os poderiam atingir um grau de probabilidade muito inferior ao conhecimento científico – Aristóteles afirmava que não há nada na natureza que seja tão insignificante a ponto de não merecer ser estudado, já que para ele o verdadeiro objeto da pesquisa é a *substância* das coisas.

Ele também irá estabelecer o conceito de Metafísica como filosofia primeira e teoria da substância, o que será também o fundamento da enciclopédia completa das ciências. Além do conceito das quatro causas (*formal, material, eficiente, final*), doutrina do *movimento*, como passagem da *potência* ao *ato*, que permitiram uma interpretação de toda a realidade natural.

Formulou uma Teologia com seu conceito do Primeiro Motor e do Ato Puro, e a Doutrina da essência substancial ou necessária como base da teoria do conhecimento e da lógica. Aristóteles também irá dar grande importância à Lógica, como instrumento de todo conhecimento científico.

A lógica aristotélica teve grande aceitação na Idade Média, e foi fundamental em toda a Escolástica. Grosso modo ela pode ser entendida como uma lógica formal, que constitui uma técnica para se alcançar o discurso correto, fluente e sem contradições. Porém essa lógica não se trata de mero formalismo, ela se sustenta em uma ontologia, em uma ciência pautada no conceito e na classificação. É a partir da classificação dos conceitos que se constituirá o silogismo. Papavero et alii (1995) bem nos lembra que Aristóteles acumulou observações no mundo vegetal e animal, e que, em realidade, as relações que o silogismo formaliza são as de inclusão ou exclusão em classes definidas.

Para a análise dos signos que compõem o pensamento e o critério de juízo válido, a Lógica aristotélica será modelo formal para a expressão da verdade e causa do raciocínio até o século XIX, porém, estranhamente, não chegam a se constituir em verdadeiros sistemas lógicos, salvo em raras exceções (PAPAVERO; 1995; ABBAGNANO, 2000).

Padre André de Artiela da Companhia de Jezus – Andrés de Artieda, professor de teologia nas escolas de Quito. Em 1639 navegou o *gran Rio de Las Amazonas*, juntamente com Critóbal de Acuña, reitor do colégio de Cuenca. Levavam ordem de levantar a planta do referido rio, “*notando quanto houvesse que notar*”. Faziam-se acompanhar de mais quatro religiosos da ordem de Nossa Senhora das Mercês, entre eles Fr. Pedro de la Rua Cirne, estes mais tarde fundaram conventos de sua ordem em Belém e São Luiz. (PAPAVERO et al, 2000.)

Ataulfo, Gódo, Rei – O rei Godo Ataulfo foi quem conquistou a região de Gotia (o que corresponderia hoje a toda à Espanha) ao Império Romano do Ocidente. Dele inicia o reino visigodo de Tolosa do ano 418, se passou ao visigodo da Espanha a partir do ano 526, com capital em Barcelona, instalado definitivamente em Toledo no ano 567. Este reino hispano-visigótico estendia seus limites sobre a Península ibérica e por territórios além dos Pirineus como Octania e a antiga Septamia (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Augusto, César, Caio Júlio César Augusto – Foi Imperador entre 52 e 44 a. C. Em 60 a. C. o Senado romano estabeleceu o primeiro triunvirato, ou seja, a eleição de três fortes líderes políticos para o Consulado, dividindo os domínios de Roma e, para tanto foram eleitos: Júlio César, Pompeu e Crasso. Em 54 a. C. em combate na Pérsia Crasso morreu e dois anos depois Pompeu foi proclamado cônsul único, destituindo César do comando militar, este inconformado resolve lutar avançado em batalha para o Sul. César ao atravessar o rio Rubicão, fronteira entre sua província e a Itália, teria dito, “A sorte está lançada” (*Alea jacta est*) e dirigiu-se para Roma causando a fuga de Pompeu. Uma vez em Roma assumiu o poder imediatamente (em 49 a. C. derrotaria definitivamente Pompeu em Farsália, na Grécia). Nesta época no Egito, o poder de governar o Egito era disputado por Cleópatra e seu irmão o faraó Ptolomeu. Júlio César em Alexandria apoiou Cleópatra colocando-a no poder, dirigiu-se à Ásia menor e lá derrotou tropas Sírias inimigas. Retornando a Roma, proclamaram-no ditador vitalício, em oposição ao Senado que trataram de conspirar contra o César. Em 44 a. C. foi assassinado a punhaladas em pleno Senado. A revolta que sua morte causou na população romana foi habilmente explorada por Marco Antonio que juntamente com Otávio e Lépido, formaram o segundo triunvirato (BOWDER, 1980; PERRY, 1985).

⁵⁶ **Aventino, Aventinus Johannes Turmair** – Nasceu a 4 de julho de 1477 em Regensburg, falecendo a 4 de janeiro de 1534, estudou em Ingolstadt, Viena e Paris. Foi preceptor de príncipes de 1509 a 1517. Humanista e historiador, fundou a *Sodalitas Litteraria Angilostadencis*, editora de velhos manuscritos. Entre 1517 e 1521 escreveu sua obra principal *Annales Boiorum*, nela tem-se a história da Baviera

até 1460, relaciona-a com a história alemã e geral, entre 1526 e 1533 a traduz livremente para o alemão (*Bayerche Chronica*). Baseada em trabalhosa investigação documental, a obra anuncia modernos métodos de investigação histórica. Apesar de severamente anticlerical, e de censurar a política do papado nas suas relações com o Império, não faz apologia ao luteranismo (BARSA Enciclopédia, 1981).

Ávila, Francisco Agostinho de, Pe. – Não foi possível encontrar dados biográficos. Segundo José Barbosa de Sá, trata-se de cronista que escreveu a história do México.

Balboa, Vasco Nunes de – Fidalgo espanhol (1475-1517), fundou cidade que deu seu nome e, em 1515 pôs-se em marcha para a conquista do Peru. Sendo o primeiro homem branco a atravessar o istmo do Panamá. Foi celebrizado pela descoberta do Oceano Pacífico, tendo também efetuado outras importantes explorações e conquistas na América Espanhola, para onde seguiu na expedição de Bastida em 1501. Em 1508 foi retido na ilha espanhola (Haiti) por dívidas que o impediram de se incorporar em qualquer expedição, embarcou clandestinamente na flotilha de reabastecimento destinada à região centro americana do Golfo de Darién. Ali nestas terras fixou-se por algum tempo até que em setembro de 1513 conseguiu formar uma expedição destinada à costa sul do Panamá, devido a difícil travessia da áspera serra de Darién, de cujo topo avistou as águas do oceano pacífico em 25 de setembro de 1513, a estas águas deu o nome de Mar do Sul, e simbolicamente tomou-lhe posse em nome da Espanha. Nessa zona da orla marítima descobriu e explorou o Golfo de São Julião, regressando após o Darién. Nomeado almirante do Pacífico e governador de Coiba e Panamá viu sua obra prejudicada por Pedrarias que o prendeu e mandou decapita-lo. Ao desembarcar em Darién, como governador em 1514, têm início as discórdias com Pedrarias, delas resultaram um processo e injusto julgamento promovido pelo mesmo, sendo condenado à morte e executado em setembro de 1519 (ESPASA-CALPE [s/d]; DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Baldo, Baldo Degli Ubaldi – Juriconsulto italiano nasceu na Perúcia em 1327 e faleceu na Pavia em 1400. Rival de Bartolo de Sassoreto ensinou em Bolonha, Pisa, Florença, Pádua e Pavia. Alcançou o grau de Doutor aos 17 anos e sua fama ultrapassou fronteira chegando a possuir, sua opinião o valor de direito subsidiário em Castela. Em 1499, os reis católicos, através das *Ordenanças de Madrid*, estabeleceram que em caso de dúvida e falta de lei, dever-se-ia seguir as opiniões de Bartolo e Baldo, entre os civilistas e de João André e abade Parnomitano, como canonistas, tal determinação foi revogada logo em 1505. Em Portugal não chegou a opinião de Baldo a assumir o valor de direito subsidiário. Contudo, ao analisar uns inéditos *Comentários às Ordens Manuelinas* o autor Luís Correia, no título V do Livro II, implicitamente recomenda que o jurista – que em seguida à “Bartoli opinio” –, proceda à consulta (ESPASA-CALPE, [s/d]; NEVES, 1997).

Baptista, João Frei (missionário da ordem Franciscano)– Pregador, natural de São Joanino de Beja – Portugal –, professou no Convento De Olinda em 27 de junho de 1610 com 29 para 30 anos de idade. Em 1645 era guardião da Bahia. Em 1649 foi eleito Custódio e foi o primeiro da Custódia independente da Província de S. Antonio do Brasil. Foi custódio durante pouco tempo porque nesse mesmo ano de 1649 morreu em Santos. Em 1624 foi guardião do Rio de Janeiro. Em 1628 foi a Portugal. De volta foi eleito pela Província comissário do maranhão. Esteve algum tempo como cativo dos Mouros em Argel, e não sabemos como conseguiu voltar ao Brasil. Sendo secretário do Custódio Fr. Cosme de S.Damião foi, com este, feito prisioneiro dos Holandeses na derrota de São Luíz de Roxas, em Porto Calvo. Juntamente com ele foi também feito prisioneiro os irmãos coristas Fr. João Baptista e Fr. Manoel das Neves todos três remetidos para as fortalezas do Recife e a seguir deportados. depois de 7 meses de viagem , aportaram na Holanda, foram postos em liberdade e voltaram ao Brasil. Quando eleito Custódio no Capítulo de 1649 afirma Fr. Dagoberto Romag OFM (“A história dos franciscanos no Brasil desde os princípios até a criação da Província de S. Antonio – 1500/1659” publicado na revista VITA FRANCISCANA apud SANTOS, 1994) que Fr. João Baptista, embora já tivesse 79 anos de idade (?) empreendeu a visita canônica da Custódia. Fez a pé toda a jornada desde a Bahia

até São Paulo, mas chegando a Santos veio a falecer aos 13 de janeiro de 1650, quebrado pela idade e pelos trabalhos.

Deve haver engano na idade indicada por Fr. Dagoberto. Deve ser 69 e não 79. Frei Menandro Rutten OFM. (“Livros de óbitos da Província de Santo Antonio”) também informa: “com 70 anos de idade foi a pé da Bahia a São Paulo que são mais de 300 léguas. Faleceu no Convento de Santos no dia 13/1/1650”. Coincide assim, mais ou menos, sua opinião com Fr. Jaboação que aponta sua morte contando a idade de 68 anos (SANTOS, 1994, p.96).

Barbosa, Gaspara; Gaspar Barbosa – Foi um dos capitães da expedição de Fernão de Sá ao Espírito Santo, no início do ano de 1558, sendo derrotada pelos índios aimorés, falecendo Gaspar em combate. (FRANCO, 1989).

Barreto, Francisco – Governador na Índia em 1557.

Barro, João de ou **João de Barros** – Nasceu em Viseu à data de seu nascimento e morte é incerta, (1496-1570). Descendente de família fidalga que tomou o nome da Aldeia de Barros (entre o Douro e o Minho). Filho bastardo de Lopo de Barros, ainda criança foi acolhido nos Paços da Ribeira, sendo, quando moço guarda-roupa do futuro rei D. João III, ali recebeu a educação que o iniciou nas ciências matemáticas, letras humanas entre outras artes. Exerceu vários cargos públicos, em 1525 foi nomeado tesoureiro das Casas da Índia, da Mina e de Ceuta, exercendo tal encargo até 1530. Com o surto da peste que assolou Lisboa refugiou-se numa casa de campo em Lisboa e lá permaneceu até 1533. Durante este exílio escreveu *Ropicapnefma* ou “Mercadoria Espiritual”. Tratava-se de uma obra literária de conteúdo mordaz, com crítica direcionada a nobreza europeia de forma geral. Um trabalho que não teria continuidade uma vez que, logo a seguir foi convidado a escrever o *Panegírico* de seu amigo de infância, D. João III. Um desempenho historiográfico guiado pela fidelidade ao rei. Também produziu obras que são tratados de gramática, cuja intenção era revolucionar e sistematizar a língua portuguesa, como por exemplo, *Gramática da Língua Portuguesa* e *Cartinha*, o que chamamos hoje de cartilha, manual pedagógico. Mas o desafio de João de Barros

foi tomar como modelo o historiador Tito Lívio para escrever as aventuras lusitanas pelo mundo. Segundo Ana Boescu (apud BUENO, 1998), não se pode imaginar a obra de Camões *Os Lusíadas*, sem transmutação da matéria histórica e, m épico por João de Barros. Junta,mente com Aires da Cunha, em 1535 receberam do rei duas capitanias no Brasil. O primeiro lote situava-se no extremo-norte da colônia, em frente a Ilha de Marajó, próximo a cidade de Belém do Pará; o segundo lote mais tarde ficou conhecido como capitania do Rio Grande do norte. Embora nenhuma expedição viesse para o Brasil contando com tantos recursos como a que se fizeram acompanhar João de Barros e Aires da cunha (900 soldados, 120 cavalos e 600 colonos) para colonizar a concessão da capitania do Maranhão no Brasil, a tentativa foi empreitada esta que se revelou em verdadeiro fracasso. As despesas arruinaram João de Barros e conquanto o rei D. Sebastião perdoasse a dívida, o escritor nunca conseguiu recuperar-se (BUENO, 1998).

No referente a sua produção intelectual, esta tinha um considerável apelo pedagógico. Sua obra de cunho histórico, constituída pelas quatro *Décadas* – obra esta citada por José Barbosa de Sá – é apenas uma parte de seu mega projeto literário que compreenderia a *Conquista* - ou *Milícia*, articulada em quatro partes: Europa, África, Ásia e Santa Cruz ou Brasil, isso além de outras obras como a *Navegação* (ou *Geografia*) e o *Comércio*. Nas *Décadas* João de Barros é considerado um verdadeiro pedagogo do civismo, isso através da apologia nacionalista, cujo cerne provém de duas fontes: o ideal patriótico do Renascimento e a consciência de uma missão histórica sucedânea da gesta marítima. Constrói João de Barros então uma história heróica, seletiva e edificante. Tal vocação pedagógica manifesta-se, pois – como já afirmei – nas *Décadas* e nas tendências de análise e crítica social presentes em outra obra sua a *Ropicapnefma* (ou *Mercadoria Espiritual*), no *Diálogo sobre preceitos morais* e nas obras restantes de caráter filosófico-moralista, também surge – com mais evidência – em outra obra sua intitulada *Cartinha*, na *Gramática* e no *Diálogo*. Pode-se dizer que a pedagogia histórica das *Décadas* se dirige aos portugueses; a pedagogia moral e social a homens e a pedagogia escolar a ‘meninos e moços’. A *Cartinha*, a *Gramática*, o *Diálogo em louvor* e o *Diálogo da Viciosa Vergonha*, como segundo livro de leitura,

constituem uma rica amostra do *corpus* didático da época, além de serem uma rica fonte documental acerca do humanismo português do século XVI.

Obras: *Primeira parte da crónica do emperador Clarimundo donde os Reis de Portugal descendem*, Lisboa, 1522; *Ropicapnefma*, Lisboa, 1532 in *Compilação de várias obras do insigne português*, Lisboa, 1869; *Panegírico de D. João III*, pronunciado em Évora em 1533; *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*, Lisboa, 1539; *Grammática da Língua Portuguesa*, seguida de *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, Lisboa, 1540; *Diálogo de Joam de Barros com dous filhos seus sobre preceptos moraes em modo de jogo*, Lisboa, 1540; *Arte de grammática latina per sistema figurado*, obra inédita ainda não publicada, depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa; *Diálogo evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos Judeos*, Lisboa, 1543; *Panegirico a mui alta e esclarecida princesa Infanta Dona Maria nossa senhora*, 1655; *Ásia de Joam de Barros dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa, 1552; *Segunda Década da Ásia*, Lisboa; *Terceira Década da Ásia*, Lisboa, 1563; *Quarta década da Ásia*, Lisboa, 1615. Há ainda algumas obras que podem estar perdidas, são elas: *Tratado das Causas; Exclamaçam contra os vícios; As abusões do tempo*, poema datado de 1561; *Esfera e Estrutura das Cousas*. Acredita-se que, pelas próprias alusões de João de Barros, grande parte de sua *Geographia* e *Comércio* partiram da planificação inicial em que se inseriam as *Décadas* (BAIÃO, 1917; FRANCO, 1989; GONÇALVES, 1936).

Benevides, Salvador Corrêa de Sá – Filho de Martim de Sá e de D. Maria de Mendonza y Benevides, neto de Salvador Correia de Sá, Salvador Corrêa de Sá Benevides nasceu no ano de 1602 (BARSA Enciclopédia, 1981).

Benson, Jerônimo ou **Geronimo (Padre)** – De biografia desconhecida, segundo as informações de José Barbosa de Sá, o religioso foi cronista dos conquistadores espanhóis e ao mesmo tempo narrou as coisas da América espanhola, como seja: o clima, a terra sua geografia e os “frutos naturaes”.

Blanca, Francisco de Tore, D. – Francisco de la Torre, poeta espanhol que viveu provavelmente de 1534 a 1594. Desconhecem-se seus dados biográficos, contudo, Quevedo editou-lhe a obra em 1631, julgando tratar-se de Fernando de la Torre. Os poemas de Francisco de la Torre caracterizam-se pelo bom gosto, a simplicidade e naturalidade, sendo muito pessoal a sua melancolia, de formação clássica e petrarquista, teve grande influência italiana. Entre suas poesias, sobressaem-se: *La Bucólica del Tajo, A la tótola, A la cierva herida* (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Borelio – Provavelmente trata-se de Giovanni Alfonso Borelli Cientista do século XVII, juntamente com Willis e Descartes ao estudarem as contrações dos músculos eventuraram uma hipótese difundida por Galeno, de que distribuído pelos nervos passava um “espírito” cuja sutileza ao mesmo tempo provocava os movimentos. Há de se considerar que os *curiosis* do século das Luzes estavam influenciados por uma ciência mecanicista onde, os animais eram comparados a um relógio com funcionamento preciso, cujo relojoeiro era Deus. É possível que a curiosidade científica de Borelli se estendesse por outros estudos, uma vez que José Barbosa de Sá refere-se ao posicionamento de Borelli quanto à possibilidade dos nativos do Novo Mundo não terem sua origem em Adão, concebendo que muitos animais não possuem “progenitor”. Há de se considerar que embora a ciência do século XVII derrubara algumas teorias fundamentadas em analogias, a teoria da geração espontânea alcançaria o século XVIII constituindo-se de bom alvitre para que o Velho Mundo permanecesse como centro de Origem e dispersão das espécies (GERBI, 1996; PAPAVERO, 1997; SANTOS, 2001).

Brulis, Joaquim, Pe – Não foi possível encontrar dado biográfico. Segundo José Barbosa de Sá também “chronista” do Peru.

Buda – Filósofo hindu, em vida era chamado Gotama. Fundador do budismo nasceu no ano de 568 e morreu em 488 a. C . O despertar espiritual de Gotama ou Buda deu-se quando ele tinha 29 anos, a partir de então pregou a nova crença por toda a região do Ganges. Muitos o chamam de *Siddharta* que significa aquele que alcançou seu fim. A palavra *Budha* em sânscrito significa sábio ou iluminado, ou ainda

encarnação da inteligência ou da sabedoria divina. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Cabral, Pedro Álvares – membro da nobreza portuguesa era filho de Fernão Cabral e Isabel de Gouveia, por ser o filho secundogênito, trazia o sobrenome por parte da mãe, sendo chamado, até a morte de seu irmão primogênito no início do século XVI. Nasceu em Castelo de Belmonte, na Beira da Baixa em 1467 ou 1468. Sua expedição mais famosa foi aquela na qual, comandando 13 navios

que, zarpando para a Índia em março de 1500, vindo então em março do mesmo ano à desembarcar numa futura colônia portuguesa chamada Brasil. É como Pedro Álvares Gouveia que seu nome consta no documento da chancelaria régia em que D. Manuel o nomeou para capitão-mor da armada que partiu de Rastelo em 1500.

Diferentemente do que se convencionou nas aulas de história escolares, Pedro Álvares era mais um homem de armas que navegante. Bem sabemos que, entre seus comandados encontrava-se, por exemplo, Bartolomeu Dias, capitão, que no ano de 1488 havia dobrado o cabo das Tormentas, depois chamado cabo da Boa Esperança, no sul do continente africano.

É na *Carta de Pero Vaz de Caminha* que encontramos relatada a tempestade no Atlântico, o desvio da rota, o desembarque em Porto Seguro bem como os primeiros contatos com os nativos do Brasil. Nela, não encontramos nada de excepcional com referência ao capitão Pedro Álvares Gouveia, Caminha limita-se a chamá-la sempre de “o capitão”. Fez então o capitão Pedro Álvares celebrar a primeira missa no domingo de Páscoa, 26 de abril. Fez também rezar a segunda missa no dia 1º de maio quando então erigiu a famosa cruz entalhada em madeira com as armas de D. Manuel nela pregadas. Por isso a batizou de ilha de Vera Cruz, logo depois, é convencido por seus capitães que não havia descoberto uma ilha e sim um continente, que passa a se chamar Terra de Santa Cruz. Não fincou nenhum padrão de pedra na terra, então, recém descoberta como faziam os conquistadores portugueses que zarpavam à procura de novas colônias, o porque de tal ato é simples, não havia levado consigo nenhum padrão. Este seria um sinal de que nos planos de Pedro Álvares não zarpara de Portugal com a intenção de fazer novas descobertas. No dia 2 de maio, ordenou que a nau sob o comando de Gaspar de

Lemos rumasse para Lisboa, para lá dar a notícia do “achamento” da mais nova colônia. Quando partiu Pedro Álvares deixou alguns degredados – prática comum na época – que ficaram na praia chorando de desespero. Em 3 de maio partiu em direção a Calicute – seu destino original –. Tem aí o início de seu martírio marinho: na altura do cabo, uma terrível tormenta faz com que quatro de seus navios naufraguem, inclusive o que estava sob o comando de Bartolomeu Dias, fazendo com que este capitão, primeiro navegador a dobrar o Cabo das Tormentas, morresse afogado. Já a nau que se encontrava sob o comando de Diogo Dias perdeu-se indo aportar na Etiópia, sendo – provavelmente sem querer – o primeiro navio a singrar o mar vermelho. Este só seria visto novamente na viagem de volta de Pedro Álvares, que encontrou um navio tripulado por sete homens esqueléticos e adoentado.

Ao chegar em Calicute Pedro Álvares estabelece relações amistosas com o samorim hindu, dando-lhe então algumas moedas de ouro e prata. Porém, os mercadores muçulmanos que monopolizavam as rotas comerciais no Índico, o resultado não poderia ser pior, irritados com as pretensões portuguesas atacaram a feitoria recém construída no porto de Calicute, ataque este que causou a morte de 50 servos do rei lusitano, dentre ele Pero Vaz de Caminha e seis franciscanos. Em represália Pedro Álvares bombardeou Calicute por dois dias seguidos. Depois partiu para Cochim – também na costa do Malabar – onde instalou uma feitoria com a autorização do rajá local, que, por sorte era rival do samorim hindu de Calicute. Em Janeiro de 1501 retorna a Portugal com os navios que restaram de sua armada abarrotados de especiarias. Porém, no caminho de volta, um dos navios encalha na região de Melinde (hoje no Quênia), pensando em não deixar nada para trás Pedro Álvares ordena que o mesmo seja queimado.

Em julho de 1501, sua armada adentra o Tejo, sendo então festejado o retorno de Pedro Álvares ao reino. Esta vai ser a última menção pública a Pedro Álvares, suas atitudes desastrosas na Índia e a queima de um navio abarrotado de especiarias fizeram com que sua competência enquanto capitão fosse questionado. Pedro Álvares morreu em Santarém no ano de 1520, sem nunca ter comandado outra frota. Sua família, porém continuou a singrar os mares, como, por exemplo, seu sobrinho Fernão Álvares Cabral, que comandou uma viagem à Índia em 1560. Nesta viagem

seguiria junto como passageiro Luís de Camões alguns anos antes de escrever os Lusíadas, livro na qual o descobridor do Brasil nem é lembrado (CORTESÃO, 1943; VAINFAS, 2000).

Cadmo – Personagem mitológico considerado herói semimítico, filho de Agenor e neto de Poseidon, fundador de Tebas. Enquanto procurava sua irmã Europa, que Júpiter raptara através do oráculo de Delfos, foi-lhe indicado o sítio onde devia fundar a cidade de Tebas (na Beócia). Júpiter obrigou-o a casar-se com Hermíone, filha de Vênus e de Marte. A fim de evitar desgraças que lhe foram preditas por um outro oráculo, resolveu abandonar a pátria. A mitologia grega o apresenta como uma entidade semidivina atribuindo-lhe a introdução do alfabeto fenício na Grécia, assim como, a arte de fundir metais. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Caim – filho primogênito de Adão e Eva, passa a levar uma vida errante depois de ter morto seu irmão Abel. Trata-se de relatos de sentido histórico literal narrado nos primeiros capítulos do livro Gênesis; são antes teologias em forma de história apresentando Caim como o protótipo do homem malvado. (DE PEDRO, 1993.)

Calisto 3º; Calixto III – Da família Borgia, nobres espanhóis, Afonso Borgia em 1445 sobe ao trono pontifício com o nome de Calixto III (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Cam – Na história bíblica, segundo o livro Gênesis trata-se de um dos filhos de Noé, antepassado de um dos três grandes ramos da humanidade, os camitas. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Carlos 2º de Castella – Rei da Espanha (1661-1700), filho de Filipe IV. Pelo tratado de Nimègue, perdeu parte dos Países Baixos, Artóis e o Franco-Condado. Lamentavelmente descuidou das colônias americanas. Casou-se duas vezes sem deixar filhos, o que o levou a designar seu sucessor a Filipe de Anjou, segundo filho do Delfim de França. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Carlos quinto, Imperador – Carlos V foi imperador do sacro império romano germânico de 1519 a 1556, foi príncipe dos países baixos de 1516 a 1555, rei da Espanha sob o nome de Carlos I, de 1518 a 1556, e da Sicília sob o nome de Carlos IV de 1516 a 1556. Filho do arquiduque da Áustria Felipe *O Belo* e de Joana *A Louca* rainha de Castela, ao nascer viu-se senhor do mais vasto império do Renascimento, império de cujos confins na Europa, na América e no Pacífico “*o sol nunca se punha*”. Educado no meio culto do Flandres, fez-se rodear de excelentes conselheiros, e, aos 19 anos conseguiu suplantar na sucessão imperial de Francisco I da França, sendo coroado rei dos romanos em Aix-La-Chapelle em 20 de outubro de 1520. Carlos V, fiel à sua fé católica perante a “subversão” religiosa que atingira a Europa e retalhava a Igreja, assumiu o papel de defensor da cristandade contra as heresias e a insolência islamita, que se disseminava por toda a bacia do mediterrâneo. Contra a fragmentação política que se configurava, acreditava-se que a instalação de um império universal sob a responsabilidade da Casa da Áustria seria a solução. O gênio singular de Carlos V como homem político ou militar enfrentou inimigos temíveis, quais sejam: a revolta protestante, a rivalidade francesa e ambição islamita. Da mesma forma era hostilizado pelo próprio papa e por Veneza. Articulando-se politicamente Carlos V viu-se obrigado a transgredir ora com a facção luterana, ora causando má impressão no mundo católico. É então que pensa em dar forma hereditária em favor de seu filho Felipe II. Apesar da carência crônica de saúde, manteve uma vida agitada que o obrigou a 40 expedições deslocando-se 9 vezes através da Alemanha, 6 vezes até a Espanha, 4 a França, 2 a África, 2 Inglaterra, 7 a Itália, 10 até os países baixos. Persuadido da inviabilidade do projeto de transmitir a coroa imperial para seu filho, que se revelara homem mais voltado para o gabinete do que para o militarismo, Carlos V dividiu o Império. A Felipe II caberia a Espanha com seu enorme poderio colonial americano, no Pacífico, os Países Baixos, a Lombardia, Nápoles e a Itália. A coroa do sacro império romano-germânico com a Boêmia e a Hungria deixou-as para seu irmão Fernando arquiduque da Áustria. Seguem-se sucessivas renúncias, e no ano de 1556 dirigiu-se à Espanha, de longa data preparara aposento entre os monges do mosteiro Hieronimita de Yuste, na Extremadura. Longe dos negócios do estado, a não ser para aconselhar o filho, entregou-se aos exercícios de piedade e visitas aos amigos.

Veio a falecer em 1558. De grande inteligência Carlos V sabia escolher seus colaboradores no campo da religião militar, civil, financeiro e cultural, desta forma elevou a Espanha a primeira potência européia, não fosse sua diplomacia, sagacidade e firmeza e a explosão protestante teria dado curso diferente à história política da Europa. Quanto a Portugal, suas relações mantiveram-se amistosas com D. Manuel e D. João III, aliás, as alianças matrimoniais foram peças fundamentais na política luso-espanhola de Carlos V (ALONSO, 1952).

Carlos 6º, Imperador da Alemanha; Carlos VI (José Francisco) – Imperador da Alemanha de 1685 a 1740, filho de Leopoldo I, disputou o trono da Espanha, mas foi obrigado a reconhecer os direitos de Filipe V. governou os Países Baixos, Nápoles e Milão. Em 1711, por morte de seu irmão José I, obteve a coroa imperial. Em 1718 anexou a seu país Belgrado, o norte da Sérvia, parte da Boêmia, da Valáquia e o Temesvar. Pela paz de Viena, em 1738, renunciou a seus direitos sobre Nápoles, Lorena, Sicília e parte de Milão, em troca obteve Parma e Piacenza. (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Carmen – Provavelmente personagem da literatura, novela de Prosper Mérimée, cuja personagem principal é uma cigana de nome Carmem, que deu origem à Ópera em quatro atos de autoria de Georges Bizet. (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Cassiodoro – Magnus Aurélius Cassiodorus, escritor romano, secretário de Teodorico (480-575). Nos últimos anos de sua vida fez-se monge sem, contudo, abandonar a literatura. Deixou a Crônica, uma história universal desde Adão até 519 d.C.; De Artibus de Disciplinis Liberalium; Epistolas Varias (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; ESPASA-CALPE, [s/d]).

Catharina, d' Áustria, D.– Rainha de Portugal e esposa de D. João III, nasceu em Torquemada a 13 de janeiro em 1507 e faleceu em Lisboa dia 11 de fevereiro de 1578. Filha de Felipe o Formoso, e de Dona Joana a Louca de Castela, passou a sua adolescência junto com sua mãe no Castelo de Tordesilhas. Em 5 de fevereiro de 1525, casou-se em Lisboa com D. João III. Inteligente e enérgica, de caráter

amaciado por um grande tato político, exerceu notável influência junto de D. João III, participando por decisão deste em todos os conselhos de Estado, o que lhe deu condições de trazer para a Corte elementos valiosos da sua experiência como espanhola. De nove filhos, nenhum sobreviveu aos pais, por morte do piedoso em 11 de junho de 1557, Dona Catarina pretendeu retirar-se para o Convento da Esperança. A Corte não consentiu e a viúva consagrou-se o único arrimo da dinastia, que era seu neto D. Sebastião, investida no cargo de regente (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Cem – Sem, Filho mais velho de Noé que prometeu a sua descendência a terra de Canaã. É mencionado entre os ascendentes do Messias. (DE PEDRO, 1993.).

Chinco, Jacobo – Provavelmente esta não seja a grafia do nome do capitão inglês a quem José Barbosa de Sá se refere, pois não foi encontrada nenhuma referência a este capitão na bibliografia consultada.

Chineo – Não foi encontrada qualquer referência a este que parece tratar-se de um geógrafo ou cosmógrafo.

Cícero – Marco Túlio Cícero; grande orador romano (103- 43 a. C.). Considerado um dos maiores de todos os tempos. Aos 25 anos estreou-se no fôro, pronunciando seu primeiro discurso – Pro Quinctio. Por motivos de saúde fez uma viagem pela Grécia e Ásia, recebendo em Rodes as lições do retórico grego Molon. Em 77 regressou a Roma onde casou com Terência. Foi nomeado questor na Sicília no ano de 75 e edil em 70, edil curul em 69, prestor 67 e cônsul em 63. Quando edil da Sicília fez condenar Verres por dilapidador do erário público e editou suas célebres verrinas. Como cônsul, frustou a conjuração de Catilina, após seus célebres discursos contra este, e mandou supliciar o condenados. Vítima do ódio de seus inimigos foi exilado em virtude de uma lei que Clodio fizera votar, regressando, porém, triunfalmente em 57. Com a morte de sua filha (em 45 a. C.) escreveu vários tratados filosóficos. Após o assassinio de César atacou de forma veemente a Marco Antonio, que pretendia o

poder, com suas famosas e celebrizadas Filípicas. Perseguido pelos partidários de Marco Antonio, foi por eles morto e decapitado, sendo sua cabeça exposta no fórum. Sua obra é vastíssima e pode-se dividi-la em tratados de retórica, tratados de política, filosofia, discursos e cartas. Publicou: Tratados de retóricas: *De inventione*; *De oratore*; *Brutus sive de claris oratoribus*; *Oratorio ad M. Brutum*; *Partitiones oratorie*; *Topica ad C. Trebatium*; *De opt. Genere oratorum*. Tratados de Política e Filosofia: *De republica*; *De legibus* (a obra compunha-se de 6 livros, mas apenas Três chegaram até nossos dias); *Paradoxa*; *Consolatio* (perdido); *Hortensius* (fragmentos); *De finibus bonorum et malorum*; *academicæ*; *Tusculanae disputationes*; *Timæus* (fragmento); *De natura deorum*; *Cato major*; *De divinatione*; *De fato*; *Laelius*; *De gloria*; *De officiis*; *De virtutibus*. Discursos: *Pro roscio*; *Verrinae*; *Pro lege Manilia sive de imperio Cn. Murena*; *Post reditum*; *Pro Sestio*; *Pro Celio*; *De provinciis consularibus*; *In Pisonem*; *Pro Rabirio postumo*; *Pro Milone*; *Pro Marcello*; *Pro Ligario*; *Pro Deiotaro*; *Filippicæ* (14 discursos: *Pro Quintio*; *Pro D. Roscio*; *Pro Marco Tullio*; *Pro Marco Fonteio* (fragmentos); *Pro Caecina*; *Pro A. Cluentio Habito*; *Pro Rabirio*; *Pro Corn. Silla*; *Pro Archida poeta*; *Pro Lucio Valerio Flacco*; *Interrogatio in F. Vatinius testem*; *Pro L. Cornelio Balbo*; *Pro Cn. Plancio*). Cartas: *Ad familiares*; *Ad Atticum*; *Ad Quintum fratrem*; *Ad Marcum Brutum* (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d.; ESPASA-CALPE, [s/d]; PERRY, 1985).

Cleopatra Egypcia – Cleópatra a Rainha do Egito (68-31 a. C.) – Célebre por sua beleza e sagacidade. Por morte de seu pai Ptolomeu Aulete, Cleópatra subiu ao trono, em companhia de seu irmão mais moço – Ptolomeu Dionísio – que a afastou do governo três anos mais depois. Nesse, ínterim, César chegou a Alexandria e, restaurou seu poder de rainha, apaixonando-se por ela. Após a morte de César, Marco Antonio resolveu ir ao Egito colocar em ordem os negócios do Império Romano, mas, também ele rendeu-se aos encantos da bela rainha egípcia, com a qual aliou-se para combater os próprios companheiros de triunvirato; identificou-se cada vez mais com o Oriente helênico, mostrando desprezo pelas tradições romanas, estabelecendo com a rainha egípcia uma forte aliança política e pessoal. Marco Antonio feriu-se na batalha de Actium (31 a. C.) e abandonado por sua tropa

em Alexandria no ano 30, suicidou-se. Cleópatra, vendo que seus encantos não seduziam a Otávio, em cujo poder se encontrava desde a morte de Marco Antonio, também suicidou-se fazendo-se picar por uma serpente [áspide] (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado s/d; ESPASA-CALPE, [s/d]; PERRY, 1985).

Coelho, Antonio de Albuquerque – Foi governador de Macau e Timor, brasileiro, nascido em Santa Cruz do Camutá no Maranhão. Filho bastardo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, capitão-mór do Pará, arribou em Macau em 23 de agosto de 1708, como capitão da fragata Nossa Senhora das Neves. Nos quase oito anos que serviu em Macau, Coelho foi vereador e presidente (1712) do Leal Senado; teve o braço direito decepado, quando arcabuzado à traição, indispôs-se então, com os moradores mais influentes da ilha. Foi preso, sendo liberto da prisão da Guia somente em 1717, quando voltou a Goa, onde se livrou das acusações sendo nomeado governador de Macau. Após uma feliz empreitada marítima em Madrastra e Johor – onde sufocou uma revolta dinástica e firmou um tratado – atingiu Macau em fins de Maio de 1718. Durante um ano e quatro meses governou esta província, conseguindo o monopólio entre a China e a Batávia. Coelho ainda foi governador de Timor e Solor entre 1721 e 1725, além de ser capitão-geral da ilha de Pate, junto a Mombaça (1728-1729), foi também vereador em Goa, General do Distrito de Bardez durante a invasão a Marata (1739-1740) e indicado para o conselho de Estado. Já no fim de seus dias retirou-se para o Convento dos Franciscanos da Província da Madre de Deus (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Colombo, Christovão, Cristóvão Colombo – famoso Navegador genovês – há controvérsias sobre sua origem (1451-1506). Marinheiro aos 14 anos, casou-se em 1480, com a filha do navegador português Parestrello, cujos conhecimentos náuticos lhe foram particularmente proveitosos. Conviveu com o astrônomo florentino Paolo Foscanelli, viajou os mares do Norte e fez parte de uma expedição a Nova Guiné, ao regressar elaborou o plano de uma viagem através do Atlântico. Submeteu o projeto a D. João II, rei de Portugal e, não sendo atendido, recorreu aos soberanos da Espanha – Fernando e Isabel de Castela –, que lhe forneceram os recursos para a realização da empresa. Depois de conseguir o financiamento para equipar três

caravelas – *Santa Maria, Pinta e Nina* –, partiu do porto de Palos em 3 de abril de 1492, descobrindo o seria o Novo Continente a 12 de outubro do mesmo ano. Regressando à Espanha, foi entusiasticamente aclamado pelo povo e pelos soberanos espanhóis que o confirmaram com título de Almirante e o cobriram de honrarias. Colombo realizou mais duas expedições à América, para completar as informações acerca do novo mundo descoberto; mas no fim da última viagem foi destituído do comando, posto a ferro e enviado à Espanha, por ordem de Francisco Bobadilha, que se encontrava na América, encarregado pelo governo espanhol, de restabelecer a ordem no Haiti. Entretanto, conseguiu mais uma vez Cristóvão Colombo, a proteção de Isabel, e empreendeu a Quarta viagem ao Novo Continente; porém foi mal sucedido e repellido pelos seus companheiros de viagem, regressou à Espanha. Invocou mais uma o favor de Fernando (Isabel havia falecido), mas o soberano, influenciado pelos inimigos do descobridor, não o atendeu; e Colombo, abandonado de todos, veio a falecer miseravelmente em Valladolid, quatorze anos depois de haver realizado uma das mais memoráveis empresas de todos os tempos. Vasco da Gama ainda não havia chegado às Índias e a Espanha saía na frente na expansão ultramarina européia. Superando dificuldades de políticas externa e interna, a Espanha disputando espaços mercantis, conseguiu reunir condições para financiar a viagem projetada por Colombo. Este, acreditando na esfericidade da terra, defendia a tese do *El levante por el poniente*, isto é, a possibilidade de alcançar a Índia localizada no Oriente, navegando em direção ao Ocidente e assim rumando as embarcações em direção ocidente, com dois meses de navegação chegaram a costa de Guanaani (As, Salvador), nas Bahamas. Cristóvão Colombo acreditou terem chegado às Índias e somente em 1504, com a viagem de Américo Vespúcio confirmou-se a descoberto de um novo Continente (BERNAD et al.,1997; COLOMBO, 1979; DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; ESPASACALPE, [s/d]).

Conde de Mina – Charles Marie de La Condamine nasceu em Paris em 28 de janeiro de 1701. cedo iniciou sua carreira militar para abandona-la dedicando-se as ciências físicas e naturais. Atraído, sobretudo pela geografia e viagens, em 1731 participou da viagem científica de Duguay-Trouin pelo mediterrâneo, para exploração

da costa norte africana e o litoral da Ásia menor, uma experiência de aplicação de metodologia de investigação. Experiência essa que o fez ser designado pela academia de ciências para medir um arco do meridiano no equador. La Condamine participou da expedição científica internacional empreendida em 1735, cuja finalidade era responder a questões empíricas, que faziam parte da rivalidade política entre a França e a Inglaterra: seria a terra redonda como afirmava o cartesianismo francês ou esferóide como afirmou o inglês Newton? A expedição foi um sucesso do ponto de vista dos anseios da comunidade europeia, inclusive considerando-se que receberam permissão, embora vigiada, para as investigações nas colônias espanhola e portuguesa. Neste caso as autoridades ibéricas ‘absolutistas’, aproveitaram o ensejo para posarem de ‘ilustrados monarcas continental’. De volta a Europa, La Condamine arditosamente consagrou-se com a viagem, e publicou em 1745, seu relatório de viagem pela América sob o título *Breve Narrativa das Viagens através do Interior na América do Sul*. Para melhores informações, ver obra *Os olhos do Império; relatos de viagens e transculturação* de Mary Louise (PRATT, 1999), (PAPAVERO, et al, 2000).

Cortez, Fernando, D. – *Hernán Cortez, conquistador da América Espanhola, e cronista do México nasceu na Extremadura Medelín, Espanha em 1485, faleceu em Castilleja de la Cuesta, Sevilha em 1547. Notabilizou-se no reinado de Carlos V, considerado uma das figuras que mais ajudou a construir o Império Espanhol. Coursou a universidade de Salamanca, não chegando a obter qualquer grau, em 1504 partiu para a América Central, destacando-se na ilha Espanhola, na guerra contra os nativos, passando em 1511 à Cuba como homem de confiança de Diego Velasquez, governador local. Oito anos depois, leva à cabo a conquista e a colonização do México, ali destacou-se pelo rigor de sua ação contra os súditos do Imperador Montezuma. O próprio Cortez na sua carta de 1520, carta esta escrita na vila de Seguro de la Frontera e enviado a Carlos V, referia-se a luta que tivera que enfrentar “nas terras descubiertas em el Yucatán”, para impor o domínio espanhol aos Astecas, “nesa grandísima Provincia mui rica... en la qual hai mui grandes ciudades, y maravillosos edificios y de grandes tratos y riqueças”. Em outubro de 1523, recebe, como recompensa a nomeação de Capitão Geral na Nova Espanha,*

continuando nas suas lutas contra os autóctones do México. Com grandes honrarias é recebido na Espanha em 1528, embora não receba o cargo de Vice Rei das terras conquistadas com o qual sonhara. Dois anos mais tarde volta ao México, e ali se dedica às novas expedições e à expansão de sua fazenda – ao que parece ter obtido considerável fortuna. Contudo, o reconhecimento ao conquistador não permaneceria, e em 1541, ao participar da fracassada expedição de Argel, Carlos V temendo o prestígio de Cortez nas terras da América, deixou-o de viver na Espanha em uma condição obscura. Dado o estilo claro e elegante, Cortez é considerado um dos maiores cronistas da Espanha Ultramarina no “Siglo de Oro”, uma vez que suas Cartas de Relación constituem-se fonte para o historiador da conquista do México. Ballesteros destaca no escritor Hernán Cortez “a força descritiva simplicidade com que se refere aos seus feitos”. Apagando-se como homem perante a grandeza da Coroa (BALLESTEROS; 1947; BERNAND et al., 1997).

Coutinho, Luiz Pinto de Souza – foi governador e capitão general das Capitanias do Mato Grosso e Cuiabá, em meados do século XVIII.

Coutinho, Vasco Fernandes – em 1527 serviu à Coroa de Portugal, na Índia e na China juntamente com Duarte Coelho e Afonso de Albuquerque. Em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Coroa, recebeu em 1534 a capitania do Espírito Santo, a referida capitania circunscrevia a região dos rios Mucuri e Itapemirim. A fim de colonizar as terras, vendeu seus bens em Portugal e aqui chegando, fundou a Vila Velha e Nossa Senhora da vitória, erigindo na capitania quatro engenhos.

Em 1539, Vasco F. Coutinho retorna a Portugal a fim de trazer para sua capitania um sócio que o ajudasse nos investimentos que tinha em mente, ou seja, financiar uma expedição para adentrar o sertão em busca de ouro e prata. A partir de sua viagem a Metrópole, a capitania do Espírito Santo passaria por sérias dificuldades. Na sua ausência deixou no Governo para substituí-lo, o fidalgo D. Jorge de Menezes, tratava-se de indivíduo nobre que tivera carreira desastrosa quando em combate em Calicute e posteriormente na Ilhas Molucas, em 1527. Na referida Ilha, que recebera como prêmio de combate, exerceu toda a sorte de desmandos, com

atitudes arbitrárias e requintes de crueldade nas penalidades que impunha aos seus inimigos nativos ou espanhóis, com tal atitude acabou por ser degredado para o Brasil. Como Governador substituto de Vasco F. Coutinho, com intenção de escravizar os índios Goitacases lançou campanha contra a nação, o que resultou em sua morte e destruição da Vila Velha e toda a plantação de cana incendiada. Na seqüência, sucedeu-o D. Simão de Castelo Branco, que também foi morto pela nação Goitacá.

Quando em 1546, Vasco F. Coutinho retornou de Portugal, encontrou a sua capitania destruída, ainda tentou soergue-la, sem que tivesse alcançado êxito, prostrou-se e passou a levar uma vida entregue a bebida convivendo com os tupis da região. Velho e alquebrado pelas contingências passou por várias humilhações, entre elas a excomunhão do bispo da Bahia e o cerco dos indígenas, dos qual só se livrou graças a ajuda de Mém de Sá. Pobre morreu em 1561, recolhido no convento de Nossa Senhora da Penha, por ele construído (ABREU, 1982; VAINFAS, 2000).

Cunha, Aires da – Era militar, e foi um dos cavaleiros portugueses que tomou parte na expedição de Pedro Álvares Cabral que “descobriu” o Brasil em 1500. Já em 1535, com o título de capitão-donatário, partiu novamente de Lisboa para o Brasil, chefiando uma frota, sua intenção desta feita era tomar posse das capitanias que lhe foram concedidas, e a outros dois donatários na costa norte e nordeste. Um desses outros era João de Barros, que fora feitor e tesoureiro da Casa da Índia, beneficiário de um lote no Maranhão e no Rio Grande, no qual Aires da Cunha era seu parceiro. O segundo donatário era Fernando Álvares de Andrade, tesoureiro do reino e membro do Conselho Real, fidalgo de posses e influência, beneficiário do segundo lote maranhense. A intenção desses três homens – ou donatários – era a de viabilizar uma considerável gama de recursos para que Aires da Cunha tomasse posse das terras, e assim se processasse o aproveitamento dos territórios concedidos. Na época houve também o rumor de que tal expedição visava a prospecção de *“quantidades infinitas de ouro”* além de prata.

A frota que então se constitui era consideravelmente grande para os padrões da época, para ela foram arregimentados 900 homens, além de cerca de 130 cavalos. Antes de partirem os três sócios donatários obtiveram uma “doação” de todo o ouro

e prata que viessem a encontrar em suas terras ainda por explorar, um favorecimento “a mais”, se compararmos com os outros donatários da época. A frota saiu de Portugal com destino à costa de Pernambuco, onde foi recebida por Duarte Coelho – este também donatário – que, em apoio à empreitada de Aires da Cunha e seus sócios forneceu intérpretes e pequenas embarcações para fazerem o reconhecimento de suas novas posses. A partir dali Aires rumou para o norte, mais precisamente na atual região do Rio Grande. Tentou então firmar-se às margens do rio Ceará-mirim, porém desistiu logo da idéia ao travar contato – um tanto hostil – com os índios potiguares, que eram aliados dos franceses. Resolveu mudar de rumo, e parte em direção ao Maranhão, chegando ao cabo de São Roque sofrendo novo contratempo, desta vez a fusta – espécie de barco guia – se perde do restante da expedição. Sem a mesma, a frota de Aires da Cunha seguiria viagem com grandes dificuldades, e a nau onde o mesmo seguia naufraga ao se chocar com um banco de corais. Desta expedição nove navios conseguiram chegar onde hoje é a atual ilha de São Luís, em março de 1536. Literalmente ilhados, os sobreviventes tentaram se fixar na ilha fundando a vila de Nazaré, após terem estabelecido uma relação aparentemente amistosa com os tapuias locais – provavelmente os tremembés. Porém, logo a relação amistosa deu lugar ao confronto, e os índios atacaram Nazaré, frustrando assim a tentativa lusitana de se fixar no Maranhão. A má sorte que a empreitada de Aires da Cunha teve nos primeiros anos da Colonização do Brasil não seria exceção, muitos seriam os donatários que arregimentariam grandes somas em dinheiro, homens e equipamentos para singrarem o Atlântico em busca do enriquecimento que prometia ser rápido e fácil na busca de ouro, prata ou gemas (FREI VICENTE DO SALVADOR, 1982; VAINFAS, 2000).

Cunha, Chistovão da – Cristóvão da Cunha, padre da Companhia de Jesus. Sua biografia não foi encontrada, mas, seguramente entrou para a história ao fazer parte da primeira expedição oficial portuguesa de exploração ao rio Negro que ocorreu em 24 de agosto de 1649, saindo da Cidade de Belém do Pará. Comandada por Bartholomeu Barreiros de Ataíde, a referida viagem foi organizada sob o signo

lendário do Manoa ou El-Dorado – lago Dourado, local de muito ouro –, que atraía uma infinidade de expedições para a Amazônia.

(...) Os descobrimentos do Capitão mór Pedro Teixeira na viagem de Quito, autorizados mais com relação do Padre Christóvão da Cunha, da Companhia de Jesus, que o acompanhou da mesma Cidade até Belém do Grão Pará, como fica referido, enganarão de sorte todos os moradores do Maranhão nas esperanças das suas riquezas, que não cessarão de importunar os Governadores para a diligencia de examinallas; (...) (Berredo, 1905-II apud FERREIRA, s/d., p.15).

Confirma-se desta forma a participação do padre Jesuíta Christóvão da Cunha – como religioso e cronista – na viagem de exploração do rio Amazonas e seu afluente, rio Negro até Quito.

Cunha, Tristão da – Trata-se provavelmente de um homônimo de Tristão da Cunha, Cavaleiro do Conselho de D. Manuel que em 1505 é nomeado primeiro governador da Índia (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d.).

d’Albuquerque, Duarte Coelho – Duarte Coelho de Albuquerque, Originário de Miragaia em Lisboa nascido provavelmente no último quartel do século XV. Filho de Gonçalo Coelho, um escrivão da fazenda real e comandante da expedição que foi ao Brasil em 1503. Duarte Coelho casou-se com Brites de Albuquerque, com quem teve três filhos. Seguiu a carreira militar, servindo à coroa portuguesa na Índia de 1509 a 1527, conheceu a Indochina, Tailândia e China. E, entre os anos de 1529 e 1531 trabalhou na fortificação de portos na África. Foi ainda mandado em uma missão para a França e comandou uma esquadra na costa africana e nos Açores. Tais atribuições militares permitiram-lhe angariar grandes somas.

Por seus serviços prestados, recebeu no ano de 1534 a doação de 60 léguas de costa onde hoje se encontram os estados de Pernambuco e Alagoas, a capitania de maior extensão na América Portuguesa. Mudou-se então para o Brasil levando consigo a família, além de diversos parentes e colonos. Foi Duarte Coelho quem fundou as vilas de Iguarassu (por volta de 1535) e Olinda em 1537. Procurou estabelecer os colonos vindos do Reino, para tal incentivou o casamento destes com

indígenas, e estimulou a vinda até mesmo de cristãos novos. Inseriu no então nascente nordeste brasileiro a criação de gado e cultivo da cana-de-açúcar, este último que fará, por um bom tempo, parte da economia e da paisagem nordestina. Além disso, também cuidou dos processos de “exportação” dos bens produzidos em sua capitania fechando acordos com negociantes europeus para garantir a venda de sua produção açucareira.

Freqüentemente mantinha contato com o rei, quando então relatava os avanços que vinha conquistando em sua *Nova Lusitânia* – nome que ele mesmo deu à sua capitania. Assim foram os primórdios de Pernambuco, grande região do nordeste brasileiro, administrada por um homem que sempre reclamava à corte o fato dos outros donatários não virem ao Brasil assumir suas capitanias, o que dificultava a ocupação de toda a Colônia (ABREU, 1976; VAINFAS, 2000).

d’Almeida, D. Lourenço – Não foi possível encontrar dados biográficos. Segundo José Barbosa de Sá, trata-se de Governador das Minas Gerais, sem precisão do período.

Daniel – O nome de Daniel em hebraico significa “Deus é meu juiz”, surge como personagem notável que, com outros, foi levado para a Babilônia quando da campanha em que Nabucodonozor venceu os egípcios em Karkemish no ano 605 antes de Cristo. Daniel é o quarto dos profetas maiores de Israel. Foi educado e viveu na corte de Nabucodonozor, que o nomeou governador de todas as províncias babilônicas, como recompensa da interpretação que soubera dar a um sonho do rei. Decifrou a Baltasar, sucessor de Nabucodonozor, as três palavras fatídicas *Mané, Thecel, Fares*, que uma “mão misteriosa” escrevera na parede do palácio real. Após a invasão dos persas, foram-lhe concedidas honras por Dario e Ciro. Morreu provavelmente em Lusa, onde se acha seu túmulo.

Daniel é um personagem importante também no aspecto teológico, pois retoma os vaticínios messiânicos, desenvolve a angelologia, anuncia a ressurreição dos mortos, e, embora alguns de suas profecias sejam do gênero escatológico, ele inaugura o gênero apocalíptico, florescente desde meados do século II antes de Cristo. (BIBLIA SAGRADA, 1978; ESPASA-CALPE, [s/d]).

David 5º, Sebastião Monteiro, D. – Não foi possível encontrar dados biográficos. Segundo José Barbosa de Sá, o religioso era Arcebispo que em 1707 criou Constituição Provincial para o Brasil colônia

de Ávila, Padre Agostinho – religioso cuja biografia não foi encontrada. Embora José Barbosa de Sá o cite por duas vezes, sendo que na segunda citação refere-se ao mesmo inserindo-o na História do México.

de Vale, Alonso, Padre da Companhia de Jezus ou Padre Afonso de Valle – Sua biografia não foi encontrada, entretanto segundo as informações de José Barbosa de Sá, pode-se situá-lo entre os padres jesuítas cronistas e/ou naturalistas que escreveram sobre a História natural do Novo Mundo. O jesuíta em questão teria escrito a *Historia do Chili*.

Débora – Débora é o nome de uma profetisa e Juiz de Israel, que vivia entre Roma e Betel. Em nome de Javé, lançou a resistência contra os Cananeus. Por este motivo mereceu a alcunha de “mãe dos Israel”. O texto antiqüíssimo que faz menção a Débora apresenta várias obscuridades. Além de que, a história é relatada em dois documentos justapostos: um poema de grande valor histórico e uma narrativa em prosa, com muitas divergências (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Dido Cartagineza – Filha do rei de Tiro, Belus, também conhecida como Elissa. Viúva de Siqueu, assassinado pelo irmão de Dido, este chamado Pigmalião. Refugiou-se ela no Norte da África, onde fundou Cartago. O rei local, Iarbas, que lhe concedeu as terras para a fundação da Cidade, quis força-la a casar consigo. A fim de manter-se fiel a memória do marido e escapar a novas núpcias, Dido comete suicídio em uma pira funerária. Na tradição romana, Enéias visita a rainha em Cartago, no decurso de sua viagem à Itália. A lenda do amor entre Dido e Enéias vem provavelmente do *Bellum Punicum* de Nêvio, e tal versão da história de vida de Dido deve ter tido maior divulgação durante as Guerras Púnicas, como explicação remota da hostilidade entre Roma e Cartago. Porém, a reputação de Dido como heroína amorosa vem da *Eneida* de Virgílio, onde a rainha tem traços de

personalidade mais coerentes e humanos. O drama de Dido, que se apaixona por Enéias, a quem este tem de abandonar para o cumprimento do destino heróico que é fundar Roma, acabando a rainha por cometer suicídio, é um episódio romântico do poema virgiliano, que tem comovido leitores desde Santo Agostinho, até o nosso José Barbosa de Sá (ESPASA-CALPE, [s/d]; DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Enéias – Príncipe troiano, em que Virgílio se baseou para escrever Eneida. Filho de Vênus e Anquises, combateu valentemente os gregos durante o cerco de Tróia. (DE PEDRO, 1993)

Europa – ver Cadmo.

Eva – Na etimologia hebraica significa *a mãe dos que vivem*. Em Gênesis 2,23 Adão chama sua companheira de *virago* ou mulher (isch= varão, homem; ichschah= virago, mulher), depois, em Gênesis 3,20 chama-a de *Eva*, em relação com a vida. Depois dos primeiros relatos do Gênesis, Eva não aparece no Antigo Testamento, mais que em Tb 8,8 e como alusão em Eclo 25,24; no Novo Testamento, unicamente em 2 Coríntios 11,3 e em 1Tm 2,13. A doutrina que desde os padres da Igreja vê em Eva a imagem ou o tipo da *Igreja* e da *Virgem Maria* toma fundamento na comparação que Paulo tece entre Adão e Cristo. (DE PEDRO, 1993)

Ezaú – Em hebreu “rude, peludo”, filho de Isaque e Rebeca, irmão gêmeo de Jacó. Por ter vendido seu direito de primogenitura a seu irmão menor, é símbolo da insensatez que sacrifica os valores superiores em troca dos gozos imediatos. (DE PEDRO, 1993)

Ezequiel – Nasceu provavelmente em Jerusalém em 620 antes de Cristo, sob o reinado de Josias. Ainda jovem, foi deportado com a família – provavelmente em 597 – para a Babilônia, onde desenvolveu sua atividade profética entre 593 e 571. Devia estar com uns 30 anos quando atendeu ao chamado de Deus. Ezequiel vem em 3º lugar entre os grandes Profetas, quer na Bíblia cristã, quer na Judaica.

Diferentemente dos livros de Isaías e Jeremias, o livro de Ezequiel possui uma maior unidade. Compõe-se de três partes: a) 1-24, descreve a vocação e a primeira parte do munus profético de Ezequiel; b) 25-32, contém os oráculos contra as nações, tornadas cúmplices ou opressoras de Israel (devido à ordenação cronológica dos oráculos datados ser totalmente anacrônica, a mesma foi modificada); c) 33-39, vemos a continuidade da missão profética de Ezequiel, que, de *acusador* do povo (3,26) e anunciador do castigo de Deus, passa a ser o *defensor* do novo teor da vida (33,7) e o pregador da misericórdia de Javé (34); d) 40-48, é o estatuto cultural da Israel do futuro, de novo instalado na Palestina.

Ezequiel não escreveu um livro, antes limitou-se a tomar algumas notas pessoais – uma espécie de diário – nos 20 anos de sua atividade profética; a ordenação do livro e sua edição só podem ter sido obra de um discípulo seu, que ao publicá-lo, o modificou, e, com o tempo, outras reinterpretações de copistas e sacerdotes foram também incorporados ao texto. A mensagem de Ezequiel está intimamente ligada ao movimento de renovação do Judaísmo após o exílio; além de que, parece refletir o ambiente sacerdotal cúltica do Levítico e alguns fragmentos da Tradição – documento sacerdotal –, sobretudo no Gênese e Êxodos; o qual insiste na transcendência de Deus, e apela freqüentemente à Santidade. É com maestria que Ezequiel incute o terror sagrado ante a aproximação de Deus. Estas características fazem com que ele seja também considerado o precursor do gênero apocalíptico (DE PEDRO, 1993; ESPASA-CALPE, [s/d]).

Felino – José Barbosa de Sá para compor os seus Diálogos Geográficos, utiliza-se de um estilo literário ainda comum no século XVIII; ou seja, através de *diálogos* entre duas ou mais personagens, o autor desenvolve sua obra. No caso de Sá, os personagens são o “experiente varão” Felino e o “jovem acadêmico” Polívio. Cabe sempre a Polívio questionar acerca das coisas naturais, espirituais, sagradas e profanas, ao passo que Felino está sempre disposto a responder – caso tal ato não incorra em uma heresia – e discursar acerca dos temas suscitados pelo “jovem acadêmico”

Fellipe 4º, Rei – Felipe IV Rei da Espanha e Portugal (1605-1665), deixou-se governar pelo conde Oliveira, seu ministro que não pode impedir a Restauração de Portugal, chefiada pelo Duque de Bragança (D. João IV), em 1640. Em 1648, a Espanha reconheceu a independência da Holanda e pela paz dos Pirineus (1659) teve de fazer importantes concessões à França (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Fernando 5º, D., El-Rei de Castella – D. Fernando V rei de Castela, a denominação “castela” trata-se de um período governado por Condes desde o século VIII, mas no ano de 1030, o soberano outorgou-se o título de rei, governando também Leão. Em conseqüências das guerras contra os Mouros, o território foi gradativamente aumentado, e o nome de Castela, passou a designar os dois reunidos (Leão e Castela). Em 1469 Isabel já então, herdeira de Castela, casou-se com Fernando, o herdeiro de Aragão. Isabel subiu ao trono em 1474 e Fernando em 1479, unindo desta forma, os dois Estados que vieram a se constituir o reino da Espanha (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Figueiredo, George de – Jorge Figueiredo Correa recebeu do rei (segundo José Barbosa de Sá) a Quinta povoação. Na distribuição das Capitânicas Hereditárias ou *Distribuição das Donatarias*, D. João III, tendo como conselheiro D. Ataíde reuniu-se com vários homens de sua confiança, entre eles Fernão Álvares de Andrade (tesoureiro-mor), João de Barros (feitor da Casa da Índia), Antonio Carneiro (secretário-geral), além de contarem com a opinião de Diplomata e Teólogo D. Diogo de Gouveia, decidiu-se então – o rei –, pela colonização do Brasil. Nesta distribuição, as doações estenderam-se por dois anos. Segundo Capistrano de Abreu (1976), os donatários eram escolhidos entre os homens que pertenciam à pequena nobreza e/ou graduados funcionários da Fazenda Real, uma honra que muitos enjeitaram diante dos primeiros reveses.

Nas primeiras distribuições o secretário do Tesouro Real, Jorge de Figueiredo Correia recebeu a *Donataria* ou Capitania de Ilhéus, ao que os chamou Marchand (1938 apud BUENO, 1999), de “criaturas do rei”.

Fillipe, de França, El-Rei – Filipe IV, *o Belo*, Rei de França (1268-1314). Inimigo de Eduardo I desde 1294, rompeu também com o Papa Bonifácio VIII, que depois de expedir as Bulas *Ausculda fili* e *Unam Sanctam*, o excomungou. Em resposta Filipe Ausgusto enviou a Itália G. Nogaret que prendeu o Papa em Anagni, mas teve de saltá-lo em face da revolta do povo. Depois da morte de Bonifácio VIII e de Bento XI, Clemente V que se havia estabelecido em Avinhão, fez várias concessões ao rei e consentiu na supressão da Ordem dos Templários, por ele exigida. ESPASA-CALPE, [s/d]).

Filippe 2º, de Portugal e 3º de Castella – Rei da Espanha e desde 1580 também de Portugal (1527-1598), filho de Carlos V e Isabel de Portugal, toda a sua política interna e externa se dirigiu contra o protestantismo, afim de salvar a unidade religiosa de seus domínios. Venceu os franceses em St. Quentin (1557) e Gravelines (1558), mas não conseguiu conservar os Países Baixos que apesar do Duque de Alba, se proclamaram independentes (1581). Para vingar o assassinio de Maria Stuart, organizou contra Isabel da Inglaterra a chamada “Invencível Armada”, que foi aniquilada no Canal da Mancha (1588). Mais feliz havia sido a sua luta contra o Islã. Aliado a Veneza, Gênova e a Pio V, pela “Liga Eterna”, travou com os turcos a batalha de Lepanto (1571), em que a frota cristã, sob o comando de D. João d’Austria, triunfou. Pela morte do cardeal D. Henrique em 1580, Filipe II alegando direitos sobre o trono português tomou Lisboa e uniu sob seu cetro toda a Península e suas colônias. No interior, Filipe II protegeu a inquisição, as letras e artes, construiu o Escorial e transferiu a sede da monarquia de Toledo para Madrid. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Filippe 3º, D., El-Rei –Filippe III, rei da Espanha e Portugal, filho de Filipe II (1578-1621) rei indolente, deixou os negócios de Estado nas mãos do duque de Lerma que fez a paz com a Inglaterra (1604) e assinou, em 1609, uma trégua de 12 anos com os Países baixos, (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Filippe quinto – Filipe V, neto de Luiz XIV, subiu ao trono espanhol em 1701 como herdeiro de Carlos II, o que provocou a guerra da sucessão da Espanha. Pela paz

de Utrecht, a Espanha perdeu Gíbaltrar, Minorca, Milão, Nápoles, Sicília, Sardenha (1683-1746). (ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira,1987).

Firmiano, Lactâncio – Seu nome romano era *Lucius Caecilius Firmianus Lactantius*. converteu-se ao cristianismo no ano 300, perdendo com isto o cargo de professor de retórica que exercia em Nicomédia. Alguns anos depois foi para a corte imperial, sendo tutor de Crispo, filho de Constantino. Foi autor de várias obras, todas escritas em latim de estilo ciceroniano. Na Antigüidade cristã Lactâncio foi considerado como um dos mestres da língua latina e da retórica. Sua obra de cunho apologético ficou marcada nas *Divinae institutiones* e em *De morbitus persecutorum*. Na primeira, apresenta aos homens de letras romanos, a postura cristã diante da vida, ou seja, que a vida não acaba com a morte. Na Segunda descreve a morte dos perseguidores da Igreja. Lactâncio é considerado na patrística como um dos grandes escritores “apologistas” dos séculos III-IV (OBRAS: PL 6-7. Institutiones divinas, 1978).

Flores, Alexandre Rodrigues – Segundo José Barbosa de Sá trata-se de um proscrito pelo tribunal do Santo Ofício de Roma que vindo para o Brasil, durante algum tempo passou desapercibido sob a “capa” de cristão.

Francisco o primeiro, El-Rei – Infante de Portugal nasceu em Lisboa a 23 de maio de 1691 e faleceu em Óbidos em 21 de julho de 1742. Filho do Rei D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburgo. Com cinco anos, foi investido no grão-priorado do Crato da Ordem de Malta e, aos seis, armado cavaleiro por seu pai. Usufruiu a grande Casa do Infantado (doada pelo pai em testamento de 19 de setembro de 1704), recebendo também o título de duque de Beja. Considerado um nobre cruel e ambicioso, ao que parece acalentou a idéia de usurpar o trono de D. João V. Teve dois filhos bastardos, de D. Mariana de Sousa: D. Antônio, falecido em 1741, e D. João, chamado de Bemposta, que foi legitimado e ocupou altos cargos (ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira,1987).

Francisquim, Angelo Francisco – Segundo José Barbosa de Sá, genovês de nascimento, juntamente com outros portugueses europeus e familiares, fundou a povoação do rio São Francisco do Sul, posteriormente vila de Nossa Senhora da Graça. Não foi encontrado dado biográfico, o que torna impossível precisar uma data.

Gabriel – Em hebreu, Deus é forte, homem de Deus”. No Antigo Testamento aparece “o anjo” Gabriel em Dn 8,16s. (visão do carneiro e do bode) e em 9,21-27 explicando o sentido das setenta semanas de anos. No Novo Testamento, Gabriel anuncia a Zacarias o nascimento de João e a Maria a encarnação do filho de Deus em seu seio (cf. Lc 1,8-22 e 1,26-38). (BIBLIA SAGRADA, 1978).

Galen – Galeno (131- 201) Físico, fundador da fisiologia experimental e um dos mais destacados físicos e médico da antiguidade. Estudou na escola Médica, em Pergamim, e também com professores das Escolas filosóficas platônicas, aristotélicas, epicurista e estóica. Foi médico do imperador Marco Aurélio. Escreveu: *Opiniões de Hipócrates e Platão; Introdução dialética*. Suas teorias a respeito da medicina foram transmitidas pelos árabes e tiveram grande influência na Idade Média. Foi o criador da doutrina dos *quatro* humores (sangue, bílis, fleuma e atrabilis), cujo equilíbrio perfeito constituiria a saúde e cuja falta de proporções produziria a doença. Sua influência na teoria e prática médica perpassou toda Idade Média e Renascença (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; NEVES, 1997).

Garcia, Gregório, Fr. – Frei Gregório Garcia; era da religião de São Domingos (século XVII), inclinava-se à idéia fantástica de que a origem dos índios teria vindo de primitivos espanhóis, e que melhores seriam quando sua procedência fosse mescla de gente de Israel e Tartária (HOLANDA, 2000).

Garcilasso – Conhecido como *O Inca*, seu nome completo era Gomez Suarez de Figueroa, nasceu em Cuzco no Perú em 12 de abril de 1539, falecendo em Córdoba na Espanha em 1616. Filho natural de Sebastián Garcilaso de la Veja, um dos mais ricos *encomiendeiros* de Cuzco, não se casara, pois as mulheres espanholas na

América eram raras. Assim como outros conquistadores, Garcilasso, vivia em concubinato e Isabel Chimu Oclo da linhagem de Tupac Inca, deu-lhe um filho, o mesmo que batizado com o nome de Gomez Suarez de Figueroa, aos vinte anos adotou o nome de Inca Garcilaso de la Vega. Com a morte do pai, veio para a Espanha combatendo na guerra de Granada e em Nápoles, permaneceu durante algum tempo em Portugal. Mais que cronista fidedigno dos incas e escritor do Século de Ouro, foi um excelente evocador de figuras e temas históricos entrelaçando a narrativa com elementos verídicos e fantásticos, em um estilo pitoresco e cheio de vida, o que torna sua prosa uma das obras primas da literatura colonial espanhola (BERNAND et al. 1997).

Genebardo – Cronista dos reis católicos D. Fernando V e D. Isabel.

Gomara – Francisco Lopes de Gómara; nascido em 1510 na cidade Gomara, na Velha Castela-Espanha, onde morreu em 1566, estudou na Universidade de Alcalá, foi ordenado padre, fez uma jornada para Roma, e no retorno dela em 1540, entrou no serviço de Hernándo Cortés como capelão privado e doméstico. Ele acompanhou Cortes na expedição à Argélia e, após a morte de seu protetor, é sabido que se encontrava em Valladolid em 1556 ou 1557. Com as informações dadas pelos conquistadores e outras pessoas que tinham voltado do Mundo Novo (ele cita Gonzalo Tapia a Gonzalo Umbria) Gomara escreveu o seu "Hispania Victrix"; Primeiro e Segundas Partes da História Geral das Índias, com o relato de toda a descoberta e coisas notáveis que aconteceram no ano de 1551, com a conquista de México e a Nova Espanha. Foi traduzido em francês por Martin Fumée e publicado em Paris em 1578; Augustin Gravaliz traduziu-o para o italiano e publicou-o em Veneza em 1560. O autor relaciona na primeira parte que é dedicada "A Don Carlos o Imperador dos romanos, Rei de Espanha, Senhor das Índias e do Novo Mundo, toda a descoberta e conquista das Antilhas, Peru (até a pacificação efetuada por Gasca), Chile e América Central, também a viagem de Magellan e a descoberta de Moluccas. Na segunda parte ele conta a conquista de México, e é dedicado "Ao Ilustre o Senhor Don Martin Cortés, Marques del o Valle" - o filho e herdeiro do conquistador. Também reputa-se a Gomara os Anais e crônica dos irmãos Barba

Roxa, aliás a leitura das obras de Lopes Gomara inspiraram Bernal Diaz del Castillo a escrever sua *Historia Verdadeira de la Conquista de México*.

Se pelo desejo de engrandecer seu protetor, ou por confiar na informação de primeiro-mão que posteriormente recebeu – pois notemos que Gómara nunca esteve na América – podemos observar que Gómara cometeu sérios erros e em muitos momentos contradiz fatos históricos. Era talvez por isto que o Príncipe Felipe (depois Felipe II), em um decreto emitido a Valladolid, 17 novembro, 1553, ordenou que todas as cópias do trabalho de Gomara que podessem ser encontradas deveriam ser recolhidas, e que poderia ser imposta uma penalidade de 200,000 maravedis a qualquer um que reimprimisse tal obra. Esta proibição foi removida em 1727 pelos esforços de Don Andreas González Martial que incluiu o trabalho de Gómara em sua coleção de historiadores do Mundo Novo (Coleccion de historiadores primitivos de las Indias Occidentales). A "Verdadera historia de la de de Conquesta Nueva Espana" (Verdadeira História da Conquista de Espanha Nova) de Bernal del de Diaz Castillo, um companheiro de Hernando Cortes, foi escrito para refutar Gómara. Entre outros trabalhos de Gomara que permaneceram inéditos esta "Batallas de mar de nuestros tiempos" e " Historia de Harrue y Harradin Barbarroja " (THE CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, 1999).

Gongora, Luiz de, D.– Poeta espanhol nasceu em Córdoba em 11 de julho de 1561, falecendo a 23 de maio de 1627. Estudou cânones e leis em Salamanca, segundo consta levou uma vida desregrada; da vida galante de seu tempo, ficou um mal disfarçado ceticismo amoroso. Dos tempos de Salamanca datam seus primeiros ensaios literários, estes desde o começo apresentam aquele duplo sentido mantido por toda a sua vida, ou seja, a linha “culto” ao princípio por influência da Itália e o modo popular do romance tradicional, vilancetes e letrilhas, composições menores cheias de graça e delicadeza. Obteve um benefício no cabido de Córdoba, deslocando-se por várias cidades da Espanha. Em 1603, demora-se em Valladolid, atraído pela agitação da corte que ai então residia. Em 1605 foram incorporadas 37 composições suas em *Las flores de poetas ilustres de España*, organizada por Pedro Espinosa, o que deixa claro o gosto comum consumia as obras de Gongora. De 1612 a 1613, trabalha nos seus poemas mais importantes, na *Fabula de*

Polifemo y Galatea e na Primeira das *Soledades* – a segunda ficou incompleta. Tais obras granjearam-lhe tanto críticas e ataques como aplausos entusiasmados, o que o arrastam para polêmicas nem sempre conduzidas com nobreza de sentimentos e de linguagem. Os inimigos maiores de Gongora foram Lope de Vega e Quevedo. Contava entre seus admiradores, o célebre orador barroco, frade trinitário H. Félix Paravicino, o humanista Pedro de Valência, o poeta conde de Vilamediana entre outros. O êxito das obras acima referidas tornou-o conhecido em Madrid para onde se muda em 1607, uma vez nomeado para uma capelinha de honra de Felipe III, devido aos bons ofícios de seu protetor Duque de Lerma. Para este fim, foi ordenado sacerdote, uma vez que até então só fora ordenado como diácono. Não foi bem sucedido como pretendente das benesses para familiares e para si mesmo, não pode sustentar-se no extremo aperto financeiro em que viveu até a morte. A vida desregrada a qual se habituara – jogos, dívidas, criados e carruagens –, não lhe dera as garantias para o final da vida, por outro lado, seus familiares de Córdoba e os poderosos de Madrid, entre eles o conde duque de Olivares, não o favoreceram eficazmente, ou acudiram-lhe as necessidades. Atacado de apoplexia, ou de embolia a 24 de março de 1626, compreendendo que seu fim se aproximava, fez seu testamento, dele concluindo a extrema miséria em que se encontrava, arrepende-se de sua produção satírica e deixa o espólio de suas obras ao sobrinho ingrato Luiz de Saávedra, que o substituíra na prebenda de Córdoba. As obras mais significativas de Gongora são poucos anos posteriores ao Quixote de Cervantes: 1605. E assim como este livro vive do cavaleiro andante, desajustado do meio histórico em que nascera, também um pouco paralelamente a poesia de Gongora aparece num tempo em que a gesta heróica do *Siglo de Oro* se inclinava ao poente (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Henrique, D., Infante– Denominado o “Navegador” e “Infante de Sagres”, nasceu na cidade do Porto a 4 de Março de 1394 e faleceu em Cabo do Sagres em 1460. Era o quinto filho de D. João I e de D. Filipa de Lancastre foi educado em um ambiente culto e religioso, onde, através de sua mãe teve acesso a uma educação mais propensa às crenças experimentais do que às especulações metafísicas, embora não as dispensasse, prezou os esportes e as artes da guerra. D. Henrique o

Navegador foi um dos grandes promotores dos descobrimentos marítimos do século XV. Tomou parte na expedição de Celta, convencendo-se de que, mais além do cabo Bojador, havia terras à descobrir. Organizou no promontório de Sagres uma famosa escola de navegação, geografia e astronomia, chamando, para ali trabalharem e lecionarem, vários astrônomos e geógrafos estrangeiros. Sua contribuição para as descobertas marítimas do século que se seguiu à sua morte – ou seja, o século XVI – foi das mais notáveis, e, ao falecer, a costa ocidental africana havia sido explorada até o cabo de S. Vicente (ZURARA, 1915).

Hercules – Hércules, um dos mais notáveis heróis da mitologia greco-latina, filho de Júpiter e de Alcmena. Logo depois de nascido, sufocou nos braços duas serpentes enviadas por Juno para o devorarem. Em pouco tempo cresceu extraordinariamente e adquiriu uma força prodigiosa. Obrigado por seu irmão

Euristeu, a quem fora condenado a obedecer, praticou as temerárias façanhas intituladas *Doze trabalhos de Hércules*. Além destas façanhas outros feitos igualmente memoráveis lhe são atribuídos, como por exemplo: estrangulou o gigante Anteu, filho da Terra; separou os montes Calpe e Abila (as chamadas *Colunas de Hércules*); libertou Prometeu que se encontrava acorrentado no monte Cáucaso e matou o centauro Nesso, que lhe queria raptar a esposa Dejanira. Morreu ao vestir a túnica do centauro oferecida por este a Dejanira, como um talismã de raras virtudes, inclusive o de assegurar-lhe a fidelidade do esposo (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; LURKER, 1993).

Herrera, Antonio de – *Antonio Herrera y Tordesilhas; cronista espanhol nasceu em Cuellar, Segóvia em 1559 e faleceu em Madrid em 29 de março de 1625. Foi nomeado por Felipe II, historiógrafo de Castela e das Índias. Publicou várias obras especializadas, sendo a mais importante a História Geral dos Castellanos nas Ilhas e Terra Firme do Mar Oceano ou Historia Central de Los Hechos de Los Castellanos entre Isla y Tierra firma del Mar Océano, composta quatro volumes, editada em 1601. No livro II a obra refere-se ao problema dos habitantes da Nova Espanha, e sua procedência. Acreditava que os habitantes chegaram até ali vindos*

do Velho Mundo, embora não explicasse exatamente onde, afirmava ser por terra (PAPAVERO et al., 1997; ESPASA-CALPE; [s/d]).

Hira, rei – Provavelmente Hirão, rei de Tiro nos meados do século X a. C., para a construção do Templo de Jerusalém, Hira (ou Hirão) buscou em David e Salomão aliança (II Sam., cap. V, vers. XI.). A aliança dos hebreus com o rei de Tiro estendeu-se no fomento à expansão marítima; vieram de Tiro técnicos na construção naval e marinha, e muito provavelmente as madeiras para a construção dos mesmos. No golfo de Elath construiu-se a frota que Salomão preparou para o comércio no Mar Vermelho (BIBLIA SAGRADA, 1978).

Hypolita – Hipólita era uma rainha amazona. Filha de Otrera e Ares, Deus da Guerra. O nono trabalho de Hércules foi tomar o cinturão de guerra de Hipólita (um presente de seu pai). Quando Hércules chegou, Hipólita ficou impressionada com sua força e então deu a ele o seu cinturão. Quando Hera, rainha dos deuses e madrasta de Hércules viu isto, ela disse às amazonas de Hipólita que Hércules estava lá para raptar sua rainha. As amazonas atacaram Hércules e, durante a batalha, Hipólita foi morta. Seu nome significa "Do Cavalo Trotador" (LURKER, 1993).

Innocencio 3º, Papa – Inocêncio III, Sumo Pontífice (1161-1216), eleito em 1198. Aprovou a quarta cruzada. Marcou o apogeu do poder temporal da Santa Sé durante a Idade Média. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d.).

Isac – Isaque, em hebreu significa “queira a divindade sorrir” um dos grandes patriarcas de Israel, filho de Abraão e pai de Jacó. Foi o “filho da promessa” que Deus fez a Abraão quando este já era ancião, assim como sua esposa Sara. A figura de Isaque aparece na Bíblia com menos destaque que seu pai Abraão e filho Jacó. . (DE PEDRO, 1993.).

Isaias – Em hebraico significa “lavé salvou”, designa o primeiro dos profetas do Antigo Testamento, ao qual é atribuído o livro que leva o seu nome. Pouco se sabe

sobre sua vida. Filho de um certo Amós, diverso do profeta autor do livro do mesmo nome, é difícil determinar-lhe o meio social de origem, dada a dificuldade em se fazer concordar passagens aparentemente irredutíveis. As suas qualidades literárias e o conteúdo da sua mensagem supõem uma formação esmerada, que por sua vez parece indicar uma posição social elevada. Sua vocação para atividades proféticas verifica-se em um período difícil, no fim do reinado de Azarias (Osias), rei de Judá, morto em 739. O seu ministério profético ocorre após a morte de Amós e Oséias, nos reinados de Osias, Iotam, Acaz e Ezequias, ou seja, durante os últimos 40 anos do século VIII. Casado com uma profetisa, com ela tem dois filhos. Em 701, com a invasão da Judéia e do cerco movido a Jerusalém por Senaquerib da Assíria, extingue-se sua voz. Segundo o Talmude Babilônico, foi martirizado sob Manassés, que começou seu reinado em 698. Em autores dos primórdios cristãos ecoa a tradição de que teria morrido serrado. Embora haja controvérsias no *Livro de Isaías*, costuma-se hoje dividir tal obra em: *Proto-Isaías*, capítulos 1-39; *Deutero-Isaías*: capítulos 40-55; *Trito-Isaías*: capítulos 56-66. Através de um cauteloso decreto (*Dubium* IV, V) a Comissão Bíblica rejeitava, alegando imprudente, a posição que, baseada em argumentos de ordem interna, negava a identidade de autor para o *Livro de Isaías*, ou seja, acreditava-se tratar de vários autores em um processo de redação consideravelmente longo e complicado. Porém, no decurso da investigação, tal posição conseguiu impor-se. Embora Ibn Ezra (1167) houvesse notado ser necessário postular um autor diferente a partir do capítulo 40, só recentemente a crítica literária e a investigação do processo de redação do *Livro de Isaías* foram alvo de interesse acadêmico com as obras de J. G. Eichhorn (1787) e B. Duhm (1892).

Hoje o *Livro de Isaías* é considerado o resultado de uma compilação que parte da atividade pessoal de Isaías e passando pela de seus discípulos, foi-se estendendo até inícios do século IV. Conservada pelos seus discípulos diretos, a mensagem do profeta foi continuada pela Escola de Isaías, que continuou ativa mesmo após a destruição de Jerusalém em 587. Os autores anônimos do Deutero e do Trito-Isaías teriam escrito respectivamente no período do exílio babilônico (587-537) e durante o período da restauração, após o exílio. Ben Sirach, no início do século II, conhece o *Livro de Isaías* na sua forma atual.

Proto Isaías: Esta primeira parte da obra fala sobre o perfil literário do profeta Isaías. O processo de compilação e redação é tão complexo que em vão tenta-se (até hoje) chegar a uma explicação que mereça acordo geral. As diferentes unidades literárias de que se compõe o livro, além de se encontrarem truncadas, estão hoje dispostas segundo uma ordem que não é primitiva. Às diretamente provenientes de Isaías, foram depois, adicionadas outras que as precisam, comentam, desenvolvem, reinterpretem ou até – dificilmente – são associáveis. Na maior parte o capítulo 1 é de origem tardia. O capítulo 2 dá início a uma coleção de oráculos de origem isaiana. A corrupção moral e religiosa e a injustiça social prenunciam o castigo e a destruição. De grande elevação poética é a alegoria da vinha. O capítulo 6 nos dá, em gênero autobiográfico, a vocação de Isaías e introduz a chamada seção de Emmanuel. Acompanhado de seu filho, Isaías tenta convencer Acaz a confiar em lavé, por ocasião do cerco de Jerusalém imposto por Israel (reino do Norte) e por Damasco, e não chamar a Assíria e, seu auxílio, oferecendo ao rei o sinal de Emmanuel (capítulo 7). Os capítulos de 13 a 23 contêm uma série de oráculos, na sua maioria do próprio Isaías, contra as nações estrangeiras. Os capítulos 24 a 27 e 34 a 35 contêm os chamados grande e pequeno apocalipse e são certamente de origem tardia. Os capítulos de 28 a 33, na sua grande maioria isaianos, contêm os famosos oráculos que amaldiçoam Judá e Israel, mas com alguns sinais de esperança e restituição. Um dos temas evidentes em Proto Isaías é o castigo eminente ao Povo eleito, em virtude de sua infidelidade a lavé e a Seu Pacto. As concepções teológicas de em Isaías são a de um Deus justo, fiel, santo, onipotente, universal e absoluto, cuja presença em meio a Seu Povo necessariamente implica em ameaça, castigo e destruição, quando este Lhe é infiel.

Deutero-Isaías (capítulos 44 a 55): Nele encontramos uma linguagem mais variada e técnica. Sua temática teológica prima pelo fundo histórico. O Deutero-Isaías reflete sobre o Deus Criador, para poder integrar teologicamente no plano salvífico de lavé a destruição de Jerusalém e do templo, assim como os males do cativo que parece estar em curso. Nos capítulos 40 a 48 encontramos a preocupação com os exilados. A Assíria desapareceu do horizonte histórico e agora, o grande inimigo é a Babilônia. Ciro, rei da Pérsia (550 a 530), é o pastor e o ungido pelo Senhor, que possibilitará aos cativos o novo Êxodo em direção à sempre atual Terra da

Promessa. A libertação eminente revelará, por fim, o poder de Deus Criador, quando então, o triunfo de lavé, sobre os falsos deuses será completo. Em suas desventuras (capítulo 51), os exilados estremecem já à clara esperança da libertação próxima e Sião exulta ao pregão do retorno dos desterrados (capítulo 52), que nela encontrarão a felicidade anunciada (capítulo 54).

Trito-Isaías (capítulo 56-66): No *Trito-Isaías* a unidade de redação e literária é frágil, sendo necessário concebê-lo como uma obra de compilação em torno de um núcleo, teológica e religiosamente relacionado ao período da restauração que se seguiu ao exílio. A esperança descrita em Deutero-Isaías é grande parte, frustrada, pois a idolatria se alastra (capítulo 57). O preceito do sábado volta a entrar em vigor e sua observância volta a entrar em vigor (capítulos 56 e 58), porém, a exterioridade das práticas rituais no templo (capítulo 66) e a observância legalista encobrem a injustiça e a dureza de coração (capítulo 58 e 59). Neste período a unidade religiosa é frágil, em grande parte por causa das diferenças de mentalidade, fidelidade e zelo religioso, nas quais a geração que retornava do exílio entra em conflito com a que permaneceu em Jerusalém, que havia passado por um processo de sincretismo religioso e cultural. Porém, entre tantas tribulações lavé deve ser o conforto único para Seu Povo (capítulo 57 e 63), pois assim mantém-se a esperança em tempos melhores, pois é sabida a glória que lavé reserva aos justos (capítulo 60 a 62). O fim de Judá com a destruição de Jerusalém e do templo, além da deportação dos membros mais importantes daquela sociedade, revelou-se uma catástrofe de grandes proporções. Se o Povo eleito, conseguiu manter sua identidade religiosa e reencontrou a linha de sua vocação durante os duros tempos do exílio e da restauração, tal fato se deve, em grande parte, ao valo providencial da mensagem profética do *Deutero* e do *Trito-Isaías* (FEUILLET, 1957).

Itriato, Jacob de – Possivelmente um dos patriarcas bíblicos. Filho de Isaac e de Rebeca, irmão gêmeo de Esaú, e pai dos epômenos das doze tribos de Israel. Sua história ocupa a segunda metade do Gênesis. Ainda no Gênesis encontraremos seu nome ligado a *aqêb* – calcanhar: pois ao nascer ele segurava o calcanhar do irmão – , a mesma palavra com algumas modificações lingüísticas também corresponde a *suplantar*. Essas etimologias são hoje consideradas de cunho popular. A

interpretação – ou tradução – mais apropriada deve levar em conta a apócope sofrida que leva a tradução *que Deus proteja*. (ALBRIGHT, 1957).

Izabel, Rainha – filha de Henrique oitavo (Henrique VIII) e Ana Bolena, Rainha Izabel nasceu, em Greenwich em 1533 e faleceu em Richmond em 1603. Foi declarada herdeira do trono em 1534, pela lei do parlamento, que considerou sua irmã Maria ilegítima, sendo esta banida da sucessão em 1536. Subiu ao trono em 1558, por morte da irmã, revelando grande capacidade de chefia, habilidade diplomática e coragem perante situações críticas. Seu empenho foi em busca do fortalecimento do prestígio internacional da Inglaterra, procurando por todos os meios consolidar a unidade interna do Reino Unido. Na questão político-religiosa tentou a preocupação com a unidade a levou ao compromisso tentado pelo Anglicanismo – Trinta e Nove Artigos – em 1563, entretanto tal manobra não satisfaz os reformadores extremistas ou puritanos, nem aos católicos. A revolta do Norte em 1569, a excomunhão de Isabel pela Igreja – pela Bula *Regnans in Excelsis* – em 1570 e conspirações posteriores contribuíram para o aumento da repressão, que veio a ser exercida sobre todos os “recusantes” que não aceitavam o cumprimento das obrigações anglicanas. Os jesuítas e outros sacerdotes vindos do continente para dar assistência aos católicos do reino foram especialmente perseguidos. A perseguição levou vários religiosos da Igreja ao martírio, porém como eram oriundos de outros reinos, poderiam usar o subterfúgio de que eram agentes e cúmplices de potências estrangeiras, e assim velar a perseguição político religiosa.

A corte de Isabel foi constantemente visitada por embaixadores e enviados especiais, enquanto nos mares os corsários da rainha abriam as portas da expansão marinha e estabeleciam colônias no além-mar. Neste mesmo período a Inglaterra conheceu uma grande efervescência na literatura e na música. Porém nos últimos anos de seu reinado, Isabel I teve algumas dificuldades com os parlamentos, que ainda conseguia dominar. Enfrentou a revolta da Irlanda, com o fracasso da missão de R. Devereux, conde de Essex, fracasso este seguiu à sua execução. Sua morte em 1603 coincidiu com uma reviravolta nas relações entre governantes e o Parlamento, encerrando-se com sua morte não somente a dinastia Tudor, mas

também um período específico da cultura inglesa (BARSA Enciclopédia, 1981; BERNAND et al.,1997).

Japhet – Trata-se de Jafé, o terceiro dos filhos de Noé. Seu nome está relacionado à “criar espaço, alargar”. É apresentado como pai dos povos Indo-europeus. (DE PEDRO, 1993.).

Jeremias – *O profeta*, nasceu pelo ano de 65 a. C. em Anatot, hoje Ras el-Charrube, 7 quilômetros a Ne de Jerusalém. Recebeu a vocação profética no ano 13.º do rei Josias (628-627 a. C.). A primeira fase de sua atividade profética desenvolveu-se no reinado de Josias e vai até 622 a. C.: ataca principalmente o sincretismo religioso e anuncia um inimigo como instrumento divino de castigo. A segunda etapa da pregação de Jeremias começa logo após a derrota de Megildo (609 a. C.), onde morrera o piedoso rei Josias. Seu sucessor, Joaquim não possuía nem virtudes éticas nem as qualidades políticas de seu pai. Josias ataca corajosamente as injustiças e opressões do no rei; além disso, condena a confiança cega na presença física do Templo em Jerusalém. Em 600 a. C. Joaquim rebelou-se contra o rei Babilônico Nabucodonosor II, que em 597 a. C. cerca Jerusalém. Durante o sítio morre Joaquim. Jerusalém é vencida, e uma primeira leva de exilados é arrastada para a Babilônia. Durante o reinado de Sedecias (597- 587 a. C.), na terceira fase da atividade profética, Jeremias aconselha o rei à única política possível: submissão ao rei da Babilônia. O rei, porém, com receio do partido favorável a uma aliança com o Egito, não segue os conselhos de Jeremias e rebelou-se contra a Babilônia. A reação de Nabucodonosor é imediata; em 587 a. C. Jerusalém é sitiada. Durante o cerco da cidade Jeremias foi considerado traidor e sofreu muito. Jerusalém caiu em julho de 585 a. C. ; o rei e a classe dirigente foram levados para o exílio. É dado a Jeremias o poder de decisão quanto a ficar na Palestina ou ir para a babilônia, Jeremias prefere permanecer para ajudar seu amigo Godolias na reconstrução da comunidade. Após o assassinio de Godolias, os culpados fogem para o Egito, temendo represálias de Nabucodonosor e arrastam consigo Jeremias. A partir desta data não há notícias de Jeremias, provavelmente teria morrido no Egito. a personalidade de Jeremias é conhecida através de suas

confissões e monólogos, que refletem uma alma profundamente piedosa e sensível, completamente entregue à sua missão profética.

O livro de Jeremias em seu estado atual é composto de textos em forma poética e prosa os textos em prosa apresentam em geral melhor estado de conservação do que os poéticos. Além disso, a tradução do Antigo Testamento, chamada dos LXX, apresenta um texto consideravelmente mais curto do que o texto hebraico massorético (2700 palavras a menos). Esse fato deve ser explicado em alguns lugares, por erros de copistas, em outros lugares por edições secundárias no texto, ainda não existente no tempo da tradução dos LXX. Quanto à composição, o atual livro de Jeremias é um aglomerado de textos originariamente independentes. O princípio de composição não é sempre claro; ordem cronológica e ordem de assunto misturam-se. O texto massorético dispõe em geral, nos capítulos 1-39 o material pertencente à época anterior à queda de Jerusalém (586 a. C.); os capítulos 46-51 conservam os oráculos contra os povos. O texto dos LXX transmitiu-nos uma outra ordem provavelmente a primitiva: oráculos contra as nações, profecias de ventura, sofrimentos de Jeremias terminando com apêndice históricos. Os 25 primeiros capítulos são principalmente agrupados em ordem cronológica. As profecias de ventura estão ordenadas por matérias, as narrações dos sofrimentos de Jeremias cronologicamente. Um problema muito discutido na história da exegese jeremianiana é a reconstrução do assim chamado, rolo primitivo (Urrolle) escrito a mando de Jeremias e lido diante do rei Joaquim. Já durante o exílio deve ter começado o processo de seleção e agrupamento das fontes, que se prolongou por muito tempo (BIBLIA SAGRADA. 1978; ESPASA-CALPE, [s/d]).

Jesus christus – Jesus Cristo, Jesus significa aquele que salva e Cristo o messias, o ungido, sendo Jesus o nome próprio do filho de Maria. Quando nos referimos a Jesus trata-se de personagem da história que viveu na Palestina e que o povo via em sua qualidade de Homem. Quanto à denominação Cristo, refere-se a sua situação definitiva de ressuscitado. A cronologia de sua vida está bem demarcada na história quanto à ubiquação geral. Consta que nasceu antes da primavera do ano 750 de Roma, dados que não são precisos uma vez que pode haver erro nos

cálculos de Dionísio. Quanto à doutrina a temos nos evangelhos, não existindo na literatura da humanidade nada comparável. (DE PEDRO, 1993.)

Joanna de Orleans Franceza – Santa Joana D’Arc (1412-1431) – Heroína francesa, natural da aldeia de Domrémy, na Lorena, e que, em princípios do século XV, decidiu libertar sua pátria do jugo inglês, inspirada, segundo afirmava, numa aparição de São Miguel. Efetivamente, no momento do combate, pondo-se à frente dos exércitos, expulsou os ingleses de sua pátria, levantou o cerco de Orleans (1429) e fez consagrar o rei Carlos VII em Reims. No ano seguinte, ao entrar em Compiègne, foi presa pelos ingleses ali remanescentes. Acusada de feitiçaria foi condenada por um tribunal eclesiástico ao serviço do soberano inglês. Quinze anos após sua morte, já o papa Calixto III publicava a iniquidade do tribunal e a inocência da vítima. Joana d’Arc foi beatificada em 1909 por Pio X e canonizada por Bento XV em 1919. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d.).

João Primeiro, D., Rei– D. João I foi o fundador da dinastia de Avis, nasceu em Lisboa em 11 de Abril de 1357, falecendo a 18 de agosto de 1433. Filho de D. Pedro I e de uma dama da aristocracia Galaica, D. Tereza Lorenço, sua educação foi confiada de início a Lorenço Martins Praça, um burguês de Lisboa, posteriormente assumiu-a D. Nuno Freire de Andrade, Grão-mestre da Ordem de Avis, em 1383, quando morreu seu meio-irmão o rei Fernando o trono passou então a Beatriz, filha de Fernando e Leonor Teles, esta casada com D. João I de Castela. Os portugueses em sua maioria opunham-se ao domínio do amante da rainha viúva regente, o mestre de Avis rei estrangeiro. Depois de matar o conde de Andeiro, fez-se chamar *Defensor e Regedor* do Reino, título que as cortes, negando os direitos de Beatriz, substituíram pelo de rei em 1385. Seu trono fortalecido pela grande vitória de Aljubarrota sobre os castelhanos, em 1385, teve seu prestígio aumentado pela tomada de Celta em 1415, constituindo-se o começo das descobertas portuguesas na costa da África. Muito se dedicou o rei à prática de obras de caridade, reflexo de seu temperamento religioso e da harmonia com que sempre vivera com sua esposa, da mesma forma mereceu-lhe desvelo e proteção as igrejas e capelas, constitui-se a sua empresa maior no que concerne a construções sagradas, o mosteiro de Santa

Maria da Vitória, ali quis dormissem os seu restos mortais. No campo das letras coube-lhe honroso lugar, na obra *O Livro de Montaria* avalia-se não apenas uma obra de cinegética, mas de vasta cultura. A sua prosa é maleável, destacando-se aqui e além beleza literária; o soberano era bom latinista (AMEAL, 1942).

João 2º, D., Rei – D. João II, rei de Portugal (1455-1495), salientou-se na guerra contra Castela e na batalha de Toro. Subiu ao trono em 1481, por morte de D. João V. Defendeu o povo da cobiça dos nobres, contra os quais abriu luta. Reuniu todos os esforços ao seu alcance para expandir o reino, colonizando a Guiné e enviando navegadores em busca de novas terras. Rejeitou, porém, os serviços de Cristóvão Colombo. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

João Terceiro, D., El-Rei – também chamado *O Piedoso*, nasceu em Lisboa em 1502, vindo a falecer na mesma cidade em 1557. Filho de D. Manuel I e de Dona Maria consta que na câmara de seu nascimento, foi saudado pelo *Alto da Visitação ou Monólogo do Vaqueiro de Gil Vicente*. De requintada educação, teve como educador o humanista Luiz Teixeira, o físico Tomás Torres, o cosmógrafo Calçadilha entre outros. Em 1517, seus pais trataram seu casamento com D. Leonor da Áustria, irmã de Carlos V. Contudo, D. Manuel, seu pai, enviuvou-se, e acabou por tomar a noiva da filha. Muito tem explorado a história sobre este incidente, atribuindo alguns que a troca teria se dado em razão da princesa ser mais velha que o príncipe. Em 1525, D. João III casou-se com D. Catarina, período em que sua presença no trono exigia grandes responsabilidades, uma vez que Portugal atingira o apogeu da expansão ultramarina. Portugal alcançara grandes extensões de domínios pelas cinco partes do mundo. Os encargos excessivos em homens e recursos em grande parte baseados no comércio com os países da Europa do Norte e Central. Fardo demasiadamente pesado para o monarca. D. João III tratou de salvar o que julgou mais importante e reorganizou um novo império oriental. Manteve os postos vitais e alargou as possibilidades de mercados à fontes mais lucrativas. Considere-se que entre suas atitudes substituiu o governador da Índia, D. Duarte de Meneses por Vasco da Gama, tornando-o vice-rei, entretanto, a morte do mesmo frustrou-lhe as esperanças de monarca. A reorganização e ocupação militar do oriente, despendia-

Ihe enormes recursos, voltou-se então para a ocupação e povoamento dos extensos territórios férteis do Brasil. diga-se de passagem, exploração que comparada com o oriente podia-se dizer pacífica. A visão político-econômica se conformaria no futuro. Reforçou a sua marinha no Atlântico, o que neutralizou as investidas da França no Maranhão e Rio de Janeiro. Em 1549, D. João III cria uma administração centralizada, instituindo um governo geral para as terras do Atlântico, para tanto elege Tomé de Souza, os séculos futuros refletiriam o invulgar tino de monarca: a evangelização pelo aldeamento dos índios, a miscigenação étnica, trouxe consigo as possibilidades de unificação futura. Quanto à Espanha, consórcios dinásticos teriam continuidade. Tanto D. João III casando-se com D. Catarina, como sua irmã D. Isabel consorciando-se com Carlos V, estes entre tantos outros consórcios manteriam a união ibérica; um programa que assegurou a paz entre os dois países peninsulares, paz que com o tempo comprometeria a independência. Quanto à administração interna, o monarca obedeceu ao critério centralizador, em razão das condições do império e da situação instável da Europa, entretanto, esteve sempre atento às aspirações do país. Uma de suas características na metrópole no final do reinado foi à intensificação de ações inquisitoriais contra judeus. Entretanto, a centralização política não pode ser assegurada após sua morte, o período que se seguiu, deu início à regências que por mais de uma década dividiram o rei, isto porque apesar do grande número de filhos que teve com D. Catarina, antes de morrer D. João III perdeu seu último filho vivo, como único herdeiro ficou seu neto D. Sebastião que contava com apenas três anos (ABREU, 1976; BUENO, 1999).

João 4º, D. Rei – D. João IV era filho de Teodósio e de D. Ana Velasco, foi ele o primeiro rei da dinastia de Bragança, seu reinado foi um marco para a soberania de Portugal, pois foi nele que Portugal se livrou de 60 anos de dominação espanhola – dominação esta que se estendeu de 1580 a 1640. Pois em 15 de dezembro de 1640, D. João IV é aclamado como o “rei libertador”. Ainda no primeiro ano de sua regência, se preocupa com a questão das fronteiras, criando assim o Conselho de Guerra, que combateria os espanhóis em várias ocasiões, dentre elas em Vila Viçosa, Montes Claros, Badajoz e Elvas. Os inimigos feitos pelos espanhóis no período em que estes dominavam o reino português deveriam ser esclarecidos e

persuadidos de que agora Portugal também era inimigo da Espanha, neste sentido D. João IV irá desenvolver uma ampla relação diplomática com holandeses e ingleses, para ter o apoio destes em uma guerra contra a Espanha que duraria aproximadamente 28 anos, e que só acabaria com a vitória lusitana na batalha de Vila Viçosa em 1665. Porém, o fantasma espanhol ainda rondaria o trono de D. João IV, em meados de 1641 é desmantelada uma conspiração que visava assassinar o monarca português, conspiração esta liderada pelo arcebispo de Braga, o inquisidor-geral D. Francisco de Castro, que foi preso na torre do Tombo, ficando lá até sua morte em 1643. Portanto os esforços de Restauração promovidos por D. João IV tiveram de ser feitos não somente através de uma política externa, mas também em uma constante vigília sobre parte da nobreza portuguesa.

No referente à Colônia do Brasil, D. João IV trataria de expulsar os holandeses que desde 1630 haviam se instalado no nordeste brasileiro, estabelecendo benfeitorias, engenhos, enfim todo o necessário para proceder ao cultivo e extração da cultura da cana. A partir de 1642 os portugueses foram minando este pequeno império batavo no Brasil, porém, foi a partir de 1645 que a ação portuguesa – e brasileira – começou a adquirir um caráter sistemático, naquela que ficou conhecida como a Insurreição Pernambucana. Por fim, em 1648 os portugueses derrotam os holandeses na famosa batalha de Gurarapes; e, em 1654 os expulsam em definitivo, expulsão esta que não foi conquistada somente a fogo e sangue, pois como se sabe Portugal deu aos holandeses uma “gorda” paga em ouro para sua total retirada do território nordestino.

No referente à Inquisição, esta não se relacionou muito bem com o monarca português, pois entre 1649 e 1669, ficou suspenso, através de um alvará real, o confisco de bens de cristãos novos que haviam sido penitenciados pelo Santo Ofício, pois segundo D. João IV, estes não mereciam tal punição, pois teriam sido os financiadores da guerra contra os espanhóis e holandeses nos primeiros anos da Restauração. Entretanto, a tensa relação entre o rei e a inquisição ia mais além, e podemos especular que os problemas iam além do financeiro, eles estavam no âmbito do político, envolvendo a nova composição de forças da monarquia restaurada.

Com referência ao aspecto institucional, D. João IV deu continuidade à organização político-

administrativa iniciada no tempo dos Felipes. Em 1642 é criado o Conselho Ultramarino, Conselhos da Fazenda, da Guerra e do Estado; em 1649 é criada a Companhia Geral do Comércio do Brasil, que era encarregada principalmente de administrar o comércio de açúcar produzido no nordeste do Brasil; no ano de 1652, é restabelecido o Tribunal da Relação do Brasil, na Bahia, tribunal este responsável pela administração da justiça secular na Colônia. O Tribunal da Relação havia sido criado inicialmente por Felipe III da Espanha em 1609, e abolido em 1626.

D. João IV faleceu em 1656, seu legado para Portugal foi o das bases para a consolidação da independência do reino e do império, cujo centro estava no eixo Rio de Janeiro-Angola. Seu reinado, portanto, destacou-se principalmente nas relações diplomáticas e nas ações militares de proteção à soberania do reino, além de promover uma sólida reestruturação política e administrativa do Estado (FRANÇA, 1997; VAINFAS, 2000).

João Quinto, D., Rei – O rei D. João V nasceu em Lisboa em 1689, falecendo em 1750. Sob o título de *O Magnânimo*, herdou o trono em 1697, e foi aclamado rei em 1707. Em 1708 casou com D. Maria Ana de Áustria, filha do Imperador Leopoldo I. A situação de Portugal à época da aclamação do rei D. João V era crítica. A política econômica interna atravessava dificuldades, uma vez que o tesouro achava-se exaurido com as sucessivas campanhas de restauração, o atraso no pagamento dos funcionários públicos e do exército, dava azos a movimentos de protestos e rebeldia. No tocante a política externa a guerra da sucessão da Espanha continuava. Guerra que consumia todas as economias do país. Auxiliado pelo Jesuíta padre Luiz Gonçalves, conde de Viana, Marques de Alegrete, seus primeiros ministros e outros, o jovem monarca procurou na prudência e cautela a inspiração para seu governo. Com o tempo, adquirindo a experiência, permitiu-lhe fixar as linhas fundamentais de uma ação governamental: neutralidade ante os conflitos europeus; ação católica; defesa e fomento do patrimônio ultramarino; desenvolvimento econômico e cultural do país, além de prestígio da realeza e da nação.

No seu reinado, o poder e a riqueza da Igreja aumentaram. Em Mafra, entre 1716 e 1735, fez construir um convento franciscano, tratava-se do pagamento da promessa de ter um herdeiro varão, nascera o futuro D. José I. Embora, em desentendimento com a Santa Sé, em 1748 o Papa Benedito XIV concede a D. João V o título de Fidelíssimo. Durante seu reinado, a perseguição inquisitorial teve atividade satisfatória para o prestígio da Igreja, entre 1704 e 1743, foram 90 execuções, dentre as quais a do dramaturgo Antonio José da Silva, com o pseudônimo de *O Judeu*. Para a Colônia com os reveses da ação colonial no oriente, o governo português direcionou a dominação imperial para o Atlântico Sul. Com a perda das várias sucessões e as indenizações de guerra, o reinado de D. João V reestruturou-se no controle sobre o Brasil, aliás, responsável pelo soerguimento do Reino com exploração dos metais e pedras preciosas das Gerais, o enriquecimento à custa de vasta legislação fiscal na região de mineração. Preocupado com a expansão territorial, D. João V, voltou-se às capitanias adquirindo-as para a Coroa, elegeu as de São Vicente, Pernambuco, Espírito Santo e São Paulo. Foram medidas que permitiram um controle maior sobre a Colônia, não descurando da demarcação das fronteiras, uma das maiores preocupações do seu governo, corroborando para tal, a atuação do Ministro Alexandre de Gusmão, hábil diplomata na paz luso-espanhola, selada pelo Tratado de Utrecht (1715), e as resoluções de fronteira na Amazônia ao norte, e no sacramento ao sul. Sob a acusação de inspirar-se na administração francesa de Luiz IV, a consolidação do absolutismo e do mercantilismo português, teria se dado no período de D. João V. Afirmação que não procede, uma vez que neste período Portugal rendeu-se às imposições econômicas da Inglaterra. Com a morte de D. João V, as reformas teriam sua continuidade no reinado de D. José I, um período que se caracterizou pela administração do Marques de Pombal (ABREU, 1976; HOLANDA, 1960; VAINFAS, 2000).

Jordão, Manoel – Sertanista de São Paulo, que acompanhou a bandeira do capitão-mor João Mendes Geraldo em 1645, e que esteve nas margens do rio Iguaçu (FRANCO, 989).

José 1º, D., de Portugal – D. José I foi rei de Portugal, pertencente à dinastia de Bragança, de 1750 a 1777. Sucedeu ao pai, D. João V no trono. Em 1729 casou-se

com D. Mariana Vitória, uma princesa espanhola com a qual teve 4 filhas, a mais velha, D. Maria I (1777-1816) o sucedeu no trono após uma curta regência de sua mãe que ao cair enferma, deixou o trono à filha. Ao assumir o trono D. José teve de lidar com algumas condições políticas críticas, herança do reinado de seu pai D, João V, que nos últimos anos de sua regência, foi acometido pela doença. A solução para as adversidades que Felipe I tinha de enfrentar só possuía duas saídas: ou aceitava a crescente autonomia de alguns setores da nobreza que estava ligada ao ultramar, e assim, a uma conseqüente fragmentação do comércio marítimo português entre pequenos mercadores, que debilitavam a Coroa e ameaçavam, perante os antagonismos internacionais comuns a esse período a existência do próprio reino português, ou reagia. Decidiu pelo segundo caminho, afirma-se isto, quando se interpreta os nomes que nomeou para um gabinete da qual os membros não possuíam prestígio, tampouco ligações com nobres de peso do tempo de seu pai, tal atitude, provocou uma reação de grande descontentamento, reação esta que se precipitou no atentado sofrido por ele em 1758.

Em 1759, D. José I é conduzido a um suplício público, após um julgamento secreto promovido pelas famílias mais poderosas do reino. Nos anos seguintes, transformou-se em um rei sem evidência, principalmente após o terremoto de 1755, quando então o marquês de Pombal se transformaria em uma figura política mais conhecida que seu próprio soberano. O marquês, ao que parece, possuía ampla autonomia administrativa, e o rei – por acomodação, ou acordo com os atos de seu ministro – jamais censurou quaisquer atos impetrados por Pombal, tal liberdade foi utilizada por ele para se defender das acusações que sofreu quando D. José I faleceu em 1777 (FALCON, 1982; VAINFAS, 2000).

Josué – Em hebreu significa “Javé salva”. Josué foi ajudante e sucessor de Moisés como chefe do povo, ao qual conduziu na entrada e na conquista da *terra prometida*. No *livro de Josué* narra-se a conquista e a distribuição da terra entre as doze tribos, há um interesse centrado nos episódios maravilhosos nos quais se vê a proteção de Javé. (SANTIDRÍAN, 1997)

Judith – Judite, palavra hebraica que significa: “judia”, é também o nome da heroína de um dos livros da Bíblia. Segundo ele, Judite, a jovem viúva de Manassés, ao ver sua cidade Betúlia, ser sitiada pelos Assírios, utiliza-se de seu poder de sedução, poder este protegido por sólida virtude, para então ganhar a confiança de Holofernes, líder do exército assírio, e assim assassiná-lo impunemente, e, deste modo, assegurar a vitória para seu povo (BIBLIA SAGRADA, 1978; DE PEDRO, 1993).

Justiniano, Imperador – Imperador do Oriente (483-565). Subiu ao trono em 527, lutou contra os persas, venceu os vândalos na África e os ostrogodos na Itália, conseguindo unificar império romano em 552. Perseguiu o paganismo e compilou um código, de onde resultaram o *Corpus júris civilis*; *Institutas* e *Digertes*. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

la Calancha, Antonio de, Padre Jesuíta – Trata-se de Antonio de la Calancha (1584-1654) autor das primeiras crônicas relativas ao Vice-reinado do Peru (ESPASA-CALPE, [s/d]).

La-Mancha, D. Quichote de – Miguel de Cervantes Saavedra (Espanha, 1547-1616) concebeu “O Don Quixote” (1605 - 1ª parte, 1615 – 2ª parte) como novela curta, inspirado num caso de loucura. Cervantes teria pretendido fazer uma sátira da ‘propaganda’ cavaleiresca e daqueles que se armavam cavaleiros às cegas, combatendo dessa forma a cavalaria andante. Dom Quixote (o cavaleiro da triste figura) e Sancho Pança, personagens surgidos da fantasia do artista, aparecem vivos como se fossem personagens históricas. Esta obra opôs-se à irrealidade da época das novelas de cavalaria, ainda muito lidas na Espanha da época. Marcada pela caricatura de um estilo fantasioso se transformou no retrato da aventura humana, no perfil do homem dividido entre o sonho e a realidade. Don Quixote – uma das maiores obras-primas da literatura de todas as épocas – influenciou a escritores, pintores, escultores, dramaturgos, cineastas, músicos através do tempo. Miguel de Cervantes Saavedra (Espanha, 1547-1616) concebeu “O Don Quixote” (1605 - 1ª parte, 1615 – 2ª parte) como novela curta, inspirado num caso de loucura.

Cervantes teria pretendido fazer uma sátira da 'propaganda' cavaleiresca e daqueles que se armavam cavaleiros às cegas, combatendo dessa forma a cavalaria andante. Dom Quixote (o cavaleiro da triste figura) e Sancho Pança, personagens surgidos da fantasia do artista, aparecem vivos como se fossem personagens históricas. Esta obra opôs-se a irrealidade da época das novelas de cavalaria, ainda muito lidas na Espanha da época. Marcada pela caricatura de um estilo fantasioso se transformou no retrato da aventura humana, no perfil do homem dividido entre o sonho e a realidade. Don Quixote – uma das maiores obras-primas da literatura de todas as épocas – influenciou a escritores, pintores, escultores, dramaturgos, cineastas, músicos através do tempo.

Com o título original de *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*, esta obra de Cervantes só deve perder para a Bíblia em volume de traduções. Além disso, cada época deu-lhe suas próprias interpretações. Assim, por exemplo, no século XVII pouco se viu no romance além de uma obra recheada de bom humor e diversão, no qual D. Quixote e Sancho encarnam respectivamente o pícaro e o grotesco. O Dom Quixote de 1605 compõe-se 4 partes, que terminam nos capítulos 8, 14, 27 e 52. A composição é tipicamente barroca, que se encaixa muito bem na definição do próprio Cervantes que afirma ser uma ordem desordenada, de maneira que a arte, imitando a Natureza, parece que ali a vence. O processo então utilizado por Cervantes – a paródia – satisfaz plenamente às exigências de complicação da ação barroca: permite dar relevo aos contrastes, por meio da deformação grotesca, pelo deslocamento do patético para o burlesco, fazendo com que ali e aqui o burlesco apague a emoção momentaneamente, ou fazer com que esta aflore em pequenas passagens humorísticas. O cerne da obra encontra-se no confronto passado-presente, ideal-real, ideal-social. Porém, os dois personagens principais, D. Quixote e Sancho, estão se opondo continuamente, eles antes representam valores distintos e necessariamente coexistentes de um mesmo mundo. Atentemos para a intenção de Cervantes que, em várias passagens de sua obra é a de fazer uma apresentação irônica do mundo moderno, ou seja, o fundo de alegria que se esconde por detrás da visão melancólica, a busca do absoluto que está no suposto do relativo. Dom Quixote nos dá a impressão de liberdade máxima, e suas refinadas reflexões fazem, de certo modo, uma concorrência à natureza, nos passando assim a sensação de

vida; já em Sancho obtemos a sensação constante dos limites estreitos que por vezes vislumbramos em nós mesmos (CERVANTES de SAAVEDRA, 1978; RIQUELME, 1960).

Lampedo – Há poucas referências a Lampedo, ao que parece ajudou Marpesia a construir o império das amazonas (ver Marpesia) (LURKER, 1993).

Las Casas, Bartolomeu de, Frei– Frei Dominicano, nasceu em Sevilha em 1474, e morreu em 1566. Seu pai acompanhou Colombo na segunda Viagem. Estudou direito, humanidades e filosofia em Salamanca, onde tomou contato com a Escola Tomista. Em 1502 embarcou para a América, em 1510 foi ordenado na Espanha e celebrou sua primeira *missa nova* no Novo Mundo. Em 1514, deixou suas *haciendas* e fez-se pregador; ele próprio afirmava, que sua idéia era levar à América “pretos” da África para se libertar os índios, idéia da qual em vão se arrependeu. Fracassados seus projetos junto a Carlos V, professou em 1523, nos dominicanos da Espanha. *As Nuevas Leyes de Indias* (1542), inspirou-se nos princípios de Las Casas. Bispo de Chiapa (México) em 19 de dezembro de 1543, sagrado em Valhadolide (1544), chegou a São Domingos em 9 de setembro de 1544. Grande apóstolo da liberdade dos índios americanos, à sua volta, suscitou ódios e polêmicas que ainda não se findaram. (BERNARD et al., 1997; ESPASA-CALPE. s/d).

Lipsio – Provavelmente lustus Lipsius, nome latino do humanista flamengo Joost Lips, nasceu em Overysse, Bruxelas em 18 de outubro de 1547, falecendo em Lovaina em 23 de março de 1606. Estudou em Colônia e Lovaina. Foi também secretário do Cardeal A. P. de Granvella, em Roma de 1568 a 1570. Tornou-se simpatizante do protestantismo e lecionou nas Universidades de Iena (de 1572 a 1573) e Leida (de 1578 à 1590). No ano de 1590, Lips resolve se reconciliar com o catolicismo, e em 1592 passa a ser professor em Lovaina. Suas obras tratam de filologia latina e arqueologia romana, tendo feito excelentes edições de Tácito (1574) e Seneca (1589). Publicou também um estudo acerca do suplício da cruz na Antiguidade (1593). A partir de sua obra *Manuductio ad philosophiam stoicorum* (1604) no qual propõe-se a divulgar o estoicismo antigo, em especial o romano, por

meio de Seneca. Obras: *Opera Omnia*, em 7 volumes, *Antologia*, 4 volumes, 1614-1623; *Letres Inédites*, 1858 (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Lobo, Manoel, D. – Foi nomeado governador do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1678 (fins do século XVII), logo em seguida recebe ordens, através de carta Régia de 22 de novembro, que uma vez empossado no cargo deveria descer ao rio da Prata e fazer na ilha de São Gabriel um reduto fortificado, além de uma colônia para residência para a vassalagem real. Fundou, portanto, uma colônia às margens do rio da Prata em 1680, fronteira com Buenos Aires. A fronteira chamou-se Colônia do Sacramento. Uma rápida avaliação e pode-se concluir que o governo de Manoel Lobo situa-se num período de preocupação do governo português, cujo projeto e providências para a ocupação da margem do Prata era levar efetivamente até as águas do mesmo – Rio da Prata –, a fronteira Sul do Brasil (ABREU, 1976; HOLANDA, 1960).

Lopes, Gregório– Foi uma das mais importantes figuras da pintura portuguesa no século XVI, pelo casamento com Izabel em 1515, filho de Jorge Afonso, pintor régio, ingressou numa família de pintores à que pertenceram também Francisco Henriques, Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes. Conjectura-se que entre 1513 e 1515, teria trabalhado na oficina de Jorge Afonso, em Lisboa. Sabe-se que foi parceiro de André Gonçalves, Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes na execução dos painéis encomendados por D. Manuel para a Relação de Lisboa (hoje desconhecidos). Nomeado pintor por este monarca, confirmou-se como pintor régio de D. João III em 1552. Sabe-se que tomou parte na pintura de vários painéis para o cardeal-enfante D. Henrique, o bispo de Lamego, o mosteiro de Ferreirim e o convento de Cristo em Tomar. É muito complexo o problema das pinturas de Gregório Lopes. As pinturas que executou para o Charola de Tomar são o ponto de partida para a identificação das restantes (BARSA Enciclopédia, 1981).

Lúcifer – *O Portador de luz*. É outro nome dado ao diabo ou satã, derivado destas duas passagens: Is. 14, 12: “Como caíste do céu astro brilhante (luzeiro)”, e Lc 10, 18: “Eu via Satanás caindo do céu como um raio”. (BIBLIA SAGRADA, 1978).

Luiz décimo tercio – Luis XIII, cognominado *O Justo*. Foi Rei da França de 1601 a 1643. Seu governo iniciado em 1610 sob a tutela e regência da rainha-mãe, Maria de Medici, foi obscuro até o advento de Richelieu (1624), quando também foi proclamada a maioria do rei, datando dessa época o início dessa luta sem tréguas contra os huguenotes. A França se aliou à Suécia, e ao protestantismo, intervindo na guerra dos 30 anos. Seu maior mérito está em haver apoiado a Richelieu contra todas as maquinações do feudalismo. Em 1642 com morte de Richelieu, sucedeu seu discípulo Mazarin. Em 1615 Luiz XIII desposa Ana da Áustria (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Magalhães, Fernando de – Fernão de Magalhães ou ainda Fernán de Magallanes, navegador e descobridor português nasceu em Trás-os-Montes em 1480, e faleceu em Cebu, nas Filipinas em 27 de Abril de 1521. Fernão de Magalhães comandou a primeira expedição que deu a volta ao mundo, singrando pela primeira vez o oceano Pacífico de Leste a Oeste. Era de família nobre e foi pajem da rainha Leonor. Quando tinha 25 anos, participou de viagem às Índias Orientais, de expedições a Quíloa, Sumatra e Malaca, da batalha de Diu e da conquista de Marrocos (1513-1514).

De volta à sua pátria, participou da expedição contra Azamor. Seu projeto de estabelecer uma rota para as Molucas, que seriam a fonte das grandes especiarias, pelo caminho do Ocidente, não encontrou apoio em Portugal. Por entrar em conflito com o rei Manuel e sob fortes acusações contra sua dignidade, submeteu seu plano a Carlos I, que apoiou sua empreitada. Magalhães conseguiu chamar à atenção de banqueiros e homens de negócio, que financiaram a empresa, mas teve de encarar desconfianças e receios, bem como as dificuldades impostas por Portugal, que acreditava estar sendo lesado, haja vista a soberania que afirmava ter em tudo que dissesse respeito ao Oriente.

Magalhães acreditava chegar ao Pacífico por um estreito que dizia ficar ao Sul da América. De sua expedição participaram pilotos e navegadores de renome. Ajudaram-no os irmãos Faleiro. Das instruções que recebeu, constava a proibição de violar as terras que pertenciam à coroa portuguesa, ao mesmo tempo era-lhe

outorgado amplos poderes de governo, bem como autorização para exploração econômica das terras que descobrisse. A frota era composta por cinco navios. Zarpou de Sevilha a 10 de agosto de 1519, tomando o sumo de sudoeste. A falta de ventos favoráveis transformou a viagem em verdadeiro suplício, o que levou à tripulação a se amotinar, motim este debelado. Após fundear o rio da Prata, a expedição seguiu pelas costas patagônicas, onde Magalhães resolve passar o inverno na baía de S. Julião. Vencida uma nova rebelião entre os marinheiros, os líderes do motim foram “exemplarmente” executados.

Em outubro de 1520, os navios contornaram o estreito que tem hoje o nome de Magalhães. Um dos navios foi destruído por um temporal, e outro desertou a missão e retornou à Espanha. Com os três restantes, Magalhães em 28 de novembro de 1520 chegou ao grande oceano, que então denominou de Pacífico, dado a aparente calma de suas águas. A partir daí continuou viagem rumo ao Nordeste em busca da linha equatorial. Após 98 dias de navegação chegou a algumas ilhas que chamou de Ladrones e a 16 de março de 1521 aportou nas Filipinas.

Foi Fernão o catequizador do rei Hamabar, de ilha de Cebu, que se reconheceu vassalo do rei da Espanha. Porém, ao querer impor à submissão ao rei Lapcelapu, de uma tribo da ilhota contígua de Mactán, Fernão de Magalhães foi morto pelos nativos. A expedição então continuou sob o comando de Juan Sebastián de Elcano. Por fim, dos cinco navios com 247 homens que haviam zarpado três anos antes, somente um regressou com 18 tripulantes. Magalhães não redigiu o diário de sua viagem que, porém, pôde ser reconstituída pelo diário de Pigafeta (BARSA Enciclopédia. 1981; BERNAND et al.,1997).

El Rei D. Manoel – D. Manuel nasceu em Alcochete em 31 de Junho de 1469, morreu em Lisboa em 13 de dezembro de 1521. Filho de D. Fernando duque de Viseu (irmão de Afonso V), e de D. Beatriz (filha do Infante D. João). Devido ao falecimento do único herdeiro legítimo D. João II (seu cunhado), em 1491, além das mortes sucessivas de seus irmãos mais velhos, D. Manuel I foi coroado o 14º rei de Portugal. Em 27 de outubro de 1495, foi aclamado, tão logo, aclamado, deixou evidente à intenção de manter e prosseguir os empreendimentos em curso seja na busca do caminho para o oriente, seja na continuidade das conquistas no território

africano – já conhecido até o extremo sul, uma vez que Bartolomeu Dias em 1488 dobrara o Cabo das Tormentas. Tais intenções esbarraram na imposição daqueles que acreditavam na suspensão dos empreendimentos. D. Manuel casou-se com a princesa Isabel de Espanha filha dos reis católicos e viúva de D. Afonso, sobrinho de D. Manuel.

Com o falecimento do príncipe real D. João, herdeiro do trono espanhol, ficou a rainha investida desta herança, partiram, pois os soberanos para serem jurados herdeiros das coroas de Leão, Castela e Aragão, em 1498. Em agosto do mesmo ano, D. Isabel morreu de parto em Saragoça, depois de dar à luz ao príncipe D. Miguel da Paz, da mesma forma, por sua vez o herdeiro das mesmas coroas foi jurado no ano seguinte à coroa de Portugal. Contudo, em 1500, o herdeiro de D. Manuel faleceu em Granada, desta forma cai por terra a perspectiva da unidade peninsular sob um príncipe português.

Quanto à administração de D. Manuel I, em 1498, a armada de Vasco da Gama atingiu Calecute, a extraordinária proeza abriu ao mundo ocidental as portas do caminho marítimo para a Índia. O professor Arnold Toynbee considera o acontecimento uma divisória máxima, ou seja, *a era pré-gâmica e a era pós-gâmica*; uma nova civilização atlântica do “mar aberto sucedeu à civilização mediterrânica do “mar fechado”. Regressando a armada de Vasco da Gama em 1499, em 9 de março de 1500, partiu de Portugal esquadra de 13 unidades sob o comando de Pedro Álvares Cabral, sua missão oficial era dirigir-se à Índia. A 23 de abril do mesmo ano estava diante da costa de uma nova terra, a qual deu ele o nome de Vera Cruz. A partir de então, D. Manuel mandou todos os anos expedições ao oriente: 3 unidades em 1501, comandadas por João da Nova, 20 em 1502 comandadas por Vasco da Gama, e duas frotas comandadas por Afonso e Francisco de Albuquerque e uma A. de Saldanha em 1503, em 1504 Lopo Soares de Albergaria e Duarte Pacheco Pereira com 12 barcos. Para consolidar o domínio português, e contrariar intrigas e manobras dos inimigos, decidiu o monarca nomear vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida, que estabeleceu em Cochim o centro do seu governo *“o domínio do Oceano Índico, permaneceu durante um século nas mãos dos portugueses”* (PRESTAGE: 1953). Outros fatos de relevância ocorreram no reinado do *Venturoso*, como por exemplo, a expulsão dos judeus em 1497, o descobrimento da *terra nova*

pelos cortes reais ainda no século XV, ou no alvorecer do século XVI a conquista de Azamor em Marrocos, por D. Jaime duque de Bragança em 1513, a faustosa embaixada ao papa Leão X chefiada por Tristão da Cunha em 1514, a publicação das *Ordenações Manuelinas* entre 1512 e 1521, sem dúvida a Lisboa da época mereceu ser considerada a cidade mais opulenta e movimentada do continente europeu, centro de navegação e comércio, bem como metrópoles das artes, das ciências, das letras em que se destacaram vultos como Gil Vicente e Bernardim Ribeiro. Em 30 de outubro de 1500, D. Manuel I em segundas núpcias casou-se com sua cunhada D. Maria da Espanha, com ela teve numerosos filhos, a saber: D. João nascido em 1502, seu sucessor, D. Isabel, nascida em 1503, que seria desposada por Carlos V, tornando-se imperatriz da Alemanha, D. Beatriz nascida em 1504, futura duquesa de Sabóia, o infante D. Luiz nascido em 1506 ao lado de Carlos V, que se notabilizaria por comandar a tomada de Tunis, os infantes D. Fernando nascido em 1507, D. Afonso nascido em 1509, D. Henrique nascido em 1512, cardeal rei, e D. Duarte nascido em 1515. Em terceiras núpcias, consorciou-se D. Manuel em 24 de novembro de 1518 com a infanta D. Leonor da Espanha com quem teve mais dois filhos: o infante D. Carlos nascido em 1520 e a infanta D. Maria nascida em 1521. D. Manuel I foi o primeiro soberano português que ao título de rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além mar, juntou os expressivos títulos de senhor da navegação e da conquista na Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. E não resta dúvida, foi também o expoente máximo da idade do ouro (ABREU, 1976).

Mathias de Albuquerque Maranhão – Matias de Albuquerque Maranhão, juntamente com seu irmão Antonio esteve na conquista do Maranhão, onde combateu indígena. Lutou também na Paraíba contra os holandeses. Em 17 de outubro de 1657, tomou posse do cargo de governador-mór da capitania da Paraíba, sendo que 1663 mudou-se para seu engenho de Cunhaú, no Rio Grande do Norte, ai ficou até seu falecimento em 1685. Foi moço fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo. Casou-se com Isabel da Câmara (FRANCO, 1989).

Maria Santíssima – Virgem Maria – em arameu “Miryan” de significado não esclarecido. Maria, mãe de Jesus. Embora não a nomeiem diretamente, no antigo

testamento há referência inserindo-a entro da história co aquela que “Deus enviou o seu Filho, nascido de uma mulher. Nos evangelhos ela aparece depois da *anunciação*. Em várias passagens aparece Maria acompanhando Jesus da infância à vida pública. Na medida em que penetrou-se nos mistérios de Cristo a Igreja alimentou uma veneração por Maria. (DE PEDRO, 1993.)

Mariz, Pedro de – Sacerdote literato, provavelmente nasceu em Coimbra (sem data) e faleceu em Lisboa em 24 de novembro de 1615. Filho do impressor Antônio de Mariz tirou o bacharelado em Direito Canônico, interessou-se pela poesia, foi guarda-mor da biblioteca da Universidade de Coimbra e possivelmente escrivão da Torre do Tombo. É de Pedro de Mariz o primeiro esboço biográfico de Camões, publicado no prólogo da editora *Os Lusíadas*, do Padre Manuel Correia, em 1613 (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Marpesia – Uma rainha amazona, que dominou com Lampedo. Eles aprimoraram e construíram o império das Amazonas. As montanhas do Cáucaso foram uma vez chamadas de "As Marpesianas", em homenagem a ela. Marpesia foi morta por um grupo de bárbaros durante um ataque asiático. Seu nome significa "A Mordedora" (LURKER, 1993).

Martinho 5º – Martinho V Foi papa de 11 de novembro de 1417 à 20 de fevereiro de 1431. Nasceu em Roma em 1368, era cardeal em 12 de junho de 1405, tendo assistido ao Concílio de Pisa. Com a sua eleição terminou o Cisma no Ocidente. Ratificou oralmente, as decisões do Concílio de Constança em 22 de abril de 1418 e dissolveu. Proibiu apelar ao Papa para o Concílio. Empenhado na reforma, juntou seis cardeais para a comissão da mesma, Reforma de 1415, em 20 de janeiro de 1417 comunicou às nações o projeto das medidas a tomar. Perante as dificuldades, fez concordatas com a Espanha, Alemanha, França e Inglaterra ressaltando quanto pode os diretores da Santa Sé. Obteve de Afonso V de Aragão a renúncia de Clemente VIII, desta forma encerrava o Cisma do Ocidente. Convocou o Concílio de Reforma para Pávia em 22 de setembro de 1423, transferiu-o devido à peste para Sena e dissolveu-o em 1424. Convocou-o depois, para Basileia em 1 de fevereiro de

1431, mas morreu antes de seu início. Deu formação digna aos cardeais, proibiu o ataque aos judeus e o batismo de seus filhos contra a vontade do pai antes dos doze anos. Fraquejou, admitindo ao serviço da Cúria, homens mundanos e inaugurou o nepotismo, dando à sua família (Colonna) grande força no estado papal. Deu a D. João I, de Portugal, graças da Cruzada para quem se alistasse no seu exército de conquista, na África e interveio, várias vezes, em algumas situações de Portugal (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado. s/d).

Mayalo, Limio – Não foi possível encontrar dado biográfico. Segundo José Barbosa de Sá, trata-se de escritor do século XV, que teceu comentários em torno das negociações que resultaram na assinatura do Tratado de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, entre Portugal e Espanha. Tal acordo só seria ratificado em 1495 por D. João II.

Álvaro Mendanha – Álvaro Mendaña de Neyra; navegador espanhol, nasceu em 1541. Ainda adolescente foi para o Peru, onde o vice-rei Lopez García de Castro lhe entregou o comando de uma armada (1567) que teria como missão à exploração do Pacífico. Descobriu Mendaña então as ilhas do arquipélago Salomão, e na volta, a parte mais oriental das ilhas Carolinas. Em uma segunda expedição no ano de 1594, no qual seguiu com Mendaña o piloto português Pedro Fernandes de Queirós, descobriu as ilhas a que posteriormente chamar-se-ão Marquesas, em honra ao vice-rei marquês de Mendoza, organizador da expedição. Dando prosseguimento a viagem, morreu a caminho das Filipinas (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d.; ESPASA-CALPE, [s/d]).

Menedipe – Provavelmente Melanippe, a irmã de Antope. Quando Hércules veio pelo cinturão de Hipólita, Melanippe foi capturada pelo filho de Zeus (N.T. Hércules). Enquanto estava prisioneira, ela planejou um motim bem sucedido, em um dos navios de Hércules, que libertou ela e algumas outras amazonas capturadas. Ela tomou o navio, matando os gregos e jogando seus corpos no mar. Infelizmente, estas amazonas foram treinadas para montar cavalos, não para navegar, e elas

bateram nas costas de Scythia. Elas roubaram cavalos e se tornaram ladras. Seu nome significa "Égua Negra" (LURKER, 1993).

Gerardo Mercator – *Gerhard Kremer, ou Mercator – Matemático e geógrafo flamengo, nasceu em Rupelmonde em 1512, falecendo em Duisburgo em 1594. Estudou em Lovaina, onde foi discípulo do famoso cartógrafo Frisius, que o iniciou na arte da construção de globos. No ano de 1537 publicou uma carta sobre a Terra Santa (Terrae Sanctae descriptio). De 1537 a 1540 se dedicou ao levantamento topográfico e execução do mapa do Flandres (Exactissima Flandriae descriptio). Alguns anos depois – em 1554 – compõe uma grande carta do continente europeu e inicia os preparativos para a elaboração de um sistema de projeção que, posteriormente, receberá o seu nome. Em 1569 publica – nessa época já renomado – o seu planisfério para uso da navegação. A Projeção de Mercator revolucionou a cartografia, pois nada mais é que a representação plana da superfície terrestre. A superfície de projeção é um cilindro tangente a Terra na linha do equador, ou seja, uma projeção conforme.*

Obras: Além das já mencionadas Mercator também foi autor de *Tabulae Geographicae ad mentem Ptolomaei restitutae et emendatae*, 1578; *Atlas, sive cosmographicae meditationes de fabrica mundi et fabricati figura*, 1585 (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado. s/d; BERNAND ET AL., 1997).

Michael – Miguel, Mikael = “quem como Deus?”. Anjo assinalado como “um dos primeiros príncipes” (Dn 10, 13.21), triunfador de Satanás (cf. ap. 12,9). (ESPASACALPE; [s/d]).

Mirandulano, Pico – *Giovanni Pico della Mirandola; humanista nascido em Mirandola, Florença em 24 de fevereiro de 1463, vindo a falecer em 17 de novembro de 1494. Apesar do pouco tempo de vida teve uma vasta produção intelectual. Aos 14 anos já freqüenta a Universidade de Bolonha, onde estuda Direito Canônico. Após a morte de sua mãe abandona o estudo do Direito e passa a se dedicar às letras, em Ferrara. Em 1480, na cidade de Pádua, segue as lições de Elia del Medigo. Entre os anos de 1482-183 vai à Paris, onde tem contato com a orientação*

escolástica do Estudo parisiense. Entre 1483-1484, M. Ficino acaba a versão em latim do corpus platónico, deixa-se ele convencer por Pico Mirandola a traduzir do grego a obra de Plotino. Em 1485, Pico Mirandola é lá tem a idéia de reduzir todo o scibile do tempo a 900 teses, que redige, auxiliado por seu mestre Elia del Medigo. Tais conclusiones eram destinadas a ser defendidas perante um público de estudiosos de todo o mundo, que aceitassem tal disputa, estabelecida para depois da Epifania de 1487. Tratava-se de um plano ousado que visava efetivar uma síntese apologética da verdade do cristianismo. Porém, a Cúria romana não aprova a realização de tal disputa, argumentando ter encontrado entre as teses treze suspeitas de heresia. Tendo se retratado em março de 1487 perante a Igreja, Pico Mirandola não renuncia à sua defesa, defesa esta que faz de maneira apaixonada e contundente na Apologia de suas proposições, o que não pode conciliar foi a benevolência e compreensão do pontífice, que condena todas as teses de Pico Mirandola e publica um breve onde convida os príncipes da cristandade para que detenham o jovem humanista. Preso em janeiro de 1488 perto de Lion vê sua Apologia condenada pela Universidade de Paris. Na primavera do mesmo ano é recebido por Lorenzo de Medici, que lhe oferece morada em uma vila nas colinas de Fiesole. Sendo então absolvido por Alexandre VI, Pico Mirandola dedica-se à reflexão e à contemplação orientada por Savonarola, no caminho de uma espiritualidade eleita, onde não hesitava em tomar da pena para defender suas idéias sobre a astrologia judiciária, expressas no seu grande tratado *Adversus astrologiam diuinatricem*

Obras: No período de 1488-1492 encontram-se alguns de seus trabalhos mais valiosos, como o *Commento alla Canzone d'Amore* (Girolamo Benivieni); o *Heptaplus*, composto em 1489, segundo o início do Gênesis, obra que alia à ciência bíblica e patrística aos princípios mais audazes do hermetismo hebraico e alexandrino. O nome de Pico Mirandola já era conhecido, não somente depois das 900 teses e da *Apologia*, mas principalmente após a divulgação do discurso *De hominis dignitate*, que deveria ser uma espécie de discussão antropológica ao debate de 1487. Do mesmo período é também o seu livro – mais filosófico –, o *De Ente et Uno* que pretendia ser uma espécie de suma – que nunca foi completada –

sobre a concórdia universal, sob o signo da conciliação do platonismo com o aristotelismo.

Com referência às edições a 1ª edição dos *Opera Omnia* de Pico Mirandolo foi publicada em Bolonha por iniciativa de seu sobrinho, Giovani Francesco Pico della Mirandola em 1496; é de 1498 a 2ª edição em Veneza. Em 1557, na Basileia, são publicados os *Opera quae extant Omnia* do humanista, obra esta reeditada em 1572. A última edição de grande volume dos *Opera* de Pico Mirandola começou a ser impressa em 1492 sob a orientação de Eugenio Garin, não nos esquecendo de mais dois volumes encontrados em 1946 e em 1952 das *Disputationes antiastrológicas* (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; ESPASA-CALPE, [s/d]).

Motesuma – Montezuma (Xocoyotzin); soberano méxica reinou de 1502-1503 a 1520. Filho de Axayácatl, Montezuma consolidou a obra de seu antecessor e tentou manter o controle da Tríplice Aliança sobre os territórios que tinha conquistado, ao reduzir o papel de seus companheiros da Tríplice Aliança é possível que tenha desestabilizado o poder ocorrendo dificuldades e fraquezas. Feito prisioneiro por Cortéz morreu assassinado pelos seus, ou pelos espanhóis, segundo outras fontes. Montezuma, o grande orador, foi figura que imediatamente impressionou os conquistadores espanhóis; não foi difícil perceberem tratar-se de peça fundamental entre seu povo mexicana, baseado no tributo, sua dominação era fundada sob a força, considerada por Cortéz como tirânica. Entenderam os invasores que os indígenas estavam em desvantagem bélica, mas não descuravam da argúcia das tropas de Montezuma, sabiam-no quando se tratava de engana-los. Outrossim, assustavam-se com os rituais dos sacerdotes vestidos de negro e de cabelos longos, assim como a magnitude dos tempos comparáveis as torres das mesquitas. Quanto aos rituais, fugia-lhes da compreensão cristã o sacrifício aos deuses, como por exemplo, as oferendas de corações humanos e sangue com o qual lambuzavam os ídolos. Pensou Cortéz, que com tanto fervor serviam aos seus deuses, que convertidos ao cristianismo fariam muitos milagres. Contudo, antes se fazia necessário a destruição dos ídolos.

Na seqüência, o que aconteceu foi uma grande distorção dos acontecimentos, passando a impressão de que Montezuma reconheceria a suserania de Carlos V, rendendo-se a autoridade e religião cristã. Na verdade, trata-se da história narrada por Cortéz, ou seja, sua versão. Trata-se de um grande equívoco dado pela incompreensão do choque de duas culturas, povos que se desconheciam. Tem-se que considerar que a superioridade tecnológica dos europeus, em muito era suplantada pelo número de mexicas e que estes conheciam táticas de batalhas que em seu território eram armadilhas imprevisíveis para os invasores montados, e que, a varíola, que trabalhava ao lado dos invasores contra as tropas de Méxicco – Tenochtillán – também dizimavam os índios Tlaxcala ou de Texcoco, estes aliados aos espanhóis.

Em meio a todas as azáfamas de acontecimentos, o afastamento de Cortéz para Cuba, foi decisivo para a definição da batalha, seu tenente, por insegurança permitiu o massacre da nobreza de Montezuma, e as negociações encerraram-se culminando com a morte de Montezuma. As perdas foram muitas, e de ambos os lados. Sucederam-se 93 dias de combate, quando finalmente cessaram-se os gritos de guerra indígena e espanhol, quando os tambores cessaram o rufar do alto dos templos, um silêncio de morte ressoou, para que se pudesse avaliar a carnificina em que se transformara o campo de batalha. Numa grande extensão tudo eram cadáveres e não se suportava o odor da morte. Enquanto em 1521 o ano fora de conquista para Carlos V, Montezuma morto, os mexicas vencidos abandonavam o México em êxodo desordenado (BERNAND et al.1997).

Nabucodonozor – Nabucodonozor I, rei da Caldéia, no século XIII a. C. reconquistou o Namar e atacou a Assíria, sendo batido; Nabucodonozor II. Rei da Babilônia subiu ao trono em 605 a. C., por diversas vezes sitiou Jerusalém. Lutou contra o Egito e submeteu os Caldeus, depois de uma guerra de 13 anos (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Naple, Francisco, D. – Militar que serviu nas fortificações ao tempo do governo de Sebastião da Veiga Cabral (1660-1730).

Nicolau 5º – Nicolau V; papa de 6 de março de 1447 a 24 de março de 1455. Grande humanista e, protetor dos humanistas, converteu-se no centro do movimento Renascentista de seu tempo. Renovou a cidade de Roma e fundou a Biblioteca Vaticana enriquecendo-a com valiosos manuscritos, muitos trazidos do Oriente após a queda de Constantinopla. Pacificou os espíritos, anulando as censuras contra os cismáticos de Basileia e recebendo-os com bondade. Robusteceu a autoridade do Papa nos Estados Papais, fazendo frustrar a conjuração de Porcaro. Interessou-se pela reforma da Igreja, apoiando os esforços de Nicolau de Cusa e de São João Capistrano, enviando legados a fim de defender os católicos. O jubileu de 1450 – dos seis santos – levou a Roma uma multidão de peregrinos. Pensou então em uma Cruzada contra os Turcos, mas só Portugal correspondeu, continuando as conquistas aos Mouros, iniciadas em Celta no ano de 1415. O papa, em 18 de junho de 1452, pela Bula *Dum diversas*, deu aos reis de Portugal o direito de adquirir os domínios dos Muçulmanos (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Noé – Etimologicamente, Noé significa descansar, embora o *Gênese* (cap. V, vers. 28-29) interprete como vindo de *naham*, “consolar”. É o último dos dez patriarcas antediluvianos. As informações do *Gênese* sobre Noé procedem da tradição javista (Javé) e da sacerdotal. A javista, mais antiga apresenta-o principalmente como inventor da vinicultura. Na sacerdotal ele é o grande herói do dilúvio: homem justo recebe de Deus a ordem de construir a arca na qual entra ele sua família e os animais para escapar às inundações (*Gênese*, cap. VI, vers. 8 a 12). Em seguida constrói um altar em que oferece holocaustos (*Gênese*, cap. VIII, vers. 20). E Deus conclui com ele uma aliança da qual o Arco-íris foi sinal (*Gênese*, cap. IX, vers. 8 a 17). Noé apresenta afinidades com o protagonista do dilúvio mesopotâmico na epopéia de Gilgamesh, Utnapistim. A figura de Noé permaneceu arraigada nas tradições antigas reportadas tanto na Bíblia, como fora dela. Deste modo, é elogiado pela sua justiça e pela aliança com Deus em (Eclesiastes: cap. XLIV, vers. 17; Isaías, cap. XLIV, vers. 9) que recorda a promessa que Deus lhe fez; em Ezaú (cap. XIV, vers. 14 a 20) aparece como figura do homem justo; Hebreus (cap. XI, vers. 7), louva-lhe a sua fé. Fora da Bíblia verifica-se uma grande floração de lendas em torno da figura de Noé, na literatura apócrifa, hagádica e muçulmana. Para Nelson

Papavero (1995), o relato do dilúvio de Noé, constitui-se um dos mais importantes fatores que influenciaram o pensamento biogeográfico do ocidente, pelo menos até o século XVIII d. C., tanto quanto a criação o mito de Noé possui raízes profundamente antigas; o relato do livro Gênese, por exemplo, é extremamente complexo, uma vez que as versões javista e sacerdotal encontram-se entremeadas por outras versões, onde as repetições sofrem rupturas. Percebe-se, portanto, que as narrativas do livro Gênese estão mescladas por relatos de origens diferentes, devido a uma série de evidências (BIBLIA SAGRADA, 1978; PAPAVERO et al.,1995).

Ogeda, Affonso de, Alonso de Hojeda ou Alonso de Ojeda – Nasceu em Cuenca por volta de 1466-1470, foi serviçal do Duque de Medinaceli e protegido de Rodríguez de Fonseca. Navegador Espanhol que acompanhou Colombo em sua segunda viagem ao Novo Mundo em 1493. Explorou a Hispaniola – ou ilha de São Domingos –, onde descobriu minas de ouro e lutou contra os caraíbas. Descobriu o golfo e a província de Cquibacoa (Venezuela) e obteve o governo da província do golfo de Urabá. Viajou até o Orenoco e Essequibo, e tentou – em vão – fundar uma colônia em Macaíbo. Morreu em São Domingos por volta do final de 1515 (ESPASACALPE, [s/d]).

Frederico de Orange – Frederico Henrique príncipe de Orange-Nassau (Holanda), nasceu em Delft em 1584, e faleceu na mesmo local em 1647. Foi estatúder das Províncias Unidas de 1625 a 1647, cargo que herdou de seu irmão Maurício. Possuía grande conhecimento em estratégia militar, de caráter plácido, conquistou grande popularidade junto a seus compatriotas além dos favores de nobres e soberanos europeus, o que colaborou em muito para que pudesse viver como um verdadeiro rei. Preside uma corte de intelectuais, freqüentada por artistas e sábios – Rembrandt, Descartes, Huygens, etc. renovada a luta contra a Espanha, toma Bois-le-Duc (1629), Maestricht (1632), Breda (1634) e prepara a independência das Províncias Unidas, finalmente reconhecida pela Paz de Munster (1648) (ESPASACALPE, [s/d]).

Orelhona, Francisco de, Capitão D., – Francisco de Orellana teria nascido em Trujillo, na Estremadura da Espanha, em 1511. Ainda jovem dirigiu-se para as Índias Ocidentais, já em 1527 lhe são atribuídas viagens de exploração na região que hoje compreende a Nicarágua. Neste período o rei Carlos I havia prometido grande recompensa ao navegador que descobrisse um estreito no Novo Mundo que comunicasse os dois Oceanos. A relação de amizade que travou com Francisco Ruiz ao que parece também incentivou sua paixão pela navegação exploratória, observemos também que, juntamente com Orelhana, Pedro de Alvarado também irá aportar no Novo Mundo, este último um incansável explorador e indagador de uma rota mais conveniente para as especiarias. Provavelmente entre 1532 e 1538, Orelhana tem instrução militar no Peru, neste período contava com seus vinte e poucos anos.

Será por meio de um acordo entre Gonzalo Pizarro e Orelhana, que irá se organizar uma expedição para buscar o País da Canela. Pizarro ambicionava estabelecer relações com a região de Macas e Quizna, consideradas os limites da região caneleira. Meses depois de iniciada tal empreitada, as notícias de uma tribo indígena de que, navegando águas abaixo haveria um grande despovoado, fizeram com que Orelhana se separasse de Pizarro. Acompanhando Orelhana, e encarregado de relatar toda a viagem estava o Frei Gaspar de Carvajal. Que neste momento, além de descrever todo o cotidiano da viagem, frisa a impossibilidade de Orelhana em regressar a ponto de encontro combinado com Pizarro, para assim não pairar nenhuma dúvida com relação à conduta de Orelhana.

Nos relatos de Carvajal, vemos em Orelhana um homem com grande habilidade no trato com os nativos, bem como sua facilidade em compreender os idiomas das diferentes etnias com que teve contato. Ao fim da expedição Orelhana chega a Cubáguá (Venezuela) em 11 de setembro de 1542, o bergantim de Pizarro havia chegado dois dias antes. Dali seguiu para São Domingo, onde conheceu Gonzalo Fernández de Oviedo.

Em 20 de dezembro Orelhana chegava ao rio Amazonas, onde tentaria – através dele – atravessar o continente e chegar até Quito, seguindo assim o testemunho de Francisco de Guzmán, que relatou essa nova expedição. Porém, tal investida não foi

muito além da atual cidade de Santarém, no estado do Pará, onde o capitão Francisco Orelhana encontrou a morte (PAPAVERO et al., 2000; GERBI, 1996).

Ortelio – Abraham Ortelius (1527-1598) – geógrafo flamengo autor do mais antigo dicionário geográfico a *Synonimia geographica*, publicado em 1578, e de outras obras geográficas de grande importância histórica, das quais a mais conhecida é o *Theatrum Orbis Terrarum* (1570) (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Ovídio – *Publius Ovidius Naso* foi um dos mais notáveis poetas da literatura latina, do período de Augusto (43 a. C. a 17 d. C.). Nasceu em Sulmona, pequena cidade de Abruzzo. Educado em Roma, iniciou-se no foro e na magistratura para assim fazer a vontade do pai; pouco depois, entretanto, entregava-se totalmente à poesia. Viajou pela Grécia, onde entrou em contato com os pensadores daquele arquipélago. Anos mais tarde, foi condenado ao exílio na ilha de Tomos, pelo imperador Augusto, por motivos não esclarecidos. Seu estilo graça pela espontaneidade e elegância. É considerado o mestre da poesia elegíaca. Suas obras foram: *Medea*, *Heroides*, *Amores*, *Ars amatoria*; *Metamorphoses*, *Fasti*, *Tristia* (escrita no exílio), etc.(ESPASA-CALPE, [s/d]).

Oviedo – Gonzales Fernádes de Oviedo, cronista espanhol, autor do *Sumário de La Natural Historia de Las Índias*, sumário este feito a partir de suas observações acerca da geografia, animais e plantas nas Índias Ocidentais (então América Central) em 1514. (OVIEDO, 1996).

Paes, Joseph da Silva, Brigadeiro – Nasceu na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, filho de Roque Gomes Paes e D. clara Maria da Silva, sendo ali batizado a 25 de outubro de 1679. Em 9 de maio de 1704, em Lisboa, onde residia na freguesia de São Julião, casa-se com D. Máxima Teresa da Silva (ou de Brito), filha de Luís Antunes Viana e de D. Antônia Maria de Brito, natural da freguesia citada de João Julião, e residente na freguesia de N. Sra. do Alecrim. Era, o Brigadeiro J. da Silva Paes, neto paterno de Antônio Gomes da Silva e de D. Antônia

de Vilasboas, naturais da vila de Viana. Era neto materno de Sebastião Ribeiro de Teive e D. Francisca da Silva, “cristãos velhos”. Um dos seus biógrafos acredita ser seu avô paterno, o pai de sua esposa, portanto seu sogro, Luís Antunes Viana, filho de Antônio Afonso, que, com sua Nau “Nossa Senhora da Piedade e Santo Antônio”, esteve no Brasil, em 1680, o que lhe valeu a patente de Capitão-de-mar e Guerra, “ad honorem”, por carta Régia de 30 de março de 1680, e, em 1683 levou, com a mesma Nau, socorros da Bahia para a Angola, e tal lhe valeu o Hábito de S. Thiago.

O brigadeiro José da Silva Paes foi fundador dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como bases militares destinadas a aproximar o apoio militar do Rio de Janeiro à distante Colônia do Sacramento, no atual Uruguai, que foi muito disputada, diplomática e militarmente, de 1680 à 1777, por Portugal que a fundou e pela Espanha que terminou a incorporando em definitivo.

É conhecida também sua atuação como engenheiro e administrador, sua obra naquelas paragens, quando então constrói a Fortaleza de Santa Cruz, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Rationes, as mais antigas ruínas do sul do Brasil que remontam a 1741 (PIAZZA, 1988).

Paulo terceiro, S.^{to} P.^e – Paulo III (1468-1549); papa, subiu ao trono pontifício em 1534, convocou um concílio geral e empenhou esforços para a reforma da Igreja. Combateu os protestantes e incrementou o estudo das letras e das artes. Um dos seus protegidos foi Miguel Angelo (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Pedro 2º, Rei D.– D. Pedro II, filho de D. João IV e da rainha D. Luísa de Gusmão, nasceu em Alcântara em 27 de abril de 1648 e faleceu em 9 de dezembro de 1706. Deposto o rei por julgá-lo incapaz, em 27 de janeiro de 1668, juraram as Cortes o infante D. Pedro herdeiro do Trono, título que conservou até 12 de setembro de 1683. Celebrado seu casamento com D. Maria Francisca em 2 de abril de 1668, assegurando sua sucessão com o nascimento da Infanta D. Isabel em 6 de janeiro de 1669. Sob o ponto de vista político, seu governo pode ser avaliado pelo período de paz entre Portugal e Espanha enquanto a política interna centra-se na prisão de D. Afonso VI, este permaneceu prisioneiro até sua morte (1683). No Brasil, a penetração avança para o interior nos rios Amazonas, Madeira, no Rio Grande do

Sul torna-se precária as condições de fronteira nas margens do rio da Prata. Em 1º de janeiro de 1680, é fundada a colônia do Sacramento, com a permanência dos Portugueses por mais de um século em frente Buenos Aires. No Rio Grande do Norte as pretensões dos Franceses são neutralizadas. Do que diz respeito à política econômica, mereceu de D. João II, grande atenção com ensaios de algumas medidas que podem ser consideradas, proteção à indústria, com especial referencia aos lanifícios (ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira 1987; VAINFAS, 2000).

Pedro 1º, Rei, D. – Rei de Portugal e Imperador do Brasil (1798-1834). Desembarcou no Brasil em 1807, permanecendo aqui como príncipe regente, após a volta de D. João IV a Portugal, em 1821. Como as cortes portuguesas quisessem reduzir o país a categoria de uma simples colônia, depois de ter feito parte do reino unido, e por outras razões políticas e econômicas, D. Pedro I, atento ao desejo do povo, proclamou a independência a 7 de setembro de 1822. Em 1824 jurou a primeira constituição do Brasil. Rei de Portugal por morte de D. João VI, abdicou em favor de sua filha, D. Maria, que fora prometida em casamento a D. Miguel, irmão de D. Pedro. Por motivos políticos, e por essa usurpação causada por seu irmão, D. Pedro I abdicou novamente em favor de seu filho, Pedro II, partindo para Portugal, onde venceu as tropas revolucionárias de D. Miguel. (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Pinto, Fernão Mendes – Nasceu em Montemor-O-Velho aproximadamente entre 1510 e 1514, falecendo em Pragal, Almada em 8 de agosto de 1583. Cronista português embarcou para a Índia em 1537. Levado cativo para Meca, foi libertado em Ormus, aventurou-se por todo o Oriente até 1554 como comerciante, soldado, feitor e até diplomata. Sofreu naufrágios e foi feito escravo. A serviço de Antonio de Faria, navegou os mares da China até junto da Coréia, ali se tornou um corsário, em Nanquim foi preso e enviaram-no a Pequim onde degredado caiu nas mãos dos Tártaros em 1542. Conseguiu regressar ao Sul onde encontrou portugueses, em novas aventuras o navegador Fernão Mendes Pinto, em 1542, alcança o Japão. A caminho da China em 1547 naufraga e novamente é vendido para as celebes, contudo consegue atingir Málaca. Em Goa, fica sabendo da morte de São Francisco Xavier às portas da China, indo esperar seu féretro vindo de Cochim. Emocionado

pela cerimônia resolve distribuir grande parte de seus bens aos pobres e alforriar os escravos. Em seguida rumou para o Japão com o Padre Belchior Nunes Barreto em 18 de abril de 1554. No ano de 1556, visita como embaixador o Daimio de Bungo. Tentou ser jesuíta, mas não foi perseverante o bastante. Em 1557 se encontrava na Índia onde reúne os remanescentes de seus bens, e com atestados de bons serviços passado pelo governador Francisco Barreto, zarpa para Portugal, chegando em Lisboa em setembro daquele ano. Casou-se e foi viver em Pragal, dedicando-se à composição da “peregrinação”. Ali recebeu a visita de dois jesuítas ilustres: o padre Maffei, que juntamente com ele documentou sobre as coisas do Oriente, e Gaspar Gonçalves Reitor de Santo Antão. Os manuscritos dos jesuítas não trazem qualquer referência a Fernão Mendes Pinto, para Cristóvão Aires e Jordão de Freitas entre outros estudiosos a ausência significaria uma hostilidade por parte dos padres. Estudos mais recentes atribuem à ausência a uma simples salvaguarda de possíveis estranhezas, equívocas ou confusões. Contudo a famosa obra do chamado *Grande Vagabundo* do Oriente só foi impressa em 1614, assim mesmo mutilada. O interesse deste livro de aventuras, onde o realismo impressionista se mescla por vezes a fantasia, apesar de seu alarde com relação à precisão geográfica, cronológica e textual, tal fato provém de um quadro típico do ambiente épico onde se move a presença portuguesa no oriente no século XVI. Se a objetividade ‘explode’ insistentemente em pormenores desconcertantes há capítulos na *peregrinação* que ofereceram à biografia de São Francisco Xavier informações preciosas, que hagiógrafos exigentes como Lucena, Du Jarric, entre outros comprovaram satisfatoriamente. Ao mesmo tempo em que a etnografia holandesa atribuiu aos dados de Fernão Mendes Pinto sobre Java e a Ilha de Sonda com aproximadamente 75% de validade. Para o estudioso Le Gentil Fernão Mendes Pinto é o inventor ou um dos inventores do verismo literário. O que o distingue dos historiadores, dos viajantes, dos missionários, dos cosmógrafos numa mistura de preocupação inquiridora, ambição que explica as suas liberdades imagéticas (PINTO, 1983).

Pio 5º, Padre, Pontífice - Pio V, Miguel Chislieri – Nasceu em Bosco a 27 de janeiro de 1504. Foi papa de 1566 a 1572. Dominicano foi bispo de Sutrin e Nepesina (1555),

cardeal em 1557 e inquisidor general de toda a cristandade. Combateu a heresia e impôs a reforma de Trento publicou: *O Catecismo Romano* em 1566, *O Breviário e Missal Romanos Reformados* 1568 a 1570. Em 1571, instituiu a congregação do Index para evitar as infiltrações heréticas na Itália. Deu nova redação à Bula *Incoena Domini*. Excomungou Isabel de Inglaterra, declarando-a decaída do trono – foi à última deposição de um príncipe por um Papa. Pelos seus esforços conseguiu que as marinhas de guerra de Veneza e Espanha se unissem e vencessem a batalha de Lepanto contra os turcos em 7 de outubro de 1571. Atribuiu essa vitória ao Rosário de que era grande devoto, e institui a festa de Nossa Senhora da Vitória nesse dia. Fez oposição no princípio do pontificado ao casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. Depois aconselhou esperando que Portugal e França entrassem na liga contra os turcos. Concedeu a D. Sebastião a reforma do estatuto das três ordens (BARSA Enciclopédia, 1981).

Pisarra, Francisco ou Pizarro, Francisco – nasceu em Trujillo, Cáceres em 1470, faleceu em Lima (1541). Conquistador do Perú era filho ilegítimo de Gonçalo Pizarro, *O Velho*, em 1509 embarcou para a América Espanhola como soldado em busca de fortuna; primeiramente serviu na região panameana com Ojeda em 1509 e outros chefes até celebrar a conquista do vasto império os incas, constituídos pelos territórios andinos desde o sul da atual Colômbia até o norte do Chile. O projeto desta conquista originou-se no seu ambicioso espírito, ao divulgarem-se em 1522 as enaltecidas notícias de que se tratava de uma região extremamente rica – teve como principal colaborador Diego de Almagro. A expedição, organizada entre 1524 e 1526, não teve êxito, uma vez que não foi além de um parcial reconhecimento da costa e da cidade de Tumbez. Francisco Pizarro resolveu ir a Espanha para obter de Carlos V o apoio administrativo e os meios materiais de que carecia para levar a cabo a empresa. O que só conseguiu ao cabo de demoradas diligências, sendo-lhe conferido finalmente o título de Governador do Peru, com vantagens inerentes. Regressou então ao Panamá com uma frota que lhe foi fornecida em 15 de janeiro de 1530. Em janeiro do ano seguinte Francisco Pizarro recomeçou a campanha, atingiu Tumbez, e foi aprisionar em Cajamarca o chefe dos Incas, Atahualpa, a quem mandou matar, dando-lhe por sucessor Manco-Capac que se declarou súdito da

Espanha. Seguiu-se a conquista da cidade de Cuzco em 1534, no ano seguinte, Francisco Pizarro fundou com o nome de *Ciudad de Los Reys*, a cidade denominada depois de Lima. Já então as relações entre Felipe Pizarro e Almagro tinham tomado caráter de grave rivalidade, na batalha de *La Salina* em 1538, pizarristas e almagristas defrontaram-se ficando vencedores os pizarristas; Hernando Pizarro, irmão de Francisco, aprisionou Almagro e mandou enforca-lo. Para vingar este ato, um grupo de almagristas, instigado por Diego de Almagro – filho do mesmo – assassinou Francisco Pizarro (BALLESTEROS, 1948).

Plínio – trata-se aqui, de Plínio o *Velho*, pelo fato de que José Barbosa de Sá citar em várias passagens de seus Diálogos Geográficos a obra História Natural. Gaius Plínius Secundus, ou Plínio o Velho, nasceu em Como, no ano de 23 d. C. e veio a falecer em Stabias em 79. De uma família rica e serviu como oficial de cavalaria da Germânia. Vespasiano, de quem era amigo, nomeou-o procurador da Hispânia. Era almirante da esquadra de Misena. Seu sobrinho Plínio o Moço (Gaius Plinius Caecilius Secundus), dizia que seu tio dormia poucas horas por dia e era um leitor obsessivo, somente abandonando a leitura para escrever. Em 79 eclode uma erupção no Vesúvio, fascinado com o fenômeno Plínio quis compor um relato sobre a erupção assistindo-a de perto, o que lhe custou à própria vida como bem relata seu sobrinho. Plínio compôs várias obras – cerca de 2000 – das quais se conhece até hoje somente a *História Natural*, esta composta de 37 livros (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Proteu – *Divindade marítima da mitologia Greco-romana. Era filho de Oceano e de Tetis e tinha o dom de transformar-se a seu talante e de prever o futuro. Os antigos costumavam representá-lo na figura de um velho marinheiro.*

Quaresmino, André, Frei – da ordem de S. Francisco, Segundo José Babosa de Sá, trata-se de religioso funcionário eclesiástico da Metrópole, provavelmente incumbido das viagens de correição, quando os religiosos apresentavam textos que são apontamentos das visitas apostólicas.

Queiroz, Pedro Fernando de – Nasceu em 1565, na província de Evarol: Portugal, vindo a falecer no Panamá em 1614. Navegador, em 1593, acompanhou Álvaro de Mendaña de Neyra a serviço da Espanha, viagem ao Peru, aos mares do sul, onde deveriam estabelecer colônias católicas. A resistência com que enfrentou a hostilidade dos nativos nas ilhas transformou-o num herói, uma vez que com o falecimento de Mendaña, assumiu o comando da viagem. Em retornando do Peru, suas viagens continuariam instigadas por um novo objetivo: descobrir a *Terra Australis Incognita*, viagem que faria sob a benção do Papa Clemente VIII. Comandando três navios, partiu do Peru em 1605, em menos de 5 meses sua armada avistou um conjunto de terras montanhosas que nomeou *Australia del Espiritu Santo*. Tratava-se das Novas Hébridas, ainda hoje conhecida como *Espiritu Santo*. Em 1606, com sete meses de viagem, chegou em Acapulco, a partir daí Luiz Vaz de Torres comandaria o restante da expedição. Até o final do século XVIII, as explorações marítimas por parte da Espanha ficaram inativas após sua morte (MOURÃO, 2000).

Quevedo – refere-se ao escritor espanhol Francisco Gómes Quevedo y Villegas, que ao lado do também espanhol Luís de Góngora representam as figuras máximas da criação do estilo barroco na literatura espanhola. O estilo barroco surgiu na Europa no fim do século XVI e representa uma certa desilusão com a vida, uma fuga de uma situação histórica presente para lembranças de tempos passados de épocas gloriosas. Suas características eram, basicamente os contrastes bruscos, expressivamente fortes e formas suntuosas que dificultam sua compreensão. Foi utilizado pela monarquia, especialmente por Luís XVI que decorou seu palácio de Versalles construído no mais puro estilo de arquitetura barroca. Até meados do século XVII o barroco esteve em ascensão nas artes européias em todos os níveis: arquitetura, poesia, prosa, teatro, música. Os artistas pareciam querer expressar uma crise histórica de seu tempo onde a burguesia se confrontava com a nobreza. Dentro dessas informações ‘enciclopedianas’, ressaltamos os nomes mais expressivos que representavam o estilo barroco do seu tempo de criação: Caravaggio, Shakespeare, Calderón de La Barca, Cervantes, John Milton, John Donne, La Fontaine, Lope de Vega, Molière, Padre Antônio Vieira, Giambattista

Marino e os dois representantes principais da literatura barroca espanhola, Luís de Góngora e Francisco Gómes Quevedo y Villegas.

O escritor espanhol Francisco Gómes Quevedo y Villegas, ao lado do também espanhol Luís de Góngora representam as figuras máximas da criação do estilo barroco na literatura espanhola. O estilo barroco surgiu na Europa no fim do século XVI e representa uma certa desilusão com a vida, uma fuga de uma situação histórica presente para lembranças de tempos passados de épocas gloriosas. Suas características eram, basicamente os contrastes bruscos, expressivamente fortes e formas suntuosas que dificultam sua compreensão. Foi utilizado pela monarquia, especialmente por Luís XVI que decorou seu palácio de Versalles, construído no mais puro estilo de arquitetura barroca. Até meados do século XVII o barroco esteve em ascensão nas artes européias em todos os níveis: arquitetura, poesia, prosa, teatro, música. Os artistas pareciam querer expressar uma crise histórica de seu tempo onde a burguesia se confrontava com a nobreza. Dentro dessas informações 'enciclopedianas', ressaltamos os nomes mais expressivos que representavam o estilo barroco do seu tempo de criação: Caravaggio, Shakespeare, Calderón de La Barca, Cervantes, John Milton, John Donne, La Fontaine, Lope de Vega, Molière, Padre Antônio Vieira, Giambattista Marino e os dois representantes principais da literatura barroca espanhola, Luís de Góngora e Francisco Gómes Quevedo y Villegas (BERNAD et al.,1997).

Rosário, Jerônimo dó, Frei – Não foi possível encontrar dado biográfico. Segundo José Barbosa de Sá, Frei Jerônimo juntamente com outros religiosos chegou em 1745 na Capitania de São Paulo. Apresentavam a bula papal de Benecdito XIV, que proibia escravização do nativo ameríndio.

Roxas, na Espanha Roxas – e depois Rojas. É este sobrenome de origem espanhola, da Andaluzia, Antequera (Málaga). Um ramo passou à Índia. Não se sabe quando e com quem passou à Portugal. Dom Francisco de Roxas, filho de outro do mesmo nome, Dom Francisco Roxas e Guevara, foi feito conde de Mora, por Dom Filipe II, em 1602. As armas deste sobrenome são: de ouro, com cinco

estrelas, de oito pontas, de azul. Não se conhece carta de brasão (ESPASA-CALPE, [s/d]).

São Bernardo – Santo e doutor da Igreja nasceu em 1091 em Dijon na França, e faleceu em Clairvaux em 1153. Conhecido tardiamente como “Doctor Melífluus”, devido a sua doutrina “mais suave que o mel”. Considerado o último dos padres, era conciliador e guerreiro. Guardião da Igreja e exaltado devoto de Maria. Aos 21 anos fez-se monge, rompendo de forma abrupta com o mundo. De forma sintética pode-se avaliar sua doutrina como negação do valor da razão. Considera que em alguns casos os conhecimentos filosóficos e dialéticos podem ser úteis, mas afirmava que os valores das ciências sagradas de longe são mais importantes que as ciências profanas. (...) *Bernardo pronuncia-se sem reservas contra a razão e a ciência, o desejo de conhecer parece-lhe uma ‘torpe curiosidade’. Classifica as discussões dos filósofos como ‘eloqüência cheia de vento’* (...) (SANTIDRÍAN, 1997, p.79). Tais comentários referiam-se sem dúvida à oposição explícita que fazia a Abelardo, atitude que denuncia a sua posição de suspeita em relação a filosofia e a razão. Em Clairvaux conseguiu reunir mais de 700 monges. Foi uma das maiores figuras de seu século. Como abade cisterciense de Claraval, empenhou-se em restabelecer em seu primitivo vigor e pureza a regra de São Bento, agregando àquela comunidade 160 novos mosteiros. Com o prestígio e a influência da sua ordem opôs-se a Luís o Gordo em favor do Bispo Sens e do arcebispo de Paris; fez reconhecer os templários; colocando-se ao lado de Inocêncio II contra o anti-papa Anacleto. E foi um dos incentivadores da Segunda Cruzada. Atacou as tendências racionalistas de Pedro Abelardo. Foi canonizado em 1173. Escreveu: *De Contemptu Dei; De Consideratione; De Diligendo Deo; Adversus Aboelardum*, além de 304 sermões e diversas composições poéticas (SANTIDRÍAN, 1997).

S. Clemente Papa e Clemente 7º – Julis de Médicis, Papa eleito em 1523. fez parte da *Santa Liga*, combateu Carlos V, que mandara saquear Roma e excomungou a Henrique VIII da Inglaterra, a quem havia recusado licença para divorciar-se. Morreu em 1534. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado s/d;)

S. Francisco – Francesco Bernardone nasceu em Assis. Na ausência do pai, sua mãe o batizou com o nome de João Batista. Não se sabe quando nem porque o nome de Francisco – em desuso naquele tempo – substituiu o de João. São Francisco não deixou autobiografia. Não se encontra mais do que alusões a alguns de seus comportamentos, que ele comunica a seus seguidores como exemplo. Além de que, ao menos um de seus escritos mais importantes, a primeira Regra que escreveu em 1209 ou 1210, se perdeu. Perderam-se também suas cartas, assim como a maior parte de seus poemas.

Porém, a principal dificuldade para se traçar um perfil de São Francisco é a existência, ainda estando ele vivo, de duas tendências na ordem. Cada uma delas tentava ganhar o fundador e interpretar a seu modo suas palavras e seus escritos. Este aparente mistério sobre a pessoa de São Francisco, curiosamente gerou uma extensa produção bibliográfica a respeito do mesmo. Desde São Boaventura – que escreveu a vida oficial do santo ou *Legenda Maior* (1263) e Tomás de Celano que escreveu a *Vita Prima* e a *Vita Secunda* (1228-1244) e o *Tratado dos milagres* (1253), passando pela *Legenda dos três companheiros*, *O Espelho da perfeição dos irmãos menores*, a *Legenda Antiqua*, *As bodas espirituais de São Francisco com a pobreza* e *Os fioretti* – a figura de São Francisco não deixou de apresentar perfis e aspectos novos.

Sua própria vida é uma espécie de representação da utopia cristã levada até as suas últimas conseqüências: reprodução viva de Cristo, pregação de seu Evangelho, amor e entrega aos outros, amor universal a todas as criaturas.

Em seu *Testamento* encontraremos algumas passagens que podem nos ajudar a compreender sua postura:

(...) Depois que o Senhor me concedeu irmãos, ninguém me mostrou o que deveria fazer. Mas o altíssimo em pessoa revelou-me que eu deveria viver segundo o modelo do santo evangelho. Então mandei escrever um texto em poucas e simples palavras, e o Senhor Papa me deu sua aprovação. Os que se aproximavam para compartilhar essa vida distribuía aos pobres o quanto possuíam e contentavam-se com um avental remendado por dentro e por fora, com o cordão e calças. Éramos simples em tudo e submissos a

todos... o Senhor revelou-me esse cumprimento que deveríamos usar: 'o Senhor vos de a paz'

(...) Altíssimo, onipotente, bom Senhor, teus são os louvores, a glória, a honra e toda bênção (...)

Louvado sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas, especialmente o irmão sol, o que faz o dia e nos dá a luz... Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã Lua e as estrelas...

Louvado sejas, meu Senhor, por nossa irmã mãe terra(...) (ASSIS, São Francisco: *Cantico do irmão Sol* apud SILVEIRA, 1993).

São Francisco Xavier – jesuíta, apóstolo do Oriente nasceu em Castelo de Javier, Navarra, Espanha em 7 de abril de 1506 e faleceu na ilha de Sanchoão, China em 3 de dezembro de 1552. O seu nome de família era Francisco de Jassu y Javier, por parte de sua mãe era parente do doutor Martim de Azpeilcueta Navarro, professor na Universidade de Coimbra. Seus irmãos Miguel e João seguiram a carreira das armas. Francisco à exemplo do pai – jurista pela Universidade de Bolonha – , preferiu as letras eclesiásticas. Em 14 de junho de 1522 recebeu prima tonsura e em 1525 tomou o caminho da Universidade de Paris, onde estudou Humanidades (1525-1526) e Filosofia (1526-1530), graduando-se em março deste ano, mestre em Artes e Teologia (1535-1536). Foi porcionista do Colégio de Santa Bárbara, regido por Diogo de Golveia e depois do curso filosófico, passou a regente do Colégio de Beauvais (1530-1534). O ambiente humanista e reformador de Paris impressionaram profundamente o jovem Navarro. Em Santa Bárbara conheceu Pedro Fabro e Inácio de Loyola, com estes fez os exercícios espirituais e decidiu entrar no grupo dos amigos de onde sairia a futura Companhia de Jesus e juntamente com eles em 15 de agosto de 1534 fez os votos de pobreza, castidade e peregrinação à Palestina, na Capela suburbana de Montmartre. Em princípios de 1537 juntou-se a pequena fraternidade em Veneza, não podendo chegar até a Terra Santa, Inácio de Loyola aproveitou o tempo de espera e com seus companheiros, entre eles Francisco Xavier, foram até Roma, onde a 3 de abril apresentaram-se ao Sumo Pontífice, ante o qual discutiram assuntos teológicos, o que causou muito boa impressão ao Papa

Paulo III, que além de autoriza-lo a viajar para Palestina lhe concede 60 ducados para ajudar a custear a viagem. De volta a Veneza, Xavier recebe as ordens maiores. Por ainda continuarem fechados os portos, Inácio distribuiu seus companheiros pelas cidades do norte e centro, cabendo a Xavier a de Bolonha, local em que ficou de outubro de 1537 a abril de 1538. Aprovada então oralmente em 3 de setembro de 1539, a nova Ordem – Companhia de Jesus –, Inácio de Loyola é reconhecido como chefe, tendo como Xavier secretário-geral de toda a corporação. Querendo o Papa empregar os membros da recém criada Companhia de Jesus fora da Itália, envia então Simão Rodrigues de Bobadilla – logo substituído por Xavier – para Lisboa, a pedidos do rei de Portugal, Xavier – ou Mestre Francisco como também era chamado – munido de quatro breves pontifícios que o autorizavam como legado do Papa, e que o muniam de poderes especiais na Índia Oriental, e o recomendavam ao monarca da Etiópia e outros potentados. Partiu então a bordo da nau de *Santiago* comandada por Martim Afonso de Souza à 7 de abril de 1541. A partir daí esteve entre os mais diversos povos e lugares para levar a palavra do Cristo como, por exemplo, catequizou pescadores de Pérolas na Costa da Pescaria. Em outubro de 1543, recebe em Goa a nomeação de superior da Missão do Oriente, desde o Cabo da Boa Esperança até a China. A partir de 1546 peregrinou por Molucas, onde percorre várias ilhas instruindo os cristãos. Em abril de 1549 partiu para o Japão, lá permaneceu por dois anos, fundando várias cristandades, mas não conseguiu audiência com o imperador em Meaco. Em 1551, parte para Bungo na Índia. Em meados de julho de 1552, após vários contratempos parte para a China, na ilha de Sanchoão adoece gravemente, e, em grande desamparo, sendo assistido somente por seu criado Antônio China, Francisco Xavier morre.

Será com Francisco Xavier, que irá se abrir uma nova era na evangelização do Oriente. Embora ele tivesse feito seu apostolado naquela região do planeta apenas por 10 anos, dos quais 5, consumiu nas viagens entre um país e outro. Xavier conseguiu em um trabalho considerado pioneiro, conhecer *de visu* e lançar as bases de uma organização evangelizadora, de modelo centralizado que se manteve durante séculos, desde o cabo da Boa Esperança até o Extremo Oriente. Francisco Xavier é considerado o idealizador dos modelos e primeiros impulsos para uma

literatura autóctone cristã, no sul da Índia e no Japão, trabalhando pela formação de catequizadores e clérigos nativos (DE PEDRO, 1993; ESPASA-CALPE, [s/d]).

S. Jerônimo – São Jerônimo ou Eusebius Hieronymus é considerado um dos grandes Doutores da Igreja Ocidental. Nasceu em Strido, na Dalmácia em 347, vindo a morrer em Belém na Palestina em 419, é festejado no calendário cristão a 30 de setembro. Estudou gramática e retórica, e estagiou junto ao fórum de Roma, onde teve como mestres os mais conceituados juristas da época. Mais tarde estudou Filosofia. Nos Domingos, em Roma, dedicava-se a procurar túmulos de mártires nas catacumbas e a decifrar suas inscrições. Quando voltou à província de Strido compôs seu primeiro ensaio literário: *De muliere septies percussa (A Mulher ferida sete vezes)*. Fez, juntamente com um grupo de companheiros, uma viagem à Ásia. Em Antioquia, fica gravemente enfermo. Em um delírio de febre tem uma visão de Cristo, que lhe reprova o empenho de ser antes um ciceroniano do que um cristão. Depois de restabelecido, entra para um mosteiro da Calcedônia, ordenando-se padre em 379. O papa Dâmaso o chama a Roma em 382, onde os conhecimentos lingüísticos são utilizados para se rever à velha tradução da Bíblia. A nova tradução de Jerônimo é até hoje conhecida como *Vulgata*.

Em Roma Jerônimo reúne um grupo de mulheres de destaque para estudar as Escrituras, uma familiaridade religiosa que gerou suspeita e provocou um mal estar entre os parentes das devotas. Com este ocorrido Jerônimo decide ir a Terra Santa (385), ficando, durante algum tempo, em Antióquia, acompanhada de conversos, estes sob a liderança da matrona romana Paula e sua filha Eustáquia, que constroem conventos e um mosteiro para homens. Em Belém. Jerônimo, enquanto superior deste mosteiro, dirige a formação de grupos cenobíticos.

Em Belém, ele obteve a formação do texto hebraico, para completar sua tradução latina da Bíblia, bem como consultar renomados conhecedores das Escrituras, ou seja, os rabinos israelitas. Jerônimo irá afirmar que a exatidão da tradução da Bíblia “se deve à sinagoga”. Ainda em Belém escreveu *Quaestiones hebraicae* (Disputas hebraicas), além de uma série de comentários sobre Isaías, Jeremias, Ezequiel entre outros profetas. É autor também de um dicionário biográfico de escritores

cristãos, o *De viris illustribus* (Sobre os varões ilustres) – é na verdade um manual um manual de patrologia. São Jerônimo era representado indevidamente na Idade Média como cardeal – e acompanhado de um leão, devido à confusão com o anacoreta Gerásimo (BARSA Enciclopédia; 1981).

S. João Chrisostomo – São João Crisóstomo (347-407) nasceu em Antioquia e morreu em Cumana (Helesponto), enquanto ia rumava para seu desterro. Foi padre e doutor da Igreja, pregador e arcebispo de Constantinopla. Sua eloquência na pregação valeu-lhe o título de “Crisóstomo”: “boca de ouro”. Seu pontificado foi particularmente conturbado, isso se deveu em grande parte às intrigas combinadas entre a imperatriz Eudóxia, mãe do imperador Teodósio II, e de Tófilo, patriarca de Alexandria.

Destacou-se por sua formação clássica. Sabe-se que estudou retórica sob a orientação de Líbano, e teologia com Diodoro de Tarso. Na escola antioquena terá contato com o realismo e o bom senso que caracterizam sua obra. Durante doze anos, a partir de 386, exerceu sua função de pregador, onde suas melhores homilias versam sobre o 1º e 4º Evangelhos, e sobre as Cartas de São Paulo.

Sua obra escrita pode ser dividida em três grandes blocos: a) Sermões-homilias; b) Tratados; c) Cartas e liturgia. Os escritos de maior volume encontram-se nos Sermões-homilias, onde podemos encontrar suas *Homilias sobre o Antigo Testamento*: Sobre o Gênesis, os Salmos, e sobre Isaías. Com respeito ao Novo Testamento encontram-se suas homilias ao Evangelho de Mateus, de João, aos Atos dos Apóstolos e às Cartas de São Paulo. Outro tomo é composto por suas Homilias dogmáticas e polêmicas, os discursos morais, sermões para festas litúrgicas, panegíricos, homilias sobre as imagens e outras duas em Defesa de Eutrópio.

Com referência a seus tratados observamos o clássico *De sacerdotio*, além de outros tratados que versam sobre a vida monástica, a virgindade, a viuvez, a educação dos filhos, o sofrimento, além de outros temas afins. De suas cartas conservam-se, até hoje, 236 (DE PEDRO, 1993).

S. João Damasceno – nasceu em Damasco em 675 e morreu em Jerusalém em 749. Pertenceu a uma família cristã, sucedeu o seu pai no cargo de oficial administrativo a serviço do califa árabe. João possuía o nome árabe de Mansur.

Como funcionário do governo, escreveu três *Discursos sobre as sagradas imagens* acerca de 730, no qual defende sua veneração contra o imperador bizantino Leão III e os iconoclastas. Assim iniciou sua vida de escritor e teólogo, logo se tornou um ícone no combate iconoclasta. Tempos depôs torna-se monge em Mar Saba, próximo de Jerusalém, onde passa toda sua vida estudando, escrevendo e pregando. Entre seus contemporâneos ficou conhecido como o “orador de ouro”, “Chrysorroas”, o “manancial ou corrente de ouro”.

Entre as suas 150 obras escritas destaca-se a *Fonte do Conhecimento*, esta dividida em três partes. Trata-se de uma síntese da filosofia e doutrina cristã, síntese essa que exerceu grande influência no pensamento latino da Idade Média e se converteu no principal texto da teologia ortodoxa grega.

Na primeira parte, filosófica ou *dialética*, observamos uma clara referência a *Isogoge* de Porfírio, nota-se também que esta se baseia na metafísica e a lógica de Aristóteles. A segunda parte, esta histórica, é uma transição do *Panário* de Epifânio, uma história das heresias até o século IV. A terceira é considerada a mais importante, pois trata-se da *Exposição da fé ortodoxa*, mais conhecida no meio religioso como *De fide ortodoxa*, traduzida do latim por Burgúndio de Pisa (século XII), e que transformou-se em um dos textos fundamentais da escolástica. Trata-se de um resumo dos padres capadóciolos do século IV, porém com uma formação aristotélica. Apesar de ser uma compilação, tem o mérito de levantar e organizar de maneira sistemática toda a especulação patrística grega que a Igreja reconheceu e fez sua. Sua obra, portanto, poderia ser classificada como uma espécie de antologia da própria patrística, esta, unificada com o critério da ortodoxia.

Para João Damasceno as ciências profanas têm de se submeter à teologia. A filosofia só deve existir com o único propósito de servir à teologia. Ele estabelece também o princípio escolástico de que tudo o que é criado é passível de mutabilidade. Tudo que existe no mundo, sensível ou espiritual, é mutável, e conseqüentemente, criado. Porém, há de se pressupor um criador que não seja criado, mas sim incriado, esse é Deus. Assim a conservação e duração das coisas

pressupõem a existência de Deus. Por fim a ordem e harmonia do mundo não se produzem no acaso, e este fato denota um princípio organizador, que é Deus.

A existência de Deus pode então ser alcançada pela razão humana; já a sua essência, esta é inapreensível. Na lógica estabelecida por Damasceno, podemos negar tudo o que causa náusea e repugno a perfeição infinita de Deus, e atribuir a Ele tudo o que está implícito em tal perfeição. O caminho da negação, do negativo seria o mais seguro para se falar de Deus, pois cada atributo positivo é completamente diferente quando o aplicamos a figura do Divino.

O mesmo se aplica a natureza da alma humana, que, sendo imortal, é pertencente às substâncias incorpóreas e espirituais além de ser dotada de livre arbítrio.

Não tão conhecida é sua antologia de exortações morais, intitulada *Paralelos sagrados*, no qual combina passagens da Bíblia com outros de autoria de padres (SANTIDRIÁN, 1997).

Sam João – Conhecido também como “João o Teólogo”, São João Evangelista (séc. I-II), era também chamado de “o discípulo amado” de Jesus. João, juntamente com os apóstolos Tiago e Pedro, foi escolhido por Jesus para testemunhar alguns feitos do mestre, como, por exemplo, a transfiguração no monte Tabor. Foi João que na última ceia reclinou sua cabeça no peito do Mestre e a ele confiou Jesus ao pé da cruz a guarda de Maria Sua mãe. Também foi ele a testemunhar a tumba vazia na manhã da ressurreição e a reconhecer Jesus no mar de Tiberíades. Segundo a tradição teria se retirado para Éfeso, sofrendo então desterro para Patmos, onde escreveu o *Apocalipse*. Retornando a Éfeso, escreveu o que hoje é conhecido como o *quarto evangelho* e as *três cartas*, conhecidas como 1, 2 e 3 João.

Com referência ao *quarto evangelho*, os estudiosos da atualidade questionam sua autenticidade, pois a estilística deste em muito difere dos três evangelhos anteriores. Alguns afirmam que este seria um sinal de que os evangelhos segundo João tiveram dois autores, dos quais os três primeiros evangelhos seriam da autoria do próprio João e o quarto, este posterior à sua morte, teria sido redigido por um discípulo seu.

No evangelho de João os ensinamentos de Jesus organizam-se em discursos e diálogos extensos. As atividades de Jesus são ordenadas de maneira diferente da que vemos nos outros evangelhos: a vida pública de Jesus teria durado dois ou três anos. Privilegia a figura de Jesus, colocando sempre em destaque que ele é o

Messias, o filho de Deus. Deste modo o quarto evangelho pretende traçar o sentido da vida, do comportamento e das palavras de Jesus (SANTIDRIÁN, 1997).

S. Lucas – O nome de São Lucas está associado a dois livros canônicos do Novo Testamento: o terceiro *evangelho* sinóptico e os *Atos dos apóstolos*. Sírio de Antióquia e médico de origem pagã, Lucas é apresentado por Paulo “como o querido médico”, o que foi seu companheiro durante dois cativeros romanos. A data de composição do *Evangelho* segundo Lucas situa-se entre 75-90 depois de Cristo. O evangelho foi escrito em grego, tem como principais características a insistência na vida, morte e ensinamento de Cristo, como uma mensagem de salvação dirigida a todos os homens, e não apenas aos judeus. Lucas acentua a misericórdia e compreensão do Cristo para com o marginalizados e pecadores. Também encontramos relatos de mulheres que não aparecem nos outros evangelhos. No *Atos dos Apóstolos*, acredita-se ter sido composto entre os anos 80-80 depois de Cristo. Os *Atos* não são uma história concisa dos acontecimentos mais importantes com relação à expansão do Evangelho e, especialmente da decisão de anunciá-los aos povos pagãos (BIBLIA SAGRADA; 1978; ESPASA-CALPE; [s/d]).

S. Marcos – São João Marcos Evangelista foi o autor do segundo evangelho sinóptico, primo de Barnabé, Marcos era natural de Jerusalém, onde vivia com sua mãe. Mais tarde foi com Barnabé até Chipre, algum tempo depois se encontra em Roma na companhia de São Pedro.

O *evangelho* de Marcos pode ter sido escrito nas cidades de Roma ou Antioquia entre os anos de 65-67. Dados mais recentes levam a crer que tenha sido concebido no 50. De qualquer maneira, este *evangelho* já era amplamente difundido no século I, e tanto o evangelho de Mateus quanto o de Lucas parecem depender dele. Papías chega mesmo a afirmar que Marcos transmite uma informação baseada na pregação de Pedro.

O Evangelho de Marcos está escrito em grego da “koiné”, a linguagem popular da época helenística. Sua escrita é linear e clara, apesar de ser consideravelmente esquemática e restritamente cronológica, baseando-se em uma sucessão de fatos que constroem um quadro abreviado. O propósito de Marcos – como o de

praticamente todos os profetas – é o de mostrar que Jesus é o Messias, o filho de Deus. No *evangelho* de Marcos João Batista surge como o arauto, e logo a seguir vemos a figura de Jesus, com a sua consagração messiânica, a plenitude do Espírito e a vitória sobre Satanás, na qual se decide a sorte do mundo (GNILKA, 1986; VERDET, 1987).

S. Matheus – São Mateus foi apóstolo e evangelista. Foi ele convocado por Cristo ao apostolado. A data da composição do evangelho de Mateus é calculada entre os anos 80-90. O seu destino muito provavelmente foi o de uma comunidade de língua grega e de maioria judaico-cristã. Provavelmente foi redigido em Antioquia por um judeu-cristão de língua grega, que pode ter tido formação rabínica, e redigiu as palavras de Jesus aproximando-as de suas concepções. Jesus foi proclamado por Mateus como o Messias de e para todas as nações. Mateus apresenta o Messias como aquele que vem até seu povo (a comunidade judaica), porém esta a repele. Em Mateus Jesus é o interprete da lei divina, nele a tradição ortodoxa é colocada em xeque, e uma única exigência é feita pelo messias: o amor incondicional ao próximo. O confronto de Cristo com os letrados e fariseus visa tão somente livrar os cristãos do perigo de sofrerem qualquer tentação que possa leva-los de volta a observância e as instituições judaicas (SANTIDRIÁN, 1997).

S. Paulo – Saulo ou Saul mais tarde conhecido como São Paulo, nasceu em Tarso, na Ásia Menor por volta da primeira década do século I, era de família hebréia. Sendo então cidadão romano (por nascimento) teve acesso à educação desde sua juventude, pelo venerado rabino Gamaliel na doutrina dos fariseus. Em princípio Saulo foi um grande e poderoso inimigo da então nascente Igreja, porém, segundo as escrituras, sua vida mudou radicalmente após se encontrar no caminho de Damasco com o Senhor ressuscitado. Jesus lhe revelou a verdade da fé cristã e o incumbiu da missão de se tornar o apóstolo dos gentios.

Tal revelação se deu a Saulo no ano de 36 da era cristã, a partir de então dedicou toda sua vida ao serviço de divulgar os ensinamentos de Cristo. Depois de ficar por três anos no deserto da Arábia, retornou a Damasco, foi até Jerusalém (pelos idos de 39), e depois se retirou para a Síria-Cilícia. Iniciou seu trabalho apostólico de

pregação em Antioquia, e em seguida rumou (entre os anos de 45-49) para o Chipre, Panfília, Pisídia e Licaônia. E então mudou seu nome de Saulo para Paulo, o qual é até hoje conhecido.

No ano de 49 participa do Concílio Apostólico de Jerusalém, onde reconhecem sua missão como apóstolo dos gentios. Em seguida empreende a sua segunda e terceira viagens apostólicas entre os anos de 50-52 e 53-54, respectivamente. Das 14 cartas escritas por Paulo, hoje 7 são consideradas autênticas: *Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, Tessalonicenses e Filêmon*.

Carta aos Romanos: Escrita no ano de 57, na cidade de Corinto, era dirigida à comunidade de Roma, esta composta de cristãos convertidos do paganismo, bem como alguns judeus convertidos. O tema desta carta é a ação de Deus por meio de Jesus Cristo para salvar a humanidade destruída pelo pecado. Deste modo a salvação do homem só pode se dar por meio da fé em Jesus, que nada mais é que a manifestação suprema de Deus ao homem.

Cartas 1 e 2 Coríntios: 1 Coríntios foi escrita aos cristãos de Corinto, provavelmente no ano 56. Seu objetivo é restabelecer a unidade religiosa da comunidade que havia sido perturbada por elementos estranhos à doutrina pregada por ele (Paulo) três anos antes. 1 Coríntios também contrapõe o Cristo-sabedoria de Deus à vã sabedoria do mundo. Portanto as duas cartas aos Coríntios não são um tratado, e sim respostas a problemas práticos colocados pela comunidade cristã local. Nesta carta de Paulo destaca-se também o tema da ressurreição dos mortos, a celebração da Eucaristia e dons (ou carismas).

Gálatas: Carta escrita entre os anos 54-57, Gálatas é uma espécie de manifesto da liberdade cristã. Paulo prega que o “crescimento pessoal” a que Deus convoca o homem não pode ser obtido pelo seguimento rígido de um código de leis ou regras, mas pelo uso responsável do livre arbítrio.

Filipenses: É a primeira das cartas chamadas do “cativeiro”, pois as escreveu enquanto esteve preso. Foi escrita entre os anos 55 e 57. Filipenses é a carta que trata da alegria cristã, até mesmo diante da perspectiva da morte. Às cartas Filipenses deve-se unir as cartas aos Colossenses e aos Éfesos, estas também chamadas cartas do cativeiro, entretanto nem todos reconhecem estas duas cartas como autênticas de Paulo.

Colossenses: Nesta carta Paulo apresenta a plenitude de Cristo, que se inicia com um a renovação interior do homem e continua na associação à vida do próprio Cristo, afirmando que a ascética que inútil na renovação humana.

1 e 2 Tessalonicenses: A primeira é considerada como autêntica de Paulo e foi escrita provavelmente entre os anos 49-50. A autenticidade da segunda é incerta. Pode ser atribuída a um discípulo de Paulo em finais do século I. Em 1 Tessalonicenses, Paulo trata de algumas dúvidas acerca da vida após a morte e sobre a vinda escatológica de Jesus. Ele (Paulo) também chama à atenção a alguns defeitos presentes na comunidade como a preguiça no trabalho e a inquietude presente na crença da volta iminente de Cristo. A 2 Tessalonicenses diferentemente da 1 propõe um ensino sobre a vinda do Senhor (o que não coincide com a que se dá na primeira), aqui enumeram-se uma série de sinais que irão anunciar a vinda do senhor. Estes fatores fazem pensar tratar-se de dois autores diferentes, bem como terem sido escritas em datas diferentes.

Carta a Filêmon: É a mais curta das cartas de Paulo; é também considerada uma carta do cativo, já que Paulo a escreve do cárcere de Filêmon, um poderoso cristão, por ele convertido, onde recomenda a Onésimo, este, escravo de Filêmon, que fugiu após cometer um roubo.

Cartas a Timóteo (1 e 2) e a Tito: São chamadas, desde o século XVIII, de “cartas pastorais”. São cartas pessoais, não destinadas à comunidade cristã. Tanto Timóteo quanto Tito foram companheiros e colaboradores de Paulo. Acredita-se que tenham sido escritas no final do século I. O texto trata da organização e cuidado pastoral desses grupos de cristãos.

Cartas aos Hebreus: Na verdade trata-se de um sermão enviado por escrito para ser lido por outras comunidades, de estilo retórico e solene. O seu autor muito provavelmente trata-se de um mestre judaico-cristão, muito versado na escritura, com grande carga de leitura teológica e considerável domínio da língua. Seu estilo é completamente diferente do de Paulo. A data de sua escrita é incerta, provavelmente anterior ao ano de 96. Os especialistas preferem não atribuí-la a Paulo, embora seja difícil imputá-la a outros personagens daquele tempo histórico. Seu autor, deste modo é considerado anônimo. A carta é dirigida aos hebreus, ou seja, aos cristãos convertidos do judaísmo. Adverte-os sobre a apostasia,

oferecendo-lhes grande perspectiva sobre a vida cristã concebida como uma peregrinação em direção ao repouso prometido, à pátria celestial com Jesus como guia superior a Moisés (SANTIDRIÁN, 1997).

S. Thomas – O pensamento de Santo Tomás de Aquino seu (1224-1274), teve grande influência nos mais diversos conceitos da Igreja. Em menos de vinte anos, de 1252 a 1274, escreveu 895 lições sobre os livros de Aristóteles, 803 sobre a Escritura, 850 capítulos sobre os evangelhos, 2.652 artigos na *Summa theologica*. A edição de suas obras completas é de 25 volumes. Santo Tomás representa uma etapa decisiva na filosofia e teologia escolástica. É graças às reflexões e especulações tomistas que o aristotelismo torna-se flexível e dócil para com todas as necessidades que implicam à interpretação dogmática.

Para tanto, revisou a obra de Aristóteles, relendo-a a partir dos textos originais do Estagirita, que traduziu diretamente do grego. Dos intérpretes islâmicos utilizou-os como fontes independentes. Aristóteles é para Santo Tomás o fim último da pesquisa filosófica, este chega as raias da razão. Para além está somente a verdade sobrenatural da fé.

Deste modo pretendeu Santo Tomás harmonizar a filosofia com a fé, bem como a obra de Aristóteles com as verdades que Deus revelou ao homem e dos quais a Igreja é depositária valendo-se de dois pressupostos: (1º) Separar claramente a filosofia da teologia, a pesquisa racional, esta baseada em princípios evidentes na teologia, cujo pressuposto é a revelação que se aceita pela fé. (2º) estabelecer um critério que permita observar as características que estabelecem a separação entre o objeto da filosofia e o da teologia, do ser das criaturas e de Deus.

Dentro deste princípio encontra-se a chave do sistema tomista, no qual visava: (1º) determinar as relações entre razão e fé; (2º) estabelecer a *regula fidei*; (3º) centrar, a partir da função da abstração, a capacidade de conhecer do homem; (4º) formular provas da existência de Deus como *dato a posteriori* da experiência: dos efeitos, da ordem, do nascimento, da contingência e da finalidade dos seres; (5º) esclarecer os dogmas fundamentais da fé.

Esse princípio foi formulado em sua primeira obra intitulada *De ente et essentia* como distinção real entre essência e existência. Nela expressa-se a analogia do ser,

analogia esta extensamente utilizada em sua obra. Para Santo Tomás não há nada que identifique diferenças entre o ser de Deus e das criaturas. Os dois significados do termo ser não são idênticos nem completamente diferentes. Santo Tomás afirma que o ser não é unívoco nem equívoco, e sim análogo, o que implica proporções diferentes. Essa proporção seria então uma relação de causa e efeito: o ser divino é causa do ser finito (SANTIDRIÁN, 1997; MONDIN, 1998).

S. Basílio – São Basílio Magno (331-379) era um grande conhecedor da língua e da cultura grega. Nasceu em Cesaréia da Capadócia – hoje Turquia Asiática –, recebeu suas primeiras lições de educação em sua cidade natal, por fim, concluiu seus estudos em Constantinopla e Atenas (351-356). Neste período conheceu São Gregório Nazianzeno, com quem teve grande amizade. Os dois, juntamente com São Gregório de Nissa e Eusébio de Cesaréia, fundam a escola de Cesaréia, a partir de então são também conhecidos como “padres capadócius”.

O adjetivo de Magno – ou seja, Grande – aplica-se a São Basílio por ser monge, além de fundar o mosteiro oriental, por seu trabalho religioso como Bispo de Cesaréia, além de ser um caloroso defensor da ortodoxia católica frente ao arianismo, além de ter sido considerado por seus contemporâneos um grande orador.

São Basílio foi autor de obras dogmáticas, exegética, ascéticas, homilias e cartas. Podemos destacar as suas duas *Regras*, a longa e a breve, resultantes de sua experiência como monge, e que tiveram ampla penetração em todo o mosteiro oriental. De suas 24 homilias – todas consideradas autênticas –, ressaltam as que abordam problemas éticos e sociais. Suas obras de cunho dogmático – *Contra Eunômio*, *Sobre o Espírito Santo* – são dedicadas ao arianismo. Na primeira é defendida a divindade do Filho e, na Segunda, expõe a divindade do Espírito Santo, segundo a doutrina da Igreja. Suas nove homilias sobre o *Hexameron* denotam seus conhecimentos científicos da Antigüidade.

De suas obras podemos destacar: 1) O grande volume de correspondências que escreveu, da qual se conservam até hoje cerca de 300 cartas. Nelas São Basílio trata de seu cotidiano, ou então versa pequenos tratados de teologia e moral. Muitas de suas *epístolas canônicas*, que tratam sobre a disciplina, formam parte do direito

canônico da Igreja Ortodoxa. 2) O seu *Discurso aos jovens* fala sobre a cultura clássica e sobre os cristãos. Nele o autor aconselha o estudo dos poetas, oradores, historiadores e filósofos gregos. Segundo ele a literatura e a erudição gregas são um poderoso instrumento de educação, porém a educação moral seria mais importante que a formação literária e filosófica. 3) Apesar de ainda não estar confirmada a contribuição de São Basílio à chamada *Liturgia de São Basílio*, reconhece-se que, ao menos, nesta série de orações eucarísticas, a prece central parece refletir bem suas concepções filosóficas e religiosas, e é provável que a mesma tenha sido amplamente utilizada em Cesaréia durante a sua vida.

A obra dogmática de maior expressão dos padres capadócijs, é fundada na luta contra o arianismo, e em especial contra os imperadores Juliano e Valente. O empenho dos padres neste momento é o de esclarecer a fé da Igreja, pois segundo os mesmos.

Nas discussões sobre Deus deve-se tomar por guia a fé, a fé que impele à aceitação mais fortemente do que à demonstração, a fé que não é produzida por uma necessidade geométrica, mas pela ação do Espírito Santo (...). Não aceitamos nenhuma fé que não seja prescrita por outros nem presumimos expor os resultados de nossa reflexão, para não dar como regra de religião o que somente os santos padres nos tem ensinado (Hom. In Ps, 115, 1 apud BASÍLIO MAGNO, 1915)

Em suas discussões sobre a Trindade, São Basílio reafirma o fundamento de uma só *substância (ousía)* e três Pessoas (*hipóstasis*): igualdade substancial das Três Pessoas, distintas, porém, em sua individualidade (BASÍLIO MAGNO, 1915).

São Thomé, Apostolo— Tomé, em arameu é Dídimos, em grego, significam gêmeos. Segundo os apócrifos *Acta Thomae* e a *História de Abdgar*, o seu gêmeo seria Judas, irmão de Tiago, *O Menor*. Neste caso ter-se-ia chamado simplesmente *O Gêmeo* para o distinguir de Judas, irmão de Tiago e de Judas Escariotes. Era natural da Galiléia e um dos 12 apóstolos (Mateus cap. X, vers. II a IV). Os episódios que São João nos deixou sobre o caráter deste apóstolo revelam uma tendência para o pessimismo: quando Jesus diz aos apóstolos que desejava voltar para a Judéia,

onde havia pouco O queriam apedrejar, exclama: “*Vamos para morrer com ele*”. Quando Jesus anunciou que iria ter com o Pai e eles sabiam caminho, Tomé objeta que não sabia para onde Ele ia, e muito menos o caminho (João Cap. XIII, vers. V). Ao ser informado que o Mestre tinha ressuscitado ao terceiro dia, Tomé recusa-se a acreditar sem *ver e tocar* (João cap. XX, vers. XXV) o corpo de Jesus. Depois da Ascensão de Jesus, Tomé continuou com os apóstolos (João cap. V. vers. I; *Acta, I-XIII*). E após a dispersão dos mesmos, levou o Evangelho aos Partos (Emaús, H. E., cap. III, T. XX, col. 216) e a Pérsia (São Jeremias, De Vita Apost.; cap. V, T. XXXII, col. 721 (São Gregório Nazareno, *Oratio*, XXXIII). Os cristãos do Malabar consideram-no o fundador da sua cristandade. A Igreja Latina celebra a festa de São Tomé à 3 de julho (BIBLIA SAGRADA, 1978; DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Sá, Estácio de – Nascido em Coimbra, provavelmente em 1520, mas há quem afirme ser em 1542, 1543 e até 1548. Era filho do fidalgo Diogo de Sá, primo do pai de Mém da Sá, daí ser considerado “sobrinho” do terceiro governador-geral. Provavelmente Estácio de Sá chegou ao Brasil juntamente com Mém de Sá em 1557, participou da expedição em ataque à França Antártica em 1555 posteriormente retornou à Portugal incumbido de convencer o rei da necessidade de colonizar e povoar o Rio de Janeiro ou a baía da Guanabara. Em 1564 retornou comandando a esquadra destinada combater os franceses, também seu nome está entre aqueles considerados os responsáveis pela fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. De 1565 a 1567, nomeado Capitão-mór e dirigente da cidade, permaneceu elegendo juizes e alcaides, assim como concedendo sesmarias. Partícipe dos combates que se seguiram em defesa da baía da Guanabara, Estácio de Sá, ferido no rosto por uma flecha envenenada veio a falecer. Segundo consta é responsável pela edificação da igreja de São Sebastião lugar onde fora sepultado em 1567; é considerado pelas crônicas – e alguns historiadores antigos – herói e mártir, no processo da conquista da Guanabara, principalmente porque resistindo aos ataques franceses e indígena morreu em uma batalha considerada decisiva, sendo ferido no dia do padroeiro da cidade que havia ajudado a criar (VAINFAS, 2000; BUENO, 1998).

Sá, Mendo de – Mém de Sá foi o governador que expulsou os franceses do Rio de Janeiro. provavelmente natural de Coimbra, nasceu por volta de 1504. Filho de Gonçalo Mendes de Sá e Inês de Melo, seu irmão foi um famoso poeta português Sá de Miranda. Seu pai, um cônego em Coimbra – não legitimou o seu nascimento, procedimento que havia adotado com oito dos 13 filhos que teve. Formado pela Universidade de Salamanca em 1528, Mém de Sá não fazia parte da corte ou prestava serviços militares, mas a partir de 1532 passou a ocupar cargos de desembargador da suplicação, corregedor dos feitos civis da Corte e desembargador dos agravos. Foram cargos que lhe deram projeção e, o reconhecimento de ser “juiz probo e enérgico”. Em 1533, casou-se com Guiomar de Faria e tiveram seis filhos. Nomeado para ocupar o cargo de governador-geral do Brasil para substituir Duarte da Costa, chegou em Salvador em dezembro de 1557. Em relação aos governadores anteriores, Mém de Sá, obteve de D. João III algumas vantagens, como amplos poderes de caráter cível e penal, o novo governador aportava na colônia encarregado de solucionar alguns problemas, entre eles a presença francesa no Rio de Janeiro, e criar mecanismos de melhor aproveitamento da terra.

Tão logo chegou a Salvador, buscou a cumplicidade dos Jesuítas, cumplicidade esta, decisiva para manter um controle da população indígena nas diversas regiões, através dos jesuítas convertia, aldeava e integrava os índios à colonização, por outro lado também ele combateu os índios que se mostravam hostis, foi em uma dessas batalhas que perdeu seu filho Fernão de Sá. Com rigor de juiz procurou trazer à colônia uma certa normalidade, como, por exemplo, combater a jogatina e conter os degredados e malfeitores, aliás, um dos alertas que faz ao rei é justamente o perigo de utiliza-los no povoamento da colônia. No tocante às questões econômicas, incentivou à descoberta de minas com apoio as expedições de Brás Cubas que partiu de São Vicente em 1560. Enfrentou problemas como a invasão francesa na Guanabara, decidido não aguardar os reforços militares na Metrópole, combateu a expedição que atacou a França Antártica, por algum tempo, venceu com a tomada da Fortaleza, chamada Forte de Colligny, contudo, a posição dos Tamoios aliando-se aos franceses, fez com que o Governador-Geral Mém de Sá tomasse a posição de adotar um projeto jesuítico, que era o de povoar a Guanabara. – nas

correspondências jesuíticas da época, encontram-se informes detalhados do combate luso-françês, bem como o projeto de povoar a baía de Guanabara. Desta forma as bases da futura cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foram lançadas por Mém de Sá em março de 1565, tendo no seu sobrinho Estácio de Sá a incumbência de leva-la a efeito, contudo, a expulsão definitiva dos franceses só ocorreu em 1567 quando os colonizadores puderam contar com a aliança dos temiminós de Araribóia, combate este que custou a vida de Estácio de Sá.

De volta a Salvador, Mém de Sá, mediante os serviços prestados à Coroa, relatou-os em carta, a fim de merecer régia gratidão, bem como a solicitação de um substituto para o cargo de Governador Geral, solicitação que o Rei relutou em atender. Não resta dúvida que a administração na Colônia realizada por Mém de Sá no curso de dezesseis anos teve importância fundamental na consolidação do governo português na América. Quer no enfrentamento dos corsários, quer dos índios rebeldes, a ação de Mém de Sá dispondo de precários recursos foi reconhecida e louvada no poema composto por Anchieta *De gestis Mendi de Saa*. Tendo acumulado fortuna em propriedades – engenhos, escravos, gado, terras – além de considerável soma em dinheiro, Mém de Sá, faleceu em 1572 (FRANCO, 1989; VAINFAS, 2000).

Saldanha, Ayres – Foi governador da cidade do Rio de Janeiro de Saldanha de 1719 a 1725. Fez inúmeras melhorias na cidade, dentre elas os meios de intercomunicação promovendo o calçamento de várias ruas centrais e melhoria das fortificações. Em 1723 inaugura o Aqueduto da Carioca, inspirado no aqueduto das Águas Livres de Lisboa, com a finalidade de abastecer o centro urbano do Rio de Janeiro com as águas puras do rio Carioca, conduzindo a água até o antigo chafariz erguido no Campo de Santo Antônio; Chafariz da Carioca, Campo da Carioca e hoje Largo da Carioca. O novo aqueduto, projeto do então governador Ayres Saldanha, entre os morros de Santa Teresa e de Santo Antonio, teve sua sólida construção feita de pedras de rio fixada com óleo de baleia, obra esta que foi concluída no ano 1724. Seu estado de conservação, quase inalterado, faz com que seja o único exemplar do gênero, em estado original, do mundo. Foi a primeira grande obra de engenharia executada na cidade do Rio de Janeiro (BELCHIOR, 1965).

Salomão – filho de e sucessor de David, foi o terceiro rei de Israel de (975 a 932 a. C.). Venceu a conspiração de Adonias, seu irmão e, organizou o reino à maneira dos países que o cercavam. Ao contrário de seu pai, Salomão conduziu uma política de poder absoluto à maneira das potências orientais. Para tanto, desembarçou-se de seu irmão Adonias e dos príncipes membros do partido que o levava ao poder. Com planos políticos destinado à grandes realizações e uma perfeita organização do reino, fez com que o povo pagasse um ônus muito alto impondo taxas de impostos muito elevadas. Seu reino dividiu-o em 12 distritos ou prefeituras. Entre as realizações de monumentos destacam-se: o templo de Jerusalém, o palácio Real e a fortaleza de Milo. Teve um harém famoso. Quanto à política externa, Salomão colocou em ação idéia muito diferente de seu pai, procurou manter boas relações com os países vizinhos, com o Egito, por exemplo, uma vez que casou-se com as filhas do Faraó Psusennés II e Hiram, rei de Tiro. Desenvolveu intensa atividade com outros países. Em Eziongaber criou uma frota marítima que mantinha ligações com Arábia e o Oriente. Comprometeu seriamente os altos ideais da paz, de riqueza e sabedoria, com a admissão muitas mulheres estrangeiras (Moabitas, Amoanitas, Edomitas, Sidónias, Hititas), que faziam partem do seu harém. Desta forma introduziram-se práticas idolátricas e o paganismo começou a se infiltrar no país, coisa que David – seu pai –, nunca teria consentido. Finalmente uma forte oposição, de caráter político e religioso, por parte de seus súbditos foi sentida por Salomão. A unificação do país já não era perfeita e devido à tolerância do sábio rei aceitando toda sorte de costumes estrangeiros, o meio profético começou a reagir. Em pouco tempo, dar-se-ia o cisma que dividia o país e traria conseqüências gravíssimas para a história de Israel. Ainda no que diz respeito à sua atitude religiosa, os conhecimentos de Salomão de ciência e sabedoria divina, lhe valeram uma reputação extraordinária pela sua grande atividade literária, e poética (3000 provérbios e 1005 poemas), Considerado um sábio, suas sentenças e poesias foram enfeixadas na Bíblia, onde formaram o *Livro dos Provérbios*, o *Eclesiástes* e o *Cântico dos cânticos*. Mandou construir o templo de Jerusalém, orgulho do povo Judeu e que por muito tempo foi o símbolo de sua unidade nacional e da eleição

divina (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; BIBLIA SAGRADA, 1978).

São Cyrilo Alexandrino, ou São Cirilo – natural de Alexandria sucedeu seu tio Teófilo, este um polêmico arcebispo, na sede de Alexandria em 412. O pontificado de São Cirilo também foi marcado pela polêmica, tanto nas questões de administração legislativa, quanto com referência às lutas teológicas, arianas e nestorianas em seu tempo. A sua formação deu-se na escola alexandrina, sempre em debate com a antioquena. De caráter rigoroso e implacável, São Cirilo perseguiu judeus, novacianos, hereges e pagãos. Chega-se a afirmar que foi ele o responsável pela morte da famosa filósofa Hipácia, a qual foi esquartejada e despedaçada em março de 415, na escadaria de uma igreja por uma turba de cristãos.

Em 428, quando um inimigo seu de nome Nestório é nomeado bispo de Constantinopla, São Cirilo converte-se em um paladino da ortodoxia *A velha rivalidade entre Antioquia e Alexandria converteu-se num conflito de toda a Igreja. Nestório afirmou que em Cristo há duas pessoas, uma pessoa divina que é o Logos, que mora numa pessoa humana, e que não se poderia chamar de Theotokos, Mãe de Deus, à Virgem Maria* (Quastem, Patrologia, II, 122s.). Cirilo rejeitara os argumentos de Nestório, e seguiu em suas contestações até condena-lo no Concílio de Éfeso em 431, em um processo no qual atuou como delegado do Papa. Nesta empreitada continuou lutando até sua morte em 444.

A produção intelectual de São Cirilo é, em sua grande maioria, motivada pela controvérsia ariana e nestoriana, nela também encontraremos seus comentários bíblicos. *Grosso modo* poderíamos dividir sua obra em: a) exegese; b) teológica e apologética; c) sermões; d) cartas e outros escritos.

No referente a sua obra exegética, compreende diversos comentários, incluindo alguns livros do antigo testamento. A mais conhecida é a que tem a forma de diálogo entre Cirilo e Paládio sobre a *Adoração e o culto em espírito e em verdade* e seu complemento *Glaphyra*, além dos 13 livros no qual constam os “comentários nobres” sobre passagens escolhidas do Pentateuco. Na seqüência teceu comentários sobre Isaias e profetas ‘menores’. No Novo Testamento fez comentários aos Evangelhos de São João, São Lucas e São Mateus.

Com referência a seus comentários dogmático-polêmicos podemos citar o *Thesaurus de sancta et consubstantiali Trinitate*, contra os arianos. Contra os nestorianos, escreveu Cirilo, *Adversus Nestorii blasfêmias; De recta fide; Scholia de Incarnatione Unigeniti; Adversus nollentes confiteri Sanctam Virgenem esse Deiparam; Quod unus sit Christus*. Com referência a apologética, destaca-se a sua *Apologia contra Juliano*, que escreveu em resposta aos três livros *Contra os galileus*, publicados pelo apóstata em 363.

Em forma de *Homilias e Sermões* escreveu as *Cartas* ou *Homilias pascais*, escritas às Igrejas do Egito entre os anos de 414-442. Nelas exorta os fiéis ao jejum e à abstinência, à vigilância e à oração, à esmola e obras de misericórdia (SANTIDRIÁN, 1997).

S. Gregório – É difícil precisar a qual São Gregório José Barbosa de Sá está se referindo. Pois somente no Breve dicionário de pensadores cristãos de Pedro Santidrián, teremos 6 “São Gregórios”, sendo que somente 1 é posterior a José Barbosa de Sá, são eles: Gregório XVI (1765-1846); São Gregório de Nissa (335-395); São Gregório de Tours (540-595); São Gregório Magno (540-604); São Gregório Nazianzeno (330-390) e Taumaturgo Gregório (213-270) (SANTIDRIÁN, 1997).

Gonçalo Sanches – ao que parece este Navegador foi motivo de disputas no campo da historiografia entre Portugal e Espanha, pois segundo Joseph Barbosa de Sá, Alonso Sanchez seria uma variante castelhana de Gonçalo Sanchez, ou seja, tanto lusitanos quanto castelhanos querem para si a nacionalidade de Gonçalo/Alonso Sanchez que teria – início e meados do século XV – percorrido por terras americanas muito antes de Colombo.

S. Domingos, P.^e – S. Domigos, sacerdote nasceu em Caleruega em cerca de 1180, faleceu em Bolonha em 6 de agosto de 1221, sendo canonizado por Gregório IX em 1234. Aos vinte e quatro anos acompanhou seu bispo, Diego de Azevedo a Roma, considerando nefasta e heréticas as influências dos albigenses e cátaros, organizou uma missão fundando na residência missionária de Prouille perto de

Tolosa um convento de religiosas para apoiar o seu apostolado, e um núcleo de frades pregadores livre de influência política. Um projeto que supõe-se Inocêncio III relutasse em aceitar. Domingos adotou no texto a regra de Santo Agostinho com o mesmo rito litúrgico. Morreu aos 51 anos na cidade universitária quando prometia que seria mais útil morto do que em vida. Foi sepultado na igreja de São Nicolau, mais tarde transformada em basílica. A partir do século XII, São Domingos é venerado como patrono de Bolonha. (SANTIDRIÁN, 1997; LODI, 2001).

S. Luiz Rei de França – São Luiz IX, faleceu de tifo nas portas de Tunis em 1270, sem ter conquistado a cidade, foi canonizado em 1297, por Bonifácio VIII, levando-nos a um período da história da França contra os muçulmanos, luta que envolvia os reis nas cruzadas (1214). Culminou com a grande vitória francesa. Nasceu em Poissy em 1214, filho de Luiz VIII e de Branca de Castela. Aos doze anos foi coroado rei, aos vinte casou-se com Margarida da Provença, tiveram 11 filhos. Participou de algumas cruzadas, entre elas, uma pela libertação da terra santa. Com o fracasso da primeira cruzada permaneceu por três anos na Palestina, neste período com a intenção de enriquecer seu tesouro de Saint Dênis e demonstrar seu senso religioso adquiriu algumas relíquias que supostamente teriam pertencido a Jesus, são elas: a coroa de espinhos, parte da cruz, o ferro da lança e a esponja do vinagre, tudo adquirido a preço de ouro. Em uma última ousadia empreendeu uma cruzada contra o Islã, quando o sultão do Egito apoderara-se de grande parte da Palestina. Ali foi vencido pela peste que se abateu sobre seu exército de 60 mil homens. (LODI, 2001).

Sansão – Na historiografia bíblica é um dos juízes de Israel, salvou os israelitas do jugo dos filisteus e tornou-se célebre por sua força descomunal. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d)

Santo Agostinho – ou Aurélio Agostinho nasceu em Tagaste, região da África de domínio Romano, hoje conhecida como Argélia. Seu pai, Patrício, era pagão; sua mãe, Mônica, cristã que exerceu sobre ele grande influência. Passou a infância e adolescência entre as cidades de Tagaste, Madaura e Cartago, onde se dedicou aos estudos clássicos, especialmente à gramática e à retórica. Foi com a leitura de uma obra hoje desaparecida de Cícero (Hortênsio) que Agostinho deu novo rumo às suas investigações e estudos. Da gramática passou à investigação filosófica, aderindo então à seita dos maniqueístas (374). Passou 10 anos em Cartago ensinando retórica e buscando a verdade e a felicidade na filosofia, na amizade e nos vícios da

carne. Em 383 dirigiu-se a Roma, pois lá pretendia arregimentar alunos e pupilos que não fossem tão indisciplinados e melhor preparados que os de Cartago. Após um ano foi para Milão, onde havia sido convidado pelo prefeito Símaco para ensinar oficialmente retórica.

O contato e as discussões com o bispo Ambrósio persuadiram-no da 'verdade contida no cristianismo', e Agostinho então se fez catecúmeno. Neste mesmo período tomou contato com filosofia neoplatônica e, por meio dos livros de Plotino, foi abandonando as idéias maniqueístas. Por fim em 386, abandona o magistério, retirando-se então para Cassiciaco nos arredores de Milão, para refletir e escrever. Em 25 de abril de 387 recebe o batismo.

O volume da obra literário de Agostinho é gigantesco. Escreveu cerca de 225 cartas e, mais de 500 sermões, além de outras 300 obras como os *Tratados sobre o Evangelho de João e os Comentários aos Salmos* que foram publicados.

Porém, a obra que hoje nos permite elencar com certa facilidade toda a produção intelectual de Agostinho foi aquela na qual ele próprio dedicou-se a revisar seus escritos, a qual deu-se o nome de *Retractationes*. As *Retractationes* ou *Revisiones* dá conta de 93 num total de 252 livros. Nela encontramos à abordagem dos mais variados assuntos como: filosofia, moral, exegese, teologia, catequese, além de respostas as mais variadas perguntas que chegavam por correspondência. No referente aos gêneros literários, quase todos são por ele utilizados: comentários, diálogos, anotações de textos bíblicos, reproduções e transcrições de fontes documentais levantadas por ele – discussões da qual havia participado.

Com relação a sua busca filosófica Agostinho afirmava que:

A procura da verdade é tarefa de todo homem; os graus do saber são graus de nossa avaliação espiritual, que é a conquista de uma interioridade cada vez mais profunda: interiorizar-se para transcender-se. Filosofar é captar a verdade no interior, isto é, alcançar o conhecimento da Alma e de Deus. Esse é todo o objeto da filosofia: o homem (eu, tu) e Deus (AGOSTINHO, Solilóquios, I, 7 ,apud SANTIDRIÁN, 1997, p. 189).

Os escritos agostinianos tiveram grande influência platônica. Em sua última obra, A Cidade de Deus, Agostinho retomou de maneira breve a história da filosofia jônica e

ateniense, argumentando que, Platão era totalmente compatível com a doutrina cristã. Deste modo, o Deus judaico-cristão em muito se assemelharia ao Timeu de Platão. Agostinho também insinua que, Platão em algum momento pode ter tido contato com o Antigo Testamento. Para ele os deuses de menor importância figurados no Timeu poderiam ser comparados com os anjos. Porém, somente o Deus cristão poderia ser o autor de todas as coisas da terra e do céu.

Em suas Confissões, Agostinho afirmava que todas as criaturas foram feitas do nada em um só instante, durante a Criação. Algumas já surgiram perfeitas como o céu, a alma humana e os anjos; outras surgiram de maneira incompleta, a partir da terra, pois Deus as concebia primeiramente como “idéias” – uma concepção de cunho platônico –, posteriormente essas outras criaturas, ou seja, os animais e as plantas, se desenvolveram a partir da matéria bruta.

Ainda em suas Confissões, afirmou que Deus era o único criador de todas as coisas, corrigindo deste modo, o erro em que haviam caído os maniqueístas:

Comprendí que hay algunos hombres a quienes desagradan tus obras. Muchas de ellas, dicen, las has hecho compelido por la necesidad, como la arquitectura de los cielos y la disposición de los astros. Eso no lo has sacado de lo que es tuyo, sino que esas cosas existían ya creadas en otra parte y sacadas de otra parte; tú las habrías ensamblado, ajustado y organizado, cuando tras la derrota de tus enemigos, construístes las murallas de este mundo, para que, encadenados a esa construcción, no pudieran rebelarse de nuevo contra ti: Y que todo lo demás, como son todos los seres de carne y todo lo que hay además de los animales y todo lo que hecha raíces en la tierra, ni lo hiciste ni lo ajustaste en lo más mínimo, sino que una inteligencia enemiga, otra naturaleza no creada por ti, hace nacer esas cosas y las forma en las partes inferiores del mundo. Insensatos los que dicen esto, porque no ven tus obras en tu espíritu y no te reconocen en ellas.
(AGOSTINHO apud PAPAVERO et alii, 1995, p. 188-189).

Os maniqueístas não conseguiam conceber que existisse o mal e a imperfeição nas criaturas divinas. Imaginavam a existência de um princípio criador da terra independente de Deus e que havia existido uma luta entre o primeiro homem e os

demônios. Desta luta resultara a prisão dos demônios nos astros, posteriormente os fetos de origem demoníaca que se encontravam nos corpos celestes chegaram a terra. Estes fetos, este sêmen da imperfeição é o que teria dado origem aos animais e as plantas. (SANTOS & PINA apud PAPAVERO et alii, 1995; SANTIDRIÁN, 1997).

Sto Ambrosio – Santo Ambrósio nasceu em Trier, mas logo se muda para Roma com a mãe e a irmã mais velha de nome Marcelina. No ano de 370, recebe o cargo de governador de Emília-Ligúria com residência em Milão. A entrada de Santo Ambrósio na vida religiosa dá-se de maneira curiosa e rápida. Alguns dias depois de ter assumido o governo de Emília foi aclamado bispo desta cidade por aclamação popular. Em apenas oito dias passou de cidadão sem batismo a bispo de Milão. A partir de então (374) até sua morte obteve fama de homem sábio e pastor prudente perante seus governados. Foi ele também merecedor da atenção de Santo Agostinho, que nas páginas de suas *Confissões* apresenta Santo Ambrósio como homem absorto na leitura e meditação.

Santo Ambrósio ficou conhecido como “bom pastor” por causa de alguns atos que assim o notabilizaram. Entre os anos de 385-386 negou-se a entregar uma igreja aos arianos. Já no ano de 388 enfrentou o imperador Teodósio por ter castigado um bispo que havia incendiado uma sinagoga. Em 390 volta a enfrentar Teodósio desta vez impondo-lhe uma penitência pública por este ter acabado com um motim em Tessalônica massacrando os cidadãos. Com esta conduta e com seus escritos, Santo Ambrósio antecipa o conceito medieval de imperador cristão, ou seja, o do “filho fiel da Igreja e servidor às ordens de Cristo”, e, deste modo, submisso ao conselho e ordens de seu bispo.

Com referência a sua produção literária, esta foi variada, compôs obras musicais e epistolares. Os quatro volumes de suas obras apresentam os diferentes aspectos de sua atividade intelectual: obras apologéticas, teológicas, morais e tratados cétricos.

Sua obra apologética em especial é dirigida contra o arianismo. Em suas obras *De incarnatione*, *De Fide ad Gratianum* e *De Spiritu Sancto ad Gratianum Augustum*, são concebidas com a intenção de se convencer o Imperador Graciano da necessidade de se manter uma ortodoxia estrita. Era grande conhecedor de autores

da antiguidade, tanto cristãos quanto pagãos, dentre eles podemos destacar Fílon, Orígenes, São Basílio de Cesaréia, Plotino e Cícero (SANTIDRIÁN, 1997).

Sardinha, Pedro Fernandes, D. – Prelado católico português, e primeiro bispo do Brasil (século XVI). Em 1552 chegou a São Salvador, sede de sua diocese. A vinda de D. Pedro Fernandes Sardinha para o Brasil, resultara de uma longa campanha dos jesuítas junto ao governo de Portugal; em sucessivas cartas o Pe. Manuel da Nóbrega pedia a intervenção do provincial português para que enviasse autoridade religiosa, preparada para conter os desregramentos de elementos do clero português. Uma providência sempre adiada devido a pobreza de recursos – não era grande coisa a arrecadação do dízimo nestes tempos de colonização. Com as freqüentes solicitações, o rei decidiu assumir a responsabilidade das despesas de tesouraria – afinal, a América espanhola já fundara dezenas de dioceses, quando Portugal decidiu-se. Entretanto, tão logo iniciou seu governo espiritual, D. Pedro Fernandes Sardinha revelou-se sem preparo para exercer o cargo. De temperamento explosivo, excedia-se na aplicação das penas e muitas vezes mandava recolher os padres em prisões comuns. Portanto, durante sua estada no Brasil, viu-se a braços com duas contendidas: a primeira sustentou-a contra os jesuítas e na segunda entrou em luta contra o governador Duarte da Costa, num momento delicado quando a colonização carecia de uma cumplicidade concorrendo para sua salvação. Tratava-se de um choque entre duas concepções da empresa colonizadora: os jesuítas que colocavam a cristianização além das contingências políticas ou culturais da Europa e a do bispo a serviço dos interesses da Coroa de Portugal, concebendo a catequese como conquista para a civilização européia. Embarcou para Lisboa em 1556. Perto de São Francisco a embarcação em que estava naufragou e foi morto pelos índios (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d; HOLANDA, 1960).

Sebastião, D., Rei – Décimo sexto rei de Portugal nasceu em Lisboa em 20 de janeiro de 1554, faleceu em Alcácer Quibir em 4 de outubro de 1578. Filho póstumo do príncipe D. João III e de D. Catarina da Áustria, seu nascimento foi recebido com expectativa, pois evitava a possível união de Portugal à Castela, na falta de um

herdeiro legítimo para o trono luso. D. Sebastião recebeu com isso o cognome de *O Desejado*. Por causa do contrato matrimonial, após a morte do rei D. João, a mãe, princesa D. Joana de Castela, voltou à Espanha depois do nascimento de D. Sebastião, este teve na avó D. Catarina de Habsburgo tutora e regente do trono até 1502. Sob a tutela da avó regente, esta deu-lhe como mestre aos seis anos o Padre Luiz Gonçalves da Câmara. D. Sebastião era possuidor de uma instrução variada, seu humor revelava-se instável e facilmente alucinatório. Tão perigoso temperamento, agravado pela depressão da doença crônica que o afetava, os médicos não souberam debelar. Sofria de pânico pela peste que infestou o reino até 1570. A defesa de Masagão, e a reconquista do Penhã de Veles com a ajuda dos portugueses, inflamaram a fantasia do jovem monarca levando-o não só a pensar em futuras campanhas procedendo a uma reorganização do exército e a medidas econômicas contra o luxo, mas explodiu em manifestações doentias, como, por exemplo, mandar abrir os túmulos dos reis seus antecessores, em Alcobaça e na Batalha, ao mesmo tempo em que se alienava do convívio e conselho da avó. Interviram D. Joana, Felipe II e o Papa. O rei suspendeu momentaneamente suas atitudes deslocou-se de Almeirim a Xabregas, para acalmar D. Catarina. Em 4 de agosto de 1578, D. Sebastião recebeu solicitação de ajuda por parte de Mulei Mohamed – Xerife destronado de Arzila – este aceitou o pedido com muito prazer. Informou a Felipe II, o Papa e D. Catarina sua intenção de comandar pessoalmente a expedição. Com numeroso exército, patenteou-se logo a falta de organização, desatento aos conselhos dos mais prudentes, o rei pessoalmente demonstrou seu intento de entrar em conflito com o Xerife que ocupava Arzila – no lugar do Mulei Mohamed –, encontrou com o mouro muçulmano “usurpador”, às margens do rio Lucus, em 4 de agosto de 1578. Depois de lutar em campo aberto com o inimigo D. Sebastião foi ferido e morto. O desastre teve péssimas conseqüências para o país, cuja independência se manteria até 1580, o cadáver de *O Desejado*, encontrado e reconhecido entre os mortos foi transladado para Tânger e dali para os Jerônimos. O resgate dos sobreviventes precipitou Portugal na miséria. Das dificuldades da identificação do cadáver do infeliz monarca, surgiu o mito do *Sebastianismo*. (VAINFAS, 2000).

Semiramis Siriaca – Rainha lendária da Assíria e da Babilônia, a qual se atribui a construção do palácio e dos jardins suspensos da Babilônia – uma das sete maravilhas do mundo –. Sua lenda teria origem a partir do nome de Sammuramat, esposa do rei da Assíria, Shamshi-Adat V (823-810 a. C.), cuja rainha foi regente durante a menoridade de seu filho. Era muito afamada pela sua beleza, coragem excepcional e extraordinária virtude de administradora. Narram a lenda que também teria embelezado a cidade da Babilônia em variadíssimos aspectos (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Sêneca – Filósofo poeta e escritor da época romana nasceu em Córdoba no ano 4 da Era Cristã e morreu em Roma no ano 65. Apenas saído da primeira infância, partiu com seu pai para Roma, onde estudou poesia e eloquência; dotado de uma estranha sensibilidade com propensão ao entusiasmo e imaginação ferosa, conquanto suas condições físicas serem frágeis e sua saúde bastante delicada – cercado de cuidados familiares –, não obteve jamais as condições físicas que o grande trabalho mental exigia.

Avidamente retinha os ensinamentos de seus mestres – sendo seu primeiro mestre, o pai –, era o primeiro a chegar e o último a sair da classe. As lições caíam fortemente sobre a sua imaginação – especialmente os pitagóricos –, tanto que se absteve de comer carne, o que pressupõe como um estudante cuja filosofia aprendida era apreendida e exercida como regra prática. Uma vez que Tibério, por meio de um decreto, tornara proscritos os cultos judaicos e egípcios, o velho pai de Sêneca que temia mais aos delatores que odiava os filósofos convenceu seu filho que a abstinência de carne era um dos caracteres comuns dos cultos proscritos, convencendo-o a retomar a alimentação normal. Todavia Lucio Anneo Sêneca conservou ainda que rico, até o declínio de sua idade, uma vida de hábitos simples, austera, frugal.

A influência paterna, e porque não a sua própria vaidade e ambição, fizeram Lucio Anneo Sêneca afastar-se da filosofia, indo ao encontro de uma carreira política brilhante, o que o fez angariar o horror invejoso de Calígula, uma vez que este acreditava ser um brilhante orador; não o matou Calígula porque uma de suas concubinas fê-lo acreditar que com a tísica – mal do qual padecia Sêneca – logo morreria. O retórico laureado fazia brilhantes defesas no Senado.

Buscando recompor a saúde, Sêneca viajou para o Egito, onde um tio era prefeito; lá acreditava ser-lhe oferecido um vasto caminho para um espírito curioso e entusiasta; alcançando a Índia. O naturalista Plínio dá a entender que Sêneca havia escrito uma memória acerca desse país. Com estas viagens pôde copiar os materiais para seu tratado de *De Superstitione*; outro livro foi composto – desaparecido –, uma produção da sua mocidade, *De Terrarum*, ali sem dúvida, recolheu dados sobre o Egito e sobre o Nilo que logo foram utilizados nas suas *Quaestiones Naturales*, em que escreveu sua admiração pelos majestosos restos das antigas civilizações e aspirou conhecer todos os segredos da famosa Escola de Alexandria, destinada a exercer muita influência nas idades futuras.

Retornando a Roma, foi nomeado Questor, devido à influência de sua família, todavia, no primeiro reinado de Cláudio 41 d.C., foi acusado de ter mantido relações adúlteras com Júlia, filha de Germânico, desterrado para a ilha de Córsega, não se sabendo ao certo a veracidade de sua culpa. Talvez uma calúnia como pensavam alguns, atribuindo o desterro, que durou 8 anos, a uma influência de Messalina. Tomando conhecimento da morte de Messalina, obteve através da amizade de Políbio o perdão, pelo que muito foi criticado e censurado por ter-se humilhado.

Prosseguiu Sêneca em constante contradição entre o pitagórico exaltado que se privava quase que do necessário, ascético e o advogado que corria atrás da popularidade, ansiando pelo exército do fórum, buscava a amizade dos grandes. O primeiro encheu os livros com máximas de pureza de vida. O segundo escreveu a Apologia do parricídio. Aqui ensinava menosprezo aos bens materiais e aquisições de fortunas, ali adquiria imensas riquezas, quintas em quase todas as regiões da Itália (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Seolto – Provavelmente José Barbosa de Sá está se referindo a João Duns Scoto, o maior expoente da escolástica pós-tomista. Também ele, inglês e franciscano, foi aluno e professor nas universidades de Oxford e de Paris. Faleceu em 1308. Suas obras principais são: a *Obra Oxoniense*, isto é, o tradicional comentário das sentenças de Pedro Lombardo; os *Teoremas Sutilíssimos*, as *Questões Várias*, a *Obra Parisiense*.

O agostinianismo de Scoto manifesta-se, antes de tudo, no conceito de filosofia, entendida como instrumento para entender a fé e não como obra autônoma do espírito, como julga Tomás de Aquino. E, por sua vez, a teologia não é – segundo Scoto – disciplina essencialmente especulativa - como julga o Aquinate - mas unicamente prática, em conformidade com o espírito do voluntarismo agostiniano.

A gnosiologia iluminista-intuicionista agostiniana firma-se no escotismo não tanto como participação da inteligência humana na luz divina, quanto como sendo a espontaneidade e a independência do intelecto com respeito ao sentido. Em todo caso, está contra o chamado empirismo aristotélico-tomista, segundo o qual nosso conhecimento começa pela sensibilidade. Scoto concede, em linha de fato, o empirismo do nosso conhecimento; não o admite em linha de direito, como exige o tomismo. E isso seria devido - segundo o *doutor sutil* - à escravidão da alma com respeito ao corpo, decorrente do pecado. Pelo contrário, deveria a alma, por sua natureza, conhecer diretamente as essências, não só as materiais, mas também as espirituais.

Na teodicéia, Scoto – contra a corrente agostiniana e em harmonia com o tomismo – ensina que Deus não é conhecido por intuição; a existência de Deus é demonstrável apenas com argumentos *a posteriori*, embora procure também combinar esta demonstração com o argumento ontológico, *a priori*. Quanto à natureza divina, o atributo essencial de Deus seria a infinidade.

Na psicologia escotista aparece ainda uma doutrina inspirada no agostinianismo. É a doutrina do conhecimento intuitivo da essência da alma, princípio de todos os demais conhecimentos. E também se inspira no agostinianismo a doutrina de certa independência da alma com respeito ao corpo; seria a alma, por natureza, uma substância completa.

Com efeito, segundo Scoto, todos os seres, mesmos os espirituais, são compostos de matéria e de forma. A matéria não é mera potência, inexistente sem a forma, mas tem uma realidade sua própria; a forma não é única, mas há multiplicidade de formas em cada indivíduo. A individuação não depende da matéria – pelo que o indivíduo fica incognoscível intelectualmente –, mas de um elemento formal individual, chamado *haecceitas* – que se sobrepõe à matéria por si subsistente e à

hierarquia das formas –, destarte, o indivíduo se tornaria intelectualmente cognoscível.

Contra o intelectualismo tomista, Scoto sustenta a primazia da vontade: a vontade não depende do intelecto, mas o intelecto depende da vontade. A tarefa do homem é conhecer para querer e amar; na vida eterna, Deus seria atingido, na visão beatífica, pela vontade, pelo amor e não pelo intelecto. Scoto põe também em Deus esse primado de vontade sobre o intelecto. Desse modo, as coisas criadas por Deus não dependem fundamentalmente da razão divina, e sim da vontade divina. (DE PEDRO, 1993).

Sepúlveda – Manuel de Souza Sepúlveda; fidalgo português que militou na Índia no século XVI. Partiu para Portugal em 3 de fevereiro de 1552, no galeão São João a qual capitaneava. Em tal viagem foi batido por uma tempestade indo parar nas costas da Terra do Natal – África do Sul – em junho, a embarcação se desmantelou. Os sobreviventes iniciaram então uma longa e penosa caminhada no sentido de Moçambique, sofreram agudas privações, e ataques de nativos cafres, doenças e mortes. Manuel de Sousa Sepúlveda, após a trágica morte de sua mulher e filhos, embrenhou-se na mata desaparecendo para sempre, morrendo aí em ignoradas circunstâncias. O relato de tais vicissitudes, escrito por autor anônimo, foi incluído por Gomes de Brito no primeiro volume (1765) da sua coletânea *História trágico-marítma*, e foi celebrado por Jerônimo Corte-Real nos versos de um poema épico (*Naufrágio e Lastimoso Sucesso*) (BRITO, 1972).

Solesano, João de – Possivelmente trata-se de *Juan Solórzano Pereyr*, Antonello Gerbi (1996), refere-se a Solórzano, como “O honesto Solórzano” do século XVII, que em 1629-1639, escreveu *De Indiarum Jure*, traduzido para o espanhol recebeu o título de *Política indiana*. Na obra, contesta a teoria tão difundida por Buffon, de que a inferioridade da América, ou seja, a tropicalização explicasse os vícios de qualquer *crioulo*. Numa reimpressão de sua defesa publicou-se: “*De Los crioullos y su calidad y condiciones, y si deben ser tenidos por españoles*” foi publicada na Revista de *La Facultad de Decho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, v (1950 apud GERBI, 1996).

Soto – Domingos de Soto nasceu em Segóvia em 1494, falecendo em Salamanca em 15 de novembro de 1570, com formação em filosofia natural e teologia, era um religioso dominicano espanhol. Graças à sua formação dada pela Universidade de Alcalá em 1513, e em Paris em 1517, a partir de 1520 passa a lecionar artes em Alcalá. Dada a sua formação, conquistou um domínio léxico que fizeram com que seus escritos obtivessem respeitabilidade do ponto de vista científico e literário. Sua atuação no campo da teologia inicia-se em 1524 quando do seu ingresso no convento Burgos, ocupando o cargo de frade pregador. Em 1545 participa do Concílio de Trento, ali empresta seu conhecimento de teólogo e empregado do Imperador. Segundo o historiador inglês William A. Wallace, no artigo *Domingo de Soto and the iberian roots of Galileu's Science*, teria sido através das obras e aulas de Domingo Soto que Galileu tomou conhecimento da teoria de que os corpos caem em velocidade uniforme, em 1604 Galileu exporia suas idéias sobre as quedas dos corpos. Atualmente, crê-se que o conhecimento de Galileu foi inspirado nas idéias de Antônio Tomás através de Domingos de Oto (MOURÃO , 2000; BERNAND et al., 1997).

Souto Maior, Antonio da Cunha, Doutor – Ao que parece, trata-se de algum fidalgo português homônimo a Antônio da Cunha Soutomaior, que foi fazendeiro em Craíbas, nas margens do rio Canindé, perto da confluência deste rio no Paraíba em 1697, e que em 1712 é nomeado governador do Maranhão, para – enquanto mestre de campo – conter as revoltas indígenas, que tinham como chefe o tapuia Madú-Ladino, um índio cristianizado que havia fugido de Pernambuco (FRANCO, 1989).

Souza, Martinho Afonso de – Martim Afonso de Souza nasceu em 1500, no castelo do duque de Bragança, na cidade de Vila Viçosa, no Alentejo, sudoeste de Portugal. Seu pai chamava-se Lopo de Sousa e era descendente do fidalgo Martim Afonso Chichorro (filho bastardo do rei D. Afonso III) e foi aio do quarto duque de Bragança, D. Jaime. Martim Afonso de Sousa foi político, chegando a Capitão-mor da Índia. Navegador e militar português, faleceu em 1564. Com a morte do pai, dedicou-se aos serviços do príncipe herdeiro D. João III (amigo de infância). Estudou

matemática, cosmografia e geografia, discípulo de Pedro Nunes, com este aprendeu a navegar. Em 1531, comandou a expedição portuguesa à América, a partir deste momento iniciou sua carreira de navegador; desde 1530, fora nomeado Conde de Castanheira, membro de influência real e homem de forte influência junto a D. João III. Enviado ao Brasil, fora incumbido de estabelecer núcleos de povoamento com a devida organização administrativa, expulsar os franceses do litoral e descobrir terras e rios. Sua chegada à Colônia de Portugal dava início a um novo processo de orientação da política de expansão ultramarina de Portugal, nesse quadro o Brasil mereceria uma atenção maior da metrópole, desempenhando a função de fornecedor do pau-brasil, além de escala na rota oriental. Fora afastado do reino por questões políticas, e uma vez enviado ao Brasil chefiando uma expedição, soube aproveitar os poderes extraordinários tanto em relação à navegação marítima quanto em relação às colônias que por ventura viesse a descobrir. A missão era perigosa, porque para a demarcação de Tordesilhas, deveria estipular padrões de posse, concedendo-lhe a Coroa poder de escolher tabeliães, oficiais de justiça e a concessão de sesmarias a quem desejasse estabelecer-se nos novos povoados. Manter-se-ia afastado pelo menos três anos de Portugal. Com tal incumbência, protegeu a costa brasileira contra os espanhóis e franceses, além de fundar a colônia de São Vicente e a Vila de Piratininga (BUENO, 1999; VAINFAS, 2000).

Souza, Thomé de, Capitão – Nasceu por volta de 1503, filho do último prior de Rates, João de Souza, e de Mércia Rodrigues de Faria. Seu avô paterno era o fidalgo minhoto Pedro de Souza de Seabra, primo-irmão de D. Antonio de Ataíde, primeiro conde de castanheira, e de Martim Afonso de Souza, ambos muito bem relacionados com D. João III, relações estas que, provavelmente em muito pesaram na carreira de Thomé de Souza. Em julho de 1538 casou-se com D. Maria da Costa, com quem teve uma filha, teve ainda dois filhos bastardos, que mais tarde viriam a servir na Índia. Através de sua origem nobre ingressou na carreira militar através das atividades de mar e guerra na África. Em 1532 combateu os mouros em Arzila, na costa setentrional do Marrocos. Em 1535 seguiu para a Índia, capitaneou a nau *Conceição* na armada sob o comando do capitão-mor D. Fernando Peres de Andrade. Ficou conhecido como homem bem humorado, como ficou registrado nos

Ditos portugueses dignos de memória, manuscrito este existente até hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1537, recebeu o título de fidalgo da casa real. Como as capitânicas hereditárias falharam enquanto sistema de governo do Brasil, D. João III tentou compensar a grande descentralização dos capitães-móres com o estabelecimento de um órgão centralizador. É criado então em dezembro de 1548 o governo geral do Brasil. O documento uma vez composto e editado apresenta-se como um dos mais abrangentes da época, contendo dados sobre a política de povoamento e colonização no império português. Para o cargo de primeiro governador-geral do Brasil, é nomeado Tomé de Souza, nomeação esta publicada em carta régia de 7 de janeiro de 1549. Em março do mesmo ano ele aporta no litoral da Bahia com cerca de mil homens. Na comitiva administrativa encontram-se os desembargadores Pero Borges, nomeado ouvidor-geral; Antonio Cardoso de Barros, nomeado provedor-mor; Pero de Góis, antigo donatário de São Tomé, nomeado capitão-mor da costa; Luis Dias, arquiteto; além outros funcionários, soldados, e de cinco jesuítas liderados pelo padre Manuel da Nóbrega. Tomé de Souza ao fundar a cidade de Salvador, participa da construção do centro político-administrativo da Colônia, fundada em cerimônia solene no dia de Todos os Santos na baía de mesmo nome. Quatro meses depois já podia ser visto na cidade de Salvador uma centena de casas, além da criação de gado e plantações de cana-de-açúcar. A instalação deste novo centro administrativo objetivava a organização do território da Colônia, neste sentido a Coroa visava a concessão de facilidades de transporte e manutenção para os vassallos que aceitassem imigrar dos Açores para o Brasil.

Tomé de Souza vigiou a costa e administrou as necessidades dos colonos no continente. Organizou uma expedição exploratória, o qual foi liderada por Pero de Góis, que ao chegar à região de Cabo Frio, deparou-se com corsários franceses, um sinal daquela que seria a futura invasão de Villegaignon à Guanabara. Em 1552, juntamente com Manuel da Nóbrega, Tomé de Souza empreende uma viagem pelo sul do Brasil, nesta empreitada pretende estabelecer núcleos populacionais, destacando-se para tal a criação do colégio dos jesuítas no planalto de Piratininga. Já em São Vicente eleva a povoação de Santo André da Borba do Campo à condição de vila, erigindo ainda na ponta da Armação da ilha de Santo Amaro, o

forte de São Felipe. Retornou à Salvador em maio de 1553, onde aguardou a vinda de seu sucessor do Reino. No ano de 1563, obtém uma sesmaria no Brasil, sendo agraciado com o cargo de vedor. Obtém também o direito de indicar o tesoureiro da alfândega de Salvador. Sua morte se deu provavelmente no ano de 1579 (ABREU,1976; VAINFAS, 2000).

Souza, Pedro Lopes de – Não se sabe ao certo sua data de nascimento, sabe-se que foi navegador e explorador português. Era o irmão mais novo de Martim Afonso de Souza, a quem acompanhou na viagem ao Brasil. Durante a viagem em que regressava da Índia em direção a Portugal no ano de 1539. sofre um naufrágio o qual não sobrevive (MOURÃO, 2000).

S^{to} Hilário – Santo Hilário de Poitiers (315-357) ou Atanásio do Ocidente, como também ficou conhecido. Foi convertido do Neoplatonismo, e eleito bispo de Poitiers em 353. A polêmica ariana obrigou-o a exilar-se pelo período de quatro anos. No ano de 359, encontra-se no Concílio de Selêucia, onde defende a causa da ortodoxia. Enquanto teólogo, Santo Hilário justificou a doutrina trinitária contra os arianos em *De Trinitate*. Escreveu também outras duas obras de história; *De synodis* e *Opus historicum*. A primeira é considerada uma rica fonte documental sobre o século IV (ESPASA-CALPE, [s/d]).

Tacitus – Publio Cornelio Tacitus, notável historiador, estilista e orador latino nascido em Interamnas (Terne) na Umbria de 54 a 57 d.C e faleceu em Roma, entre os anos de 117 e 120. Através da biografia de Plínio o Jovem, se decide o nascimento de Tacitus, uma vez que este afirma ter nascido no mesmo dia de Tacitus. Filho de nobre patrício recebeu uma esmerada educação em Roma, onde residiam seus pais; pretendem alguns historiadores que foi Tacitus discípulo de Quintilhiano, enquanto outros de Marco Aper e ou Júlio Segundo (oradores mais eminentes de sua época). Em meio a uma corte corrompida pelos Césares, o jovem Tacitus mostrou uma austeridade de costume e um brilhantismo engenhoso que o fez sobressair-se em muito aos seus contemporâneos. Tanto foi que o caudilho Júlio Agrícola entregou-lhe sua filha em matrimônio a partir da conquista da Britânia. A convivência de Tacitus com a dignidade e severidade do sogro fizeram-no

robustecer o caráter já virtuoso e digno. Este por sua vez empregou seu talento em pagando a Júlio Agrícola um honroso tributo através de uma biografia do sogro.

Viajou pela Bretanha e Germania, embora pretendam alguns que suas viagens iniciaram-se após a morte do sogro Júlio Agrícola em 93 d.C., quando então logrou sair de Roma. Assumiu alguns cargos entre eles o de *Consul Suffectus*. A partir do ano de 99 abandonou totalmente todos os cargos políticos, dedicando-se a partir de então às redações e compilações de suas obras históricas. A precisão da data de sua morte é ainda ignorada, supõem alguns que tenha alcançado a idade de 80 anos, uma vez que sobreviveu a morte de seu amigo Plínio o Jovem, e a do imperador Trajano.

Publio Cornelio Tacitus reunia às qualidades os talentos mais extraordinários; ingênuo, observador que penetrava nos recônditos mais ocultos do coração humano.

O valor crítico de sua obra dividem-nas em:

- Primeiro: Escritos Históricos: *A Vida de Agrícola; As Histórias e as Análises*.
- Segundo: Tratados Etnográficos - Geográficos: *Germania*.
- Terceiro: Opúsculo literário que a ele atribuem alguns autores (sem muito fundamento): *Das Causas da Corrupção da Eloquência*.
- Obras Históricas: *Vita Agricolae* (Biografia de seu sogro);

Historiarum Libri (História de sua época do Império Galba até a morte de Domiciano);

Los Anales (História de Roma, de Augusto a Nero);

Germania (Obra Geografia e Etnográfica);

Dialogus de Oratoribus (As causas da corrupção Romana).

As duas obras que tornaram também o mais notável historiador romano e um dos maiores artistas da palavra da literatura universal foram as *Historiae* e os *Annales*, sobretudo esta última. Ambas chegaram até nós incompletas. As *Historiae* compreendiam os anos 69-96, mas o texto encontrado acaba no quinto livro, antes do fim do ano 70; os *Anais* abrangiam o período de 14 a 68, desde a morte de Augusto e a subida de poder de Tibério até o assassinato de Nero, em junho de 68 ou o fim do mesmo ano. Mas faltou a época mais intensa do reinado de Tibério, com

a execução de Sejano (31). Também se perderam os textos referentes a Gaio (*Calígula*) e com metade de Cláudio. Ficaram, entretanto, relativos anos de 47-66, com a 2.^a metade do reinado de Cláudio e a maior parte de Nero. Inicialmente, segundo S. Jeronimo as histórias e os anais somavam um total de trinta livros. Desta última, a sua obra-prima, ignora-se a data de composição. Nela se mostra também possuidor de um jeito narrativo pessoal que foi aperfeiçoando ao longo de sua carreira literária, uma prosa poética com reflexos da epopéia virgiliana, um estilo variado, conforme as circunstâncias, capaz de explorar todo o dramatismo de uma situação, em contrastes de luz e sombra, de sugerir para além da expressão verbal e de subtilmente acordar no leitor a própria emoção do escritor (ESPASA-CALPE, [s/d]; VENTURA, 1917).

Tobias – Em hebreu, “Javé é bom”. São conhecidos, sobretudo os Tobias pai e filho que são os protagonistas do livro de Tobias, deuterocanônico catalogado entre as *narrações breves*. Não é um relato histórico, mas uma narração *sapiencial* que mostra a fidelidade de Deus, o valor do amor ao próximo e da oração. (ESPASA-CALPE [s/d]; (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d)

Torquemada Fr. Thomaz de – Francisco Tomás de Torquemada morreu em 1498, primeiro Inquisidor-Mor de Espanha, uma figura cujos excessos de zelo o tempo e a História tornaram sinistros. Nasce em Valladolid em 1420. Profeta na Ordem Dominicana. Em 1452 é o discreto Prior do Mosteiro de Santa Cruz, em Segóvia. Confessor de Isabel de Castela, passa a ser também do marido, Fernando V de Aragão, em 1474.

Têm os Reis Católicos o projeto de unificação das Espanhas, a terminar em 1492 com a conquista de Granada - data também do Édito de Expulsão dos Judeus. É neste contexto político que, a pedido de Isabel e por Bula de Sisto IV, em 1484, se instaura o Santo Ofício na Península. O seu objetivo inicial fora o combate à heresia cátara. Na Nova Inquisição alarga-se a todas as formas de heterodoxia, aos portadores de um saber outro, não canônico, aos pecados sexuais, à usura. O catolicismo serve de ideologia política no processo de unificação de um país.

Tomás de Torquemada aceita o cargo de Primeiro Inquisidor Geral de Castela em 1482 e de Aragão em 1483 – recomendado por Pedro Gonzalez de Mendoza. Em 1485 – ano do assassinio de Pedro de Arbués, Inquisidor de Saragoça –, Inocêncio VIII nomeia-o Grande Inquisidor de Espanha. Elabora as regras de funcionamento e distribuição territorial dos Tribunais do Santo Ofício. Austero e profundamente religioso, atribui-se à missão de obter o “sangue limpo” nas Espanhas, limitando-se a cumprir ordens e durante onze anos persegue judeus, mouros e apóstatas, de todas as classes sociais. Só presta contas aos Reis e ao Papa, submetendo a si a própria hierarquia da Igreja.

São notabilizados os processos e atuações inquisitoriais. O uso da tortura para obtenção de confissões e provas. Os castigos da multa ou da espoliação dos bens à fogueira. A carnificina começa em Junho de 1489, com o primeiro auto-de-fé em Valladolid. a Torquemada atribuem-se oficialmente as culpas de 2000 mortes - entre elas, a de Juan Sánchez de Cepeda, avô de Sta. Teresa.

Em 1491 dá-se o episódio de La Guardia: acusam-se os judeus pela crucificação ritual de uma criança na Igreja, prova do “libelo de sangue” que persegue a raça. Um bom pretexto para incrementar a perseguição, a culminar no Édito de Expulsão assinado em 31 de Março por um trio fatídico: Mendoza, Cisneros e Torquemada – muitos judeus fogem para Portugal.

Os inquisidores não eram muitos queridos, por ordem real, vestiam armadura sob o hábito; só saíam escoltados por 50 guardas. O receio de Torquemada era ser envenenado, pelo que trazia sempre consigo o antídoto, um infalível corno de unicórnio. Morreu na cama, no Mosteiro de S. Tomás de Ávila (BERNAND et al., 1997; NOVAIS, 1998).

Tourinho, Pedro de Campos – Pero de Campo Tourinho, filho de Gil Pires Tourinho e Branca Quezada. Integrante da família da nobreza local de Viana do Castelo. Pero de Campo casou-se com D. Inês Fernandes Pinta, com quem teve três filhos. Foi oficial da Santa Casa de Misericórdia de Viana do Castelo, além da posse de terras, foi também mercador na rota que ligava o norte de Portugal à região de Flandres durante a primeira metade do século XVI. Era um mercador de tecidos finos, sendo que para exercer tal comércio, navegava constantemente os mares da Europa. Ao

receber de D. João III a capitania de Porto Seguro, Pero do Campo, em 1534, se “muda” em definitivo para o Brasil, levando, assim como Duarte Coelho, a família, alguns parentes e colonos. Aporta ele no mesmo local em que Pedro Álvares Cabral em 1500. Deu rápido impulso a sua capitania, implantando o cultivo de cana-de-açúcar e estabelecendo contatos amistosos com os indígenas que se encontravam em sua capitania. Fundou as vilas de Porto Seguro, Santo Amaro e Santa Cruz.

Porém, disputas no referente ao acesso à mão-de-obra escrava indígena e a sobreposição de poderes eclesiásticos e civis, levaram a capitania a ser palco de conspirações e tensões em torno de Pero do Campo. Rebeldes – entre eles, colonos, franciscanos e o vigário francês – e seu próprio filho André do Campo tramavam contra ele. Por fim, em 1546, Pero do Campo por fim é formalmente acusado de blasfemar contra a Igreja e a fé católica. O vigário, Bernardo de Aureajac, juntamente com Pero de Escorcio e Pero Anes Vicente – juizes ordinários do cível e do crime – instruíram processo com acusações de blasfêmia contra o donatário. Pero do Campo é então preso e levado a ferros para Portugal, sendo este o primeiro caso de morador da Colônia a ser condenado pelo Santo Ofício.

Depois de ser novamente interrogado, o tribunal da Santa Inquisição decide não condenar Pero do Campo, mas o impede de retornar ao Brasil. finalmente sucede o que seu filho provavelmente havia planejado: Pero do Campo doa a capitania a ele, que mais tarde passa à sua irmã D. Leonor de Campos. A capitania, posteriormente é vendida a um antigo sesmeiro de Porto Seguro, o duque de Aveiro, que antes era representado pelo padre Manuel Colaço. Pero do Campo Tourinho morre em Viana do Castelo, Portugal, em 1553 (DIAS, 1924; VAINFAS, 2000).

Tupan – Designação tupi do trovão, empregada pelos missionários Jesuítas para designar Deus, o mesmo que Tupã. (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d)

***Ulisses** – Herói Grego celebrado pela Ilíada e Odisséia. A lenda apresenta-o como rei de Ítaca, esposo de Penélope e pai de Telêmaco. Salientou-se na tomada de Tróia. Após a captura dessa cidade, errou pelos mares durante dez anos, conseguindo, então, livrar-se das sereias e de Polifemo. Retornando à pátria, encontrou a esposa cercada de pretendentes que o julgavam morto. Telégono, filho*

dele e de Circe, ignorando que Ulisses fosse seu pai, matou-o. (ESPASA-CALPE, s/d).

Urbano 8º, Papa– Urbano VIII, Martinho Barberine – Foi papa de 6 de agosto de 1623 à 29 de julho de 1642, anteriormente serviu como núncio na França, na guerra dos 30 anos inclinou-se – talvez enganado por Richelieu – mais para o lado francês que para o Império, contudo como “Pai da Cristandade”, procurou constantemente restabelecer a paz entre as nações. Neste contexto, insere-se seu conselho ao Bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, legado português após a proclamação da independência em 1640, mas que a fraudulência dos embaixadores espanhóis tornaram ineficaz. Amante da arte e da literatura, Urbano VIII, compôs vários hinos do breviário, cuja revisão efetuou enriquecendo Roma com várias obras de arte barroca. Fundou 1627 o Colégio da Congregação da Propaganda, seminário das Missões e regulamentou a proclamação da canonização. Condenou o *Augustinus* de Jansênio. As sombras neste pontificado de renovação e esplendor são o nepotismo exagerado e a tristemente célebre proclamação de Galileu que então se concluiu. (ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira, 1987).

Vasco da Gama – Navegador português nasceu em Sines provavelmente em 1468 e faleceu em Cochim em 24 de dezembro de 1524. Filho ilegítimo de Estevão da Gama chegou a pensar na carreira eclesiástica, pois com a dispensa canônica tomou a primeira tonsura em Sines em 5 de novembro de 1480. Homem de confiança de D. João II, por ele foi encarregado de várias missões. D. Manuel, da mesma forma que seu predecessor, chamou-o para superintender a armada do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, viagem que teve início a 8 de julho de 1497. Constava a armada de três naus, a saber: *S. Gabriel*, *S. Rafael* e *Bêrrio*, estas foram comandadas por Vasco da Gama, seu irmão Paulo e Nicolau Coelho. Também os acompanhava um navio velho carregado de mantimentos destinado a ser queimado tão logo aportassem. Deixando as ilhas de Cabo Verde à 3 de agosto, a frota alcançou alto mar navegando 90 dias em pleno oceano sem qualquer vista de terra, até contornar os ventos alísios do hemisfério sul, e encontrarem condições de navegarem à altura do Cabo, manobra prolongada e inédita que já fora ensaiada por

Bartolomeu Dias. Em 8 de novembro do mesmo ano a esquadra ancorou na baía de Santa Helena, onde o capitão tomou a altura do sol com o astrolábio, e verificou acharem-se a poucas léguas do Cabo, Cabo este que dobraram no dia 18 de 1497. Costeando a África Oriental, tiveram vários encontros com os pastores de gado bosquímanos, alguns hostis, outros amigáveis. Na foz do rio Zambeze – que denominaram rios dos bons sinais – conseguiram notícias da navegação árabe do oceano Índico. Em 2 de março de 1498, aportaram em Moçambique e foram bem acolhidos pelo Sultão que os tomaram por Turcos, tais amizade depressa se converteu em ódio ao descobrir que se tratavam de cristãos. À reação indignada do sultão Vasco da Gama castigou bombardeando a cidade; da mesma forma que em Mombaça ao encontrar os mouros incorreu nos mesmos atritos. Em Meline, ao contrário, foram bem recebidos pelo sultão, este a pedido de Vasco da Gama, permitiu que o melhor piloto da Índia, o célebre Ahamed ben Madjid os conduzisse a salvo ate Calicute. Lá chegando Vasco da Gama avistou-se com o Samorin a quem entregou a carta de seu rei, oferecendo aliança e trato comercial. O Samorin primeiro demonstrou interesse, porém, foi desviado pelas intrigas dos mercadores árabes, que receavam o monopólio do navegador no tráfico com as especiarias. E, de tal forma insinuaram a desconfiança no ânimo do soberano indiano, que durante algum tempo, os portugueses foram detidos e ameaçados.

Uma vez libertos, sem que houvessem conseguido levar qualquer negociação a bom termo, o Capitão direcionou sua armada para a ilha de Angediva, onde as reparou para dar continuidade à sua viagem. Em 5 de outubro de 1498, zarparam para empreenderem uma travessia bastante atribulada. Com grandes calmarias e doenças, a nau s. Rafael teve de ser abandonada e queimada nos bancos de areia a quem deram o mesmo nome. O capitão Paulo da Gama – irmão de Vasco – adoeceu gravemente, foi levado para a ilha Terceira onde faleceu. Em fins de agosto de 1499, Vasco da Gama aportava em Lisboa, recebido com honrarias pelo rei e pelo povo. A sua extensa viagem coroava de êxito a demanda do Infante D. Henrique, confirmando a viabilidade do caminho marítimo para a Índia. Nomeado almirante do Mar da Índia, entre os galardões, prometeu-lhe o rei um condado.

Em 1502, retornou à Índia, desta feita com uma armada de 20 velas, incumbido de exigir satisfações do Samorim por ter matado os homens de Cabral, e roubado a

feitoria em 1500, quando da segunda expedição portuguesa à Índia. Vasco da Gama estabeleceu as bases da economia portuguesa sob o oceano Índico, quando, no decurso da sua viagem, fez de sultões, tributários, infringindo represálias sobre Calicute e firmando aliança com os reis de Cochim e Cananor. Nos anos seguintes permaneceu em Portugal gerenciando seus afazeres, casou-se com D. Catarina de Ataíde, e 1524, com o título de Conde de Vidigueira e o cargo de Vice Rei, foi novamente enviado ao Oriente, com plenos poderes para impor as vontades da Coroa diante dos crescentes “abusos” e desordens. Em setembro de 1524, Vasco da Gama chegou Índia, impondo a vontade da Coroa portuguesa com mão de ferro, castigou sem piedade aqueles que julgou culpado. Velho e cansado morreu em Cochim, e seus restos mortais foram trazidos à Portugal e sepultados na Vidigueira. Hoje seu túmulo se encontra no Mosteiro dos Jerônimos. Não resta dúvida que as navegações de Vasco da Gama abriram uma nova era para o mundo moderno (BUENO, 1998).

Victorino, Hugo – Hugo de São Victor (1096-1141), filósofo e teólogo flamengo, foi célebre entre os escolásticos de seu tempo, que o cognominaram o *novo Agostinho*. Membro da ordem de São Victor, os centros principais em que irradiou seus ensinamentos foram Marselha e Paris. Estatuiu sete ciências como fundamentais: gramática, lógica, retórica, aritmética, música, geometria e astronomia. Escreveu: *De sacramentis christiane fidei, Didascalion, De arca Noeh mystica, Expositio in regulam sancti Augustini, De sapientia animi christi, De arca animae* (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d).

Vieira, Antonio, P^e – nasceu em 1608, em Lisboa, veio com a família para o Brasil em 1614. Filho de Cristóvão Vieira Ravasco e Maria de Azevedo ingressou no colégio dos jesuítas da Bahia em 1623, ainda com 15 anos de idade, quando então dá início ao noviciado na Companhia de Jesus, sendo recebido pelo Reitor, o padre Fernão Cardim. Afim de afasta-lo da influencia da família, que não via com bons olhos sua vocação, o então noviço Vieira é transferido para a aldeia do Espírito Santo, há uma distancia de cerca de 40 quilômetros de Salvador. Lá, pela primeira

vez, ele tem contato com uma tribo indígena, a partir deste momento toma consciência da grandiosa missão jesuítica da catequese.

Seu talento nato para a escrita e oratória é logo notado por seus superiores, e aos 18 anos (1626), tem a incumbência de redigir a *carta ânua* – um relatório das atividades das Províncias da Companhia de Jesus no mundo católico – que deveria ser enviada anualmente a Roma. Nas cartas que redigiu sobre os anos de 1624 e 1625, Antônio Vieira descreveu os horrores impostos pela chegada da armada holandesa à costa da Bahia. Quando por fim os holandeses foram expulsos em 1625, Vieira – por ter participado ativamente em todo o processo – Vieira vê despertar o seu interesse pelos assuntos políticos e diplomáticos do Reino.

Antes mesmo de fazer seus votos à Companhia Vieira já pregava na Bahia, atividade que o notabilizaria, tanto por sua retórica quanto por sua visão crítica. Em 1633, pregou em favor da escravidão dos africanos, aconselhando os negros para que se conformassem com o cativeiro e os trabalhos forçados, pois deles seria o reino dos céus, enquanto advertia os senhores para que dessem um tratamento cristão aos escravos, dando-lhes os sacramentos, e punindo-os com moderação. Esse sermão é uma mostra do grande anacronismo existente no discurso jesuíta da época, ou seja, a defesa da escravidão africana associada à oposição ao cativeiro indígena. Mesmo no fim de sua vida, Vieira manteria a mesma opinião a respeito da escravidão africana. Lembremos ainda, que foi ele, quem deu o parecer favorável ao massacre do Quilombo dos Palmares, isto em uma carta datada de 1691, na qual afirmava que para os escravos rebeldes – e praticantes de pecado mortal, ou seja, a rebelião – não se poderia ministrar qualquer sacramento.

Ainda inaciano, Vieira, em seu sermão de 20 de janeiro de 1634 – dia de São Sebastião – delinearía sua conduta “Sebastiana”, referindo-se à relação existente entre descoberto e encoberto para se referir à história do santo de mesmo nome rei D. Sebastião, que desapareceu na batalha Alcácer Quibir, em 1578. Em plena vigência da dominação castelhana (1580-1640), Vieira alimentava a esperança de que o rei e a independência do Reino Lusitano fossem recuperados. Porém, é depois da Restauração portuguesa, principalmente no reinado de D. João IV, a primeira da dinastia de Bragança que Vieira teria seus melhores e piores momentos. Assim que soube da Restauração, Vieira consegue uma autorização para voltar ao

reino, depois de 26 anos permanecidos no Brasil. Em fevereiro de 1641 aporta em Lisboa, sendo recebido pelo rei em 30 de abril. Sua aproximação do rei fez com que caísse nas boas graças deste último, fazendo então com que Vieira passasse a freqüentar o mundo das cortes, cumprindo assim diversas missões diplomáticas pela Europa, onde travou contato com comunidades judaicas na Holanda, contato este que mais tarde ajudou a agravar sua situação diante do processo inquisitorial à qual teve de responder.

A relação do jesuíta Vieira com os judeus foi desde 1640, um assunto que sempre levantou suspeitas sobre sua pessoa. Vieira reivindicava o perdão geral para os judaizantes portugueses, defendendo ainda amparo aos judeus foragidos, pois ele acreditava ser esta a única forma de conservação econômica do reino. Apesar da defesa de Vieira com relação ao judaísmo não ser um tema de fácil compreensão, principalmente em tempos de Inquisição, parece não ser suficiente o aspecto econômico para justificar o auxílio que tentava prestar aos cristãos novos.

Desde seu primeiro sermão – este feito no paço – Vieira defendeu o caráter profético das *Trovas*, estas atribuídas ao sapateiro Bandarra, provavelmente um cristão-novo que fora processado pelo Santo Ofício no século XVI, trovas que foram consideradas por muitos como a “bíblia” do sebastianismo, espera messiânica de um rei encoberto que fundaria o quinto império do mundo.

Somada à sua “simpatia” pelos judeus e cristãos novos, Vieira teve de enfrentar sérias conseqüências advindas de sua fracassada missão diplomática em Paris, Roma, Londres e Amsterdam. Essa missão visava, dentre outras coisas, a busca de apoio para a solução a invasão de Pernambuco pelos batavos desde 1630. Enquanto a maioria dos vassalos do rei de Portugal era partidária da luta armada – que por fim veio a se concretizar em 1645 – Vieira era partidário de uma solução diplomática, que poderia ser conseguida através de um acordo com os holandeses, esta proposta foi por muitos interpretada como vinda de um traidor, principalmente após a morte de seu protetor. D. João IV.

Em 1652, já sem bases políticas, Vieira retoma sua vida missionária, agora no Maranhão e Grão-Pará. Destacar-se-ia desta feita como grande missionário e fundador da missão de Maranhão,, neste período redigiu o *Regulamento das Aldeias* (1658-1660). Em 1664, regressa a Portugal, disposto a alterar a legislação que

permitia o cativeiro dos nativos. Após a morte do rei retornou à missão no Brasil, onde permaneceu até 1661, quando então é expulso do Maranhão e Grão Pará por pressão dos senhores locais, árdios defensores da escravidão indígena.

Mais uma vez se dirige para Portugal, onde desta vez depara-se com uma situação política crítica, pois as disputas entre D. Afonso e D. Pedro estão em seu auge. Neste período Vieira já havia sido denunciado ao Santo Ofício pelo conteúdo de sua *Carta ao bispo do Japão, esperança de Portugal, quinto império do mundo*, de 1659. A mesma havia sido condenada por conter “odor de judaísmo” além de usar de maneira abusiva a sagrada escritura. Na verdade Vieira já era conhecido dos Inquisidores desde 1649, quando então fora denunciado pelo padre Martim Leitão, este afirmava que o jesuíta tinha em seu poder livros de profecias considerados de pouco teor católico e suspeito de conterem heresias. O processo inquisitorial que o levaria a cumprir dois anos de cárcere (de 1665 a 1667) teve início em 1663.

Na *Carta ao bispo do Japão* encontramos uma interpretação atualizada das Trovas de Bandarra, a quem Vieira dizia possuir espírito profético. Dentre outras coisas o jesuíta também afirmava que o surgimento do quinto império estava próximo, cuja sede seria em Portugal e o seu imperador seria D. João IV, que seria então ressuscitado. Vieira se comprometeu então a remeter sua defesa por escrito, mas não o fez, o que lhe custou uma espécie de julgamento à revelia, que o fez ser encarcerado até 1667, condenado então *a perda de voz ativa e passiva*, proibido então de pregar e obrigado residir no colégio de sua ordem indicado pelo tribunal.

Por fim, em 1668 D. Pedro II assume o trono, Vieira consegue então licença para ir a Roma, onde trata da anulação de sua condenação, conseguida em 1675 junto ao papa Clemente X, que o retirou para sempre da Jurisdição da Inquisição portuguesa. Em 1681, regressa à Bahia, onde organizou seus sermões em 12 tomos, trabalho este que consumiu seu tempo até 18 de julho de 1697, aos 89 anos, quando então morre.

A Carta que levou Vieira à Inquisição, foi à base do que até hoje é conhecido como o “*corpus profético vieiriano*”, base da famosa *História do futuro*, somente publicada em 1718, e da sua inacabada *Clavis prophetatum*. Na *História do futuro*, Vieira leva as últimas conseqüências seu projeto messiânico que visava a implantação do quinto império do mundo, lugar de harmonia e paz, na qual todas as religiões e

heresias se sujeitariam à verdadeira fé católica, por um tempo indeterminado, de no mínimo, mil anos. Já a *Clavis prophetarum* seria a consumação da trilogia milenarista e messiânica de Vieira, considerada quase um tratado teológico. Giovanni Andreoni – o senhor Antonil, que ficaria famoso com a *Cultura e Opulência do Brasil* –, então reitor do colégio da Bahia onde Vieira morreu, sugeriu a Tirso González, geral da companhia, que “o melhor seria omitir” as “opiniões singulares” do grande jesuíta, pois se tratava de uma doutrina somente admissível se aprovada em concílio universal (BOSI, 1992; VAINFAS, 2000).

Viveo, Ludevico – Provavelmente Juan Luís Vives (1492-1540), nasceu em Valência e sua descendência judaica hoje comprovada explica sua ausência da Espanha, dado importante para compreender a sua obra. Ingressou em 1508 na Universidade de Valência, no ano seguinte transfere-se para Paris permanecendo até 1512, a partir dessa data estabelece-se em Bruges, nela permanecendo até o final de seus dias. De 1517 a 1522 foi professor em Lovaina, ponto de referência e encontros dos humanistas, erasmistas e reformadores, razão pela qual suas obras neste período são marcadamente filosóficas e religiosas. Em 6 de maio de 1540 morreu em Bruges sem ter retornado a Espanha. De comportamento austero, não aproveitou a jovialidade do Renascimento, “idade do descobrimento do mundo e do homem”. Escritor de expressão latina escreveu uma média de 54 obras, além de numerosa correspondência com os humanistas de sua época. Suas obras classificam-se em obras em torno do problema da vivência e renovação do cristianismo; obras lítero-filosóficas da renovação dos saberes, obras no plano político e social e no plano da educação. Na Inglaterra viveu a amizade de dois humanistas excepcionais: Morus e Erasmo. (SANTIDRÍAN, 1997)

Xenofonte – Historiador, filósofo e polígrafo grego (aproximadamente 430-352 a. C.). Tomou parte da expedição de Ciro contra Artaxerxes. Por ocasião do assassinio dos generais mercenários, foi ele um dos cinco generais eleitos para comandar a retirada das tropas. De volta à Grécia, tomou parte na guerra contra a Ásia Menor, sob as ordens do rei de Esparta. Xenofonte era o discípulo predileto de Sócrates; seus escritos vasados em estilo claro e leve, são uma valiosa fonte para o

conhecimento dos costumes e feitos bélicos da idade antiga. Escreveu: *Anábase*; *A Apologia*; *O Hiparca*; *As Helênicas*; *O Banquete*; *A Ceropédia*; *As Memoráveis* e *As Cinegéticas* . (DICIONÁRIO Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, s/d)

Zacharias – Zacarias em hebreu significa “Javé concordou”. É o pai de João Batista, a quem o anjo do Senhor anuncia o nascimento do precursor. Lucas coloca em seus lábios o hino *Benedictus* = “Bendito seja o Senhor, Deus de Israel...”, no qual louva a Deus, que cumpre suas promessas, e, na segunda parte, anuncia a missão do menino. (BIBLIA SAGRADA, 1978).

Zarata – No index de sua Bibliographia Brasiliana Rubens Borba de Moraes faz uma rápida referência a um certo Pe. Agustín de Zárate, que escreveu uma *Historia del Descubrimiento y Conquista de...Perú*, referência encontrada que mais se aproximou do Zarata citado por José Barbosa de Sá (MORAES, 1983).